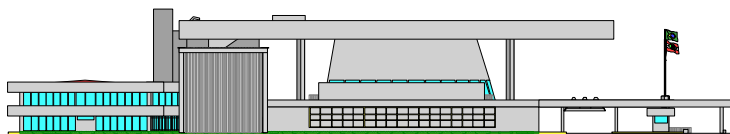


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 05 DE FEVEREIRO DE 2010

NÚMERO 6.134

16ª Legislatura

4ª Sessão Legislativa

MESA

Gelson Merísio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Serafim Venzon

PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA

Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA

Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2134
1ª EDIÇÃO - 6 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 60 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 001ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 03/02/2010 2
Ata da 002ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 04/02/2010 .. 20

Atos da Mesa

Atos da Mesa..... 31

Publicações Diversas

Extratos 50
Mensagens Governamentais
..... 51
Portarias 59

PLENÁRIO

ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 03 DE FEVEREIRO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Derli Rodrigues - Décio Góes - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sergio Godinho - Silvio Dreveck.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO (pela ordem) - Parabeniza o deputado Gelson Merísio pela assunção à Presidência da Alesc.
DEPUTADO DERLI RODRIGUES - Faz seu discurso de estréia no Parlamento catarinense.
DEPUTADO JAILSON LIMA - Fala da candidatura Dilma Rousseff e das conquistas do governo Lula; comenta e-mail recebido de funcionário da Casa.
DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) -

Registra o falecimento de Daniel Gonçalves, do PT de Blumenau.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Dá boas-vindas ao deputado Derli Rodrigues; defende o MST; pede apoio à PEC de sua autoria.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (parte) - Concorde com as ponderações a respeito do MST.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Lembra a importante atuação social de Zilda Arns; comenta os dados relativos à educação no país e no estado.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (parte) - Solidariza-se com as homenagens a Zilda Arns.

DEPUTADA ADA DE LUCA (parte) - Fala da importância do trabalho de Zilda Arns.

Partidos Políticos

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Comenta a antecipação da Convenção nacional do PMDB; tece comentários sobre inauguração de viaduto no norte do estado.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (parte) - Ressalta a importância da duplicação da BR-280.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Enfatiza o trabalho do PMDB com vistas ao pleito de 2010 e enaltece a administração de Luiz Henrique.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (parte) - Registra a presença do presidente do PV no estado.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Condena a prisão de integrantes do MST e analisa os bons índices da ministra Dilma Rousseff.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Sauda os companheiros Sérgio Godinho, Dado Cherem e Derli Rodrigues.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Analisa os investimentos em educação e saúde no estado.

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Registra a presença do vereador Adair Werlang, de Cunhataí.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Lamenta postura do governador quanto à anistia dos militares.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Augura votos de um bom trabalho em 2010.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Pede a presença dos parlamentares em plenário.

DEPUTADO JORGINHO MELLO - Discorre sobre projetos de sua autoria como governador em exercício.

DEPUTADO DERLI RODRIGUES (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Jorginho Mello pelo projeto relativo ao art. 170.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença do presidente da Câmara Municipal de Ilhota.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Agradece ao governador pelo apoio à realização da Conferência Estadual da Defesa Civil. Ordem do Dia

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Pede que seja feita a leitura da carta do vice-governador Leonel Pavan.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Solicita a leitura da carta do vice-governador Leonel Pavan.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Manifesta-se acerca do pedido do TJSC de autorização para instaurar processo contra o vice-governador Leonel Pavan.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Manifesta-se acerca do pedido do TJSC de autorização para instaurar processo contra o vice-governador Leonel Pavan.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se acerca do pedido do TJSC de autorização para instaurar processo contra o vice-governador Leonel Pavan.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Manifesta-se acerca do pedido do TJSC de autorização para instaurar processo contra o vice-governador Leonel Pavan.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha o voto "sim" à autorização para processar o vice-governador.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Encaminha o voto "sim" à autorização para processar o vice-governador.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Justifica a ausência do deputado Moacir Sopelsa.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Justifica a ausência do deputado Valmir Comin.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Justifica a ausência do deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Sugere que o governador proceda da mesma forma que o vice-governador com relação a autorização para processá-lo.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Opina que determinados assuntos devem ser discutidos da tribuna e não pela ordem.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Solicita subscrever diversos requerimentos.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 0014/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Pede esclarecimentos sobre o Requerimento n. 0001/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Discute o Requerimento n. 0005/2010, de sua autoria.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença de lideranças do sul do estado.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Consigna a presença em plenário de seu filho Ruhuan.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Discute o Requerimento n. 0001/2010, de sua autoria.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 0001/2010.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Discute o Pedido de Informação n. 0001/2010, de sua autoria.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Discute o Pedido de Informação n. 0002/2010, de sua autoria.

DEPUTADO DERLI RODRIGUES (pela ordem) - Reporta-se à Indicação n. 0012/2010, de sua autoria.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO (pela ordem) - Reporta-se a várias indicações de sua autoria.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Aborda os problemas relativos à saúde na região da Grande Florianópolis.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO (aparte) - Opina sobre os problemas da saúde no estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discorre sobre a lei da anistia aos policiais militares de SC e o seu descumprimento pelo governo do estado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Manifesta preocupação com o não cumprimento da lei da anistia pelo governo do estado.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Exalta as belezas do município de Urubici; comenta a votação da autorização para processar o vice-governador; manifesta-se a favor de candidatura própria do PMDB à Presidência.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO (aparte) - Enfatiza necessidade de investimentos na região serrana.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Enumera as conquistas da região serrana e pede mais investimentos.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Analisa o mau estado das estradas estaduais em SC.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO (aparte) - Faz chamamento para audiência pública em Lages sobre o GTA e a brincagem de animais.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Lembra as obras e o prestígio do presidente Lula e as possibilidades de Dilma Rousseff na próxima eleição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Gostaria de dar as boas-vindas aos srs. deputados e àqueles que junto conosco iniciam mais uma sessão legislativa.

Nossas boas-vindas ao deputado Derli Rodrigues, que hoje participa da sua primeira sessão ordinária.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sérgio Godinho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Deputado Gelson Merísio, quero, em meu nome, em nome do deputado Narcizo Parisotto, do PTB do estado de Santa Catarina, dos serranos, dos lageanos, parabenizá-lo por esta conquista maravilhosa que é comandar o Parlamento de Santa Catarina.

Quero igualmente desejar muito sucesso e tenha certeza de que sua presença, como presidente da Assembléia Legislativa, para nós, do alto da serra, é um orgulho muito grande. Essa conquista foi por mérito de v.exa., foi mais um degrau no seu crescimento como pessoa e como parlamentar.

Então, do fundo do coração desejamos muito sucesso. Nós, deputados de Santa Catarina e nós, catarinenses, agradecemos muito por tê-lo na Presidência do nosso Poder Legislativo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, deputado Sérgio Godinho, as palavras são de um amigo e por isso registro com muito carinho e com muito respeito.

Com a palavra, por até dez minutos o sr. deputado Derli Rodrigues.

O SR. DEPUTADO DERLI RODRIGUES - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, gostaria inicialmente de saudar toda a equipe de funcionários desta Casa e dizer que é uma satisfação muito grande fazer parte, pelo período de 60 dias, do Parlamento de Santa Catarina.

Na minha vida pública tive a oportunidade de ser prefeito de Romelândia por duas oportunidades e pela primeira vez estou iniciando uma atividade provisória como legislador. Essa oportunidade advém de uma iniciativa oferecida pelo Partido Popular Socialista de Santa Catarina, o PPS, partido do qual faço parte, que, através dos seus dirigentes estaduais, da pessoa do deputado Altair Guidi, que se elegeu em 2006, e do presidente estadual do nosso partido, o deputado federal Fernando Coruja, idealizou internamente essa fórmula visando prestigiar alguns suplentes que deram a sua colaboração no pleito eleitoral de 2006.

Já assumiram aqui o deputado Professor Grando, o companheiro Aparecido Voltolini e o popularmente conhecido José Cardozinho, que representam as regiões de Florianópolis, Benedito Novo e Joinville, ocasião em que tive a oportunidade de participar e representar aqui o nosso partido. Deverão assumir, após a minha saída, Ozir Coelho, popularmente conhecido por Polaco, da cidade de Otacílio Costa, e Altair Zenatti, popularmente conhecido por Chiquinho, da cidade de Modelo, concluindo então a rodada de oportunidades aos suplentes do PPS.

Estou chegando com humildade e estou admirado com a organização e com o bom trabalho que os deputados estaduais têm feito nesta Casa em favor dos interesses da sociedade catarinense. Orgulho-me de estar representando o oeste de Santa Catarina neste Poder, através de minhas humildes condições, com grande disposição em ajudar um pouco os demais representantes do povo que estão trabalhando em favor da nossa região, a exemplo do deputado Padre Pedro Baldissera, que é meu vizinho, do deputado Pedro Uczai e do deputado Moacir Sopelsa, que representa a região de Concórdia.

Eu me senti orgulhoso no dia em que um representante do oeste do estado, mais propriamente de Xanxerê, que é o deputado Gelson Merísio, assumiu a Presidência desta Casa. Eu creio, e os parlamentares não de concordar comigo, que é importante para a região eleger pessoas para postos importantes no governo do estado ou no Poder Legislativo.

Também quero dizer que venho a esta Casa para contribuir com mais um vizinho, que é o deputado Reno Caramori, meu amigo de longa data, homem que já está aqui há vários mandatos, que também tem feito um bom trabalho em favor da sua região.

Gostaria de dizer, ao concluir esta minha primeira manifestação, que trago para a sessão de hoje uma indicação que considero de grande relevância para a sociedade de Santa Catarina, sobre a qual, posteriormente, solicitarei à Mesa Diretora para fazer uma manifestação específica, porque entendo ter um valor incalculável, especialmente para o dia-a-dia de nossas crianças.

Quero dizer para aqueles colegas que ainda não me conhecem que sou, entre outras atividades, professor de Língua Portuguesa e acadêmico de Direito, e uma das razões pelas quais solicitei ao partido e ao deputado Altair Guidi assumir no início do ano foi para que não ocorresse incompatibilidade entre os compromissos pessoais e o compromisso com a Assembleia Legislativa.

Queria saudar, de maneira especial também, o deputado Dagomar Carneiro, amigo

de longa data. Convivemos por mais de 15 anos no PDT e eu o tenho como uma pessoa de conduta ilibada, uma pessoa conciliadora e que sabe, acima de tudo, ser amigo. Então, aprendi a gostar de s.exa. Tenho orgulho de ser seu amigo, assim como tenho orgulho de ser amigo de outros parlamentares que integram esta Casa.

Por ora era isso. Agradeço a atenção e coloco-me à disposição dos colegas para eventuais colaborações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Deputado Derli Rodrigues, é com muita satisfação e alegria que este presidente dá boas-vindas a v.exa. por estar assumindo uma cadeira neste Parlamento. Eu tenho certeza de que nestes 60 dias v.exa. vai contribuir muito com o Parlamento catarinense pela sua experiência, com dois mandatos de prefeito da nossa querida Romelândia. Sem dúvida alguma, v.exa. deixará sua marca no Parlamento catarinense.

Seja bem-vindo, deputado Derli Rodrigues!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Neste reinício das atividades desta Casa, quero cumprimentar todos os parlamentares presentes, os funcionários da Assembleia Legislativa, o professor Derli Rodrigues, agora deputado estadual, que está representando o PPS neste plenário, que, assim como o deputado Professor Grandó, tem, através da sua cátedra, a responsabilidade de não apenas representar o partido neste Poder, como o povo catarinense, instrumentalizando mais a educação como um dos componentes, um dos pilares da sociedade que precisamos e necessitamos construir neste Brasil.

Este ano, deputado Padre Pedro Baldissera, é um ano em que o Partido dos Trabalhadores já tem que começar cortando o salto alto. Pelo fato de a nossa ministra Dilma Rousseff ter tido uma ascensão nas pesquisas como resultado das políticas públicas implementadas pelo presidente Lula e o fato de este ano ser o ano das mulheres, não apenas porque vamos eleger a primeira presidente mulher deste país, como também uma governadora no estado de Santa Catarina, já há petista de salto alto. Nós vamos começar a andar com serrote na cinta, porque humildade é uma coisa fundamental em qualquer processo eleitoral. A nossa responsabilidade não é apenas pública, deputada Ada De Luca, é uma responsabilidade com as ações que temos nesta Casa.

Então, sendo o ano das mulheres, salve a nossa Dilma, que está beirando já os 30%, deputado Padre Pedro Baldissera, pois com a sua benção, com certeza, o povo brasileiro terá a clareza de reelegendo não o presidente Lula, mas o projeto de um governo popular para este país.

Portanto, temos esse compromisso, essa responsabilidade.

Deputado Sargento Amauri Soares, ao escutarmos, ontem, o pronunciamento da senadora Ideli Salvatti no Senado, vimos que ainda temos dificuldade na educação, pois, segundo uma avaliação da Unesco, o Brasil está muito mal colocado, resultado das políticas implementadas. No entanto, de 2002 para cá triplicou o orçamento do ministério da Educação. Foram inauguradas pelo presidente Lula, na segunda-feira, 74 escolas técnicas, sendo que 12 em Santa Catarina e mais 12 estão sendo construídas, e isso sem considerar o que há de recursos, de investimentos em todas as outras ações.

Santa Catarina foi um dos estados que mais receberam, no ano passado, recursos do Plano de Aceleração do Crescimento. Para este ano há mais de R\$ 200 milhões previstos para serem aplicados em 21 municípios, através do PAC Drenagem, o PAC da área de saneamento básico.

Na habitação, o projeto Minha Casa, Minha Vida tem feito a felicidade do povo brasileiro, deputada Ada De Luca, que não tinha acesso à habitação.

Hoje, pela manhã, conversei com um empresário que construirá, em Palhoça, 514 apartamentos de 42m², sendo que a Caixa Econômica Federal venderá cada um por R\$ 45 mil. Isso mostra claramente que não é por acaso que, deputado Sílvio Dreveck, o presidente Lula recebeu o prêmio de Personalidade Global no ano de 2009, honraria concedida, depois de 40 anos, pelo Fórum Econômico Mundial.

Então, não são apenas as revistas da França, como a *Le Monde*, da Grã Bretanha, da Itália que reconhecem o estadista que é o presidente Lula; em todos os países o nosso presidente foi reconhecido como figura internacional. E as pesquisas apontam, deputado Dagomar Carneiro, que a sua aprovação continua, no segundo mandato, beirando 80%.

E não é para menos: mais de 20 milhões de pessoas foram tiradas da miséria absoluta! A Unesco demonstrou que, seguindo esse cenário, em 2016 o Brasil deixará de ser um país emergente para se enquadrar efetivamente no cenário mundial como um país de primeiro mundo, desenvolvido, tendo em vista que a miséria absoluta será eliminada.

Além disso, temos mais um fator importante referente à credibilidade do nosso governo: num período de crise, deputado Antônio Aguiar, quase um milhão de empregos foram gerados no Brasil. Isso dá mostras de que há investimento do estado na infraestrutura, dá mostras da credibilidade de um governo que tomou medidas extremamente importantes dentro das necessidades do país.

Ao mesmo tempo quero aqui ressaltar a responsabilidade que todos nós, deputados, temos. No ano passado tivemos um embate com funcionários desta Casa com relação à chamada insalubridade, que em grande parte estava sendo indevidamente paga. Eu recebi, no início do ano, um e-mail e uma observação postada por Estevão Soares no meu site e depois mais algumas informações. Não conheço o funcionário Estevão Soares, mas quero dizer-lhe que darei todas as respostas para as perguntas por ele colocadas site. Estou levantando e apurando.

Uma das observações feitas em um dos e-mails é sobre uma lei de transposição que está tramitando nesta Casa, que está com o deputado Joares Ponticelli, que veio no final do ano passado, encaminhada pelo governador, que solicita que sejam trazidas para este Poder dez pessoas que não são funcionárias da Assembleia Legislativa, que estão à disposição desta Casa. Um verdadeiro trem da alegria! Uma dessas pessoas é o vereador Pitanta, de Palhoça, e desde já quero dar a essa lei o nome dele.

Quero dizer a vocês que vou brigar para que essa transposição não aconteça. Quero deixar isso claro para todos os funcionários da Assembleia Legislativa. Se me questionam a moralidade, vou agir assim sempre em todas as questões. Eu seria contra essa transposição no passado e sou contrário hoje porque houve concurso público. Então, esse é um dos fatores.

Outra resposta que quero dar é que sou responsável pelos funcionários do meu

gabinete e não vai haver funcionário desta Casa enquadrando-me. Vou responder efetivamente por eles. Fui eleito pelo povo e a ele vou dar respostas. Não me verão ser corporativo nessa questão.

Não conheço o vereador Pitanta, não sei quem é, mas já estou chamando de Pitanta essa lei, deputado Pedro Uczai, porque vou votar contra qualquer transposição de funcionários. Eu sei que alguns deles trabalham e outros nem sabem o endereço da Assembleia Legislativa.

Com relação a outras ponderações que foram feitas por Estevão Soares, quero dizer que o respeito, que é importante que sejamos alertados e quero convidá-lo para um café no meu gabinete para agradecer-lhe pelas informações. Mas vou ponderar sobre as outras respostas que ainda tenho que dar, porque vou-me aprofundar sobre os detalhes.

No mais, gostaria de desejar que 2010 seja um ano nota 13 para o Brasil e para o estado de Santa Catarina, porque a estrela que carrego no peito...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Quero registrar, com muito pesar, o falecimento, ontem, do secretário de Organização do Partido dos Trabalhadores, do município de Blumemau, Daniel Gonçalves, que contava apenas com 26 anos. Seu falecimento deixou todos do partido e toda a comunidade de Blumenau muito entristecida. Ele era um garoto, um jovem muito promissor na política, sempre na luta pela igualdade, na luta pelo ser humano. Infelizmente, depois de 11 dias internado no Hospital Santa Catarina, em Blumenau, faleceu.

Deixamos aqui os nossos sentimentos, as nossas condolências à família e aos amigos.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Feito o registro pela deputada Ana Paula Lima, as condolências também do Parlamento catarinense pelo falecimento de tão jovem secretário.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSEIRA - Sr. presidente, srs. deputadas, estamos retomando as nossas atividades dentro do Parlamento catarinense, e nesse sentido queremos dar aqui as boas-vindas a cada um, a cada uma, especialmente ao nosso colega Derli Rodrigues, lá de Romelândia. V.Exa. foi prefeito naquele município e é um prazer e uma satisfação muito grande tê-lo presente para nos somarmos na trincheira na defesa do nosso estado e, especificamente, da nossa grande região oeste de Santa Catarina. Esperamos ter bons dias de convivência!

No mais, eu gostaria de iniciar o meu pronunciamento fazendo um rápido registro de maneira muito especial de um dos mais importantes, deputado Pedro Uczai, movimentos sociais do nosso país e do estado de Santa Catarina, o Movimento dos Sem Terra.

Faço essa referência, deputado Sargento Amauri Soares, tendo em vista a caminhada histórica de luta, de mobilização,

de conscientização e de transformação da sociedade em que vivemos. Entre tantas ações, o Movimento dos Sem Terra tem hoje em Santa Catarina mais de 140 assentamentos organizados, que fazem ações de inclusão social extremamente grandiosas e com uma qualidade de produção invejável a muitos e muitos setores da sociedade. São mais de 60 cooperativas organizadas pelos trabalhadores sem terra dos assentamentos no estado de Santa Catarina.

O testemunho estende-se por diferentes regiões do nosso estado e em todos os estados da nossa federação, uma atuação invejável de organização, de transparência, de luta na busca de dar mais dignidade e qualidade de vida ao povo trabalhador.

Tivemos contradições porque somos revestidos também de limitações, nem tudo é perfeição, mas sabemos que essa luta tem trazido resultados extremamente significativos em nosso estado e no país.

E aqui quero lamentar profundamente o que aconteceu recentemente em Ibituba, com a prisão de alguns integrantes do Movimento dos Sem Terra de uma forma totalmente equivocada, arbitrária, ilegal, que não tem fundamentação legal nenhuma.

Quero deixar isso aqui registrado porque esse processo de criminalização dos movimentos sociais tem sido acentuado em várias regiões e estados, no sentido de desmoralizar a ação do movimento que vem provocando transformações importantes, fundamentais e necessárias no seio de toda a nossa sociedade. Esse processo de criminalizar os movimentos sociais é um retrocesso no avanço da inclusão social, na geração de renda, de emprego e de qualidade de vida da nossa população.

Os integrantes do MST foram acusados, deputado Sargento Amauri Soares, de uma forma leviana! Foram taxados de criminosos aqueles que, historicamente, têm-se colocado na defesa da vida de centenas e centenas de pessoas. Foi taxado como criminoso um movimento legítimo, organizado, transparente, que se faz presente basicamente em todos os estados da nossa federação e que tem mostrado, através da sua luta, organização e trabalho, resultados positivos para toda a nossa sociedade.

Quero registrar isso e lamentar essa ação equivocada perpetrada mais uma vez contra o Movimento dos Sem Terra.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Com muita satisfação, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, pois quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e dizer que concordo integralmente com todas as suas palavras. Como deputado estadual e policial militar concordo integralmente com todas as suas palavras.

É muito perigoso quando setores de uma instituição policial, quando setores do Ministério Público e quando setores do Poder Judiciário começam a defender juntos uma ideologia, a ideologia da Tradição, Família e Propriedade, aquela gente que patrocinou o golpe de 1964, porque essa é a ideologia que permite que eles pensem que agiram na legalidade. Não! Agiram fora da legalidade e nós vamos debater esse assunto também com mais profundidade para falar de várias outras circunstâncias, porque estivemos lá naquela madrugada procurando as pessoas que foram presas. Não ficaram 48 horas presas as pessoas contra as quais se usou todo um

aparelho para colocar na cadeia. Será que ninguém vai responder por isso?

Quero parabenizar v.exa. e dizer que concordo com todas as suas palavras, inclusive com relação à importância do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra para o desenvolvimento humano e social do estado de Santa Catarina.

Quem vê o ruim são aqueles que querem ver o que é ruim e inventam muitas vezes. Se for olhar a realidade, todo cidadão de bom senso vai concordar com as palavras que v.exa. pronunciou nesta tarde.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares. Incorporo no meu pronunciamento as suas palavras, e vamos ter, sim, outros momentos aqui para aprofundar esse debate importante que vivemos em Santa Catarina.

Mas queria aproveitar estes 50 segundos que me restam para pedir o respaldo, o apoio, de todos os parlamentares com relação a um projeto de emenda constitucional a que estou dando entrada nesta Casa, que se refere ao art. 40, inciso XVI, da Constituição de Santa Catarina, no tocante à necessidade de solicitar desta Casa autorização para processar o governador, o vice-governador e os secretários de estado. Para que a PEC possa tramitar nesta Casa, é preciso colher 14 assinaturas. Gostaria de contar com a grande maioria dos parlamentares para fazermos esse debate com relação ao inciso XVI do art. 40 da Constituição.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, ao iniciar este ano legislativo, quero dar as boas-vindas ao deputado Sérgio Godinho, de Lages, ao nosso amigo deputado Derli Rodrigues, de Romelândia, representando o oeste catarinense, e também ao deputado Dado Cherem, que retorna a esta Casa depois de um bellissimo trabalho junto à secretaria de Saúde de Santa Catarina.

Sr. presidente, antes de abordar a minha temática desta tarde sobre a educação, gostaria de fazer uma homenagem justa à nossa amiga catarinense que nos deixou, Zilda Arns, motivo de orgulho para todos nós, catarinenses. Milhares de brasileiros choraram a perda dessa pediatra e sanitarista.

Tive a oportunidade de prestar uma homenagem a ela em vida, a convite do bispo dom Angélico, alguns anos atrás. Sempre admirei o trabalho da dra. Zilda Arns, uma catarinense nascida em Forquilha. No início da década de 80, ela fundou aquilo que conhecemos como Pastoral da Criança, uma das maiores e mais respeitadas ONGs do mundo. Em 1982, quando Zilda Arns iniciou a sua caminhada nessa área, nós tínhamos um índice de 82 mortes por mil nascimentos. Hoje ainda temos um índice elevado, mas baixamos de 82 para 13 mortes por mil nascimentos.

É claro que a queda do índice da mortalidade infantil no Brasil, e pelo menos em outros 20 países, deve-se à missão abraçada pela dra. Zilda Arns em duas frentes: na questão da desidratação e na questão da desnutrição. Na desidratação, com a sua receita doméstica preciosíssima, o soro caseiro, composto de água, açúcar e sal, e na desnutrição com a chamada multimistura, composta de casca de ovo, arroz, milho e semente de abóbora. Foi assim que ela atingiu

mais de quatro mil municípios no Brasil. Além disso, mais de 20 países e 42 mil comunidades pobres foram beneficiadas com o programa da Pastoral da Criança, uma organização que reúne, hoje, cerca de 250 mil voluntários, sendo mais de 90% mulheres, que uma vez por mês batem à porta de famílias assistidas pelo programa.

Por tudo isso, srs. deputados, nós rendemos a nossa homenagem à dra. Zilda Arns, pela sua capacidade de tornar a própria comunidade uma agente de sua transformação, e também a nossa homenagem a todos os líderes que integram essa rede de solidariedade. Zilda morreu em combate, combatendo o bom combate, combatendo o flagelo da mortalidade infantil, e é uma mulher que orgulha todos nós, catarinenses.

Sr. presidente, tive a oportunidade de me debruçar, durante o recesso parlamentar, sobre alguns relatórios e um deles me chamou a atenção. Refiro-me ao relatório da Unesco sobre a questão da educação. Infelizmente, fomos parar na 88ª posição no ranking de desenvolvimento educacional. Aí tracei um paralelo com alguns países da América Latina e percebi que estamos atrás dos países mais pobres da América Latina, atrás do Paraguai, do Equador e da Bolívia! A repetência média nestes países, Bolívia, Equador e Paraguai, é de 4% ao ano. No Brasil, a Unesco diz que ainda estamos com 19% de repetência.

E aí surgem duas perguntas básicas: quanto do nosso Orçamento está indo para a educação? E qual o interesse que estamos tendo, como gestores públicos, em um povo educado, consciente e bem informado?

A qualidade da educação precisa continuar sendo o pilar número um da democracia.

Ontem recebemos aqui o governador do estado, Luiz Henrique, e não só ouvi atentamente a sua exposição, mas também, deputado Antônio Aguiar, líder da bancada do PMDB nesta Casa, teve a oportunidade, depois, de folhear cuidadosamente o relatório que me chegou às mãos. Alguns números são muito positivos, precisamos reconhecer. E nessa mensagem do governo estadual à Alesc eu fui direto à gestão fiscal e entendi que o percentual aplicado na educação foi superior àquele exigido pela lei.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado, eu gostaria de parabenizá-lo pela sua colocação em relação à pediatra Zilda Arns. Sem dúvida nenhuma, ela teve uma ação importante na Pastoral e uma ação importante social no estado. Mas como se não bastasse o Brasil, ela se dirigiu ao exterior. E lá, infelizmente, encontrou alguma coisa inesperada e Deus fez com que ela fosse para outro lugar.

Mas quero dizer a v.exa. que essa homenagem é muito importante e nós, catarinenses, sentimos-nos sensibilizados e queremos parabenizá-lo por esse pronunciamento.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado por sua intervenção. Sem dúvida, a dra. Zilda Arns foi um gigante que tombou na batalha.

Completando a minha intervenção sobre a questão da educação, os dados recebidos pelo governo do estado e entregues a esta Casa na tarde de ontem, quero dizer que em 2008 foram investidos 25%; em 2009, 25,86%...

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado, parabéns pelo seu pronunciamento. Também estou preparando um discurso para homenagear Zilda Arns, vizinha lá em Forquilha, uma vez que fui estudante naquela cidade.

Nós já temos Anita Garibaldi, a nossa heroína dos dois mundos, e agora temos Zilda Arns, a heroína dos três mundos: a América e os dois continentes. Então, nós temos na pessoa da Zilda realmente uma grande heroína. Ela era minha conhecida. Muitas vezes, quando estava em Brasília, ajudei-a, no início da sua atuação, na consecução de várias coisas que ela precisava em ministérios.

Parabéns a v.exa. pelo pronunciamento. Santa Catarina teve uma grande perda, a nossa querida dra. Zilda Arns.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Acho que cabe aqui, deputada, inclusive, quem sabe, uma moção desta Casa na questão do Nobel da Paz. Mercedemente, mesmo pós-morte, seria uma indicação interessante. Ela foi indicada, mas acabou não o conquistando. Nós poderíamos, quem sabe, fazer também a nossa parte com uma moção nesse sentido.

Concluindo a questão da educação, quero dizer que alguns dados chamaram-me a atenção. Em 2009, houve melhorias na rede física. Na questão dos alunos, 415 mil alunos receberam uniformes completos, sendo que mais de R\$ 50 milhões foram investidos; 640 mil alunos receberam material escolar, sendo R\$ 12 milhões investidos; 157 mil alunos foram atendidos pelo Programa de Transporte Escolar, sendo R\$ 53 milhões investidos em 290 municípios. No ensino superior, 14.753 bolsas atenderam a 49 instituições, sendo mais de R\$ 37 milhões aplicados.

No entanto, há uma lacuna que é preciso reconhecer. Ainda falta muito e como deputado da base do governo eu também me sinto na obrigação de fazer esta chamada de atenção ao nosso governo e ao secretário de Educação: é preciso reconhecer o débito que ainda temos para com o magistério, sobretudo na questão salarial. A valorização do professor é imprescindível para que possamos ter uma educação de qualidade, uma educação pública que venha de fato orgulhar todos nós, catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 19 minutos.

Enquanto o deputado Antônio Aguiar se dirige à tribuna, queremos registrar com muita satisfação a presença na nossa Casa do vice-prefeito Ingo Braatz; do secretário municipal Moacir Santos e da nossa querida vereadora Oriana Fillagrana, todos do município de Presidente Getúlio, cidade que é a rainha do vale norte. Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, povo catarinense que nós assiste, as nossas boas-vindas a todos os deputados e deputadas.

Quero saudar os funcionários da Assembléia Legislativa, desejando um bom retorno a esta Casa, que tenhamos um ano de muito trabalho, muita dedicação e que realmente possamos construir uma sociedade melhor, mais justa, com o Parlamento

catarinense fazendo a sua parte, trabalhando em prol do nosso povo.

Nós gostaríamos de falar sobre a convenção nacional do PMDB, que se realizará sábado, pois esse evento está sendo colocado em uma data não convencional e por isso os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e outros estados estarão ausentes. O vice-presidente nacional do PMDB, Eduardo Pinho Moreira, em conversa com o governador Luiz Henrique da Silveira e com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, decidiu não participar dessa convenção no dia 6 de fevereiro. Isso significa que os estados do sul e outros da federação não estão aceitando a imposição de uma nova data. Então, agora, no dia 6, haverá a convenção do PMDB, com a ausência dos estados do sul.

Quero dizer que ontem participamos da reunião da bancada do PMDB, com a presença do presidente do nosso partido, Eduardo Pinho Moreira, ex-governador e também pré-candidato ao governo do estado de Santa Catarina, para tratar da convenção nacional do PMDB, quando tomamos a decisão de, juntamente com o PMDB do senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul; de Roberto Requião, do Paraná, não participar dessa convenção.

Mas também temos boas notícias, pois ontem à noite inauguramos, na cidade de São Bento do Sul, com a presença do governador Luiz Henrique da Silveira, dos deputados Sílvio Dreveck e Darci de Matos, uma obra importante para a SC-301, que foi um elevado que irá favorecer o distrito de Oxford, de São Bento do Sul, que terá a sua travessia melhorada, fazendo com que não só a cidade de Bento do Sul seja beneficiada, mas todo o planalto norte.

Nós, que viajamos para Canoinhas, Porto União e outras cidades, seremos muito beneficiados com esse elevado, pois o trânsito daquele trecho hoje é de aproximadamente dez a 12 mil carros diários, deputado Reno Caramori, é um movimento muito grande para a nossa região. Isso significa que o oeste de Santa Catarina está passando pelo planalto norte e que nossas rodovias merecem uma atenção especial.

Por isso, fiz um requerimento ao DNIT para que agilize, sim, a duplicação do trecho de São Francisco do Sul a Jaraguá do Sul, obra já prometida pela pré-candidata Dilma Rousseff, mas que até agora não saiu do papel. Esperamos que o entusiasmo do deputado Jailson Lima, do PT, transforme-se em realidade e que comecem a fazer as obras prometidas.

Então, somos grandes defensores da BR-280, não só do trecho de São Francisco a Jaraguá, mas da recuperação da BR-280 até Porto União, terra do deputado Carlito Merss, que sabe bem onde é Porto União e como é longe. Temos certeza de que esse pedido vai fazer com que o DNIT apresse as suas decisões, iniciando as obras que tanto esperamos para o planalto norte.

Com essa inauguração de ontem o nosso governador Luiz Henrique da Silveira mostrou a Santa Catarina o progresso que tivemos através de números, pois temos um PIB de R\$ 106 bilhões. Santa Catarina economicamente hoje é mais forte que três países juntos, ou seja, somando o Uruguai, a Bolívia e o Paraguai não conseguem ter o PIB que o nosso estado tem.

Isso significa capacidade, força e que o nosso empresário despertou para a sua produção e para o comércio. Santa Catarina vive, sim, dias melhores. A arrecadação do nosso estado bateu recordes, com nada mais

nada menos que R\$ 1 bilhão por mês. Isso significa que o governo do estado tem condições, sim, de realizar obras como essa de São Bento do Sul. Uma obra importante para o planalto norte, que faz com que a pujança de São Bento do Sul fique registrada como ficou ontem.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Nobre deputado, congratulo-me com v.exa. pelo tema que está trazendo a essa tribuna, assim como com o pessoal do planalto norte, pelas obras que foram inauguradas.

Gostaria de salientar, deputado, aquilo que v.exa. acabou de falar sobre a nossa BR-280, sobre a duplicação que vai de São Francisco do Sul a Jaraguá do Sul, pois todos nós temos falado sobre esse tema constantemente, mensalmente, nesta Casa e por onde vamos, não só este deputado, mas os representantes da região norte, os deputados Kennedy Nunes e Darci de Matos, sempre batendo nesta tecla da duplicação, especialmente da BR-101 até São Francisco do Sul, mas de forma alguma menosprezando a outra parte que vai até Jaraguá do Sul.

O ideal é que tenhamos a duplicação de Jaraguá do Sul até São Francisco do Sul. Mas urgente, urgentíssima é a duplicação São Francisco do Sul, principalmente em função do porto de São Francisco, o maior de Santa Catarina, pelo problema que temos quando chega o verão, pois aumenta muito o trânsito por causa dos turistas, das pessoas que visitam as praias da Enseada, de Ubatuba, do Capri, do Forte, da Barra do Sul etc. Nos finais de semana piora e é aquela angústia na hora de voltar para casa.

Não foi nem uma e nem foram duas vezes que vimos, através da imprensa, o problema da volta para casa, aquele atravancamento todo que temos ali, sem contar com as inúmeras mortes que acontecem, principalmente no município de Araquari, tudo pela falta dessa duplicação tão esperada, tão almejada, tão sonhada por todos nós, parlamentares daquela região e especialmente pela população.

Por isso, quero congratular-me com v.exa. e reforçar esse apelo que fazemos ao governo federal, pois já foram feitos inúmeros pedidos de informação solicitando essa duplicação, essa licitação, pois dizem que falta fazer a licitação e que ela vai sair. Nós vamos fazer figa, torcendo para que essa licitação saia finalmente, a fim de que possamos ver logo os tratores, as máquinas roncarem naquela na nossa região, para ver realizada essa obra tão sonhada por todos nós.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves. O restante do horário reservado ao PMDB será usado pelo deputado Renato Hinnig.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte, para que eu possa fazer um registro?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Só gostaria de registrar a presença do nosso querido

amigo Mauro Biehl, presidente do Partido Verde, que prestigia a nossa sessão no dia de hoje.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Seja bem-vindo, Mauro Biehl.

Nesse início dos trabalhos do Legislativo catarinense, registro que o deputado Jailson Lima começa muito bem trazendo um mimo a todos os srs. deputados, que neste ano de eleição vão precisar de muita energia para poder dar conta de todos os compromissos e visitar todas as bases eleitorais. Parabéns ao deputado Jailson Lima e espero que haja lá um estoque, porque certamente alguns vão pedir mais.

Mas aproveito esta oportunidade para falar sobre a organização partidária na qual o PMDB vem trabalhando desde o ano passado. No início deste ano, no mês de janeiro, tivemos pelo menos duas reuniões da Executiva do partido, preocupada em construir o plano de governo que será defendido pelo PMDB e agora, já desde o início do ano, pelo nosso pré-candidato, Eduardo Pinho Moreira. Nesse trabalho estamos envolvendo a Fundação Ulysses Guimarães com todo o seu corpo técnico, com todas as cabeças pensantes do nosso partido.

Coube-nos, na função de secretário-geral do partido, coordenar esse trabalho de montagem do que será a proposta do plano de governo do nosso partido para governar Santa Catarina de 2011 até 2015. E nesse sentido estamos motivados, vamos ouvir todos os militantes do nosso partido, faremos encontros regionais e estamos propondo fazer de oito a dez seminários regionais, quando pretendemos discutir as prioridades de cada região, suas peculiaridades, para, a partir daí, aprofundarmos, com conhecimento de causa, esse belo trabalho que vem sendo feito pelo governador Luiz Henrique da Silveira, com a política de descentralização implantada em Santa Catarina, o que se traduz efetivamente num modelo de gestão acertado.

Tanto é verdade que ontem tivemos a oportunidade, deputado Antônio Aguiar, de assistir aqui à leitura do relatório do governador Luiz Henrique, que nos mostrou claramente os avanços que aconteceram por parte do governo em todas as áreas, seja na Saúde, onde o deputado Dado Cherem, nos últimos sete anos, de forma muito competente, esteve como secretário e realizou um grande trabalho.

Quero fazer esse registro aqui porque muito se critica ainda a Saúde, mas é inegável que tivemos muitos avanços nestes últimos sete anos. Isso se deve à determinação do governador Luiz Henrique, à competência e à dedicação do secretário Dado Cherem e a toda a equipe da Saúde.

Assim também aconteceu na Educação, na Infraestrutura, pois Santa Catarina este ano ficará sendo o único estado que terá todos os municípios com ligação asfáltica. Portanto, é mérito do atual governo, e que no início da sua gestão teve essa visão e colocou isso como meta, como objetivo principal. Neste ano de 2010 temos convicção de que vamos comemorar mais esse dado histórico de Santa Catarina.

Enfim, da mesma forma registram-se avanços também na área da cultura, do esporte, do turismo e em todas as áreas que formos analisar.

É importante também registrar a melhoria na gestão pública, já que Santa Catarina registra, dentre todos os estados brasileiros, é aquele que menos gastos tem para manter a sua máquina administrativa funcionando. Isso se deve à determinação, à vontade, ao empenho de todo o governo do estado no sentido de melhorar a gestão.

Quero particularmente registrar toda a melhoria feita no âmbito da secretaria da Fazenda, pois sou originário dos seus quadros e sei bem como foi implantada toda essa metodologia que se iniciou lá em 1995. E não é à-toa que Santa Catarina foi apresentada pelo governador, na data de ontem, com recorde de arrecadação, sendo, entre todos os estados brasileiros, aquele que melhor desempenho teve na arrecadação nos últimos anos. É importante registrar ainda que isso foi feito sem aumento de qualquer carga tributária, ao contrário, com a sua diminuição. Nós tivemos um incremento significativo na nossa arrecadação que era, em 2002, de R\$ 5,4 bilhões, e fechou o ano de 2009 com a marca de R\$ 11,5 bilhões, mostrando que mais do que dobrou a arrecadação do estado, com redução de custos. E isso inegavelmente é melhoria de gestão. E é nesse sentido que vamos elaborar o plano de governo do PMDB para governar Santa Catarina de 2011 a 2015.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o sr. deputado Décio Góes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Srs. deputados, sr. presidente, todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, pessoas que estão visitando esta Casa, é com satisfação, é com um prazer muito grande que estamos retornando às atividades legislativas neste importante ano de 2010. Na verdade, essa volta à Assembleia tem um significado especial, pois esta Casa é um espaço importante, um espaço democrático, que representa os setores do estado, através do debate democrático. Então, bom trabalho a todos nós durante este ano.

Na verdade, o ano de 2010, do ponto de vista da consolidação da democracia brasileira, é um ano extremamente importante, pois vamos ter eleições gerais. A empolgação do deputado Jailson Lima dá mostras do nosso sentimento de confiança em função de que o povo catarinense e o povo brasileiro estão entendendo a importância do governo do presidente Lula, que fez este Brasil crescer e distribuir renda, melhorando a vida das pessoas.

Por isso a nossa pré-candidata Dilma Rousseff está indo bem nas pesquisas, pois as pessoas estão entendendo a importância da continuidade e do aperfeiçoamento desse projeto. Então, este ano é um ano importante para as mulheres porque vamos eleger duas mulheres importantes: Dilma Rousseff, como presidente, e a nossa senadora Ideli Salvatti como governadora, além de várias deputadas federais e estaduais, como as deputadas Ana Paula Lima e a Professora Odete de Jesus.

Também estamos começando o ano com notícias boas sobre a economia brasileira, mas estamos tristes com as chuvas intensas que aconteceram neste país, com a calamidade no Haiti, onde tivemos a perda da nossa médica e coordenadora da Pastoral da Criança, dra. Zilda Arns, que é conterrânea nossa do sul do estado, de Forquilha, que fez um trabalho admirado no Brasil e no mundo inteiro. Sentimos isso muito de perto por conviver com seus parentes, com seus amigos e conhecer profundamente o seu trabalho. Isso nos chocou profundamente e aqui queremos deixar a nossa homenagem a essa ilustre brasileira.

Nesse processo de democracia que estamos vivendo, fico triste quando vejo o

setor empresarial discutindo um projeto que foi também discutido exaustivamente nesta Casa e em todo o estado, com o apoio massivo da população catarinense, ocasião em que aprovamos um piso salarial para Santa Catarina, reconhecendo que o nosso estado tem condições de pagar um piso melhor do que o salário nacional de R\$ 510,00. A nossa economia, como bradamos todos os dias aqui, é mais pujante e o governador fez nesta Casa, ontem, esse mesmo discurso. Portanto, o nosso estado pode pagar melhor, pode pagar o valor de R\$ 587,00, que é o piso salarial aprovado nesta Casa no ano passado.

Para finalizar, eu queria endossar as palavras do deputado Padre Pedro Baldissera, pois me chocaram bastante as prisões arbitrárias do coordenador do MST em Santa Catarina, (Altair Lavratti), do militante Rui Fernandes Silva Júnior e da líder comunitária Marlene Borges, ocorridas na semana passada, durante uma reunião com movimentos populares ligados aos catadores de lixo, às 21h.

Nós repudiamos isso com veemência, pois eles foram presos num processo antidemocrático, onde só faltou resgatar o AI-5. A partir de uma denúncia que o prefeito daquele município recebeu, procederam imediatamente a essas prisões, sem respeitar os direitos constitucionais conquistados pela nossa democracia, a qual temos a obrigação de aperfeiçoar diuturnamente.

Então, eu queria aqui lamentar esse fato e parabenizar a Associação dos Delegados da Polícia Federal e da Polícia Civil de Santa Catarina, que em nota repudiaram essa ação, essa operação policial, e acatar, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, a sugestão dessas associações, solicitando a abertura de investigação, responsabilizando a PM pela suposta usurpação de função, pois os PMS também foram desrespeitados.

O art. 4º, do Decreto n. 660, de setembro de 2007, do governador Luiz Henrique da Silveira, veda à PM a prática de atos de polícia judiciária, como apuração de infrações penais e interceptação telefônica, bem como encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça, à Corregedoria-Geral do Ministério Público, à Corregedoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina solicitação de investigação sobre afronta aos preceitos constitucionais e do dever de justiça.

Pela democracia, temos que estar todos vigilantes. Essa é a tarefa que herdamos em função de toda a luta pela redemocratização, e a nossa obrigação é aperfeiçoá-la.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, nós gostaríamos de parabenizar o novo colega deputado Derli Rodrigues, o deputado Dado Cherem, pelo seu retorno, como também o deputado Sérgio Godinho.

Nossas boas-vindas a eles, em nome da bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, deputado Reno Caramori, em primeiro lugar, quero dar a todos boas-vindas.

Entramos no ano de 2010 com a pauta bastante carregada. Será um ano de muito trabalho na Assembleia, um ano de eleições importantes para o processo da democracia brasileira, em que teremos muita responsabilidade de conduzir tanto os projetos nesta Casa quanto as eleições da qual a grande maioria deste Parlamento, senão a totalidade, terá participação.

Por outro lado, os assuntos são inúmeros. Eu teria, no dia de hoje, deputado Joares Ponticelli, assuntos palpitantes, bem apimentados, a começar pelo sul do estado. O filme do arrasador de corações, do quebrador de corações está em pauta, mas eu vou deixar para uma próxima oportunidade. Tenho outro assunto palpitante que temos que relembrar: de onde veio, para onde foi o dinheiro do colaborador Aldo Hey Neto?

No final do ano ocorreu um episódio envolvendo a árvore de Natal, submersa, subterrânea, a transferência de recursos do estado para o tenor italiano ou para a sua empresa. Até o momento nada foi esclarecido.

Mas o assunto que eu quero destacar no dia de hoje diz respeito à educação. No seu pronunciamento o deputado Ismael dos Santos colocou alguns aspectos importantes da educação catarinense e brasileira. O deputado falou que o Brasil, infelizmente, está devendo muito à educação, que ainda está longe de outros países da própria América do Sul. Isso é verdadeiro! Mais de 50% dos alunos que concluem o ensino fundamental não dão sequência ao ensino médio, apenas 13% cursam graduação, ou seja, curso superior.

Nós falamos que o povo brasileiro necessita de empregos e de uma melhor distribuição de renda. E isso é verdadeiro! Como devemos proceder? Na minha avaliação, temos que investir na educação para dar oportunidade às pessoas de terem um trabalho, permitindo ao mesmo tempo que elas evoluam no seu trabalho para buscar um aumento da sua renda. Assim, nós vamos diminuir a desigualdade social.

Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu não posso concordar com a ressalva que eu não tenho conhecimento de que o estado investiu mais de 25% na educação, deputado Sargento Amauri Soares. Não é o que está nos relatórios do Tribunal de Contas. Eu ainda não tenho o relatório final de 2008, mas tenho aqui o de 2007, e não houve a responsabilidade, o compromisso de honrar a Carta Magna no que diz respeito aos 25% à educação e aos 12% à saúde. Está aqui nesses relatórios!

A educação deixou de receber R\$ 286 milhões, portanto, não foram respeitados os 25%. Para a saúde não foi diferente, apenas 11%, aproximadamente, foram destinados ao setor.

Uma coisa, deputado Reno Caramori, é vir aqui falar que foram destinados 25% à Educação, e 12% à Saúde, deputado Joares Ponticelli. Outra coisa é o que prova o Tribunal de Contas. Não é o deputado que está falando. Em nenhum dos dois itens foi cumprido o que dizem as Constituições Estadual e Federal. E, pior, os municípios tiveram prejuízos enormes só com o tal do Fundo de Turismo e Cultura.

E por isso que os nossos professores, os servidores da Saúde, que os servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar estão reclamando com razão! Falar é diferente de praticar e por isso, srs. deputados, os relatórios...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do vereador Adair Werlang, de Cunhataí, que nos visita na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Está feito o registro, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital ou que estão presentes neste plenário, temos muitas coisas para dizer, evidentemente que vamos falar mais depois, no final da tarde, amanhã e na semana que vem. Esperamos que esta tribuna não feche nunca, porque é o espaço sagrado da livre manifestação de pensamento. E para a nossa gente, praças da Polícia Militar e do Corpo dos Bombeiros, é o único lugar em que um praça pode falar sem ser preso.

Nós temos vários assuntos para discutir: a questão da anistia dos militares estaduais; esse caso em Imbituba, que está na capa do *Diário Catarinense* de hoje, questionado por autoridades do estado, e nós temos muito a falar sobre isso, como o deputado Padre Pedro Baldissera já falou, e o caso do vice-governador Leonel Pavan.

Muitas coisas podem ser ditas, mas uma é preciso que se diga de antemão: o governador Luiz Henrique quer-se livrar do vice agora! Fez até uma manobra no final de janeiro para ver se o presidente do Tribunal de Justiça em exercício, interino no governo do estado, o desembargador Varella, passasse o governo, o mandato para Leonel Pavan. Alguém no TJ desconfiou e pulou fora. Ai o TJ jogou para cá a criança. E parece que hoje nós vamos devolver para o TJ.

E o governador Luiz Henrique, que queria sair do governo no dia 5 de janeiro, agora não fala mais no assunto! Não quer assumir o vice dele, é isso?! E como é que ficam as relações dentro da tripla aliança? Esses são os questionamentos, dentre tantos outros.

Outro assunto necessário são os cartórios! Deputado Joares Ponticelli, não estou adotando a herança do deputado Onofre Santo Agostini. Concordo que deva ocorrer concurso público, mas ele tem que ser público. Eu tenho visto documentos aí que são um menosprezo ao regime republicano, mas nós vamos falar mais sobre esse assunto.

Outro assunto é o custo da árvore de Natal de Florianópolis de R\$ 3,7 milhões. Lá em Brasília o governador Arruda, deputado Pedro Uczai, fez uma árvore igual à nossa, eu vi, do mesmo tamanho, na frente do Congresso Nacional, de R\$ 600 mil mais ou menos, e o povo de Brasília achou caro! Uma árvore de Natal de R\$ 600 mil, igual à nossa!

Mas o prato do dia para este pouco tempo que me sobra - e vamos falar mais disso depois da Ordem do Dia - é a anistia.

Na última sessão do ano passado, eu comemorei aqui a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de anistia dos militares estaduais. E no dia seguinte o Senado aprovou também, por unanimidade. A Câmara Federal, a soberania popular, a representação popular do povo brasileiro, aprovou num dia e o Senado, que representa os 27

estados da federação, votou no dia seguinte. O presidente Lula sancionou no dia 13 de janeiro e o governador Luiz Henrique foi o único dos 27 governadores que mandou um documento, um dossiê, através do ministro Jobim, para que o presidente Lula vetasse. Mas o presidente sancionou, foi publicado no Diário Oficial da União no dia 14 de janeiro. Está aqui o Diário Oficial da União desse dia! A lei está em vigor, mas não está sendo respeitada neste estado. Isso aqui é uma república? É uma monarquia? O que é isso aqui?!

Mas há mais notícias boas. O governador do estado entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade. Orgulha-se de ter sido deputado federal não sei quantas vezes, mas não respeita a decisão do Congresso Nacional. Quer ser senador e não respeita a decisão do Senado. Que democracia...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PR.

Com a palavra a deputada Professora Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, é uma satisfação poder estar aqui novamente retornando aos trabalhos deste Parlamento.

Quero cumprimentar os srs. deputados integrantes da Mesa, os srs. líderes de bancada, as sras. deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca, minhas companheiras da bancada feminina, e os demais srs. deputados.

Desejo cumprimentar ainda a imprensa falada, escrita e televisada, os funcionários desta Casa, a plateia que nos acompanha e os telespectadores que são assíduos no acompanhamento dos trabalhos da Assembleia Legislativa.

Queremos dar as boas-vindas ao nosso colega, deputado Deli Rodrigues, que integra este colegiado de parlamentares. Seja bem-vindo e saiba que contará com o nosso apoio e com o apoio de todas as bancadas com assento neste Parlamento.

Também dou as boas-vindas ao deputado Dado Cherem, ex-secretário de Saúde, que retorna a este Parlamento. Ele fez um belo trabalho à frente da secretaria de Saúde, sempre pronto a atender aos anseios da população.

Gostaria de dar as boas-vindas ao deputado Sérgio Godinho, que agora está em outra bancada. Ele já trabalhou conosco e é um deputado que tem muitos ideais a atingir. Tenho certeza de que retorna já de vez e que no ano que vem vai estar aqui novamente. S.Exa. é um deputado muito trabalhador e batalhador, sempre pronto a atender a todos os catarinenses.

Eu quero agradecer, sr. presidente, o apoio, o carinho e a grande solidariedade de todos os meus colegas deputados pelo falecimento da minha mãe, no dia 23 pela manhã. E eu necessito desse apoio. Gostaria também de agradecer pela coroa maravilhosa que a Assembleia Legislativa enviou.

É um momento muito doloroso. Eu já perdi o meu pai, em 2006, no meu primeiro mandato, e agora perdi a minha mãe. O difícil é quando aquela pessoa que amamos e de quem herdamos coisas boas, como o caráter, morre nos nossos braços. Todo filho recebe os primeiros ensinamentos dentro de casa, depois completa o caráter na escola e na

convivência em sociedade. Trago de minha mãe lembranças muito boas.

Quero agradecer o carinho de todos os colegas e os telefonemas. O governador estava no exterior, mas me ligou pela manhã. Quero agradecer a todos, pois sempre encontrei neste Parlamento um grande carinho, um grande respeito. Sempre fui respeitada por todos e por isso quero agradecer.

Estamos aqui novamente para enfrentar novos desafios. Estamos prontos e podem contar conosco.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Solicito ao deputado Jailson Lima que assuma a Presidência para que este deputado possa fazer uso da palavra.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, solicito que v.exa. avise aos deputados que estão em seus gabinetes que estamos próximos do horário destinado à Ordem do Dia e que há uma matéria importante a ser apreciada.

Temos poucos deputados em plenário e é importante que todos participem. A imprensa está toda aí na expectativa do que faremos daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Solicito à assessoria que entre em contato com todos os gabinetes solicitando a presença dos nobres deputados neste plenário.

Com a palavra o sr. deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Saúdo o nosso presidente, deputado Gelson Merísio, toda a Mesa Diretora e todos os srs. deputados. Aproveito também para solicitar que todos os srs. deputados estejam no plenário no horário destinado à Ordem do Dia.

Quero saudar, de uma forma especial, o deputado Derli Rodrigues, da nossa querida Romelândia, que está tendo a oportunidade, representando o PPS, de estar aqui conosco durante 60 dias. Tenho certeza, deputado, de que v.exa., que já foi prefeito mais de uma vez, vai ver a importância do trabalho deste Parlamento.

Da mesma forma, quero saudar o deputado Sérgio Godinho, um deputado aguerrido que já esteve aqui em outras oportunidades e hoje volta pelo glorioso PTB para aqui ficar por 60 dias. Sinta-se bem! V.Exa. é um amigo, um parceiro, um companheiro, um homem que orgulha o planalto de Santa Catarina.

Quero saudar o nosso prefeito Adelson Alberti, de Bela Vista do Toldo, os srs. vereadores e as pessoas que nos honram com sua presença.

Srs. deputados, a partir de agora farei mais uso da tribuna, até porque a função de presidente muitas vezes dificulta essa ação. Mas quero agradecer, mais uma vez, a cada deputado, deputado Padre Pedro Baldissera, pela colaboração que tive nesse ano de Presidência. Foi um ano extremamente positivo, em que todos os senhores e as senhoras puderam ver o que conseguimos realizar. E, acima de tudo, como já disse, a maior obra foi o fortalecimento deste Parlamento, que cada vez mais se consolida e transforma-se num bom exemplo para Santa Catarina.

Eu tive a oportunidade, por ser presidente da Assembleia Legislativa, porque os senhores e as senhoras quiseram, de ser governador de Santa Catarina. Mandei para cá sete matérias, uma delas os senhores aprovaram em 24 horas.

Deputado Pedro Uczai, v.exa. é um professor, um lutador e um homem dedicado. Lembro-me das 11 audiências públicas que v.exa. e eu fizemos em todo o estado de Santa Catarina, nas 11 universidades que existiam naquela época, hoje são 15. Recordo-me da luta para regulamentar o art. 170, para criar critérios para que o dinheiro público fosse aplicado com justiça.

Criamos uma comissão composta por dois alunos, professores, membros do Ministério Público. Quantos debates foram feitos? E baseado nesse trabalho - e depois veio o art. 171, no qual v.exa. tem a impressão digital também - é que veio a possibilidade de mais recursos para estudantes, para pesquisas. É aquilo pelo qual v.exa. luta, e o Brasil faz zero de pesquisa em muitas coisas.

E aí veio a grande oportunidade que eu tive, como governador, de enviar aquela matéria que resultou na Lei n. 14.876, aprovada por todos os senhores e as senhoras, que vai permitir que o governo Luiz Henrique e Leonel Pavan aplique este ano R\$ 10 milhões. Isso é extraordinário porque o aluno carente, dentro do que determina a lei, vai sair do que ele ganha do art. 170 e vai passar para a bolsa integral. Assim vão sobrar mais recursos para ampliar o art. 170, deputado Jailson Lima. Quem ganha 40 poderá ganhar 50, quem ganha 30 poderá ganhar 40, ou poderão ser incluídos mais alunos que não estavam sendo atingidos, deputado Reno Caramori.

Eu agradeço a cada um dos senhores na certeza de que foi uma das melhores leis que tive a oportunidade, como governador, de enviar a esta Casa. Porque os senhores também têm idéias! Que vontade todos nós temos de realizar, mas muitas vezes não podemos porque a Constituição de 1988 tirou-nos muitas possibilidades de legislar.

Tive também, deputados Derli Rodrigues e Pedro Uczai, a oportunidade de assinar, como governador, o Decreto n. 2.691, de 16 de outubro, proibindo que quem estuda na UFSC possa cursar a Udesc. E ela já está valendo!

O professor Sebastião disse-me - e temos que procurar fazer com muita responsabilidade - que muitos estudantes têm o privilégio de passar na Universidade Federal porque se prepararam, porque têm condições de fazer um cursinho, passam na Udesc e iniciam as duas faculdades. Mas daí eles escolhem durante os cursos qual eles desejam mais, qual eles se adaptam mais, e lá no final do primeiro ou do segundo semestre eles decidem cursar só a Universidade Federal. E isso é um direito deles porque eles passaram. Aí aquela vaga que poderia ser aproveitada por um aluno que precisa desesperadamente estudar e gostaria porque a universidade é pública, já não será preenchida porque, como bagunçou, não há condições. Esse decreto veio fazer com que eles se decidam. E está acontecendo!

Agora há uma lei federal sancionada pelo presidente Lula que, deputado Pedro Uczai, trata da mesma matéria. Ela veio agora e não quero dizer que o presidente Lula copiou do deputado Jorginho Mello. Eu não estou falando isso, até porque o meu foi um decreto e o dele foi uma lei que tramitou, e v.exa. sabe disso. Mas há uma lei federal regulamentando a mesma matéria.

Então, eu acertei nos bons momentos que esta Casa me proporcionou.

Apresentei também o projeto Cem cópias, sem custos - e v.exa. foi o relator -, dando a oportunidade para escritores. A Imprensa Oficial do Estado hoje está preparada para cumprir o previsto na lei.

Portanto, vou voltar mais vezes para discorrer sobre os projetos que todos os deputados e deputadas puderem aprovar, na certeza de que o Parlamento ganhou e de que nós ganhamos de força.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Derli Rodrigues - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Derli Rodrigues.

O SR. DEPUTADO DERLI RODRIGUES - Eu gostaria de fazer um registro rápido com relação ao conteúdo explicitado pelo deputado Jorginho Mello sobre o trabalho feito por ele e o deputado Pedro Uczai, e posteriormente sobre a aprovação, pelos parlamentares desta Casa, do art. 170.

Eu sou acadêmico de Direito e não estou sendo beneficiado porque já fiz uma graduação. Mas acompanho o processo na Unoesc de São Miguel d'Oeste, por exemplo, e sei da importância desse trabalho feito pelos parlamentares de Santa Catarina e o quanto ele beneficia. Conheço o tamanho da expectativa que existe entre os acadêmicos no início de cada semestre, aguardando a oportunidade.

Então, quero parabenizá-los de coração e dizer que foi uma das melhores coisas que podiam ter sido oferecidas para os cursos superiores do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Antes de conceder a palavra, pela ordem, ao deputado Dagomar Carneiro, solicito aos srs. deputados que estão nos gabinetes que desçam ao plenário. Faltam dois minutos para as 16h, logo teremos os encaminhamentos da Ordem do Dia e iremos deliberar sobre o pedido de autorização do Tribunal de Justiça para que possa dar prosseguimento ao processo contra o vice-governador Leonel Pavan. Para iniciarmos a votação, teremos que ter um quórum de 27 deputados. Temos 35 deputados que registraram a presença. É visível que todos não estão aqui presentes, devem estar em seus gabinetes, e eu peço que venham ao plenário para que possamos, logo em seguida, tratar da matéria.

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, deputado Gelson Merísio, com satisfação quero anunciar a visita ao Parlamento catarinense do presidente da Câmara Municipal de Ilhota, o companheiro pedetista Tilico, acompanhado do contador daquela Casa.

Damos as boas-vindas à Assembleia Legislativa de Santa Catarina!

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Presidente, eu quero agradecer ao governador Luiz Henrique. No final do ano passado fizemos uma solicitação para que houvesse a conferência da Defesa Civil aqui no estado. Depois falamos com sua excelência e mesmo com resistência dentro governo o governador

acabou emitindo o decreto e definindo que no dia 3 de março, aqui em Florianópolis, haverá a Conferência Estadual da Defesa Civil.

Eu acho isso muito importante porque Santa Catarina tem experiência nessa área e precisamos passar isso para os outros estados brasileiros. Portanto, até o dia 3 de março é importante que todos os municípios façam a sua conferência para poderem participar da conferência estadual que, por sua vez, irá tirar os delegados para a conferência nacional, que se realizará do dia 24 ao dia 27 de março lá em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Consulto os srs. líderes para saber se todas as bancadas foram informadas que logo haverá a votação. Solicito a v.exa., deputado Cesar Souza Júnior, que também informe a bancada do DEM para que esteja presente no plenário.

Para que possamos, logo em seguida iniciar a discussão da matéria, precisamos, como já disse, ter 27 votos.

Mas antes de entrarmos propriamente no mérito da questão, quero comunicar aos srs. deputados qual o entendimento desta Presidência, bem como a forma como que deveremos proceder acerca desse processo.

Não há previsão regimental expressa, não consta no nosso Regimento Interno o rito para a apreciação de processos de autorização para processar tanto o governador quanto o vice-governador. Não havendo essa previsão, três são as possibilidades que poderiam ser adotadas: encaminharmos uma consulta à Procuradoria para que emita seu parecer, encaminharmos à comissão de Constituição e Justiça para que emita seu parecer ou então obedecermos a uma cláusula existente em um artigo do Regimento Interno, que diz que em casos importantes o Plenário é soberano na sua decisão.

Por isso, a primeira preliminar que vou submeter à votação dos srs. deputados é se há concordância em que o Plenário delibere de uma forma direta sobre uma matéria que não tem rito processual definido ou se há alguma outra proposta dos srs. parlamentares. Digo isso para preservar a total transparência.

Esta sessão, com certeza, está sendo acompanhada pela sociedade catarinense e eu não quero de forma alguma fazer uma imposição ou tomar uma decisão monocrática. Todas as decisões serão tomadas pela maioria do Plenário, de forma soberana, de forma transparente, com o painel sendo sempre utilizado para que haja perfeito acompanhamento por parte da sociedade de qualquer posicionamento que seja feito pelos srs. deputados.

Por isso, a primeira deliberação que devemos fazer é esta: vamos submeter a matéria ao Plenário.

Os srs. deputados que concordam com esse encaminhamento permaneçam como estão e os que discordam manifestem-se.

Está aprovado por unanimidade. Portanto, a matéria será votada no plenário no dia de hoje.

A Presidência recebeu do vice-governador Leonel Pavan uma carta que a mim foi entregue porque o presidente Jorginho Mello não estava presente. Recebi, protocolei, encaminhei ao Expediente e foi entregue aos srs. deputados.

Consulto se há necessidade de fazer a leitura da carta, ou seja, os srs. deputados querem que ela seja lida em plenário? Ou serve a distribuição de cópias a todos os srs. parlamentares?

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, como v.exa. disse, muitas pessoas estão acompanhando esta sessão e estamos tratando de um assunto muito sério. Talvez nós, deputados, já tenhamos conhecimento dessa carta, mas em respeito às pessoas que estão-nos assistindo, eu gostaria que v.exa. ou o primeiro-secretário fizessem a leitura para que a sociedade catarinense conheça o seu teor.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Na condição de líder do PSDB, eu quero reforçar o pedido, já que o vice-governador Leonel Pavan mandou a carta a esta Casa e ele quer que o seu teor seja comunicado a todos os catarinenses. E a sua leitura é uma maneira de fazê-la chegar ao conhecimento de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Solicito ao sr. secretário, Dagomar Carneiro, que faça a leitura na íntegra da carta encaminhada pelo vice-governador a esta Casa.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - (Passa a ler.)

"Florianópolis, 26 de janeiro de 2010.

Exmo. Senhor Deputado Jorginho Mello

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados: 1. Ao homem público o que mais engrandece é a honra. Assim sempre se desenrolou a minha vida política, disputando eleições e exercendo os mandatos de Vereador, Prefeito por três vezes, Deputado Federal, Senador da República e, agora, Vice Governador

2. Santa Catarina conhece muito bem a história política do Governador Luiz Henrique da Silveira. Nosso Estado não pode prescindir de todo o cabedal de conhecimento e experiência deste destacado e honrado homem público. Santa Catarina também conhece muito bem a minha história política

3. No entanto, em novembro de 2009, fui surpreendido com a divulgação de um Inquérito que pôs em dúvida ações administrativas. Nele, aparecem conversas de terceiros e imagens que não retratam qualquer atitude ilícita, ensejando injusta denúncia junto ao Tribunal de Justiça de nosso Estado.

4. Indignado com tudo isso, imediatamente orientei meu advogado no sentido de pedir para agilizar o processo, visando restabelecer a verdade.

5. Como o Tribunal de Justiça de Santa Catarina estava em recesso, declinei de assumir o Governo no dia 5 de janeiro do corrente ano para, em respeito ao Judiciário e aos catarinenses, preparar e apresentar minha defesa.

6. Apesar de ter dito em minha defesa, encaminhada ao Tribunal de Justiça, que abria mão da prerrogativa que o cargo detém, ou seja, a prévia autorização da Assembléia Legislativa, entendeu o Pleno daquela Corte, por maioria de votos, após calorosos debates, que o processamento depende da mencionada formalidade legal, decidindo pelo encaminhamento do pedido de autorização a esta Casa para a apuração das denúncias que a mim são imputadas.

7. A partir da decisão do Tribunal de Justiça surgiram inúmeras especulações em torno do que poderia acontecer. Tenho certeza de que os membros desta ilustre Casa votarão de acordo com as suas consciências e o melhor para o nosso estado de Santa Catarina. Imaginavam alguns que eu fosse me valer da larga base de apoio governamental para interromper a apuração das denúncias que contra mim achacam. Ao contrário. Confio plenamente nos parlamentares que são legítimos representantes do povo catarinense e que sempre fazem valer a independência necessária ao regime democrático.

8. Compareço, por isso, antes do reinício dos trabalhos legislativos, a esta Casa, dirigindo-me a Vossa Excelência e a cada um dos quarenta Deputados que a integram, para reafirmar que não pratiquei nenhum ato ilícito e, não causei ao Estado de Santa Catarina qualquer tipo de prejuízo. 9. Tenho sofrido muito com as frequentes manifestações contra a minha pessoa. Estou pagando um preço muito elevado. Meu patrimônio político foi construído com muito trabalho e sacrifício. Espero que a verdade e a justiça sejam restabelecidas. Depois de vinte anos de vida pública e de sete eleições vitoriosas, a minha maior preocupação é a população catarinense. Diante desse intenso massacre a que estou sendo submetido, preocupa-me o patrimônio político. Porém, mais do que tudo, preocupa-me a minha imagem pessoal, a minha moral que está sendo injustamente atingida.

10. Minha angústia pessoal aumenta enormemente quando vejo no dia a dia o sofrimento de minha família, de meus amigos e de todos aqueles que, por me conhecerem, sabem da minha inocência nestas acusações que tentam me imputar.

11. Por isso, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em respeito a cada um dos membros desta Casa e de todos os catarinenses, indistintamente, me dirijo a Vossas Excelências para pedir que votem favoravelmente ao pedido que o Tribunal de Justiça do nosso Estado lhes encaminhará, para que seja permitida a apuração das denúncias contra mim apresentadas pelo Ministério Público Estadual. 12. Concedida a autorização por esta Casa, apelarei ao Tribunal de Justiça para que envide todos os esforços para agilizar o andamento da apuração. Mais do que ninguém, tenho interesse de ver apreciadas pelo Tribunal de Justiça cada uma das acusações que pesam sobre mim. Confio no Judiciário Barriga-Verde, confio no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

12. Reafirmo o propósito de trabalhar em favor dos catarinenses, com dedicação e esmero, promovendo em especial as ações que mais possam contribuir para a promoção da dignidade das pessoas que habitam no nosso Estado, em especial aqueles que mais precisam das iniciativas do Poder Público. É com este sentimento, com este propósito, que me disponho a exercer o mandato de Governador, respeitando a todos, inclusive meus adversários.

13. Invocando a proteção de Deus sobre todos nós, rogo para que a verdade, momentaneamente oculta por circunstâncias e interesses não sei de que ordem seja restabelecida Atenciosamente(a) LEONEL ARCANGELO PAVAN Vice-Governador do Estado" [sic]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está lida a carta do vice-governador Leonel Pavan.

Solicito também ao secretário Dagomar Carneiro que faça a leitura do expediente recebido por esta Casa, no dia 27 de janeiro, dirigida ao presidente Jorginho Mello, contendo a solicitação feita pela

desembargadora Salete Silva Sommariva para a autorização desta Casa para instauração de processo contra o vice-governador.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - (Passa a ler.)

“Ofício n.º 027/2010

Ao Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO JORGINHO MELLO,

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Assunto: Inquérito n. 2009.044965-6.

Sr. presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia de documentos e de despacho prolatado nos autos do Inquérito Policial n.2009.044965-6, em que é indiciado LEONEL ARCÂNGELO PAVAN, para cumprimento do disposto no art. 40, inc. XVI da Constituição do Estado de Santa Catarina, no que tange a concessão ou não de autorização para instauração de processo contra o Vice-Governador do Estado de Santa Catarina.

Limitada ao exposto, reitero protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,

(a) Salete Silva Sommariva

Desembargadora Relatora” [sic]

Era isso, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Lidos os dois documentos, vamos, logo em seguida, proceder à votação. Como se trata de pedido para autorização de processo, necessitamos de quórum qualificado de 27 votos favoráveis, votos nominais e abertos. Se fosse processo de *impeachment* seria voto secreto por imposição constitucional, mas na questão da autorização não há previsão regimental se deve ser secreto ou aberto. Há um entendimento desta Presidência de que o voto secreto é uma discricionariedade e que por isso tem que estar expresso para que seja entendido dessa forma. Por isso, a votação do pedido de autorização por parte do Tribunal de Justiça será aberta.

Está em discussão.

Pergunto se algum deputado deseja inscrever-se para se manifestar sobre o tema ou se a solicitação será submetida direto à votação.

Irei fazer uma consideração aos srs. deputados para que tenhamos um tempo de cinco minutos para cada manifestação.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, sr. presidente, para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Jailson Lima, por até cinco minutos.

O próximo deputado a discutir será o deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, acho que vivemos um momento importante na conjuntura política de Santa Catarina e tenho que parabenizar o vice-governador Leonel Pavan pela honradez ao encaminhar a esta Casa solicitação de concessão de autorização, autorização esta que, na realidade, é mais política do que jurídica, para que o Tribunal de Justiça analise todos os procedimentos inerentes ao que estamos vivenciando: um processo de denúncia em virtude da apuração de fatos pela Polícia Federal. Então, se as investigações forem injustas caberá ao Tribunal de Justiça apurar.

Como homem público, como prefeito que em determinados momentos sentiu-se injustiçado, que em determinadas circunstâncias vivenciou problemas na vida pessoal, pelo que isso representa, entendo, compreendo, o drama pessoal por que passa o vice-governador Pavan, em função de toda a exposição pública a que foi e está sendo submetido.

Como parlamentar de Oposição quero solidarizar-me com o vice-governador pelo sofrimento que está passando, mas, ao mesmo tempo, entendo que devemos apurar os fatos e fazer com que o Tribunal de Justiça encaminhe da forma mais tranqüila possível os esclarecimentos que a sociedade catarinense requer neste momento.

Por isso, parabeno o vice-governador pela carta, mas ao mesmo tempo quero fazer uma recomendação: troque o seu advogado de defesa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Sílvio Dreveck, que está inscrito, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, a bancada progressista, antes mesmo da iniciativa do vice-governador, manifestou-se pela aprovação da solicitação do Tribunal de Justiça, que pede a concessão de autorização para dar prosseguimento ao processo referente ao vice-governador Leonel Pavan. Entendemos que a nossa bancada não poderia ficar omissa neste caso, ou seja, não dar a oportunidade ao vice-governador de fazer a sua defesa e, ao mesmo tempo, permitir que o Tribunal de Justiça, baseado nas informações constantes no inquérito que está no Poder Judiciário, apure a verdade.

Diante disso, srs. deputados, sr. presidente, a nossa bancada não esperou a manifestação do vice-governador, porque entendemos que, independentemente da sua carta, já nos cabia a decisão e em momento algum podemos fugir da nossa responsabilidade ou ficar omissos. A nossa posição é a de dar oportunidade tanto para o vice-governador quanto para o Tribunal de Justiça para que a verdade venha à tona.

Evidentemente que cabe ao vice-governador fazer sua defesa, como cabe ao Tribunal de Justiça, baseado na denúncia do Ministério Público e na investigação da Polícia Federal, dar o veredicto final: culpado ou inocente.

Mas nós, da bancada do PP, repito, não poderíamos ficar omissos, tanto é que nos manifestamos já de início favoráveis à autorização, por entender que essa é uma responsabilidade do Parlamento, instado que foi pelo Poder Judiciário.

Sr. presidente, esperamos que seja tomada uma decisão baseada naquilo que é a verdade, para que a sociedade catarinense assista ao prosseguimento da administração pública e para que este Parlamento possa continuar trabalhando dentro do Regimento Interno, da Constituição Estadual e da Constituição Federal, prezando pela democracia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados e deputadas, não poderia abster-me de vir a esta tribuna para falar sobre este assunto, uma vez que neste período de recesso, que é muito diferente de férias, refletimos sobre isso tudo com o pouco que se pôde saber, publicado pela imprensa, analisando as conjunturas e as circunstâncias com os discursos oficiais e com aquilo que pudemos ver, porque temos o costume, lá na subida da serra, na cidade de Imbuia, de ficar escutando o vento para tentar entender o que está acontecendo.

Dentre os deputados, 16 de nós já havíamos nos manifestado a favor da autorização até a data da entrega da carta do vice-governador que foi lida aqui, incluindo três deputados da base do governo. Lemos também que dois dos partidos da triplíce aliança fariam reunião de bancada. Mas, de repente, eis que o vice-governador vem para a Assembleia Legislativa e entrega uma carta.

É para pensar, além daquilo que falei antes, que o próprio governador quer-se livrar do assunto e não respirou fundo o suficiente para chamar o vice para entregar-lhe o cargo. E eu estou falando isso na condição de alguém que representa uma categoria que seria beneficiada imediatamente com a saída do governador Luiz Henrique, com a troca de alguns cargos comissionados, alguns cargos de chefia, de comando.

É evidente que merece o aplauso o fato do Poder Legislativo, na tarde de hoje, na primeira sessão ordinária do ano, estar reunido com a esmagadora maioria dos seus deputados, praticamente todos os seus deputados, para votar a autorização. Isso demonstra a sua autonomia, o que tentamos respirar tanto neste plenário. Então, hoje este Poder está demonstrando a sua autonomia, não pela carta do vice-governador, mas pelas coisas que não foram ditas oficialmente.

Se a suposição é de um crime praticado por um cidadão do povo, um crime comum, está correto, portanto: o Tribunal de Justiça pede autorização, a Assembleia autoriza, o referido Tribunal julga o mérito das questões e toma uma decisão. No entanto, se o vice-governador pode praticar, em abstrato, improbidade administrativa, este Poder também tem responsabilidade. E por isso precisamos refletir, nos próximos dias, outras medidas, pois caso haja análise jurídica de que o vice-governador pode haver cometido improbidade administrativa, este Parlamento também tem responsabilidade, além dessa de autorizar o Tribunal de Justiça a processá-lo.

Mas eu queria ressaltar um fato. No dia 12 de março de 2009 o nosso povo estava debaixo da chuva fazendo uma manifestação contra a opressão e a inquisição, e foi um dia bastante simbólico. Ficamos seis meses naquela praça e ninguém nos visitou, aliás, alguns deputados nos visitaram, mas outros não.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Srs. deputados, sr. presidente, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, pelo retorno que recebi, esta é uma sessão que está sendo vista pela TVAL em todo o estado de Santa Catarina. Esse é um assunto importante, polêmico, porque esta Casa tem essa prerrogativa de que os processos contra o governador, o vice-governador, os secretários e os próprios deputados precisam passar antes pela autorização deste Poder. Quer dizer, há ainda essa obrigação constitucional com a intenção de que as autoridades não sofram processos levianos, acusações falsas, sem provas, perseguição política, coisas dessa ordem. O que não é o caso que estamos analisando, que foi objeto de solicitação do Ministério Público, de investigação da Polícia Federal, e que inclui corrupção e outras acusações.

É importante e imprescindível para o estado de Santa Catarina, para a população e para o próprio vice-governador que tudo seja esclarecido. Por isso a nossa bancada vai

votar "sim", para que o Tribunal de Justiça desenvolva o processo para apurar os fatos, porque aqui ninguém está julgando nada, a fim de que seja levada aos catarinenses a informação correta, condenando ou inocentando o vice-governador.

Então, esta Casa vai aprovar e propiciar a continuidade do processo no Tribunal de Justiça. Mas não para aqui. Nós ainda teremos que analisar uma solicitação de *impeachment* que está na Casa, além da vinda, conforme aprovado no final do ano passado, do secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, à Assembleia Legislativa para prestar esclarecimentos sobre esse processo e sobre os demais envolvidos, enfim, dar a posição do estado em relação a essas denúncias todas. E é obrigação deste Parlamento fazer essa investigação, essa apuração, essa fiscalização, para que seja analisada a veracidade dos fatos, para que possamos melhorar a legislação e para que casos semelhantes possam ser evitados no futuro.

Essa é a nossa manifestação e a bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar pela continuidade desse processo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, como líder do governo, atendendo o pedido do nosso vice-governador, porque esta é uma Casa política, para que ele tenha oportunidade de fazer a sua defesa e de provar a sua inocência, encaminhamos o voto "sim".

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, na verdade eu havia me inscrito exatamente para fazer um encaminhamento de votação em nome da bancada do PSDB pelo voto favorável, para que o Tribunal de Justiça dê prosseguimento ao processo.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, gostaria somente de justificar a ausência do deputado Moacir Sopesla, que está acompanhando o governador em uma viagem ao oeste do estado, mas que apoia a posição dos demais deputados. Ele pediu para justificar a sua ausência porque está acompanhando o governador Luiz Henrique da Silveira em uma viagem a Concórdia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está registrado o seu pedido e também informamos que o deputado Moacir Sopesla representa todos os srs. deputados por determinação da Mesa. Eu me esqueci de fazer este registro, mas agradeço a lembrança, deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente.

Quero justificar também a ausência do deputado Valmir Comin, que se encontra em Brasília prestigiando a posse do nosso deputado federal João Pizzolatti na liderança do PP na Câmara Federal.

Portanto, quero justificar a sua ausência e informar que a sua posição é pela aprovação!

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Quereria, da mesma forma, justificar a ausência do deputado Dirceu Dresch, que se encontra no interior do estado participando das atividades da agricultura familiar, mas que também acompanha o voto da bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Não há mais oradores inscritos. Está encerrada a discussão.

Faremos votação nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a continuidade do processo, ou seja, autorizam o Tribunal de Justiça a continuar o processo, e os srs. deputados que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATTOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DERLI RODRIGUES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SERGIO GODINHO	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 37 srs. deputados.

Temos 37 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está autorizada por este Poder a continuidade do processo no Tribunal de Justiça contra o vice-governador Leonel Pavan.

Vou fazer a leitura do decreto legislativo.

(Passa a ler.)

"DECRETO LEGISLATIVO n. 18.287,

de 3 de fevereiro de 2010

Autoriza a instauração de processo contra o Vice-Governador do Estado.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 40, inciso XVI, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a instauração do processo objeto dos autos do Inquérito Policial n. 2009.044965-6, em que é indiciado Leonel Arcângelo Pavan, Vice-Governador do Estado.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 3 de fevereiro de 2010."[sic]

Será assinado pelo presidente, pelo secretário Dagomar Carneiro e pela secretária Ada De Luca.

Logo em seguida, para também atendermos ao pleito do vice-governador e ao clamor da sociedade, convido o segundo-vice-presidente, deputado Jailson Lima, e o terceiro-secretário, deputado Dagomar Carneiro, para que se dirijam até o Tribunal de Justiça onde, no gabinete da desembargadora Salete Sommariva, com quem já falei, estará aguardando o oficial de registros, para que a Assembleia protocole ainda hoje a devolução do processo com o decreto autorizativo.

Está aprovado e assinado o decreto.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu quero enaltecer a atitude do vice-governador Leonel Pavan em solicitar à Assembleia que procedesse à autorização, cumprimentar os pares pelo feito e solicitar à base do governo que peça a mesma atitude ao sr. governador do estado com relação aos quatro processos contra ele que tramitam no Superior Tribunal de Justiça desde 2003: Ação Penal n. 235, desde 15 de março de 2003; Ação Penal n. 364, desde 2004; Ação Penal n. 415 e Ação Penal n. 455.

O governador do estado não pode ter comportamento diferente do vice-governador, que tomou uma atitude que tem que ser reconhecida. O governador precisa praticar o mesmo gesto e permitir que esta Casa também delibere sobre os pedidos do Superior Tribunal de Justiça, que aguarda a manifestação desta Casa.

Temos pedidos aqui de ministros do Superior Tribunal de Justiça, encaminhados três ou quatro vezes à Assembleia, e nós não podemos continuar negando autorização para que as quatro ações penais também possam ter continuidade.

Portanto, esperamos que a mesma atitude adotada pelo vice-governador seja adotada pelo governador Luiz Henrique da Silveira.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Sr. deputado, eu vou ceder a palavra, pela ordem, até para ficar em igualdade com o deputado Joares Ponticelli. Só vou pedir aos srs. deputados que tenham compreensão, pois logo em seguida adentraremos ao horário de Explicação Pessoal e a tribuna é o local adequado para as manifestações.

Mas é justo que, como houve a manifestação do deputado Joares Ponticelli, v.exa. faça uso também da palavra, pela ordem, para que haja igualdade de condições.

Com a palavra, então, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu iria justamente solicitar ao nobre deputado Joares Ponticelli, por quem tenho apreço, para que utilizássemos a tribuna, pois temos o microfone e podemos discutir depois esse assunto. Só quero lembrar que esta Casa é uma Casa política e nós agimos politicamente. Então, eu só queria lembrar isso e dizer que nós iremos discutir isso na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - (Passa a ler.)

"De acordo com o que dispõe o art. 30 do Regimento Interno, esta Presidência comunica o número de vagas que cabe a cada bancada ou bloco parlamentar para a composição das comissões permanentes e, nos termos do § 3º do art. 30 do Regimento Interno, abre o prazo de cinco sessões para que cada líder proceda à indicação dos nomes de sua representação.

Comissões com nove membros: de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e Ética e Decoro Parlamentar.

A bancada do PMDB tem três vagas, o PSDB tem uma vaga, o PT, uma vaga, o PP tem uma vaga, o DEM com uma vaga, o PDT, o PPS, o PTB e o PRB, uma vaga. Resta uma vaga a ser preenchida, por acordo, entre as bancadas do PSDB, PT e PP, tendo em vista o empate nos critérios. Não havendo acordo, será feito sorteio.

Comissões com sete membros: de Segurança Pública; de Agricultura e Política Rural; de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher; de Transportes e Desenvolvimento Urbano; de Educação, Cultura e Desporto; de Saúde; de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul; de Turismo e Meio Ambiente; de Pesca e Aquicultura, e de Legislação Participativa.

A bancada do PMDB tem duas vagas, o PSDB tem uma vaga, o PT tem uma vaga, o PP tem uma vaga, o DEM tem uma vaga, o PDT, o PPS, o PTB e o PRB têm uma vaga."

Faço uma sugestão aos srs. deputados. No ano passado fizemos um acordo tácito e sugiro que se mantenham os mesmos espaços dos partidos políticos. O acordo foi feito para dois anos. Por isso, se houver o entendimento e a concordância de todos, nós procederíamos hoje ou, no máximo, amanhã à composição das atas das comissões, para que já na próxima semana as comissões possam deliberar.

Se houver um líder que discorde, evidentemente que será obedecido o Regimento Interno, mas parece-me oportuno e interessante que na próxima terça-feira já tenhamos as comissões em pleno funcionamento. Para isso basta cumprir o acordo existente e que se façam as atas referentes às comissões.

Declaro os nomes, mas se houver esse entendimento, são os mesmos já existentes.

Também informo que o secretário da Fazenda estará à disposição desta Casa e depois combinaremos com os líderes de forma como isso será procedido na próxima quarta-feira, conforme o requerimento aprovado na última sessão do ano passado. Como disse, depois combinaremos com os líderes de que forma isso será feito, se será na comissão de Finanças, na comissão de Justiça, nas comissões permanentes ou no plenário. Isso será feito por acordo de lideranças, uma vez

que temos interesse de que haja concordância de todos os deputados.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Eu acho que é um assunto já confirmado, sr. presidente. No ano passado já havíamos concordado com isso. Eu entendo que basta apresentarmos um relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputada Professora Odete de Jesus, nós temos um requerimento aprovado e ele tem que ser cumprido constitucionalmente, a menos que haja um novo requerimento, tornando sem efeito aquele deliberado pelo Plenário.

Como não há esse encaminhamento, a convocação fica mantida, com a disposição do secretário de estar presente na próxima quarta-feira. É claro que se houver a concordância desta Casa para que seja marcado outro dia, que ele seja marcado, mas o secretário estará à disposição da Assembleia na próxima quarta-feira. Parece-me importante e oportuno que haja toda a transparência, todos os esclarecimentos necessários, dando consequência ao ato que aprovamos aqui hoje.

Mas registro a sua consideração e mantenho o requerimento na forma proposta, com a convocação feita para a próxima quarta-feira.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0001/2010, de autoria do deputado Jorginho Mello; 0002/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0003/2010, 0004/2010, 0005/2010, 0006/2010, 0007/2010 e 0008/2010, de autoria do deputado Sérgio Godinho; 0009/2010, 0010/2010 e 0011/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0012/2010, de autoria do deputado Derli Rodrigues; 0013/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, e 0014/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0002/2010, 0003/2010, 0016/2010 e 0019/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar...

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, com a aquiescência do autor, gostaria de subscrever o Requerimento n. 0019.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a aquiescência do autor, v.exa. passa a subscrever o requerimento.

Esta Presidência defere de plano ainda os Requerimentos n.s.: 0004/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0006/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0007/2010, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0008/2010, 0009/2010, 0010/2010, 0011/2010 e 0013/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral...

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, peço licença ao deputado Adherbal Deba Cabral para subscrever os Requerimentos n.s. 0008/2010 e 0011/2010.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) Está feito o registro.

Deferimos também os Requerimentos n.s.: 0014/2010 e 0015/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0018/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0020/2010, 0021/2010, 0022/2010, 0023/2010, 0024/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; e 0025/2010, de autoria do deputado Edison Andrino.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, gostaria de subscrever o Requerimento n. 0014/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está feito o registro e o requerimento será subscreto por v.exa.

Requerimento n. 0001/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao juiz da Vara Federal de Caçador, pedindo agilização da Ação Civil Pública n. 0000034-72.2010.4.04.72.11.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, gostaria de saber do que trata essa ação civil pública citada no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Renato Hinnig, v.exa. poderia explicar?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, vou providenciar o material.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Requerimento n. 0005/2010, de autoria do deputado Sérgio Godinho, que solicita envio de mensagem telegráfica ao diretor-presidente do BRDE, pedindo a criação de condições especiais de financiamento destinado ao fomento das atividades econômicas dos municípios integrantes da região serrana de Santa Catarina.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Sérgio Godinho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente, gostaria de fazer uma exposição deste tema de alta relevância para a região serrana, haja vista que aquela região tão bela e amada por nós, que somos lagoonos, detém os índices de desenvolvimento mais baixos do estado de Santa Catarina.

O objetivo deste requerimento é fazer com que possamos, junto ao BRDE e ao BNDES, criar condições, meios, de aquela região ter diferença nos juros e condições especiais para investimento de empresas e indústrias.

O índice de desemprego é muito grande, a falta de crescimento daquela região é muito grande. É necessário que ela seja dotada de incentivos fiscais e ações diferenciadas para haver um desenvolvimento pleno.

Este requerimento é para que o estado de Santa Catarina, através do BRDE e do BNDES, permita uma discussão mais ampla sobre esse tema, para que possamos criar condições especiais de fomento e de desenvolvimento para aquela região.

Por isso peço a todos os srs. deputados que sejam solidários ao nosso pedido, para que tenhamos equidade com relação à possibilidade de desenvolvimento de todas as demais regiões do nosso estado.

A nossa região requer, sr. presidente, deputado Jorginho Mello, uma atenção especial com relação aos índices de desemprego. O Índice de Desenvolvimento Humano mostra a necessidade de uma ação mais pontual, mais energética em prol do desenvolvimento da cidade de Lages e de toda a região serrana.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Sérgio Godinho, esta Presidência se solidariza com v.exa. Quando tive a oportunidade de ser governador de Santa Catarina, encaminhei a esta Casa projeto, que foi aprovado, criando mais uma gerência de turismo na SDR de São Joaquim, porque é um município indutor do turismo em Santa Catarina, o que vai ajudar no desenvolvimento regional.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, com muita honra, quero registrar a presença de algumas lideranças do sul do estado que vieram a trabalho e estão prestigiando o nosso Parlamento na tarde de hoje: Mário Teixeira de Souza, presidente do PMDB de Sangão; Suzana Simon França, diretora da Escola Bernardo Schmith; Jailson Teonaz Goulart, vereador de Sangão; Adalberto Pizeti, presidente da Associação Empresarial de Içara; Vagner Pizeti, ex-presidente da Câmara de Vereadores de Içara; Antônio Santiago, Valdeli de Souza, Antônio Felisberto, lideranças de Içara; e Ronério, empresário de Tubarão.

Estamos muito honrados com as suas presenças!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Está feito o registro, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu só gostaria de fazer o registro da presença nesta Casa, acompanhando o trabalho deste parlamentar, do meu filho Ruhuan Kennedy, que está na última semana de férias. Ele veio aqui acompanhar os trabalhos deste Legislativo e por isso dou as boas-vindas ao estudante Ruhuan Kennedy.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Está feito o registro, deputado. E espero que ele siga o bom exemplo do pai!

Requerimento n. 0001/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao juiz da Vara Federal de Caçador, solicitando a agilização da Ação Civil Pública n. 0000034-72.2010.4.04.72.11.

Em discussão.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, a deputada Professora Odete de Jesus pediu para explicitar melhor o motivo do requerimento.

Trata-se de uma Ação Civil Pública contra a América Latina Logística Malha Sul S/A e contra a Agência Nacional de Transportes Terrestres, visando ao cumprimento das obrigações contratuais referentes ao contrato de concessão entre Mafra e Piratuba.

Dentre os pedidos está o retorno ao serviço público do transporte ferroviário de cargas, que jamais poderia ter deixado de ser prestado, o que gera impacto direto sobre a economia regional. E também pede que os empregos sejam restabelecidos, pois o contrato prevê a manutenção dos postos de trabalho em número suficiente para a prestação adequada do serviço.

Deixo à disposição da deputada Professora Odete de Jesus o material referente ao requerimento para que se inteire melhor do seu teor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Com a permissão do deputado Renato Hinnig, gostaria de subscrever este requerimento, haja vista a importância desse julgamento para aquela região. Andamos por lá também e vimos a reclamação.

Parabéns, deputado, porque essas medidas beneficiarão toda a região, já que se a América Latina Logística não enganou, ao menos burlou grande parte daquele pessoal lá de cima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputada Ana Paula Lima, v.exa. deseja fazer uma manifestação?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - V.Exa. já leu todos os requerimentos? Está em que número sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Agora vou para o Requerimento n. 0012/2010, do deputado Adherbal Deba Cabral.

Srs. deputados, está em deliberação o requerimento do deputado Renato Hinnig.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0012/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao delegado da Receita Federal em Santa Catarina, pedindo a criação de uma instituição alfandegária no município de Porto Belo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0017/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente do DNIT em Santa Catarina,

pedindo agilização no processo de duplicação da BR-280.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0001/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando gestões emergenciais para a instalação de uma instituição alfandegária no município de Porto Belo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0001/2010, de autoria do deputado Sérgio Godinho, a ser enviado ao secretário da Saúde, pedindo informações sobre a aquisição e previsão de instalação de algum equipamento de radioterapia para o município de Lages.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o sr. deputado Sérgio Godinho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente, srs. deputados e povo de Santa Catarina, eu gostaria de agradecer a esta Casa porque no PPA/2003, Plano Plurianual de 2003, nós aprovamos nesta Casa a aquisição de aparelhos de ressonância magnética e de radioterapia para Lages, um município que é pólo na região serrana, geograficamente falando. Conseguimos obter o aparelho de ressonância magnética em 2006, srs. deputados, e foi colocado em operação somente em 2009, ou seja, houve uma demora muito grande para a sua instalação, mesmo sendo de alta relevância para diagnosticar doenças nas cidades da região serrana. Agora, no final de 2009, o governo do estado adquiriu o aparelho de radioterapia.

Então, estamos fazendo este pedido de informação para que possamos cobrar para que não ocorra a mesma coisa que ocorreu com relação ao aparelho de ressonância magnética, que demorou dois anos para ser colocado em operação.

A radioterapia é um tratamento que irá permitir que mais de 400 pessoas não precisem mais se deslocar da região serrana para fazer tratamento na capital. Tendo o aparelho de radioterapia em Lages, imaginem os senhores o quanto se evitará de sofrimento e despesas para as pessoas que precisam desse tratamento. Esse aparelho de radioterapia, segundo informação da secretária da Saúde, já foi adquirido, mas nós queremos mais informações para que possamos pressionar, deputado Reno Caramori, para que esse aparelho seja urgentemente instalado na cidade de Lages.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0002/2010, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado à Superintendência Federal da Pesca no estado, solicitando informações sobre os critérios adotados para a obtenção da licença para pesca do camarão rosa e sete barbas, bem como a respeito dos motivos pelos quais não foram renovadas as licenças para as embarcações com dupla classificação (pesca e passeio).

Em discussão.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, nós recebemos nesta manhã, em nosso gabinete, o presidente do Sindicato dos Pescadores de Santa Catarina, o nosso amigo, o popular Ninha. O deputado Edison Andrino é *expert* nessa questão e pode referendar esse pedido de informação, com certeza.

Está havendo um descompasso entre o ministério da Agricultura e a Superintendência Federal da Pesca em Santa Catarina, e eles não estão falando a mesma linguagem.

Então, nós estamos aqui pelo menos requerendo duas informações. Uma delas é a seguinte: quais os critérios que estão sendo adotados para obtenção da licença da pesca do camarão rosa e sete barbas, porque em todo o litoral catarinense tem ocorrido desavenças.

Outra questão que tem importunado os nossos pescadores é por que motivo não foram renovadas as licenças para as embarcações com dupla classificação, pesca e passeio. E o mínimo que a Superintendência Federal da Pesca no estado deve fazer neste momento é dar uma resposta a este Parlamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Derli Rodrigues - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, vou conceder agora a palavra, pela ordem, ao deputado Derli Rodrigues para discorrer sobre a sua Indicação n. 0012/2010, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DERLI RODRIGUES - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, há no mundo da educação, principalmente no ensino fundamental e médio, um número considerável de alunos que têm resistência para estudar, não aceitando o compromisso de enfrentar o dia-a-dia da sala de aula e os compromissos extra-classe, gerando um alto índice de evasão e repetência.

Percebe-se que os pais, professores e dirigentes escolares, apesar de se esforçarem para conscientizar esses alunos da importância de estudar, vivenciam uma angústia muito grande por não obterem os resultados desejados. Observa-se que alguns alunos resistem em não querer estudar por problemas da própria família, em face de companhias incentivadoras que os distanciam da escola e por outros vícios que afetam as crianças no seu cotidiano.

Percebe-se, assim, a falta de profissional com formação específica para proporcionar a ajuda necessária aos alunos que passam pelas necessidades apontadas.

Confirma essa assertiva o relatório Educação para Todos, divulgado nos últimos dias de janeiro passado pela Unesco, órgão da ONU para educação, ciência e cultura. Dos quatro dados que a Unesco usa para montar o IDE (índice de Desenvolvimento Educacional), em três o Brasil está bem: atendimento universal, analfabetismo e igualdade de acesso à escola entre meninos e meninas. Contudo, vai muito mal no que aponta o percentual de crianças que entraram na 1ª série do ensino fundamental e conseguiram terminar a 5ª série. Devido a isso, nosso país ocupa a 88ª posição no IDE.

Considerando que sou professor de língua portuguesa e que por isso mesmo conheço o ambiente escolar, entendo que uma das condições mais indicadas para reduzir esse problema é a contratação, pelo estado, por concurso público ou pelo sistema ACT, de profissionais da área de Psicologia para atuar permanentemente e buscar a correção dessa triste realidade.

Sugerimos que tais contratações sejam da seguinte forma: cidades com até 30 mil habitantes, um profissional; até 80 mil habitantes, dois profissionais; até 150 mil habitantes, três profissionais; até 250 mil habitantes, quatro profissionais; e acima de 250 mil habitantes, cinco profissionais."

Entendo que essa é uma anomalia que afeta a vida das nossas crianças frequentemente e acho que essa seria uma maneira de pelo menos reduzir esse índice que leva as nossas crianças para a prática do crime e gera uma série de outras consequências negativas para a sociedade brasileira.

Desse modo, eu gostaria de solicitar o apoio dos colegas parlamentares para a aprovação dessa indicação, encaminhando-a ao governador e ao nosso secretário de estado da Educação, no sentido de que analisem com carinho a possibilidade de contratar esses profissionais, objetivando equacionar pelo menos parte dessa situação. Se conversarem com qualquer professor do nosso estado verão que ele tem conhecimento e sabe falar com autoridade sobre esse problema.

Era isso o que eu tinha a dizer e gostaria de agradecer pela oportunidade!

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - V.Exa. quer discutir uma indicação?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Exatamente, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, por até cinco minutos, o deputado Sérgio Godinho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente, obrigado por ceder esta oportunidade de aqui defender as minhas indicações que passaram batidas, foi muito rápido o processo.

Tenho aqui indicações de alta relevância para a serra catarinense e gostaria de citá-las. A primeira se refere à solicitação da estadualização e pavimentação asfáltica da SC-436, ligando o município de Correia Pinto ao município de Palmeira. Essa pavimentação é importante porque vai permitir que as pessoas se dirijam de Correia Pinto a Palmeira sem ter que ir a Lages, diminuindo mais ou menos em 80 quilômetros o percurso de empresários, de matérias-primas e de produtos acabados daquelas indústrias.

A segunda indicação, sr. presidente, dev era ser encaminhada ao governo do estado, mais especificamente para a secretaria de Infraestrutura, solicitando a pavimentação asfáltica da SC-458, que corta o município de Anita Garibaldi e que chegou até a entrada da cidade e parou. Então, solicitamos que seja concluída aquela parte do asfalto que adentra ao município de Anita Garibaldi.

Sr. presidente, solicitamos também a pavimentação asfáltica no município de Campo Belo do Sul, pois a mesma SC-458 chega no início da cidade e o asfalto pula a rodovia. Então, a rodovia corta a cidade, mas ela não foi beneficiada com o asfaltamento na rua principal, que faz parte da SC-458. No momento de fazer a obra, se alguém houvesse se lembrado poderia ter sido asfaltado o interior, ou seja, a parte principal da cidade de Campo Belo do Sul.

Fizemos também uma solicitação para a revitalização da ponte da comunidade de Cerro Baio, no município de Rio Rufino, pois o rio nos momentos de chuva transborda, encobre a ponte e os veículos não conseguem transitar.

A penúltima indicação é no sentido de que o município de São José do Cerrito seja contemplado com asfaltamento da rua principal da cidade e que seja feita a ligação asfáltica de São José do Cerrito ao município de Curitibaanos. A SC-457 está pronta, precisa apenas da pavimentação asfáltica.

A última indicação, sr. presidente, é solicitando que seja também revitalizado o asfalto da SC-458, que liga o município de Capão Alto a Campo Belo. Aquela estrada, devido ao tráfego pesado de caminhões carregados de madeira, está precisando urgentemente de recuperação, pois assim como está causa acidentes e uma dificuldade muito grande no transporte da matéria-prima.

Sr. presidente, agradeço esta oportunidade de defender estas indicações extremamente importantes para as citadas cidades da região serrana.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos ao horário de Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado José Natal, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, no reinício dos trabalhos desta Casa Legislativa quero saudar o deputado Derli Rodrigues, que acabou de se manifestar defendendo os interesses da sua região, da mesma forma o deputado Sérgio Godinho, que já tem uma passagem por esta Casa e sabe como funciona a máquina.

Temos que pedir insistentemente, esse é o nosso papel como legislador, que sejam resolvidas todas as questões para melhorar a vida dos catarinenses. É obvio que nos pautamos mais nos assuntos referentes a nossa região.

Mas quero saudar todos e dizer que, com certeza absoluta, por necessidade política estávamos todos na tarde de hoje aqui, com apenas duas ausências. Entretanto, apenas uma hora após o feito estamos com bem poucos deputados presentes no plenário neste momento.

Mas volto a dizer que tive a felicidade de vivenciar este momento extremamente democrático, pois esta Casa, que representa a sociedade de Santa Catarina, pôde dar a permissão para que o processo contra o vice-governador tenha prosseguido.

mento. Se fosse o governador, se fosse outro qualquer também seria assim, pois este é o papel democrático que temos que cumprir e que defendemos no dia-a-dia, na continuidade da política, porque ela cada vez mais consolida a democracia brasileira.

Tenho vivenciado isso diariamente e tenho dito à juventude de Santa Catarina que precisamos da sua participação no processo político para continuarmos realmente a consolidar, volto a dizer, a democracia. E esta Casa mostrou maturidade justamente quando esqueceu as questões partidárias e pensou exatamente nas questões legais e no bom senso no encaminhamento da tal proposição.

Parabenizo todos e volto a dizer que, quando fui questionado pela imprensa, posicionei-me dizendo que primeiro queria ter conhecimento do feito e que só após daria o meu voto sem problema nenhum. E dei-o esta tarde.

Deputado Sérgio Godinho, o que estava pautado para eu trazer a esta tribuna, v.exa. já deu uma pincelada, como se diz na linguagem popular. Mas eu trouxe alguns dados, pois antes de vir para cá mandei saber o custo de uma tomografia computadorizada em algumas clínicas particulares aqui da região de Florianópolis. Sem contraste, custa R\$ 173,00, mas às vezes uma tomografia necessita da aplicação de contraste para definir o diagnóstico e aí custa R\$ 223,00; uma ressonância magnética chega a custar R\$ 385,00, não sei o preço fora desta região.

Estou falando isso porque no meu município, São José, há mais de cinco anos um grande número de pessoas vêm sofrendo com a espera uma tomografia computadorizada ou por uma ressonância magnética. A fila em São José está pendente desde 2004! Isso é um absurdo! E as filas também não diminuem porque os médicos, ao perceberem um paciente com uma moléstia, com uma doença que não conseguem detectar de imediato, não procuram investigar sua vida, o passado da sua família, a sua genealogia e, no meu entendimento, já pedem - que me desculpem aqueles que realmente fazem a conduta certa, mas há os que não o fazem - muitas vezes para tentar detectar mais facilmente o diagnóstico uma ressonância magnética ou uma tomografia. Mas eles sabem que se a pessoa for aguardar para fazer o exame pelo SUS, vai a óbito, lamentavelmente, como muitos já foram, sem conseguir realizar o procedimento.

O meu município, São José, tem uma arrecadação de dar inveja a muitas cidades do estado de Santa Catarina. Então, fui pedir ao prefeito Djalma Berger e à secretária da Saúde, sra. Sônia Provin, que contratassem mais médicos, comprassem mais medicamentos.

É a primeira vez que venho falar sobre esse assunto, pois durante esse recesso andei em São José e em Palhoça, e a maior reclamação do povo é a falta de médicos, de medicamentos e essa desgraça, desculpem a expressão, catarinenses, da demora por uma ressonância ou tomografia. E eu pedi também ao prefeito que contratasse, da rede privada, com recursos da prefeitura, pedindo uma autorização da Câmara de Vereadores, mais 15 exames desses por mês, em cima daquilo que o estado dá, para amenizar o sofrimento de muitas pessoas do município de São José. E não fui escutado pelo prefeito; na verdade, eu fui o interlocutor da necessidade das pessoas que têm dificuldades no acesso à saúde.

Então, fica aqui, srs. deputados, o meu alerta, pois quando os prefeitos daquelas prefeituras que têm um potencial financeiro

querem, eles podem melhorar a questão dos exames de alto custo, melhorando assim a qualidade de vida dos cidadãos. Então, como legislador fui ouvir o povo, pedi ao prefeito e estou trazendo o assunto a este plenário.

Outra questão difícil é a segurança pública em São José! A imprensa coloca diariamente na nossa frente um grande número de assassinatos de jovens por "n" situações no município de São José. E, no meu entendimento, está faltando um trabalho que era feito no passado por um ex-comandante, do qual não vou citar o nome para não dizerem que estou puxando sardinha para o meu lado, mas basta analisarmos os dados da segurança pública em São José há dois, três ou quatro anos e poderemos todos ver que aumentou e aumentou demasiadamente. E, no meu entendimento, o motivo é o trabalho que era executado e não está mais sendo realizado por quem está à frente do comando da segurança pública na querida cidade de São José.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Então, srs. deputados, vou ceder ao deputado Sérgio Godinho o resto do meu tempo para seu aparte e amanhã volto para tratar de outros assuntos.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Deputado José Natal, gostaria de agradecer e dizer da necessidade, deputado Reno Caramori, desta Casa, através dos seus pares, criar uma lei para a saúde, porque quando a coisa não funciona por vontade administrativa de uma prefeitura ou do governo do estado, que se faça por força da lei. E neste caso que se obrigue, até chamaria essa lei de fila zero, o governo do estado e as prefeituras a concederem o exame ou consulta para um paciente do SUS no prazo máximo de 72 horas. Um exame oftalmológico, hoje, no estado demora mais de um ano, às vezes quase dois anos, para ser feito; uma ressonância, seis ou sete meses. Só para terem uma idéia, Lages possui ressonância magnética e hoje já há 127 pessoas na fila.

Muito obrigado, deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Deputado Sérgio Godinho, quem sabe fazemos o seguinte: dependendo da renda *per capita* do município, o estado proporciona o que é determinado constitucionalmente e ele fica obrigado a dar um percentual também. Temos que ver a renda *per capita* dos municípios, pois alguns não têm condições de bancar, sabemos disso. Mas os grandes municípios que possuem maiores problemas não querem bancar.

Então, temos que fazer uma lei para que o governo estadual banque o percentual constitucional e o município fique obrigado a dar uma contrapartida para tal feito. Assim conseguiremos realmente amenizar os problemas da Saúde do estado de Santa Catarina, porque vem eleição, sai eleição, vamos para o discurso político e as pessoas continuam reclamando da saúde e da educação. Estamos em 88º lugar na avaliação...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O próximo orador inscrito, em Explicação Pessoal, é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL, público que nos acompanha nesta

sessão, e quero citar de forma especial algumas pessoas do nosso convívio, como o nosso companheiro subtenente Flori, nosso chefe-de-gabinete lá da cidade Mondai, que está hoje nos visitando com sua esposa dona Marli, que é professora da rede estadual na cidade de Mondai, no extremo oeste catarinense, lá nas beiras do rio Uruguai, deputado Reno Caramori, assim como da dona Sandra, professora da Apae da cidade de Mondai e da sua filha Natália, estudante naquele município.

Então, quero agradecer a presença de vocês aqui, pois estão podendo acompanhar o trabalho deste Poder e o meu trabalho através deste mandato que tenho buscado realizar.

Quero falar com um pouco mais sobre a anistia, mas esse processo começa bem antes.

Lá em 2003, quando o próprio governador propôs uma lei, que recebeu o número 254, que foi aprovada aqui por unanimidade e sancionada por ele em 15 de dezembro daquele ano, sua excelência pagou uma parte e no final de 2004 e 2005 ficou devendo pouco mais da metade, parte que era para pagar, para negociar, colocar no papel, usando a expressão do próprio governador, colocar no papel a forma de pagar no começo de 2007.

Nós tentamos várias vezes resolver o problema através do diálogo. Para ele e para outros que dizem que nós não gostamos de dialogar, muito pelo contrário, nós tentamos uma vintena de vezes. Entre outubro de 2006 e maio de 2007, este deputado procurou o governador em vários encontros para falar com ele sobre esse compromisso. E a barriga sempre funcionava, pois sempre colocava mais 15 dias para frente, até que os praças passaram a exigir e a se manifestar de forma mais contundente. Não pagou em dezembro, não pagou! O governador Luiz Henrique não pagou a Lei n. 254 que ele mesmo sancionou.

No final de 2008 houve mais uma manifestação contundente e daquela feita por parte das esposas dos praças e dos próprios praças. Encerramos a manifestação às 14h do dia 27 de dezembro, deputado Joares Ponticelli, e meia hora depois a inquirição caiu nas nossas costas. Houve o pedido do governador do estado para fechar o *site* da Aprasc na internet e o pedido para dissolver a Aprasc. Teve início ali uma longa e penosa saga de mais de um ano de perseguição, centenas de prisões, 13 exclusões e centenas de processos na Justiça Militar.

O comandante criou um conceito de moral, deputado Edison Andrino, uma portaria que exige conceito de moral para promoção do policial. Então, o policial pode estar num excepcional ou ótimo comportamento, mas se o comandante dele achar que não cumpre os conceitos morais, que estão na sua cabeça, ele está ferrado. E aí pode até entrar algum policial corrupto no meio, mas se entrar um daqueles que vestiu a camiseta da Aprasc e pediu para o governador pagar a Lei n. 254, ele está fora. Isso vem prejudicando centenas de famílias e policiais honestos do estado de Santa Catarina.

A caminhada da anistia. No segundo semestre do ano passado, nós, em silêncio ou falando às vezes um pouco, passamos a frequentar o caminho para Brasília, para o Palácio do Planalto, para a Câmara dos Deputados, para o Senado Federal, embarcando num projeto de anistia do senador Garibaldi Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte.

Estava na Câmara dos Deputados, e o relator da comissão de Constituição e Justiça

seria o deputado Mauro Benevides, do PMDB do Ceará. Tivemos o apoio de várias autoridades, de parlamentares federais de Santa Catarina, como a senadora Ideli Salvatti, os deputados Décio Lima, Cláudio Vignatti; além disso, dois deputados do PMDB mandaram um ofício pedindo a inclusão de Santa Catarina no projeto de anistia: Edinho Bez e Celso Maldaner.

Enfim, essa lei foi aprovada na Câmara Federal no dia 16 de dezembro e, de forma inusitada, no dia 17, no Senado, porque o senador Garibaldi Alves já estava dizendo para mandar de volta para ele, pois seria aprovada, com foi.

Para sancionar, deputado Joares Ponticelli, foi uma batalha, porque alguns setores reacionários, vingativos, odiosos, inclusive o estado de Santa Catarina, trabalharam contra. O governador de Santa Catarina foi o único dos 27 governadores que fez um dossiê; aliás, o comandante da Polícia Militar fez, entregou para ele, que encaminhou ao ministro Nelson Jobim pedindo que o presidente Lula vetasse o projeto.

E foi mais uma batalha de final de ano. Ninguém dormiu, ninguém fez festa, nós fomos para Brasília atrás das autoridades procurando as pessoas em férias para intervir e garantir a sanção.

No dia 13 de janeiro nós fomos daqui até Brasília de ônibus. Ficamos acampados, em vigília, na frente do palácio do presidente Lula, como ficamos aqui no ano passado. E no dia 13 de janeiro o presidente sancionou a lei.

Todos que estavam naquela praça choraram de alegria pela chance, pela oportunidade de pacificação, de reconciliação, de saída honrosa para todas as partes.

Foi publicada no Diário Oficial da União, no dia 14 de janeiro, a Lei n. 12.191. Aqui, o comandante-geral da Polícia Militar não a respeitou até agora e nós esperamos que o Tribunal de Justiça se manifeste porque essa lei está em vigor desde o dia 14 de janeiro! Ou será que os trabalhadores da Segurança Pública, os policiais militares têm que parar de acreditar na lei e nas instituições? O que esperam esses cidadãos? O comandante da Polícia Militar e o governador Luiz Henrique da Silveira desafiam o Congresso Nacional, o presidente da República, o ministro da Justiça e a Advocacia-Geral da União e não cumprem a lei federal?! Por certo eles acham que o decreto-lei estadual, que é o regulamento disciplinar, vale mais do que a lei federal!

Nós esperamos que o Tribunal de Justiça acolha esses casos e tome uma decisão. Não é possível que continuemos nessa situação, porque a nossa bagagem de paciência, o nosso sacrifício de buscar os meios jurídicos e políticos chegou ao limite! Se as instituições não se fizerem valer neste estado, se o comandante-geral da Polícia Militar não respeitar o Congresso Nacional, não respeitar a Presidência da República e não respeitar o Judiciário mais uma vez, como já fez no ano passado, no caso da exclusão do sargento Souza, sinceramente não sei a quem recorrer.

Mas piorou a coisa, porque o governo de Santa Catarina entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a lei da anistia. Não cumpre! Continua rasgando uma lei federal todos os dias, todos os minutos, fazendo um policial militar de 76 anos de idade sair de casa para ir ao quartel cumprir cadeia, na vigência de uma lei federal que lhe concedeu anistia!

Como dizia, o governo do estado deu entrada em uma ação direta de inconstitucionalidade e está esperando o Supremo se manifestar, e até lá não quer cumprir a lei.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Sargento Amauri Soares, há muito turista em Santa Catarina que acaba assistindo à TVAL, não ao vivo, mas na reprise, e quando vê na frente do seu nome a palavra sargento Soares, deve pensar que v.exa. é mais um que está brigando pela sua categoria. Essas pessoas não conhecem a sua história de vida, isso que v.exa. está trazendo aqui quase que diariamente! Nós, que não somos do seu meio, da sua convivência, estamos ouvindo isso no dia-a-dia, nas conversas com policiais pelo estado afora.

E quero chamar a atenção para a forma como v.exa. encerra. Eu também estou sentindo que a paciência está esgotando e tenho muito medo do resultado que poderá acontecer com essa atitude radical e autoritária que o governo está tomando.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados e deputada Ana Paula Lima, primeiramente gostaria de fazer o registro, na tarde de hoje, na Assembleia Legislativa, do aniversário de um dos municípios mais bonitos de Santa Catarina e do Brasil, que é o município de Urubici, localizado na serra catarinense e que significa para aquela região, em termos de beleza natural, o que a Lagoa da Conceição representa para a Grande Florianópolis. Lá está localizado o Morro da Igreja, a Serra do Corvo Branco, várias cachoeiras, onde há vários empreendimentos na área de hotelaria.

Eu tenho certeza de que com o desenvolvimento que já se faz presente, Urubici ainda ficará no mesmo nível de Gramado e Canela. Eu sempre digo que a beleza natural da serra catarinense, que envolve Urubici, Urupema, Rio Rufino e São Joaquim, é maior do que a da serra gaúcha. O que falta é a mão do homem, no sentido de dar estrutura em termos de turismo, de pavimentação, de equipamentos voltados ao turismo, além da qualificação da mão-de-obra da região que produz as melhores frutas do Brasil, maçã, pêra e mirtilo; produz mel; cria ovelhas, leite de ovelha; além de uma série de produtos de alta qualidade voltados para a gastronomia. É uma região que precisa ter mais investimentos por parte do governo.

Nós tivemos a oportunidade, deputado Jorginho Mello, de fazer uma audiência pública, que contou com a presença de alguns deputados, como o deputado Reno Caramori, que se faz aqui presente, para discutir uma estrutura melhor para o Morro da Igreja, um dos visuais mais bonitos do mundo, de onde se pode enxergar tudo, pois são quase 1.600m de altura. É o lugar mais frio de Santa Catarina e o mais alto, e quando chegamos lá não sabemos se devemos preocupar-nos com a nossa segurança para não escorregarmos na grama úmida ou se contemplamos a beleza natural daquele visual magnífico.

Tentamos fazer alguma coisa através daquela audiência pública, quando envolvemos uma série de entidades ambientais, mas, infelizmente, não avançamos muito em termos de estrutura.

Mas quero aproveitar a oportunidade, esse não era o assunto do meu pro-

nunciamento, para cumprimentar o prefeito, os vereadores e a população de Urubici pelo aniversário do município.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Ouço v.exa., rapidamente, que é também da região serrana de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Deputado Edison Andrino, parabeno v.exa. por dizer que a região serrana é uma região bela. Na década de 50 e 60 foi a região mais rica do estado de Santa Catarina, mas hoje amargamos um Índice de Desenvolvimento Humano bastante baixo. Precisamos, como v.exa. falou, de investimentos dos governos federal e estadual, para que seja, de certa forma, pago tudo aquilo que a região serrana fez por Santa Catarina, pelos homens que deu à vida pública, figuras maravilhosas como Nereu Ramos e Celso Ramos, entre outros. Com a riqueza daquela região, durante o ciclo da madeira, tínhamos recursos para ajudar quase a manter o estado de Santa Catarina. Então, hoje a região é linda, maravilhosa, mas precisa de investimentos.

Assim sendo, parabeno v.exa., que conhece tão bem o estado de Santa Catarina e defende-o, mas que também enaltece a nossa região, a nossa cultura.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu queria, da mesma forma, sr. presidente, cumprimentar esta Casa pela decisão, na tarde de hoje, de autorizar o Tribunal de Justiça a dar seguimento ao processo que o MPE move contra o ex-senador e atual vice-governador Leonel Pavan.

Eu estou falando sobre isso porque queria justificar neste plenário que eu já havia antecipado o meu voto antes mesmo da carta acertada e bem recomendada pelos seus assessores ao vice-governador Leonel Pavan, pois ele dizia constantemente que queria pressa no seu julgamento para provar a sua inocência. E nós esperamos que assim seja, por isso que já havíamos antecipado o nosso voto. Acho que a carta do vice-governador contribui exatamente para que ele possa provar, num breve espaço de tempo, a sua inocência.

Mas, sr. presidente, nestes quatro minutos que me restam, quero aqui trazer um assunto da maior importância, principalmente para o meu partido e para o Brasil, em função do projeto que envolve o governo do presidente Lula e o PMDB.

O meu partido, que possui a mais bela história política deste país, que foi o grande responsável pela redemocratização do Brasil, pela nossa Constituição, pela anistia, pelo fim das leis de exceção, pela liberdade de imprensa, hoje é comandado, lamentavelmente, por um grupo, deputado Jorginho Mello, que tomou conta da sigla, e vou citá-los aqui: José Sarney, Geddel Vieira Lima, Jader Barbalho, Renan Calheiros e Michel Temer, que é o comandante desse processo e que não ouve as bases do partido. Um partido desse tamanho, que tem o maior número de senadores, de deputados federais, de prefeitos, de deputados estaduais e de vereadores, não tem um candidato à Presidência da República.

Temos em nossos quadros homens da qualidade de Pedro Simon, de Roberto Requião, de Jarbas Vasconcelos, de Luiz Henrique da Silveira, mas vamos a reboque. Já fomos a bengala de Fernando Henrique Cardoso e agora estamos sendo a bengala do presidente Lula, que deveria, deputada Ana Paula Lima, pegar o lado bom do partido, que é formado por Pedro Simon, por Roberto Requião! Mas pegou o lado podre, ruim do

PMDB, a base que apoiou Fernando Henrique Cardoso!

Eu era deputado federal, deputado Jorginho Mello, e lá não liberavam os recursos das minhas emendas parlamentares porque eu votava contra Fernando Henrique Cardoso. E quem liderava essa postura era Geddel Vieira Lima. Ele dizia: "O Andriano não, deixa de lado. O Andriano é contra Fernando Henrique, votou para não descontar dos aposentados". Ele votou contra os servidores públicos no estado de Santa Catarina. E eram detonados pelas lideranças do PT.

O meu amigo Carlito Merss, prefeito de Joinville, tinha bronca desse pessoal que vivia agarrado em Fernando Henrique Cardoso e que agora está agarrado ao presidente Lula. Tudo com o ministério mandando, liberando dinheiro, fazendo a politichalha que eles fazem, num processo dos mais fisiológicos que eu conheci na minha vida. Eles não querem presidente da República do partido, não querem que o PMDB tenha candidato.

E v.exa., deputada Ana Paula Lima, sabe por que não querem?

(A deputada Ana Paula Lima fala fora do microfone.)

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Ai é que V.Exa. se engana! Para eles não interessa se está bom ou ruim. Se eles tiverem um ministério liberando dinheiro para suas bases eleitorais, está ótimo.

O partido na Bahia não é o PMDB, é o partido do Geddel. Para eles tanto faz ganhar Lula ou Serra, pois vão continuar mandando. Se ganhar o Lula, eles continuam no governo; se ganhar o Serra, eles mudam para o Serra, para apoiá-lo depois na Presidência da República. Mas eles não querem Roberto Requião porque não vão poder mandar se ele for presidente.

Por isso, srs. deputados, é que o PMDB precisa de um candidato à Presidência da República que tenha a postura que tem o governador Requião, que é amigo de Lula, que o admira, que o respeita, mas que quer ver esse pessoal desgrudado do governo do PT. Eles comprometem até o governo do Lula! Eles não o ajudam.

Então, esse golpe que estão dando nessa convenção de fevereiro não vamos aceitar! O Rio Grande do Sul não participará, assim como o Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Pernambuco. Ou seja, o presidente Lula pode levar porque tem o poder na mão e eles adoram umas tetinhas do governo, adoram o poder. Eles vão fazer a convenção para continuar a mamar nas tetas do governo Lula.

Lamentavelmente é isso que está acontecendo neste partido que eu ajudei a construir desde o dia em que foi fundado, e essa gente está aí acabando com a sua história.

E a candidata do PT perderá muitos votos. Provavelmente se não for para José Serra, acabará sendo para Marina Silva, que tem uma bela história política neste país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Sérgio Godinho, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Eu queria saudar todos os deputados desta Casa, saudar todo o povo catarinense, o povo serrano, o povo lageano e saudar a minha família.

É uma honra muito grande, srs. deputados Reno Caramori, Joares Ponticelli e demais deputados, estar nesta Casa participando junto com v.exas. deste momento importante de Santa Catarina.

Eu queria aqui registrar a presença do vereador de Ponte Alta do Sul, o Cezinha, do DEM, do vereador Sebastião do Prado Gonçalves, do PT, do dr. Dé, de São José, e do dr. Edson Silveira, que nos honram muito com a sua presença.

Quero dizer, sr. presidente, que é um orgulho unir-me a v.exas., estar junto ao nosso deputado Jorginho Mello, a quem acompanhei como presidente desta Casa, parabenizando-o pelas mudanças, pelas reformas, pelo equilíbrio, pela competência e pelas ações durante o seu mandato como presidente. V.Exa., além da competência adquirida ao longo de sua vida pública, mostra também a sabedoria de um ser humano sensível, compreensivo, competente, que nos fez sentir, como serrano, feliz por representar o povo de Joaçaba e Herval d' Oeste, cidades vizinhas de Lages, que faz parte da região serrana.

Quero agradecer à imprensa pela divulgação de alguns trabalhos nossos, agradecer à imprensa de Lages, que não tem medido esforços ao me homenagear, ao me ajudar, ao me incentivar, ao colaborar com as minhas ações, depositando confiança na minha pessoa. Fico muito feliz quando as palavras elogiosas vêm da imprensa, que é o órgão que mais proporciona democracia neste país. E aqui me refiro à imprensa registrando a presença do nosso grande amigo Roberto Salum, que muito nos honra.

Sr. presidente, embora a minha estada nesta Casa seja breve, gostaria de fazer com que na minha passagem eu mostre as ações, talvez, de ponta, não as mais importantes, mas aquelas ações que merecem toda a atenção, como é o caso da saúde, da segurança pública, dos nossos presídios, das nossas penitenciárias, que são verdadeiros depósitos de pessoas, transformando seres humanos que cometeram crimes, que deveriam pagar com trabalho, com educação na prisão, em verdadeiros monstros devido às circunstâncias e ao local aonde são, eu diria, depositados. A situação dos presídios e das penitenciárias nos deixa tristes ao vermos seres humanos tratados como animais, como bichos.

Defendemos que seja cumprida a lei, mas a tortura nos presídios tem-nos deixado perplexo e triste ao vermos, no século XXI, tanta ignorância no trato com o ser humano.

Quero dizer que, embora sem mandato, tive participação em coisas importantes de Santa Catarina, e quero fazer o registro para que o telespectador acompanhe.

A primeira conquista foi o Cefet de Lages. Eu quero agradecer, inclusive, ao Partido dos Trabalhadores, à senadora Ideli Salvatti e ao governo do estado, através da Epagri. Nós, deputado Reno Caramori, sofremos muito e tivemos até dificuldades para a aquisição do terreno - deputado Jorginho Mello, v.exa. participou, de certa forma, dessa ação -, mas conseguimos levar para Lages o centro geográfico da região serrana, a Escola Federal, hoje IFSC, o conhecido Cefet.

(Procede-se à exibição de fotos.)

É uma escola para 1.200 alunos - e talvez seja a primeira vez que se esteja mostrando as imagens da obra -, totalmente gratuita, uma escola que vai mudar a cara da cidade porque o problema maior da nossa região é a falta de mão-de-obra qualificada, não por incompetência das pessoas, mas pela falta de uma escola pública federal, gratuita, para qualificar os nossos jovens, para que a indústria possa ter técnicos para gerenciá-la e também para atrair novas empresas para Lages.

Essas imagens que estamos mostrando são das obras do nosso Cefet, que

em breve estará pronto. Basicamente, a estrutura maior já está pronta.

Quero abordar também a conquista do aeroporto regional. Tive o orgulho de participar dessas obras, deputado Jorginho Mello. O Aeroporto Regional de Correia Pinto está pronto desde 2007, e neste mês começaram as obras da segunda fase do aeroporto. A pista está pronta, o pátio de estacionamento das aeronaves está pronto. Essas são imagens do início das obras do terminal de cargas, do terminal de passageiros, da parte dos bombeiros, a infraestrutura do estacionamento e a ligação asfáltica do aeroporto até a BR-116. Essa obra está pronta desde 2007 e agora foi iniciada a segunda fase.

Quero falar também da participação que tivemos, deputado Jorginho Mello - e v.exa. foi também um dos batalhadores -, na conclusão da BR-282. Eu conclamaria que fizéssemos uma ação de inauguração dessa obra.

A BR-282 é a obra mais importante de Santa Catarina e não houve nenhum ato de inauguração. Foi um sofrimento muito grande para todos aqueles que moram no oeste catarinense, da região serrana até São Miguel d'Oeste, e hoje a rodovia está pronta.

Então, srs. deputados, hoje não se fala mais dessa obra, mas essa rodovia é extremamente importante, uma vez que liga Florianópolis à Argentina, possibilitando o famoso corredor bioceânico central. E eu tive a honra de participar, no início, do fórum para a criação do desse corredor, que liga Florianópolis ao porto de Valparaíso, no Chile.

Portanto, estas três obras importantes, a conquista do Cefet, a conquista da BR-282 e a conquista do Aeroporto Regional de Correia Pinto, sem dúvida nenhuma vão mudar o nosso foco de futuro, a oportunidade de crescimento para a região. Nós poderemos, a partir de agora, dar um novo e necessário alento ao povo, porque a infraestrutura básica, estrada, escola técnica, aeroporto, já está à nossa disposição, praticamente.

Precisamos da conclusão do aeroporto, e fazemos um apelo ao governo estadual para que conclua aquela obra, que faça uma ação diuturna para concluí-la.

A região serrana, nas décadas de 50 e 60, srs. deputados, foi a que mais contribuiu no quesito socioeconômico para Santa Catarina. E hoje, srs. deputados, é a região mais pobre do estado.

Nós temos na região do médio vale de Itajaí e do litoral cidades que tiveram um crescimento comparado ao de cidades europeias, em questão de desenvolvimento, geração de emprego e renda, modernidade e saúde. E também temos a região da Amures, uma região muito carente, que precisa do apoio de todos os parlamentares e de um alento do governador do estado. O governador Luiz Henrique já ajudou muito a região, mas precisamos muito mais. Não temos na região um aparelho de radioterapia. Na cidade de Lages, temos um pronto-socorro, deputado, que sequer tem um aparelho de raios X. Não há raios X em um pronto-socorro de Lages!

Então, precisamos de modernidade e de investimentos por parte do governo do estado e do governo federal. É necessário que a prefeitura também assuma a responsabilidade de atender às necessidades lageanas.

Em Lages, o sistema de saúde do SUS está em gestão plena. A responsabilidade da saúde cabe ao município de Lages, mas a cidade está carente e a população, principalmente as crianças e os idosos, está sedenta por atendimento de saúde. É preciso que certas pessoas que ocupam cargos públicos

tenham entendimento humanitário, responsabilidade, para que possamos minimizar o sofrimento do povo lageano e do povo serrano. Somos uma região que detém quase 300 mil habitantes e temos apenas um aparelho de ressonância magnética. Aqui na capital, a Clínica Imagem possui quatro aparelhos de ressonância magnética, que funcionam das 7h às 22h.

Parabenizo o deputado Sargento Amauri Soares pelo brilhante pronunciamento em defesa da sua classe. Nós sabemos que s.exa. tem amargado momentos difíceis para levar ao conhecimento da população o quanto é importante o salário do policial, o quanto é importante o crescimento, a modernidade e a justiça para aqueles que têm a obrigação de proporcionar segurança.

Parabéns, deputado Sargento Amauri Soares, por ser um defensor tão eloquente e de posição. V.Exa. se elegeu pela Polícia Militar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, eu quero congratular-me com v.exas. e desejar, deputado Sargento Amauri Soares, no início dos nossos trabalhos, deputado Jorginho Mello, que tenhamos a oportunidade de ver Santa Catarina crescer com decência. Crescimento é necessário, mas queremos ética, decência e responsabilidade.

Deputado Jorginho Mello, v.exa., que nos presidiu por um período excepcional, teve uma atuação invejável, até se pode dizer. Mas muito mais do que invejável, a sua atuação foi responsável. Por isso temos certeza de que na continuidade, dentro do acordo firmado e cumprido, o deputado Gelson Merísio, representando o nosso grande oeste, também fará, nas mesmas proporções, um ano de administração com muita responsabilidade, seriedade e ética que este Parlamento requer.

Deputado Sérgio Godinho, parabéns pela sua estada, mais uma vez, nesta Casa, procurando também fazer com que a nossa região serrana seja ouvida.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Gostaria de fazer um chamamento, deputado Reno Caramori e demais deputados desta Casa. No dia 11 de fevereiro, quinta-feira, faremos, em Lages, uma audiência pública para discutir, mais uma vez, a questão do GTA - Guia de Trânsito de Animais - e da brincagem dos animais.

Essa questão tem proporcionado uma discussão muito séria na região serrana como um todo e nós faremos essa audiência pública para debater a desburocratização dessas duas normas da secretaria da Agricultura. E vamos contar que o nosso grande amigo, deputado Antônio Ceron, participe dessa audiência para que possa minimizar os problemas.

Hoje, deputado Jorginho Mello, só para v.exa. ter uma ideia, a pessoa que vender um boi lá no interior da Coxilha Rica, a 100km do centro da cidade de Lages, tem que se deslocar, junto com o comprador do gado, até o balcão da Cidasc para fazer a transferência do gado.

Então, conto com a presença do deputado Reno Caramori e espero que possamos minimizar esse sofrimento do ruralista, do pecuarista.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Sérgio Godinho, tenha certeza de que estaremos presente, até porque já houve, no ano passado, um problema muito sério. Foi realizada uma reunião com representantes do ministério da Agricultura, da Cidasc, da secretaria da Agricultura e do MTG. Eu representei a quarta região, em nome do sr. Jair Carneiro, e tentei buscar o prolongamento do prazo do exame da anemia infecciosa dos equinos de 60 para 90 dias. Mas esbarramos numa estatística. O estado de São Paulo apresentou uma estatística assustadora de animais abatidos em consequência da anemia infecciosa. Isso é muito perigoso porque o Paraná e São Paulo, hoje, estão trabalhando em Santa Catarina, no transporte de pinus nos reflorestamentos, com animais equinos que vêm não se sabe de onde, sem exames e sem o menor controle. E o nosso tradicionalista, o nosso cavaleiro, aquele que gosta de cavalgada, de rodeio, tem que ter o cuidado de manter a sanidade do seu animal através da coleta de sangue para exames, principalmente de anemia infecciosa.

Esse é um assunto muito melindroso e de grande responsabilidade, e por isso o ministério da Agricultura está estudando em Brasília, tendo em vista essa nossa audiência com a secretaria da Agricultura, a Cidasc e a Epagri, uma maneira de encontrar um denominador comum que possa dar uma solução com menos prazo. É preciso, inclusive, que seja revisto o custo dos exames e assim por diante. Mas nós estaremos lá.

Mas, voltando ao início da conversa, deputado Jorginho Mello e deputada Ana Paula Lima, quero dizer que fico alegre quando consigo percorrer a minha região, rever os amigos, os empresários, as empresas, os agricultores, os criadores, os fruticultores, mas fico cada vez mais triste quando vejo a situação em que se encontram as rodovias de Santa Catarina.

Assim, trago a crítica e a cobrança do nosso homem do campo, do nosso transportador, do nosso empresário. E não é porque sou transportador e faço parte de uma transportadora. O nosso agricultor tem que transportar o seu produto e muitas vezes o caminhoneiro diz: "Ah, mas tu moras lá e há um trecho de estrada que é terrível. Vou ter que te cobrar mais caro o frete, porque se estiver um pneu lá se vai o lucro do meu frete".

Então, vamos fazer um levantamento - é obrigação do parlamentar e não estou fazendo favor nenhum. Já fiz um no fim do período do ano passado, mostrei nesta Casa, mas até agora não foi tomada nenhuma providência para o desleixo, o desmando. Eu acho que, pelo menos, uma resposta aos catarinenses deve ser dada. A nossa região e toda Santa Catarina estão assim, porque todos os dias parlamentares mostram aqui como se encontram as estradas nas suas regiões. As estradas federais estão melhorando, deputada Ana Paula Lima, com o pedagiamento da BR-101 e da BR-116. Felizmente, deputado Sargento Amauri Soares, estamos vendo uma melhoria e uma maior tranquilidade para o transportador e para os motoristas de automóvel.

Há ainda um trecho da BR-153 que é precário, é verdade. Já entramos em contato com os órgãos competentes do governo federal, com os departamentos competentes, e aquele trecho do Rio Grande do Sul, no sentido União da Vitória, é uma calamidade. O grande fluxo de veículos do Rio Grande do Sul para o resto do país passa pela BR-153, cortando Santa Catarina, e ela está em estado precaríssimo.

Por outro lado, quero aqui também cumprimentar o governo federal com relação à BR-282, deputado Sergio Godinho, no trecho São José do Cerrito/Campos Novos até a BR-470. Parabéns à empreiteira que executou a obra, parabéns a quem fez o projeto e parabéns ao governo! É a melhor rodovia que temos em Santa Catarina, com uma segurança extraordinária.

Aguardamos para os próximos dias a inauguração do trecho de São Miguel d'Oeste a Paraíso, que é a conclusão da BR-282, a espinha dorsal do estado de Santa Catarina. Na famosa BR-282 acompanhamos desde o início o asfaltamento de Lages até São Miguel d'Oeste. Acompanhamos e sofremos as consequências, pois transportávamos seres humanos naquele trecho. E as pessoas ficavam noites e noites na estrada porque não havia condições de trafegabilidade, mesmo durante a construção.

Vamos voltar a esta tribuna muitas vezes ainda. Não é possível que nós, parlamentares, possamos calar diante da situação em que se encontram as rodovias de Santa Catarina. Há um abandono! Mostrei fotos, mostrei filmagens, e não resolvem. Eu não sei qual deve ser o procedimento. Já encaminhei indicações, já procurei os órgãos competentes e as coisas não acontecem.

Então, vamos ter que usar a tribuna, que é nossa prerrogativa. E não vamos criticar. Vamos mostrar as constatações que buscamos nos nossos fins de semana, quando visitamos a nossa região. Só temos o fim de semana e faremos na quinta-feira à tarde, na sexta-feira, no sábado e no domingo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência registra a presença do empresário Daniel Tozzo, de Cordilheira Alta, próximo a Chapecó. Com certeza, no ano que vem ele estará aqui, porque já comunicou ao PSDB que será candidato a deputado estadual, representando aquela região.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, a minha saudação a todos que permanecem neste plenário, aos visitantes que nos dão a honra de prestigiar a sessão ordinária desta Casa Legislativa e também aos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Srs. deputados, ouvi atentamente diversos pronunciamentos na tarde de hoje, deputado Sargento Amauri Soares, mas ouvi, principalmente, atentamente, o pronunciamento do deputado Edison Andrino, que falou da sua insatisfação com o seu partido, o PMDB, da sua tristeza com relação a integrantes do PMDB.

Faço desta tribuna um convite ao deputado Edison Andrino para que ele entre nas fileiras do Partido dos Trabalhadores, pois acho que se sentirá mais em casa, uma vez que ele, deputado Jorginho Mello, desta tribuna, mencionou a diferença do governo do presidente Lula e de outros governos que existiram no Brasil. Falou do tratamento dado aos parlamentares, pois hoje não faz diferença ser deputado do PSDB, do PMDB, do PT, do PDT ou de outras siglas partidárias. As emendas dos parlamentares federais são liberadas com igualdade, diferentemente do que acontecia anteriormente. E o deputado Edison Andrino aqui testemunhou que, por ele criticar o governo, as suas emendas não eram aprovadas.

Por isto que o Brasil está diferente: pelo tratamento dado pelo presidente Lula não

somente aos parlamentares, mas, principalmente, deputado Sargento Amauri Soares, ao povo brasileiro, a exemplo do que v.ex.a mencionou, a sanção do presidente Lula ao projeto do senador Garibaldi Alves, concedendo anistia aos policiais militares. E a seu pedido, o deputado Décio Lima fez uma emenda colocando os policiais militares de Santa Catarina para que eles também fossem absolvidos. O presidente Lula acatou, mas, infelizmente, o governador de Santa Catarina está tratando descumprindo uma lei federal.

Por isso que nesses últimos sete anos o Brasil passou, senhores e senhoras, por diversas transformações econômicas e sociais. Muitos paradigmas foram rompidos e o nosso presidente Lula conquistou espaço e respeito de diversas nações, de grandes potências mundiais, através das ações, de programas e de projetos implantados em benefício da população que mais necessita, que é a população de baixa renda.

Hoje, catarinenses, o nosso país é reconhecido mundialmente, assim como o presidente Lula, em virtude de sua postura informal, sua linguagem singular e seu carisma nato. Trata-se de um grande homem o atual presidente da República do nosso país.

O ano de 2010 será o ano no qual, através da mais alta expressão da democracia e da cidadania - e converso com os meus filhos e com vários jovens todos os dias sobre o voto popular -, poderemos eleger a pessoa que irá suceder o presidente Lula, para dar continuidade aos programas, aos projetos e ações que tanto beneficiaram esse imenso país.

Sinto que 2010, deputado Jorginho Mello, é o ano das mulheres. Neste ano eleitoral teremos a oportunidade de eleger a primeira mulher para a Presidência da República do nosso país e dessa forma vamos não somente dar continuidade às ações do governo do presidente Lula, mas vamos implementar e implantar novos programas e novos projetos de cunho econômico e social.

As pesquisas anunciadas na última semana pelos institutos *Vox Populi* e *CNT Sensus* mostraram o crescimento da ministra Dilma. Nós, do Partido dos Trabalhadores, já conhecemos a competência, a paixão dessa

ministra que tanto nos honra. Eu diria que a ministra Dilma Rousseff é a favorita das eleições de 2010, o ano das mulheres, e em outubro poderemos confirmar isso.

Temos também uma grande senadora, a companheira Ideli Salvatti, que poderá assumir o comando do estado de Santa Catarina, fazendo-o ressurgir no cenário nacional e internacional, sempre com a força, com a competência e com a ternura que lhe é peculiar.

Bem, senhoras e senhores, o nosso presidente já foi diversas vezes condecorado, mas quero ressaltar a mais recente homenagem que lhe foi concedida no último dia 29, o Prêmio Estadista Global, oportunidade em que o mundo, mais uma vez, rendeu-se ao trabalho desse metalúrgico, desse trabalhador que mudou o conceito e extirpou preconceitos. Mesmo ausente, porque todos puderam acompanhar o problema de saúde, a hipertensão, o discurso do presidente Lula foi proferido na íntegra pelo ministro Celso Amorim que o representou em Davos. Emocionou todos, principalmente ao destacar que o Brasil não apenas venceu o desafio de crescer economicamente e incluir socialmente, como provou aos céticos que a melhor política de desenvolvimento de um país, de um estado, de uma cidade é, sim, o combate à pobreza.

Nos últimos sete anos, srs. parlamentares, o Brasil criou quase 12 milhões de empregos formais! Em 2009, tivemos um saldo positivo de cerca de um milhão de novos empregos!

O Brasil programou e implantou o maior programa de transferência de renda do mundo, o Bolsa Família, que hoje beneficia mais de 12 milhões de pessoas. Da mesma forma, foi instituído o Programa de Aceleração do Crescimento, conhecido como PAC, que prevê a implementação do maior conjunto de obras na área de infraestrutura e logística da história do país, no qual já foram investidos cerca de US\$ 213 bilhões, e que alcançará, no final de 2010, um montante de US\$ 343 bilhões! É muito recurso sendo investido em nosso país.

Na questão da habitação, deputado Jorginho Mello, quero ressaltar o Programa Minha Casa, Minha Vida, que nessa última segunda-feira, dia 1º de fevereiro, contemplou

novamente os municípios de Blumenau e Camboriú, que sofreram com a catástrofe de 2008. Estive presente na solenidade de assinatura dos novos contratos para a construção de moradias populares, num investimento de cerca de R\$ 6 milhões, que vão beneficiar famílias com renda de zero a três salários mínimos.

Em Blumenau o novo contrato prevê a construção, nessa nova etapa, de 96 apartamentos no bairro Passo Manso. Vale lembrar também que em outubro do ano passado foi assinado um contrato que contemplou 1.028 moradias populares somente em Blumenau. No município de Camboriú, nesse dia 1º de fevereiro, foi assinado um contrato para construção de 48 apartamentos, e esteve presente o vice-prefeito daquela cidade.

Vale ressaltar, srs. parlamentares, que essas unidades habitacionais são destinadas preferencialmente às famílias que ficaram desabrigadas, continuam ainda em abrigos, principalmente na cidade de Blumenau, e que terão a oportunidade de ter uma nova casa graças ao compromisso firmado pelo presidente Lula, quando da sua visita ao estado de Santa Catarina naquela oportunidade.

Dizem os deputados Jorginho Mello e Sargento Amauri Soares que o Brasil está em boas mãos. E isso é reconhecido não somente pelos brasileiros, mas principalmente, deputado Jorginho Mello, mundialmente. O Brasil hoje é um novo país, um país que está nas mãos certas e deve continuar, sim, com todo o respeito, nas mãos certas. E as mãos certas são as mãos de uma grande mulher, porque este é o ano das mulheres.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Se eu fosse o presidente Lula, concordaria com v.ex.a. em 100%, deputada.

Srs. deputados, com o fim do horário regimental, esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Derli Rodrigues - Décio Góes - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Sérgio Godinho - Silvío Dreveck.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO DERLI RODRIGUES - Pede melhoramentos na SC-468; mostra preocupação com o alto índice de evasão escolar.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Corroborar com a preocupação com o mau estado da SC-468.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO (aparte) -

Parabeniza o deputado Derli Rodrigues pela relevância das reivindicações.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Expressa sua preocupação com a falta de atendimento à saúde na região de Lages.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Contesta alegações do deputado Sérgio Godinho a respeito do volume de recursos para a saúde.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Crítica o governador do estado; condena a ação da Polícia na prisão de integrantes do MST em Imbituba.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO (aparte) - Reitera críticas às autoridades estaduais e municipais no tocante à área da saúde.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Acusa o governo de divulgar informações incorretas a respeito de obras.

Partidos Políticos

DEPUTADO JAILSON LIMA - Ressalta a importância do caráter na vida pública.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO (aparte) - Parabeniza o deputado Jailson Lima pelo tema do pronunciamento.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Analisa o governo do PT e a figura do presidente Lula.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Explica as diferenças entre o governo do PT e o do PSDB.

DEPUTADO DERLI RODRIGUES - Discorre sobre o PPS e suas posições no país.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Registra a presença de visitantes na Casa.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Elogia o cooperativismo catarinense e a qualidade dos vinhos produzidos no estado.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Ressalta a importância do cooperativismo em

DEPUTADA ADA DE LUCA - Exalta a figura de Zilda Arns.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Complementa os elogios a Zilda Arns.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Comunica a presença de várias autoridades.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sugere homenagem a Zilda Arns e Jane Bulcão Viana; fala da necessidade urgente da construção do anel viário da Grande Florianópolis e do problema da mobilidade urbana.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Lembra a importância da região metropolitana para solução dos problemas da Grande Florianópolis.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Cerra fileiras em favor da resolução da questão da mobilidade urbana na Grande Florianópolis.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença de vereadores-mirins.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Manifesta-se acerca da mobilidade urbana; condena a prisão de integrantes do MST em Imbituba.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Cita artigo da reforma administrativa referente à administração da ZPE de Imbituba.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Refere-se à quebra do segredo de justiça referente ao processo do vice-governador; pede que o governador limite o gesto do seu vice.

DEPUTADO DERLI RODRIGUES (aparte) - Elogia o gesto do vice-governador Leonel Pavan.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Explica a razão do pedido de cópia do processo contra Leonel Pavan feito pelo deputado Pedro Uczai.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Defende a posição do governo no caso dos processos contra Luiz Henrique.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Manifesta-se favorável à análise do preceito constitucional que blinda os mandatários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Conforme determina o art. 100 do nosso Regimento, vou dar a palavra, por até dez minutos, ao deputado Derli Rodrigues.

O SR. DEPUTADO DERLI RODRIGUES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, nesta ocasião uso da tribuna para fazer um esclarecimento antecipado de uma indicação que apresentarei na sessão de hoje, observando aquilo que entendo ser de grande importância para a região do grande oeste.

A citada indicação pede o apoio dos colegas parlamentares e à Mesa que encaminhe ao diretor do Deinfra, dr. Romualdo França, e ao governador do nosso estado, no sentido de olharem com carinho a situação em que se encontra a SC-468, que liga a BR-282, do trevo de Chapecó passando pelas cidades de Quilombo, Formosa e São Lourenço do Oeste até a divisa do Paraná.

A situação dessa rodovia nos preocupa muito e ela necessita de um reparo para oferecer melhores condições de trafegabilidade e mais segurança para as pessoas que por lá seguidamente costumam transitar.

É uma rodovia que tem um trânsito bem elevado e uma pesquisa feita pela Confederação Nacional dos Transportes, em 2009, registra que a SC-468 é uma das piores

estradas do país. Ela é uma estrada estadual, de responsabilidade do nosso estado e por essa razão estamos aqui fazendo um apelo ao nosso governador e ao Deinfra para que olhem com carinho a sua situação.

Esperamos que no curso deste ano os problemas possam ser equacionados, pois, como disse, é uma região que tem um movimento de veículos muito grande, por onde escoo grande volume da produção agrícola, pecuária e industrial.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DERLI RODRIGUES - Concedo, neste momento, um aparte ao deputado Ismael dos Santos. Por gentileza, fique à vontade.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Muito obrigado, nobre colega.

Eu quero parabenizá-lo pela preocupação, pois tenho também transitado por aquela rodovia. E o problema não é somente em função da topografia, que é extremamente acidentada, mas a verdade é que o asfalto está numa situação calamitosa, além sinalização da estrada ser altamente deficiente.

Então, acho que precisamos aprovar essa indicação porque não é só uma questão de segurança, mas também de responsabilidade deste Parlamento, inclusive nessa perspectiva econômica que v.exa. declina nesta manhã.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DERLI RODRIGUES - Agradeço a participação do deputado Ismael dos Santos e é realmente importante a observação da questão da sinalização.

Então, esperamos que o governo do estado providencie rapidamente essa sinalização, além do recapeamento das pista, que esperamos seja feito o quanto antes possível, ainda este ano. Lembramos, por oportuno, que essa rodovia possui 95,3km de extensão.

Eu queria, nesses últimos cinco minutos que me restam, incrementar um assunto que trouxe ontem com relação à Indicação n. 0012/2010, que, na minha avaliação, como professor da Língua Portuguesa, ouvindo também colegas de outras áreas, preocupa a sociedade de Santa Catarina.

Refiro-me ao índice considerável de alunos que não querem aceitar o compromisso da escola, especialmente o ensino médio e o ensino fundamental, muitas vezes em função de más companhias que os incentivam a deixar a escola e até de vícios que estão-se tornando mais e mais comuns, infelizmente, na sociedade dita moderna.

Eu entendo, sr. presidente e srs. deputados, que uma das medidas que poderão ajudar a equacionar essa situação é a contratação, pelo estado, de profissionais da área da Psicologia, pois é uma forma de conseguirmos acompanhar todas as situações dos alunos, já que trazem para a escola problemas da própria família.

É um índice assustador e o aluno que não estuda, o aluno que se afasta da escola antes do tempo previsto, não deixa de ser um prenúncio de que ele vai ter dificuldade na vida e até, como disse, ficar exposto a vícios da vida lá fora.

Então, gostaria de pedir que cada parlamentar da Assembleia Legislativa de Santa Catarina fizesse uma avaliação criteriosa sobre esse assunto, conversasse com os professores das escolas da sua região e procurasse alertá-los para a gravidade dessa situação. E teríamos que pedir ao secretário da Educação, deputado Paulo Bauer, ao

governador Luiz Henrique da Silveira e ao vice-governador Leonel Pavan que analisassem essa questão com carinho.

Gostaria também que a Mesa Diretora encaminhasse, posteriormente, essa indicação como sugestão aos futuros candidatos ao governo de Santa Catarina, a fim de que no curso dos próximos anos possamos começar a aplicar essa sugestão em razão da necessidade que isso representa para melhorar a qualidade de ensino e aumentar o número de alunos interessados pela escola, pelo aprendizado, buscando naturalmente facilitar a sua condição como cidadão no seu dia-a-dia.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DERLI RODRIGUES - Concedo um aparte, com prazer, ao companheiro Sérgio Godinho.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Deputado Derli Rodrigues, quero parabenizar v.exa. pela clareza com que expõe suas sugestões e pode contar comigo para ser um defensor dessas causas maravilhosas que traz a este Parlamento.

Parabenizo e desejo sucesso a v.exa. no Parlamento e que todos possam acolher as suas sugestões. Tenho certeza de que, pelo brilhantismo da explanação e pela relevância do assunto trazido ontem e hoje, v.exa. terá a colaboração dos parlamentares, como estou fazendo agora. Até já comentei com os demais colegas que as suas reivindicações serão avaliadas por quase todos os deputados, em função da relevância dos assuntos.

O SR. DEPUTADO DERLI RODRIGUES - Eu agradeço, deputado Sérgio Godinho, as colocações de v.exa. e a atenção dos colegas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigada, deputado Derli Rodrigues, pela sua brilhante contribuição da tribuna.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sérgio Godinho, da grande cidade de Lages, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Agradeço ao deputado Jailson Lima pelas palavras, um amigo, um companheiro, uma pessoa maravilhosa, a quem aprendi a admirar e respeitar, como todos desta Casa, pela sua competência, pela sua experiência, pela amizade quem tem com todos. E eu me alegro em fazer este pronunciamento sob a sua Presidência.

Srs. deputados e povo catarinense, quero manifestar-me sobre um assunto amplamente debatido, que é a questão da saúde. Quem já passou por um problema de saúde sabe o quanto é difícil, o quanto é sofrido ver um membro da família com um problema e não ter como o resolver; o quanto é problemático marcar um exame e obter o diagnóstico somente depois de seis ou sete meses. O deputado Jailson Lima é médico e sabe quanto uma dor de dente incomoda, quanto qualquer dor de barriga incomoda uma pessoa. E todos nós, independentemente de classe social, já passamos por algum problema de saúde.

Nas cidades que visitamos, mesmo onde o atendimento à saúde é satisfatório, quando o município assume a responsabilidade com a saúde ou quando o estado precisa intervir no atendimento à saúde, percebemos quanto ele é precário, quão é difícil solucionar esse problema, que é um dos mais graves para o cidadão.

Nós poderíamos, deputado Derli Rodrigues, ficar aqui o dia todo falando sobre esse problema, mostrando milhares de

depoimentos, comprovando casos de irresponsabilidade de prefeitos, do governo do estado no tocante ao quesito saúde.

Foi divulgado no jornal de ontem que o Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, de Lages, um hospital filantrópico, que vive de caridade, que vive da famigerada tabela do SUS, o único hospital de Lages que possui aparelho de raios X, a partir do dia 1º de fevereiro não atenderá mais os pacientes, a não ser aquelas pessoas que estejam internadas.

Para a história da saúde do nosso estado é mais um assunto deprimente. Uma cidade que arrecada aproximadamente R\$ 18 milhões por mês, vê o seu prefeito, de maneira irresponsável, não liderar e nem ser o agente animador para que essas coisas não aconteçam.

O Hospital Seara do Bem só possui anestesista meio período. O paciente que precisar de uma cirurgia à tarde ou à noite não conseguirá ser atendido. E é o segundo hospital infantil do estado de Santa Catarina!

Então, o descaso com a saúde, deputado Elizeu Mattos, é muito grave, é gravíssimo. A secretária da Saúde, Carmem Zanotto, é lageana. Esperamos que ela consiga resolver os problemas, no mínimo, da sua cidade, que ela conhece de cadeira.

Nós colhemos nas ruas cinco depoimentos de pessoas que estão esperando exames há um ano, há dois e até três anos. Por isso acho que teremos que apelar ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público, para que haja, quem sabe, uma ação de guerra desses órgãos com relação à saúde.

Na área da saúde, deputado, a situação é triste. Não temos nada contra o estado, mas eu acompanho as necessidades da minha cidade e vejo que a situação é realmente triste. Pessoas morrem porque não têm atendimento. E há dinheiro! Para a reforma de hospital há dinheiro. A maternidade do hospital foi reformada, está muito bonita, está maravilhosa, mas não há o atendimento básico.

Vou exibir um vídeo e peço sua ajuda, deputado Antônio Aguiar, por ser médico, para aquilatar a gravidade do problema, a fim de que seja resolvido.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Eu acho, srs. deputados, que só existe uma maneira de resolvermos isso - e já ocuparam a tribuna, deputado Sargento Amauri Soares, centenas de deputados: criar uma lei que obrigue o estado ou o município a fazer isso. Se não existir a força de uma lei, deputado Jailson Lima, que obrigue o prefeito a, num prazo máximo de 72 horas, contratar um exame - e eu quero fazer essa lei, a lei fila zero -, não conseguiremos dar jeito nisso, porque as coisas quando não são por bem, têm que ser por força da lei. Quando não existe a vontade política de resolver o problema social de um estado, de uma cidade, tem que existir a lei.

Então, conclamamos todos a acharmos uma solução, meus amigos, para esse problema gravíssimo, que é o atendimento, a consulta para um médico especialista ou um exame para diagnosticar uma possível doença.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Eu peço desculpa ao deputado Antônio Aguiar, porque não foi possível conceder um aparte a v.exa., mas é uma vergonha, é um sofrimento muito grande e nós, políticos....

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Sérgio Godinho, pela compreensão.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de concluir a apresentação do deputado Sérgio Godinho e dizer que ele cometeu um equívoco, porque não existe dinheiro para a saúde, não há dinheiro! Aliás, até haveria, mas esse dinheiro não é liberado. Tramita no Congresso Nacional a PEC n. 29, mas por enquanto o dinheiro do governo federal não vem para o atendimento à saúde.

Nós temos certeza de que tudo o que vimos no vídeo é verdade, mas é necessário que haja, deputado Sérgio Godinho, planejamento, principalmente para as doenças crônicas. As doenças de emergência são atendidas, mas as doenças crônicas não o são. Eu concordo plenamente com v.exa. de que têm de haver um programa e um planejamento para as pessoas serem atendidas. Como procederão ao atendimento pós-cirúrgico, à doença crônica, à dor nas costas, à artrose...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Antônio Aguiar, por gentileza, o debate paralelo neste momento não cabe. O deputado Sérgio Godinho, em um segundo momento, poderá ocupar a tribuna. Mas peço, carinhosamente, a compreensão dos colegas para o fato de eu conceder mais dez segundos ao deputado Antônio Aguiar, para que possa concluir, e a seguir passo a palavra ao deputado Sargento Amauri Soares, que no seu tempo poderá conceder a réplica ao deputado Sérgio Godinho.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Nós temos 30 segundos para concluir. Temos certeza de que o debate sobre questões da saúde é importante, mas a nossa secretária Carmen...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Antônio Aguiar, o PMDB tem 19 minutos no horário dos Partidos Políticos e v.exa. poderá usar esse espaço para se manifestar.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, servidores desta Casa e quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, também gostaria de falar sobre a saúde, mas eu, na quinta-feira, só disponho de dez minutos para falar à tribuna, e isso se chegar cedo para me inscrever, pois do contrário não conseguiria nem dez minutos, já que o nosso partido não tem tempo nas quintas-feiras. Mas esse tema que o deputado Sérgio Godinho traz é importantíssimo e nós vamos continuar fazendo esse debate nas próximas semanas.

Quero saudar o deputado Derli Rodrigues, neste momento, pela presença neste Parlamento, e dizer que é uma satisfação conhecê-lo e trabalhar com v.exa. Quero ainda agradecer todo o carinho do deputado Sérgio Godinho.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Eu só quero dizer, para não polemizar, deputado Antônio Aguiar, que o problema é grave, gravíssimo. E quando cobramos do governo do estado ou do governo dos municípios é porque é da competência deles resolver.

Então, se não polemizarmos, se acharmos que a tabela é essa, que é isso ou aquilo, não vamos achar a saída. Nós queremos achar a saída, deputado Sargento Amauri Soares! Nós discutimos aqui e mostramos a realidade e a verdade para acharmos a saída, porque as pessoas estão sofrendo. Só isso, mais nada. Saída há. Se quiserem, há.

O governador, que tem feito muito pelo estado de Santa Catarina, tem buscado resolver os problemas. E outro dia ele colocava lá em Lages, deputado Elizeu Mattos, temos isso gravado, que já deu 17 voltas ao mundo viajando por Santa Catarina. Então, ele conhece de perto a realidade. Essas 17 voltas ao mundo custaram muito caro para o nosso estado. Esses recursos poderiam ser gastos na saúde, por exemplo. Mas quando quer, ele faz, quando quer ter boa vontade, ele tem, quando quer pagar a polícia, ele paga.

Não podemos ficar aqui como bobos aceitando e discutindo coisas indiscutíveis, coisas que não temos que discutir, coisas que não temos como justificar. Uma pessoa esperar, desde 2007, para fazer um exame de ultrassonografia da garganta é um absurdo! Quem é que tem que resolver isso? É a prefeitura ou é o governo do estado? É a Saúde que tem que resolver. E este Parlamento tem o direito e deve criar uma lei que obrigue o poder público a realizar um exame ou fazer uma consulta médica.

Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Sérgio Godinho. Quero, inclusive, parabenizá-lo pelo pronunciamento, pela coragem de dizer as verdades. Se foram 17 voltas ao mundo só viajando por Santa Catarina, devem ter sido mais umas 17 em volta do mundo mesmo. Daqui para a Rússia etc. e tal. Devem ter sido mais de 17 voltas reais ao mundo que sua majestade realizou nesse tempo, e isso daria um bocado de aparelhos de ultrassonografia.

Nós poderíamos falar aqui de muitas outras coisas. Não queremos simplificar, achar que o governante não deve viajar, pois ele precisa fazer isso, é importante, mas poderíamos falar de vários outros gastos que poderiam ser evitados.

Vamos trazer também para esta Casa a situação da saúde da Grande Florianópolis, porque a emergência do Hospital Regional de São José parece uma praça de guerra. Dá a impressão de que o Brasil entrou em guerra e que ali é um hospital de campanha. Os corredores já não cabem mais pessoas sentadas, deitadas nas macas, no chão, internadas provisoriamente na emergência do hospital.

O Hospital Florianópolis, no Estreito, fechou para reforma e o então secretário Dado Cherem, agora colega nosso, disse que aquele hospital vai abrir com 150 leitos. Nós esperamos e torcemos que isso ocorra.

Quero abordar outros temas, mas o tempo está curto. Um deles é essa polêmica a respeito da operação da Polícia Militar prendendo lideranças do MST, em Imbituba.

Creio que os estrategistas da Polícia Militar estão cometendo um erro tático. São estrategistas, mas estão cometendo um erro tático simplório, porque quando a Polícia Militar vai investigar traficantes, assassinos, assaltantes, estupradores, pedófilos,

seqüestradores com certeza a opinião pública catarinense apoia e aplaude. E este deputado tem defendido, desta tribuna, essa atribuição para todos os órgãos de segurança do estado, justamente para diminuir a violência que a nossa sociedade está sofrendo.

Mas quando a Polícia Militar gasta dois meses com uma operação e um aparato todo montado para prender três lideranças populares do estado, que representam um movimento social importante, que representam a vontade das comunidades de Imbituba, está-se colocando contra a opinião pública. Podem dizer que foi meia dúzia de sindicalistas, mas foram 50 entidades que se reuniram na semana passada para protestar contra essa atitude. Eleggem deputados federais, deputados estaduais, elegem senadores da República e já elegeram até o presidente da República. Esses setores que talvez queiram dizer que se trata de uma minoria estão-se colocando contra a opinião pública, contra a sociedade. E vamos colocar aqui o mérito da questão no debate.

Vamos supor que o crime que supostamente iria ser cometido tivesse sido ocorrido. Se as comunidades de Imbituba e da região sul do estado tivessem ocupado aquele terreno da Zona de Processamento de Exportação - ZPE - inexistente lá de Imbituba, qual seria o impacto, qual seria o prejuízo social?

Algumas autoridades falam em segurança pública. Ora, falta de segurança pública são as pessoas nas favelas sem emprego e sem trabalho! Aquele terreno poderia estar sendo usado para plantar mandioca, que é tão comum naquela região do estado e seria muito melhor aproveitado para a criança e a juventude da região fazer um campo de futebol. Ou, quem sabe, poderia ser construída lá uma escola técnica, uma escola profissionalizante. Mas não! Serve para a especulação imobiliária, que está esgarateando-o.

Qual seria o problema da sociedade se as comunidades pobres do sul do estado tivessem ocupado aquele terreno? Talvez alguns empresários fossem perder a chance de um bom negócio em suas relações com certas autoridades do Poder Executivo estadual ou também municipal. Talvez alguns cargos comissionados do governo tivessem que ir trabalhar, porque é preciso que a sociedade saiba que na SDR de Laguna há gente com cargo comissionado para cuidar da ZPE que não produz nada há muitos anos; é preciso que a sociedade saiba que aquilo é um ralo por onde escoo o dinheiro público!

Crime é o que está acontecendo com aquele terreno que foi expropriado das populações pobres de Imbituba no passado para criar uma Zona de Processamento de Exportação em prol do progresso da região. Que progresso? Mas o estado continua colocando dinheiro em cima. O problema seria as comunidades ocuparem! Qual o conceito de crime na cabeça das autoridades? Qual o conceito de ordem na cabeça de certos ordeiros, dessa ordem que usa dinheiro público para sustentar um empreendimento que foi criado no passado e que não teve serventia nenhuma nem para a população nem para o estado e que ainda hoje suga dinheiro público. Se fosse um campo de futebol para a criança de Imbituba teria uma utilidade social mais importante! Se fosse um campo de várzea teria uma atividade social que não está tendo.

Senhores, deixem o povo pobre do sul plantar mandioca e vão cuidar de prender traficante, assaltante, assassino e esturador, porque isso a sociedade apoia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sra. presidente, deputada Ada De Luca, srs. deputados e sra. deputada, no dia de ontem falamos desta tribuna sobre o descontentamento de grande parcela dos catarinenses usuários das rodovias estaduais. O governo, já no segundo mandato, continuou algumas obras iniciadas no governo anterior que faziam parte do BID IV, já que, nesta Casa, graças ao deputado Romildo Titon, conseguimos aprovar o convênio entre o governo do estado de Santa Catarina e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Na época, a bancada do PMDB retirou-se do plenário para não aprovar o requerimento que colocaria o projeto em votação, mas o deputado Romildo Titon, atendendo a um pedido deste deputado, porque na sua região a estrada Capinzal/Tupitinga/BR-470 também fazia parte do referido programa, ficou no plenário dando quórum necessário. E o projeto foi aprovado por unanimidade por esta Casa.

O atual governo, no seu segundo mandato, prosseguiu e concluiu as obras iniciadas no governo de Esperidião Amin, obras do BID IV.

Eu fico indignado porque estou nesta Casa, deputado Derli Rodrigues, representando não só a minha região, mas também o povo de Santa Catarina e não tenho direito, como parlamentar, de enganar ninguém, nem de veicular propagandas enganosas como tem feito este governo.

Eu não venho aqui criticar, em absoluto, sem a fundamentação e a constatação real do que está acontecendo e do que já aconteceu. Eu fico muito triste quando tenho que trazer isso para a tribuna, porque o meu objetivo aqui não é esse; o meu objetivo é trabalhar por Santa Catarina, é mostrar, como parlamentar, as necessidades e os anseios do povo de Santa Catarina. Mas sou obrigado a registrar o que tem ocorrido, porque o povo não sabe o que acontece no dia-a-dia. Por isso a TVAL, que tem um alcance expressivo, deve mostrar ao povo catarinense a realidade.

Vejam, srs. deputados, que em 2004, na mensagem do governador, na página 61, consta o seguinte:

(Passa a ler.)

"A Secretaria apoiou a realização de eventos na região [...].

O turismo de visitação receberá um forte impulso após a inauguração do Observatório Astronômico de Videira, planejada para março de 2004." Atendem para esses dados, catarinenses! "Com investimentos de mais de R\$ 200 mil, foi viabilizado através de parcerias entre o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal e a Funcitec. O equipamento, que estará entre os mais importantes do país, será dotado de sala para 40 visitantes."[sic]

Observem, srs. deputados: mensagem de 2004, página 61, dizendo que naquele ano seria inaugurado o Observatório. Esqueceram os que elaboraram essa mensagem que aquela obra foi inaugurada no dia 2 de maio de 2003 pelo próprio governador, deputado Derli Rodrigues! Na mensagem ele disse que iria inaugurar em 2004, mas na verdade foi inaugurada em 2003 pelo próprio governador Luiz Henrique, porque encontrou a obra pronta, sendo que os investimentos foram do governo de Esperidião Amin. Foi este deputado quem entregou o cheque ao prefeito lá em Videira, legalmente, de R\$ 96.770,87; a contrapartida do prefeito

de Videira foi de R\$ 20.222,43. Vejam, srs. deputados, que os R\$ 200 mil deste governo nunca chegaram lá! Este governo não colocou um centavo!

Agora, deputado Antônio Aguiar, faça aqui um desafio: eu compro, e pago o que custar, a mensagem do governador de fevereiro de 2004! Eu compro aquele compêndio, aquele livro! Eu compro, e pago bem, porque sumiu! Inclusive, isso aqui eu consegui através da internet, e parece-me que também sumiu da internet. Era uma grande inverdade, uma propaganda enganosa, e sumiu!

Então, faça aqui um desafio aos srs. deputados, à assessoria, à biblioteca da Assembleia para que me apresente a Mensagem do governador de fevereiro de 2004, que pago bem!

Mas não para por aí! Em 2004 também inauguramos a obra iniciada por Esperidião Amin e que teve o prosseguimento e a inauguração neste governo, mas foi iniciada lá em 2004! Agora, no dia 15 de janeiro de 2010, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Novas estradas de Santa Catarina. Caminhos abertos para o desenvolvimento."[sic]

Que brincadeira é essa, sr. governador? Cobre da sua assessoria! Ela está equivocada! A estrada de Matos Costa a Porto União já está sendo reformada! Era uma buraqueira só, já está sendo reformada e está aqui como uma obra nova! Por favor, eu gostaria que a TVAL desse um *close*, se possível, para que fique registrado. Aliás, isso consta em todos os jornais de Santa Catarina, em dias alternados do mês, neste ano. É brincadeira! Hoje vou falar só desta obra aqui, mas há mais.

Então, não podemos calar-nos! Srs. deputados, por favor, estamos aqui para honrar na plenitude a confiança e a representatividade que o povo de Santa Catarina legou-nos. Nós não podemos calar-nos porque somos criticados na nossa região: "Deputado, que brincadeira é essa aqui! Ninguém fala nada?" E é uma obra que já está sendo reformada, pois está uma buraqueira e oferecendo perigo para os usuários. As sarjetas estão entupidas, o mato está tomando conta. O deputado Antônio Aguiar conhece a região de Porto União, de Matos Costa e sabe que aquilo está uma vergonha! E está aqui como mais uma obra nova deste governo. Que brincadeira é essa?!

Eu quero que o povo de Santa Catarina assista à TVAL e escute a Rádio AleSC Digital para que possa informar-se através das constatações que fazemos nesta Casa.

Não quero aqui taxar este meu pronunciamento como uma crítica, mas como uma constatação. É da responsabilidade de um governo fazer com que o povo realmente receba as informações corretas. É louvável divulgar as obras feitas, mas é louvável e de grande responsabilidade também não mentir para o povo de Santa Catarina. Essa obra aqui já foi publicada um monte de vezes. Agora vem mais uma vez, depois de cinco anos, dizendo que é mais uma obra nova deste governo! É brincadeira! Deputado Elizeu Mattos, eu aceito tudo, menos gozação. Não dá! Um governo sério não faz isso aqui! E os 40 parlamentares desta Assembleia, tenho certeza, devem ter o mesmo pensamento...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos, Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputada Ada De Luca, meus cumprimentos a todos os companheiros desta Casa e aos funcionários.

Ontem eu falei nesta tribuna sobre o orgulho que tenho de ser um parlamentar do Partido dos Trabalhadores e que a minha vida pública tem sido pautada por uma linha de conduta ética, com muito caráter. E ter caráter tem preço, deputado Sérgio Godinho.

Há um poema de um deputado poeta chamado Sidonio Muralha, que é português, morou no Brasil e morreu em Curitiba, que versa sobre a questão do caráter.

Sidonio Muralha foi exilado durante a ditadura salazarista em Portugal. Era um grande empresário, foi dirigente de multinacionais pelo mundo afora, mas em determinado momento da sua vida viu que dinheiro não consistia a essência da vida e passou a fazer poesias e a escrever livros, principalmente livros voltados para crianças, livros infantis.

Eu conheci um companheiro de Curitiba, que é implantodontista e músico, que musicou um poema de Sidonio Muralha e acabou cantando a num evento no Paraná, a pedido do governador Roberto Requião, uma figura ilustre do PMDB, um combatente, deputado Elizeu.

Eu gostaria que colocassem na tela o vídeo com essa música interpretada pelo companheiro Alberto Capeletti, do Paraná.

(Procede-se à exibição da música.)

Esse clipe está à disposição no meu site para quem quiser fazer uma cópia.

Eu aqui falo em nome de um partido que tem caráter, tem história e tem princípios. Por mais que algumas figuras eventualmente possam cometer distorções - e isso acontece em todos os partidos -, eu resolvi colocar esse vídeo em decorrência do pronunciamento que fiz ontem.

(Passa a ler.)

"Não sei se aqui estarei no ano que vem, caberá ao povo catarinense decidir. Mas não sou e nem serei avaro. E se caráter tem preço, eu vou pagar o preço.

E assim tem sido a história do nosso presidente, o presidente Lula, que hoje é destaque mundial. Foi destaque em dezembro no jornal francês *Le Monde*, que o escolheu como Homem do Ano de 2009; em seguida, recebeu do diário espanhol *El País* o título de Personagem Ibero-Americano de 2009. Logo depois foi escolhido pelo jornal britânico *Financial Times* como uma das 50 personalidades que moldaram a década. Em 29 de janeiro de 2010 recebeu o prêmio de Estadista Global no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça."

Também recebeu prêmio em Varsóvia e reconhecimento na Ucrânia. E é um metalúrgico, um torneiro mecânico que, como costume dizer, não teve acesso aos bancos escolares como eu, que pude frequentar uma universidade pública, onde adquiri conhecimentos e até distinção e que me propiciou ser médico.

Ao receber aquele prêmio em Davos, a Meca do debate capitalista, o ex-secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, que foi o encarregado de entregar o prêmio, disse o seguinte:

"Seu caminho de uma infância de pobreza até se tornar um estadista respeitado no mundo todo é destacável e deve inspirar a todos, porque, além disso, fez isso com sua luta contra as desigualdades de seu país e do mundo. Sob a égide de Lula, o Brasil se transformou em um país mais próspero, mais igualitário e mais saudável."

Nesses sete anos, 31 milhões de brasileiros entraram na classe média, 20 milhões saíram das categorias da pobreza; diminuímos consideravelmente os danos causados ao meio ambiente, deixamos de ser devedores para emprestar dinheiro às instituições internacionais e estamos a caminho de ser a quinta economia do mundo."

Para chegar nisso Lula pagou caro e pagou pelo caráter que teve, mas mostrou que é possível mudar a história de uma nação que prometia ser a nação do futuro para finalmente sermos a nação do presente.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Concedo a v.exa. os 30 segundos que me restam.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Eu apenas queria, deputado Jailson Lima, parabenizá-lo por essa mensagem maravilhosa de caráter. Gostaria também de dizer que trazer essa mensagem a um país onde predomina a lei de Gerson, a um país onde todos querem levar vantagem, é de extrema importância, principalmente para nós, políticos, para nós que procuramos ter o caráter como princípio.

Então, parabéns pela mensagem maravilhosa que deixa para o povo catarinense e para todos nós, políticos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. Presidente, deputada Ada De Luca, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e catarinenses, como deputado do PSDB desde ontem estou sentado ouvindo atentamente os discursos efusivos dos deputados do PT e todas as explanações das realizações do governo Lula, algumas delas inquestionáveis, é verdade, e não adianta dizer que não. Mas o grande problema do governo Lula, daqueles que o compõem e dos srs. deputados que compõem a bancada do PT nesta Casa é que eles realmente colocam tudo no presente. Esquecem do passado, esquecem de dizer que eles lutaram contra o governo do presidente FHC, que governou este país com muita firmeza, com visão clara daquilo que pretendia para o Brasil. Esse foi um projeto alicerçado pelo PSDB e que trouxe grandes frutos, grandes resultados para a sociedade brasileira. Mas existem deputados que tem uma visão apenas e não falam nessa linha.

Nós, do PSDB, e especialmente eu, que sou extremamente crítico, desta tribuna por diversas vezes já elogiei ações do presidente Lula. Em alguns momentos chamei de aloprados alguns do seu governo, como também do nosso governo. Mas não deixo e não deixarei de vir a esta tribuna elogiar o governo Lula sempre que praticar ações que consigam dar uma melhor qualidade vida às pessoas, porque a grande missão dos homens públicos é dar condições às pessoas de sobreviverem.

Nós, no passado, tivemos uma contribuição importante para que isso pudesse estar acontecendo hoje. Mas ao mesmo tempo algumas coisas me assustam e vou dizer uma porque não consigo ver de forma diferente quem contesta o dinheiro na cueca, o dinheiro na meia, o mensalão e tantas outras coisas.

O dinheiro público, na maioria das vezes, não foi tratado com a legalidade e com a decência que deveria por diversos administradores deste país, em todos os níveis. O nosso governo, juntamente com todos os deputados, de todos os partidos, que compunham a Câmara e o Senado Federal no passado ajudaram a construir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa lei norteou as administrações públicas deste país, fez homens públicos pensarem antes de gastar o dinheiro do contribuinte e compreenderem que havia uma linha a ser traçada para esse dinheiro poder sair do caixa.

Ocorre que recentemente algumas irregularidades foram apontadas pelo Tribunal de Contas da União em obras de bilhões de reais - não são milhões, são bilhões de reais - na modernização da Petrobras. Concordo que a Petrobras deve, realmente, ser modernizada para termos autossuficiência em petróleo. E não é um feito só do governo Lula colocar empreendedores, visionários à frente da Petrobras, porque o PSDB já fez isso no passado, e muito bem feito, deixando o caminho para ser trilhado pelo atual governo.

Mas quando o presidente Lula diz que as obras que foram apontadas como irregulares e outras com superfaturamento vão continuar e desautoriza o Tribunal de Contas da União, deixa-me realmente apreensivo pela possibilidade de maus gestores públicos dizerem: "Farei uma licitação do jeito que pretendo para beneficiar meu apaniguado, porque se lá em cima o presidente da República deu um canetaço e mandou fazer, no estado eu vou procurar o meu governo para dar também um canetaço e ignorar a determinação do TCU.

Assusta-me, realmente, ver que quem já está impedido de concorrer a cargos públicos por ter sido mau gestor tem a possibilidade de voltar porque viu que a farra do "tudo pode" vai acontecer.

São pequenas coisas nas quais o governo do presidente Lula deixa a desejar. E v.exas. têm razão, eu vibro com o sucesso, sim. Quando elogiam o presidente Lula lá fora, eu, deputado José Natal, que, sem falsa modéstia, também venho da camada de baixo, de uma família de 14 filhos, e para criar 14 não é fácil, sinto-me orgulhoso em vê-lo ovacionado, reconhecido. É maluco, no bom sentido, deu um peitão e disse: "Eu vim aqui para dizer a todos vocês que o meu país deve ser respeitado porque vocês precisam do nosso petróleo, porque vocês precisam do nosso oxigênio, porque vocês precisam da nossa água"! Muita gente não sabe que alguns países já estão vindo de navio buscar água potável na Amazônia para poder sobreviver.

Mas não é, deputado Jailson Lima, todo esse mar de rosas que v.exa., entusiasmadamente, pinta, como também pintou o deputado Décio Góes ontem. Não é bem nessa linha. Existem falhas grandes e a nossa crítica, como Oposição, visa exatamente a recolocar o presidente Lula nos trilhos, porque por diversas vezes ele saiu dos trilhos. Graças ao PSDB e a alguns partidos que têm postura, o presidente é, de vez em quando, recolocado nos trilhos.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado José Natal, v.exa. sabe do carinho que tenho pela sua pessoa, mas não sou apenas eu que diz que o Lula é uma grande liderança mundial, as pesquisas mostram isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu também não estou dizendo que não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Por mais que se queira dizer que o nosso governo é a continuidade do governo FHC, nós temos que perceber as diferenças. No governo FHC a dívida externa só aumentou, o nosso governo pagou-a; na crise de 1998, o governo FHC elevou a taxa de juros, já o nosso governo baixou; no nosso governo houve desoneração da produção, ampliando o consumo; no nosso governo se implantou inúmeras escolas técnicas, no governo FHC fez-se uma lei proibindo a instalação de novas escolas técnicas. Nenhuma universidade federal foi aberta por FHC, enquanto que o torneiro mecânico, só em Santa Catarina já abriu quatro, fora as extensões.

Eu reconheço as ponderações de v.exa. Da mesma forma que nós esperneamos aqui no estado, como Oposição, vocês estão esperneando no Brasil. A Dilminha começou a subir e vocês começaram a se desesperar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - A Dilminha é outro projetinho do presidente que os senhores estão tentando implementar para o Brasil. O Lula deu certo, nós sabemos disso, mas a Dilminha vocês vão ter que continuar mudando, arrumando outra peruca e tantas outras coisas.

Mas o que eu quero, o que o PSDB quer, acima de tudo isso, é ver o Brasil bem, ver a sociedade bem. Com certeza os homens de bem deste Brasil também.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PPS.

Com a palavra o deputado Derli Rodrigues, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DERLI RODRIGUES - Sra. presidenta, sras. deputadas e srs. deputados, o PPS é um partido ainda em fase de crescimento, é um partido pequeno, como diz o ditado popular, mas que vem marcando a sua presença nacional e estadualmente, procurando observar a ética e a coerência.

Nós temos atualmente no país 68 deputados estaduais, 16 deputados federais, 132 prefeitos e um pouco mais de 2.100 vereadores. Temos em Santa Catarina um deputado federal, um deputado estadual, cinco prefeitos, 11 vice-prefeitos, 100 vereadores e estamos organizados em 196 municípios. É, como disse, um partido em fase de formação.

Nós temos a perspectiva, nas eleições de 2010, de manter um deputado federal. O atual deputado Fernando Coruja não deverá concorrer à reeleição, mas um dos candidatos pelo nosso partido é a secretária da Saúde, Carmen Zanotto, além de outros nomes importantes pelo estado.

Em âmbito estadual basicamente já está organizada a nominata que vai nos dar a condição de eleger, no mínimo, dois deputados estaduais, talvez três. Nós temos humildade e queremos, além de saudar os telespectadores da TVAL, dizer que é uma honra poder transmitir mensagens que consideramos relevantes, ou seja, que o nosso partido está sendo construído de maneira gradativa.

Sr. presidente e srs. deputados, o PPS já tem o seu encaminhamento nacional para as eleições presidenciais. E aqui em Santa Catarina certamente os nossos dirigentes irão conversar com todos os partidos. O PPS participa do atual governo de Santa Catarina, ao qual procura dar a sua contribuição. Entretanto, isso não o impede de conversar com outros partidos, observando aquilo que faz parte dos pressupostos da democracia.

Eu, particularmente, orgulho-me de fazer parte do PPS, um partido que defende o socialismo, que oferece uma das coisas mais importantes para os líderes municipais: a valorização do poder local. Depois do partido constituído, os dirigentes têm autonomia para ver o que é mais ou o que é menos importante, podem avaliar o contexto municipal. Quando se aproxima um evento eleitoral, essas lideranças escolhem com quem devem compor, pois só quem mora no município conhece a sua realidade.

Finalmente, quero dizer à presidenta da sessão e aos demais colegas que é um prazer participar do Parlamento de Santa Catarina para falar do PPS, que na minha concepção é uma das alternativas importantes da vida política do nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peça a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputada Ada De Luca, gostaria de registrar a presença de Fabiano Hech, prefeito em exercício da cidade de São Cristóvão; de Rui Braun, que é secretário de Planejamento, e de Jaison Pablo Brocado, que é delegado de polícia da cidade de Presidente Getúlio. Sejam todos bem-vindos ao Parlamento catarinense.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Visitantes da Casa do Povo, sintam-se em casa!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI -

Sra. presidente, deputada Ada De Luca, srs. deputados, no horário do nosso partido se eu for falar em política, porque é o horário dos Partidos Políticos, teria muitas coisas boas e ruins para falar. Mas eu preferi, neste horário, com permissão da bancada do Partido Progressista, fazer um registro, pois já que falamos em Partido Progressista nós queremos progresso.

Infelizmente, o nosso setor produtivo, esse que realmente representa a economia de Santa Catarina, o setor cooperativista, produtor de leite, de frango, de suíno, de milho, de cereais em geral, produtor também de frutas, como a maçã, a uva, a nectarina, o pêssego, o kiwi, está passando por sérias dificuldades.

Por isso, quero registrar que está acontecendo, deputada Ada De Luca, lá no nosso querido grande oeste, na cidade de Chapecó, o Dia de Campo, o 15º Campo Demonstrativo Alfa, evento que iniciou no dia 2 do corrente e vai até o dia 5 de fevereiro, na linha Tomazelli.

Nesse evento - e tivemos a oportunidade de participar também da Cooper Itaipu, no Itaipu Rural Show, na semana passada -, a Cooperalfa está fazendo demonstrações aos seus associados e ao povo do oeste de novas ideias, novas tecnologias, nova genética na produção de suínos, de ovinos, na melhoria da produção de grãos, através de palestras para os familiares dos sócios, para a dona-de-casa, para a juventude. É um trabalho louvável que o setor cooperativista está desenvolvendo em Santa Catarina e que serve de exemplo não só para o Brasil, mas para o mundo, pois se equipara ao setor cooperativista dos países do primeiro mundo.

Por isso, sentimos orgulho de fazer parte desse grupo como vice-presidente da

Frencoop. Estaremos lá em Chapecó amanhã, como estivemos em Pinhalzinho e em Campos Novos, prestigiando a Cooperalfa, que é muito bem dirigida pelo nosso grande presidente, seguidor dos demais presidentes, Romeu Bet. Estaremos participando porque Santa Catarina tem um fator importantíssimo, que é o respeito aos independentes. Além disso, o setor de cooperativas tem amparado e protegido um número muito expressivo de pequenos produtores que estão na terra produzindo leite, grãos, frangos, suínos para o bem de Santa Catarina.

Preciso também fazer um registro não porque somos defensor, mas também degustador e apreciador de um bom vinho. Já usamos esta tribuna algumas vezes mostrando que Santa Catarina não precisa importar vinho para ter um vinho bom no mercado. Nós temos bons vinhos em Santa Catarina, como, por exemplo, os vinhos de altitude, vinhos da região de São Joaquim, de Urupema, de Bom Jardim da Serra e de outros municípios. As regiões de Campos Novos, Caçador, Iomerê, Pinheiro Preto e Salto Veloso são formadas por videiras, que produzem uvas lá nos campos de altitude, a exemplo da Village Grando. São Joaquim, que já desponta na produção de vinhos de altitude, tem hoje a Associação Catarinense dos Produtores de Vinhos Finos de Altitude - Acavitis -, que é uma associação sem fins lucrativos que ampara os associados, mais de 30, fazendo com que o seu produto seja realmente levado aos quatro cantos do Brasil e, por que não, para outros países. Hoje já existem vinícolas catarinenses exportando o seu produto.

Isso não é surpresa, mas para nosso orgulho recebemos um e-mail que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Vinho brasileiro conquistou Madona

Em sua última passagem por São Paulo, Madona fez questão de provar os vinhos produzidos no Brasil. O *chef-sommelier* do Fasano, Manoel Beato, aproveitou o momento para apresentar o *VF Rosé*, produzido pela Villa Francioni, de São Joaquim. Ele abriu o vinho, serviu uma taça a Madona e perguntou se ela tinha gostado. Ela sorriu e disse que tinha adorado. Segundo Beato, Madona ficou impressionada com a qualidade do vinho e ainda falou que precisava comprar uma garrafa para levar de lembrança! Manoel Beato, que é considerado pela crítica especializada o melhor *sommelier* do Brasil, concorda com Madona, para ele o *VF Rosé* é o melhor da América Latina. Portanto, muitas vezes os preconceitos em relação aos vinhos nacionais partem de nós mesmos. O *VF Rosé*, da Villa Francioni, conquistou Madona." [sic]

Srs. deputados, não é porque a Madona disse. Ela teve a oportunidade de degustar, de saborear um grande vinho rosé produzido em São Joaquim.

Mas temos a região de Campos Novos, de Caçador, de Água Doce, de São Joaquim, incluindo Lages, e em todos esses municípios temos vinhos de primeiro mundo. Vamos valorizar o que é nosso, não é mais o vinho catarinense que está um pouco além dos preços em comparação com os vinhos importados da Argentina e do Chile, pois quem conhece vinho sabe que aquele que fica na prateleira de um supermercado não é coisa muito boa.

Então, temos que valorizar o nosso produto, pela sua qualidade e pelo conhecimento que temos dos seus fabricantes. Assim sendo, quero cumprimentar, mais uma vez, a Acavitis e seus associados desejar que continuem fabricando vinhos de boa qualidade, para que o brasileiro comece a despertar para os bons vinhos catarinenses e brasileiros.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Quero cumprimentar v.exa. pela manifestação em favor do trabalho que vem sendo realizado pela Acavitis, que demonstra que o associativismo quando tem bons propósitos consegue um bom resultado. Da mesma forma, o Dia de Campo, que está sendo realizado pela Cooperalfa, em Chapecó, demonstra o forte comprometimento e o belo trabalho que o sistema cooperativo realiza. Em todos os segmentos, seja na área da produção, na área do crédito, na área de prestação de serviços, o sistema cooperativo de Santa Catarina é realmente digno dos melhores elogios.

Eu tenho muito orgulho de poder fazer parte desse sistema, já que tive a oportunidade de idealizar e criar uma cooperativa de crédito que atende aos servidores públicos do nosso estado. E como associado tenho a convicção de que esse foi um dos melhores encaminhamentos que já fizemos.

Parabéns ao sistema cooperativista, parabéns à Cooperalfa e à Acavitis, parabéns a v.exa. por ter trazido esse tema à tribuna.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Realmente nos impressiona, pois quando falamos no setor cooperativo, temos a Ocsec, Organização das Cooperativas de Santa Catarina, a Fecoagro e todas as cooperativas de crédito, de transporte. Enfim, o associativismo em Santa Catarina está dando um *show* de responsabilidade...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Reno Caramori, quero dizer que v.exa. é um grande garoto propaganda do vinho e também da cachaça catarinense.

Eu gostaria de, neste momento, fazer uma retificação, pois na hora em que registrei a presença, neste Parlamento, de autoridades, citei também o nome do delegado de polícia de Presidente Getúlio. A retificação é de que, infelizmente, agora pela manhã, o delegado Pablo Brocado sofreu um acidente na BR-470 e foi a óbito.

As nossas condolências e a nossa solidariedade a toda a família do dr. Pablo. Esperamos que as condições das estradas melhorem para que não tenhamos mais esse tipo de problema.

Ainda dentro do espaço destinado aos Partidos Políticos, o próximo horário é do PMDB.

Com a palavra a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, quero primeiramente cumprimentar todos nesse retorno às atividades e que tenhamos todos nós muito trabalho e tranquilidade em nossas atribuições.

Deputado Jailson Lima, ouvi atentamente o seu discurso e a gravação, o que me deu muita saudade! Esse tipo de poesia está acabando. É verdade, deputado Jailson Lima, é verdade mesmo, o caráter custa caro, o caráter por vezes nos faz sofrer. Deputado Jailson Lima, precisamos urgentemente resgatar os valores da nossa sociedade.

(Passa a ler.)

"Mas o tema que destaco nesta tribuna, no início deste período legislativo, é a força, a competência, a determinação e, ao

mesmo tempo, a compaixão, a responsabilidade social que as mulheres do nosso tempo têm demonstrado na vida pessoal e profissional.

Os estudos mais recentes têm mostrado que depois de um longo - mas muito longo - percurso e com muitas pedras e paredões no caminho, as mulheres estão mais influentes do que nunca na sociedade e nas organizações.

A escalada começou ainda no século XIX, com as campanhas pelo direito ao voto, e passou pelo reconhecimento da sua força de trabalho e dedicação aos estudos e a uma melhor qualificação profissional. Mas tenho certeza de que ainda não chegamos ao auge, ao pico de nossas conquistas, mas estamos no caminho certo e bem perto de alcançá-lo.

Aqui mesmo, nesta Casa, quero cumprimentar o novo presidente, deputado Gelson Merisio, que colocou quatro mulheres em postos de chefia estratégicos. Quero dizer às quatro que tenham um bom desempenho em cargos tão importantes e de tanta responsabilidade. Desejo-lhes todo o sucesso!

Este é o panorama que tem crescido cada vez mais. As mulheres representam 41% da força de trabalho deste nosso Brasil. E a participação cresce ainda mais nos postos de trabalho de nível superior. As mulheres já chefiam 35% dos lares, estão à frente de 52% das pequenas e microempresas e já investem 50% a mais que os homens em educação. Para chegar até esse ponto, ao longo do caminho ajudamos a construir um mundo mais produtivo, menos agressivo, mais cooperativo e solidário.

Eu poderia citar aqui vários exemplos de mulheres que percorreram esse caminho e transformaram o mundo em que vivemos hoje, mas uma catarinense é merecedora de nosso especial reconhecimento e sua missão de luta e de fé não pode jamais, por gerações e gerações, ser esquecida.

Essa mulher se chama Zilda Arns, com quem tive a felicidade de conviver e com toda sua família, na pequena Forquilha, quando lá estudei. Foi uma mulher que dedicou toda a sua energia, todo o seu potencial, toda a sua competência, toda a sua vida de médica sanitária a serviço da causa dos desvalidos. Sacrificou a perspectiva de uma vida confortável, que sua qualificação profissional permitia, ao nobre ideal de amar ao próximo como a si mesma.

Seu trabalho humanitário sempre dignificou o país e levou dignidade àqueles que foram abençoados pela Pastoral criada por ela. Ela era um exemplo extraordinário de dedicação às crianças, aos pobres e às causas sociais. Missão que começou pequeninha em Florestópolis, no Paraná, multiplicou-se através de outras mulheres dedicadas a salvar vidas, ganhou a grandeza de sua idealizadora e tornou-se uma referência mundial no combate à desnutrição.

A Zilda da qual me lembro bem sempre foi muito ativa e incansável e aos 75 anos ainda coordenava mais de 150 mil voluntários, em 32 mil comunidades, localizadas em bolsões de pobreza, em mais de 3.500 cidades deste nosso grande Brasil.

Atualmente, cerca de dois milhões de crianças e mais de 80 mil gestantes, deputado Ismael dos Santos, são acompanhadas, todos os meses, pela Pastoral em ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania.

Nossa saudosa Zilda Arns é um exemplo não só de compaixão e caridade, mas de determinação na luta pela causa que abraçou e compartilhou com tanta e tanta gente.

Sua obra prossegue viva e necessária no Brasil e em diversos lugares do mundo. É a confirmação de que o modo de agir e pensar feminino pode realmente transformar uma sociedade."

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Antes de terminar o meu pronunciamento, concederei um aparte a v.exa, nobre deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Obrigado, deputada Ada De Luca, pelo aparte, pois quero somar-me ao seu discurso.

De fato, Santa Catarina teve a figura importante de Anita Garibaldi, como v.exa. falou aqui ontem, teve Antonieta de Barros, e com Zilda Arns atingimos o ápice do que se diz de excelência nas organizações não-governamentais. Basta citar que quando ela começou, em 1982, tínhamos o índice de 83 mortes por cada mil nascimentos e hoje diminuiu para 13 mortes por cada mil nascimentos.

Então, graças ao trabalho da Pastoral da Criança, mais de 150 mil voluntárias atingiram quase quatro mil municípios do país e mais de 20 países fazem esse trabalho sério, transparente, extremamente positivo na saúde popular.

Por tudo isso, este Parlamento certamente se sente honrado em homenagear Zilda Arns.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Muito obrigada pelo aparte de v.exa., que vai engrandecer o meu discurso.

(Continua lendo.)

"Nós, que já tínhamos Anita Garibaldi, a heroína de dois mundos (Brasil e Itália), agora temos Zilda Arns, heroína de três continentes - América, Ásia e África -, por onde essa mulher simples de Forquilha espalhou a sua milagrosa multimistura: a saúde e a esperança, deputado Ismael dos Santos.

Quero encerrar o meu pronunciamento dizendo uma frase que Zilda Arns sempre terminava ou colocava no meio de suas falas: 'Nós precisamos muito participar dessa construção de um mundo a serviço da vida, da esperança e a mulher está, sim, preparada pra isso'."

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigada, deputada Ada De Luca.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu quero fazer o registro da visita dos vereadores José Bartezen, do PMDB, presidente da Câmara de Vereadores de Ponte Alta; Edson Portela, do PP, vice-presidente; Claudemir Pereira, do PMDB; Horário Moraes, do PMDB; Geovani Antunes, presidente do PMDB de Ponte Alta; Fabiano Farias, presidente e locutor da Rádio Comunitária Integração de Ponte Alta; Osmar Antunes, do Centro de Formação de Condutores de Curitiba; Sidney Machado Waltrick, do PMDB, vereador de São José do Cerrito, e Fabiano Deitos Rech, prefeito em exercício de São Cristovão do Sul.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, que usará o restante do tempo do PMDB, ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu queria cumprimentar v.exa., presidente da

Casa, cumprimentar todos os deputados e fazer um cumprimento especial à deputada Ada De Luca pelo pronunciamento que faz em homenagem a uma das maiores figuras que este país já teve, Zilda Arns. E esta Casa pode ampliar isso fazendo homenagens especiais não só a Zilda Arns, como a todos aqueles que em Santa Catarina continuam o seu trabalho. Poderíamos, é uma proposta que faço a esta Casa, sr. presidente, fazer uma sessão especial em homenagem a Zilda Arns e também a pessoas de Florianópolis mesmo, como a esposa do ex-prefeito Bulcão Vianna, dona Jane, que faz um belo trabalho social exatamente no caminho trilhado por Zilda Arns.

Então, quero cumprimentar v.exa. pelo pronunciamento e pela oportunidade do assunto que já foi trazido ontem a esta Casa.

Sr. presidente, o tempo que me sobra para falar sobre outro assunto é pouco, mas provavelmente iremos dar continuidade a ele em outra oportunidade. Refiro-me à questão da mobilidade urbana na região da Grande Florianópolis. Vou falar somente da capital, ou seja, da BR-101 dentro da Grande Florianópolis, de Biguaçu até Palhoça.

Nós vamos criar aqui, deputado Renato Hinnig, com a aprovação e com a participação de v.exa. e dos deputados da região, deputado José Natal, deputados Professor Grandó e Lício Mauro da Silveira, uma frente parlamentar ou um fórum para exigir, não pedir, do governo federal o anel viário, o contorno da região da Grande Florianópolis, aquela rodovia tão falada há anos.

Eu já disputei várias eleições federais e em cada eleição eu colocava como proposta de trabalho o contorno viário da região da Grande Florianópolis, ou seja, uma nova rodovia que entrará na região de São Miguel e de Biguaçu, saindo depois de Palhoça, para que o trânsito pesado daqueles que circulam do norte ao sul do Brasil e vice-versa não adentre mais aos municípios de Biguaçu, São José e Palhoça.

A pessoa sai da capital às 16h ou 17h e a BR-101 já está completamente engarrafada. Cada vez que o governo federal baixa o IPI sobre os automóveis mais complica a vida dos cidadãos e a mobilidade das cidades.

Para isso só há uma solução. Nós precisamos exigir que o governo federal, deputado Sargento Amauri Soares, faça urgentemente essa obra. Já foi duplicada a BR-101 norte, já foi dada para a iniciativa privada a exploração dos dois trechos, o do norte, que já está pronto, e do sul, que nem está pronto ainda. Por que não foi exigida das duas empresas que ganharam a licitação para explorar o pedágio dos trechos sul e norte da BR-101 que dentro de um prazo limitado de dois ou três anos concluisse o contorno do sistema viário da Grande Florianópolis?

Essa, provavelmente, é a obra mais importante para nós, representantes da região da Grande Florianópolis e por isso precisamos, deputado José Natal, criar esse fórum de pressão junto ao governo federal, porque já se fala nesse anel viário há 15 anos, mas sempre fica para o Orçamento do ano que vem, para o outro ano.

Essa é a única forma de, literalmente, desafogar o trânsito dentro de São José, Palhoça e Biguaçu. Por essa razão precisamos urgentemente que o governo tome providências nesse sentido.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Obrigado, deputado Edison Andrino.

A respeito do pedágio da BR-101, vai haver um aumento já nos próximos dias na região. Mas eu quero relembrar a v.exa., e penso que está no contexto, o seguinte: com a recriação da região metropolitana, que aprovamos no final do ano passado, e se os administradores desse conglomerado urbano deixarem de lado as vaidades políticas, talvez tenhamos soluções para esse caso colocado por v.exa.

O grande problema é que Florianópolis não tem recursos financeiros para bancar sozinha. São José também não tem, Palhoça, que é uma grande cidade, a mesma coisa, e Biguaçu da mesma forma. Lamentavelmente, vão querer sempre que o governo federal, independentemente de quem lá esteja, faça. Mas volto a dizer que a grande oportunidade novamente esta Casa deu, porque podem formar um *pool* de municípios e buscar dinheiro em bancos nacionais e também em bancos internacionais para viabilizar esses projetos que já existem há tantos anos.

Quero dizer ainda a v.exa. que temos um outro problema muito grave, que está custando muito caro para as populações ao nosso redor, que é a questão do lixo. O lixo é recolhido, é feito um transbordo numa determinada cidade, para depois ser levado lá para Tijúquinhas. Isso está custando muito caro! Se todos os municípios estivessem envolvidos nesse contexto talvez saísse mais barato.

Quero, portanto, congratular-me e somar-me à preocupação de v.exa., com aquele que é, na verdade, o grande problema da capital de Santa Catarina e de todos os municípios da região.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu agradeço o aparte de v.exa. e lamento que o governo federal, quando licitou a exploração do pedágio, não tenha condicionado a construção do anel viário da Grande Florianópolis! Foi uma surpresa para todos nós, pois é uma obra que já fez parte do Orçamento da União por várias vezes!

Essa obra é do governo federal e nós vamos pressioná-lo, através dos municípios que compõem a região metropolitana e da nossa representação política, para que faça, urgentemente, o anel viário da Grande Florianópolis. É a única solução para resolvermos o problema do trânsito, dos engarrafamentos na BR-101 e na BR-282, na região da Grande Florianópolis.

Esse fórum, deputado Sargento Amauri Soares, nós vamos criar nesta Casa, porque o governo, e não somente o federal, funciona muito sob pressão da sociedade. E essa é uma obra que eu considero fundamental para a Grande Florianópolis.

Outro assunto que diz respeito ao sistema viário da Grande Florianópolis é a chegada da BR-282 na BR-101. Isso tem que ser mudado! O fluxo de veículos que entra em Palhoça desemboca no mesmo viaduto da BR-282. Em qualquer horário do dia há engarrafamento.

É bem verdade que o governo federal acabou de fazer um belo trabalho de recuperação e manutenção das encostas, a recuperação da BR-282 no trecho de Florianópolis a Alfredo Wagner. E eu quero aqui aproveitar para elogiar o DNIT por esse trabalho.

Agora, nós precisamos modificar isso, porque foi construída errada a entrada da BR-282. E o deputado José Natal sabe disso! Deputado Sargento Amauri Soares, é impressionante o que acontece ali! Todo mundo que vem do sul e do norte do estado entra exatamente no mesmo trevo. Então,

temos que modificar aquele trecho. É outra luta nossa com respeito ao sistema viário.

Eu gostaria até de falar da questão de Florianópolis, mas eu acho que nós temos que primeiro resolver esses problemas de estrangulamento no sistema viário da Grande Florianópolis.

O anel viário a que me referi anteriormente, se for construído, desafogará mais de 40% do trânsito pesado, dos caminhões, dos ônibus que vão para o sul e para o norte do estado e para outros estados da federação.

Essa tem que ser uma luta desta Casa, da comissão de Transportes da Assembleia Legislativa. E nós temos que criar um núcleo de trabalho, para não ficarmos aqui só no discurso, para ir a Brasília, ao ministério dos Transportes, a fim de mobilizarmos a bancada federal. Quem sabe uma das emendas coletivas do Fórum Parlamentar Catarinense, porque é a capital de todos os catarinenses que está vivendo esse problema, seja colocada exatamente para o sistema viário da Grande Florianópolis, onde estão as rodovias federais.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Edison Andrino, eu quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que concordo plenamente com tudo o que v.exa. falou.

Muitas outras coisas poderiam ser ditas sobre esse assunto, o nobre deputado sabe disso, e é evidente que o monopólio veio cobrar pedágio para encher o bolso de dinheiro e não para resolver os problemas de trânsito no estado de Santa Catarina.

Essa questão do IPI só v.exa. falou dessa tribuna. Eu tenho acompanhado, inclusive nas propagandas de televisão, que está mais barato comprar uma moto do que tomar banho. Eu quero dizer que a conta de luz de cada residência está mais cara do que a aquisição de uma moto.

Ontem, eu ouvi uma notícia de uma rádio aqui da região de que as empresas de transporte coletivo perderam 3% dos usuários no último ano. E o comentário do programa era justamente esse. Mas é óbvio que isso vai acontecer, porque é mais caro andar de ônibus do que de carro! Imaginem de moto. Há um incentivo para favorecer a indústria automobilística, para vender mais, e é evidente que as pessoas vão optar pelo carro, porque é mais confortável, vai mais rápido, porque a pessoa não precisa ficar esperando os ônibus, que são raros, porque paga menos de gasolina do que de passagem de ônibus.

Resultado: vamos vivendo cada vez mais esse inferno. Hoje gastei uma hora para vir de casa até aqui. São 15km da Serraria, em São José, até esta Casa, e leva uma hora para chegar. E isso só vai piorar.

Então, estou de pleno acordo com v.exa. Temos que criar aqui um núcleo de trabalho, reunir as lideranças políticas da região que tenham interesse nisso, fazer esse debate e uma pressão em todas as esferas dos poderes municipal, estadual e federal, para resolver esse problema na Grande Florianópolis.

Dentre tantas outras coisas que podem ser discutidas a esse respeito, podemos discutir a questão do pedágio, a questão da rodovia que não sai. Imaginem o contorno, o anel viário da Grande Florianópolis que v.exa. diz que está há 20 anos em pauta! E nem começaram! Imaginem o tempo que vão levar para duplicar a BR-101 sul, para construir

um anel viário passando por trás da Grande Florianópolis. Se já tivessem começado, talvez demorasse dez anos. Mas imaginem esperar dez anos por essa obra na velocidade que a coisa está indo.

Então, é preciso agir com rapidez, com firmeza ou talvez até com dureza, se for necessário, para solucionar esse problema.

Muito obrigado pelo aparte, deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Agradeço a v. exa. o aparte. E quero dizer que durante as discussões sobre a questão do anel viário, o ministério dos Transportes, o governo federal e o Deinfra diziam sempre que na hora em que fosse licitada a privatização da BR-101 seria incluído o anel viário da Grande Florianópolis. Infelizmente, está-se cobrando pedágio de uma rodovia que não está pronta e sequer há uma perspectiva, uma esperança de que saia esse anel viário num breve espaço de tempo.

Mas também gostaria aqui de dizer que o PAC, que é um belo programa do governo federal, não trata da questão do transporte coletivo. Hoje se prioriza o automóvel! O governo federal prioriza, deputado José Natal, o automóvel. Não há mágica de prefeituras de porte médio, não existe mágica. Qualquer estratégia para resolver o problema da mobilidade urbana, do trânsito, não se resolverá quando se luta contra a política do governo federal de incentivo ao automóvel.

Por exemplo, estive agora em Copenhague, e 35% do transporte da cidade são de bicicletas, 40%, de ônibus, trens e metrô, e não chega a 20% o transporte com automóvel. Aqui é o contrário, as cidades vivem engarrafadas.

Eu diria, tranquilamente, sem medo de errar, que quase metade do orçamento de uma prefeitura como a de Florianópolis é gasto em função do automóvel. É um elevado hoje, daqui a pouco está superado; é outro amanhã e já se discute a construção de mais duas pontes. E não existe solução. Em qualquer horário que se vá para a Lagoa da Conceição, o engarrafamento está na altura do cemitério do Itacorubi. Então, não existe mágica. Enquanto não houver uma política que envolva o governo federal, o governo do estado e as prefeituras, em que se priorize o transporte coletivo e não o transporte individual, não haverá solução.

E não sei se é pela origem do presidente Lula, que veio do ABC paulista, das fábricas de automóveis, que existe essa política de vender automóvel. Todo mundo tem automóvel. Existem propostas de comprar o automóvel agora, pagar depois do Carnaval em 200 meses. Meu Deus do céu!

O deputado Sargento Amauri Soares tem razão. Qualquer móvel, qualquer ventilador, geladeira, televisão, por exemplo, são comprados com mais dificuldade do que um automóvel. Então, todo mundo compra automóvel. Agora são as motocicletas!

São emplacados, deputado José Natal, 1.200 automóveis por mês em Florianópolis. E não vamos levar em consideração São José e Palhoça, que emplacam lá, mas circulam aqui.

Temos que resolver esse problema, mas dependemos essencialmente do governo federal, de políticas públicas claras que digam respeito ao transporte coletivo. Só assim, sr. presidente, vamos resolver o problema da mobilidade urbana nas grandes cidades brasileiras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Quero, com muita alegria, registrar a presença nesta Casa dos vereadores-mirins da cidade de Guarimir, que já estão aprendendo o que é cidadania. É uma enorme satisfação recebê-los nesta Casa Legislativa para saber como funcionam os trabalhos, o que é ser parlamentar, uma experiência para atuar como vereador-mirim. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Esta Presidência registra a presença do secretário de Desenvolvimento Regional de Ibirama, Aldo Schneider, ex-prefeito da cidade de Vitor Meireles. Seja bem-vindo a esta Casa!

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão o seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno: Proposta de Emenda Constitucional n. 0002/2007; Projeto de Lei Complementar n. 0033/2009; Projeto de Lei n. 0108/2008; e Projeto de Lei n. 0258/2009.

Comunica ainda que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0015/2010, de autoria do deputado Darci de Matos; 0016/2010, de autoria do deputado Derli Rodrigues; e 0017/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

Esta Presidência defere de plano os Requerimentos n.s.: 0026/2010, de autoria do deputado Silvio Dreveck; e 0027/2010, de autoria do deputado Reno Caramori.

Há mais uma matéria para ser deliberada, mas tendo em vista a falta de quórum, não há como fazê-lo.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos visita, telespectadores da TVAl e ouvintes da Rádio AleSc Digital, o debate que acontece no Parlamento é extremamente interessante porque levanta várias questões, algumas de cunho extremamente político, como o deputado José Natal externou aqui, preocupado com o crescimento da nossa pré-candidata Dilma Rousseff nas pesquisas. Ele fez um discurso desesperado, no sentido de querer encontrar críticas ao governo do presidente Lula. É lógico que nenhum governo é perfeito, mas o nosso é um governo que atende aos interesses da maioria do povo. Se ele tem mais de 80% de aprovação do povo é porque está respondendo às questões principais, tendo o conhecimento de que não consegue resolver todos os problemas que a sociedade apresenta, com toda a humildade de um governo responsável em melhorar a vida das pessoas, distribuindo renda para poder fazer este Brasil crescer, ser reconhecido internacionalmente e tendo a sua soberania respeitada.

Também é importante o debate que o deputado Edison Andrino trouxe a respeito da duplicação da BR-101 e da concessão que foi feita à Litoral Sul, cujo contrato prevê todas as vias paralelas e o anel viário da região metropolitana de Florianópolis. E acho muito boa a proposta de criar um fórum nesta Casa para estudar esse contrato e exigir um cronograma de implementação dessas melhorias que já estão encaminhadas. Eu acho que a parte do governo já está feita. É preciso agora cobrar o contrato para essas obras poderem virar realidade a partir dos projetos e dos contratos que existem.

Também é importante a questão da mobilidade, mas ela também acontece nos municípios. Não podemos exigir do governo federal sempre uma atitude paternalista. Nós vivemos reclamando que precisamos ter os entes federativos respeitados, autônomos, independentes, e sempre vem aqui um deputado reclamar uma iniciativa do governo federal para depois enquadrar estados e municípios.

Outro dia sugeri em Florianópolis que o estudo de viabilidade técnica sobre o metrô seja extensivo ao transporte marítimo, porque não entendo que uma capital, numa ilha, não tenha uma estrutura de transporte marítimo adequado. Isso daria uma mobilidade incrível, descongestionando todo o sistema de trânsito urbano.

Então, é necessário que aconteça primeiro o debate nas cidades para depois, amadurecidamente, levar para as instâncias estadual e federal. Mas a cidade tem que ter a sua proposta.

Devemos insistir na instalação da região metropolitana, para que sejam discutidos esses problemas comuns e apresentem-se os projetos, as propostas. Não o contrário, senão vem a fórmula pronta para cá e às vezes não cabe na realidade que estamos vivendo na região.

Então, são assuntos que merecem um debate maior, maduro, sereno. E essa é a contribuição que o Parlamento está dando para a melhoria da vida das pessoas.

O Deputado Sargento Amauri Soares colocou muito bem a questão dos terrenos que, na última semana, foram notícia em função da prisão, a meu ver, injusta, precipitada, completamente errada, infringindo as questões legais, na cidade de Imbituba. Nessa questão está envolvido o terreno destinado à ZPE, que faz 20 ou 30 anos que está sem destino real, sem uma destinação correta, objetiva, produtiva. E há um conjunto de especulações na região de que esse terreno será usado para loteamento, empreendimento e outras funções.

É preciso esclarecer de fato o que se quer com aquela área pública naquela região e por isso o Partido dos Trabalhadores está encaminhando um pedido de informação sobre a real situação daquela área e quais os projetos que estão sendo desenvolvidos para aquela área, se há interesse público de fato nesses projetos ou se são para beneficiar grupos econômicos, interesses extremamente particulares, como tem acontecido em vários lugares deste estado.

Então, com relação a terras públicas, acabamos de aprovar, no final do ano passado, várias transferências que atendem mais interesses privados e econômicos do que os interesses públicos e sociais.

Também queria aproveitar estes três minutos e 28 segundos que me restam para reafirmar a posição veemente do Partido dos Trabalhadores, que repudia as ações e a forma como foi feita a prisão dos líderes do MST, na semana passada, quase que com caráter de uma emboscada, para fazer essa espetacular prisão e expor o MST a esse constrangimento, que é um movimento popular legítimo.

Então, eu queria dizer que o Partido dos Trabalhadores vai acatar a sugestão das Associações dos Delegados da Polícia Federal e da Polícia Civil de Santa Catarina, solicitando a investigação e a responsabilização de todos nesse caso. Também vai encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça, à Corregedoria-Geral do Ministério Público e à Corregedoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina uma solicitação de investigação sobre a afronta aos preceitos constitucionais e ao dever de justiça

que o estado e as instituições têm que ter. Nós temos que estar vigilantes e não podemos deixar a democracia ser comprometida. Essa é a nossa posição de repúdio a esses fatos que originaram tudo isso.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Décio Góes, muito rapidamente, quero dizer que tenho em mãos a Lei n. 381, que é a da última reforma administrativa do governador Luiz Henrique, que há três anos foi aprovada sem o nosso voto.

(Passa a ler.)

"Art. 119. Ficam vinculadas aos órgãos abaixo indicados, para efeito de supervisão, coordenação, fiscalização e controle, as seguintes entidades da Administração Indireta Estadual:

[...]

XIII - à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Laguna:

a) a administradora da Zona de Processamento de Exportação - IAZPE, enquanto não completado o processo de extinção, dissolução, liquidação ou alienação da empresa."[sic]

Tem gente de olho para comprar. Aliás, estão esquartejando, e está aqui na lei da reforma administrativa do governador Luiz Henrique a destinação da ZPE de Imbituba. E, portanto, mais um elemento para ser refletido.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Não vamos estranhar se daqui a pouco vier para esta Casa um projeto de lei transferindo-a para a iniciativa privada, como já aconteceu em outros casos que conhecemos muito bem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Rogério Mendonça.

(Pausa)

Na ausência do deputado Rogério Mendonça, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, colegas de imprensa, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSc Digital, venho fazer uma análise de, pelo menos, dois assuntos.

Ainda repercute, deputado Silvio Dreveck, a posição de ontem do nosso partido logo após a votação da autorização de investigação do vice-governador Leonel Pavan, pedindo que os deputados, principalmente do PMDB e do DEM autorizassem a abertura de processo contra o governador Luiz Henrique.

Quero relembrar que o, à época, deputado e hoje prefeito de Blumenau, João Paulo Kleinübing, semanalmente, cobrava que os deputados autorizassem o TJSC a processar o governador Luiz Henrique. Basta olhar nos anais da Casa para ver a insistente cobrança do PFL à época, pedindo que esta Casa autorizasse o governador Luiz Henrique a ser processado pelos crimes que teria cometido na administração pública.

Lembro-me muito bem de ontem e fiquei animado quando vi o líder do governo, deputado Elizeu Mattos, rebater o nosso deputado Joares Ponticelli, dizendo: "Vamos debater, sim, essa posição". E cadê? Fiquei animado e disse: "Opa! Quem sabe os deputados do PMDB vão falar para o governador Luiz Henrique fazer o mesmo que o vice-governador Leonel Pavan fez e enviar uma carta dizendo: 'Por favor, deputados, deixem-me ser investigado!'"

Com certeza representaria a minha alegria e a manchete de muitos jornais, deputado Elizeu Mattos, se v.exa. pudesse vir aqui hoje e dizer: "Conversei com o governador Luiz Henrique e ele vai protocolar hoje mesmo, nesta Casa, um pedido, o mesmo que fez o vice-governador Leonel Pavan, para que esta Casa permita que ele responda aos processos".

Quero dizer também que, em virtude disso, já está no meu *site* um artigo que fiz manifestando-me totalmente favorável ao projeto de lei do deputado Padre Pedro Baldissera, que tira da Constituição essa blindagem, deputado Jailson Lima, que têm o governador e o vice-governador de ser investigados.

Por que haveria algum problema em ser investigado? Ai me disseram o seguinte: "Deputado Kennedy, um dia o senhor vai chegar lá e também vai ver que isso é uma questão da República, que é uma blindagem". Mas qual é o problema de eu ser investigado? Em minha opinião, é muito melhor a pessoa ser investigada no exercício do cargo do que fora, porque pelo menos no cargo ela tem condições de se defender. Depois ela deixa o cargo e tem que, pelo menos, contratar uma banca de advogados por muitos anos para responder às ações.

Portanto, já quero aqui deixar muito claro o meu posicionamento favorável ao projeto do deputado Padre Pedro Baldissera, o qual já assinei ontem, inclusive, e vamos discutir o fim dessa blindagem. Porque não há motivo para que esta Casa tenha que dar autorização para uma investigação!

Eu fico preocupado. Eu estava vendo as fotos que estão publicadas no *site* da AleSc e fiquei preocupado com uma coisa: o processo do vice-governador Pavan não está correndo em segredo de justiça? Sim ou não? Está correndo em segredo de justiça? Eu não tive acesso a ele. Se eu tivesse feito como o deputado Pedro Uczai e pedido uma cópia integral do processo, talvez eu, como parlamentar, tivesse conseguido, como ele conseguiu. Mas não farei isso. Por quê? Porque está correndo em segredo de justiça, e se alguma das conversas sigilosas que constam do processo vazarem, a culpa é de quem?

O que me traz aqui é a preocupação com as fotos que vi hoje postadas no *site* desta Assembléia. Eu vi algumas fotos de todo o processo, desse processo que corre em segredo de justiça; eu vi deputados olhando relatos dos telefonemas, das conversas sigilosas. Há deputado com a folha, olhando e mostrando para os outros. Que segredo de justiça é esse?

Daqui a pouco a imprensa vai começar a vaziar as conversas que ainda correm em segredo de justiça e o Ministério Público vai dizer o quê? Não fomos nós! O Tribunal de Justiça vai dizer o quê? Não fomos nós! Eles poderão dizer que não foram eles porque passaram para a Assembléia Legislativa os documentos que se foi aqui, o problema é político!

Está vendo como o problema veio para esta Casa, deputado Jailson Lima? O Tribunal de Justiça mandou para cá, o que para mim é inócuo, porque é crime e não precisava da autorização, isso a adin vai dizer, o Superior Tribunal vai dizer. Mas está vendo o problema que trouxeram para esta Casa?

Agora, se a imprensa começar a vaziar as informações sigilosas, o Ministério Público vai dizer que não foram eles e o Tribunal de Justiça também. Irão dizer que isso é problema dos políticos. E por que enviaram? Ah, porque foi requerido. Mas não podiam.

Não! Entretanto, o despacho da desembargadora refere-se, inclusive, às conversas sigilosas.

O que vamos fazer, Sr. presidente? Eu quero deixar bem claro que eu não tive acesso nenhum a esse documento, não quero levar a culpa, porque não tenho. Quero deixar isso bem claro e registrado, antes de qualquer coisa, porque jogaram a batata quente para cá e ela voltou para o outro lado, só que ficou a quemadoura aqui. As fotos comprovam, está no *site*, hoje, vários deputados olhando, inclusive mostrando uns para os outros conversas sigilosas de um processo que corre em segredo de justiça.

Deputado Décio Góes, eu não estou colocando a culpa em ninguém, só estou alertando para um problema que daqui a pouco vai respingar em nós.

O Sr. Deputado Derli Rodrigues - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Derli Rodrigues - Eu quero fazer o registro, dada a pertinência diante do contexto das suas explicações, que o gesto do vice-governador, ao pedir que fosse autorizado o prosseguimento do processo, foi um gesto de grandeza. Acho que todos os políticos deveriam seguir esse exemplo, porque dessa forma não precisaríamos preocupar-nos com a retirada da blindagem existente. Acho que é uma questão de consciência de cada um, e isso deve ser reconhecido.

Parabenizo v.exa. pelas suas colocações.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Tomara que o governador Luiz Henrique faça o mesmo.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Eu quero contestar as suas afirmações, uma vez, inclusive, que o deputado Pedro Uczai está ausente.

Entendo que o deputado Pedro Uczai tomou a iniciativa de conhecer o processo, pedindo uma cópia de TJSC, não para violar o segredo de justiça, mas para poder analisá-lo melhor no momento de interpellar o secretário Antônio Gavazzoni, que virá a esta Casa na semana que vem, fazendo os questionamentos quanto à responsabilidade do estado nesse caso, já que é nossa obrigação fiscalizar. Foi nesse contexto a solicitação do deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado Décio Góes, eu entendo perfeitamente o deputado Pedro Uczai, não o estou condenando. Não o estou condenando, veja bem! O que eu venho trazer aqui é uma preocupação, porque o Tribunal de Justiça abriu o segredo de justiça, abriu! Até poderia ter enviado o processo para cá, porém sem as partes que constituem segredo de justiça. Isso é coisa deles! Mas agora não há mais segredo de justiça, porque quando se quer segredo, não se conta para ninguém.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o deputado Elizeu Mattos, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. parlamentares, quero dizer que estava acompanhando do gabinete a fala do nobre deputado Kennedy Nunes, que mistura processos e pedidos. Tenho uma posição clara: se para tudo que falarmos aqui não houver uma proteção, qualquer um poderá

entrar, pelo jeito de falar, com um processo contra algum deputado.

Quando v.exa. fala do processo contra Leonel Pavan, quero dizer que o caso teve repercussão estadual e houve um pré-julgamento do vice-governador e ele agiu com grandeza.

Mas cada caso é um caso e essa é uma casa política. Com certeza, deputado, não era da nossa alçada analisar o processo do vice-governador Leonel Pavan. Eu acho temerário trazer o processo para cá, pois não estávamos julgando e nem analisando o processo, estávamos autorizando o Tribunal de Justiça de Santa Catarina a dar continuidade ao processo.

Hoje tudo está nos jornais, e para mim é temerário porque há vazamento e um pouco da culpa é deste Parlamento, dos deputados. Se há sigilo, ele deve ser respeitado. Com certeza v.exa. não viu e eu também não o processo contra Leonel Pavan. Mas v.exa. não conhece também e não analisou os pedidos que estão na casa referentes ao governador Luiz Henrique. Se tivesse analisado, com certeza não subiria nesta tribuna dizendo para autorizarmos algumas coisas loucas que estão sendo pedidas. Ai não há como governar! Eu analisei. Cito um por um, há oito pedidos nesta Casa. Oito! Os oito pedidos foram feitos por três pessoas, as mesmas pessoas de Joinville, e todo o mundo sabe quem são estas pessoas: um procurador da República que tem uma guerra particular com o governador, que é pública; um promotor de Justiça e um juiz que v.exa. sabe quem é, todo mundo sabe.

Os processos que estão aqui são de cidadãos que têm caso pessoal. Vou falar de um processo que está aqui, deputado Reno Caramori: trata-se de um pedido para processar o governador pelo alargamento de uma rua. Pelo amor de Deus! Porque Luiz Henrique alargou uma rua e derrubou uma árvore, nós temos um pedido aqui para processá-lo! Não é isso que viemos fazer aqui!

Os outros pedidos que entraram nesta Casa têm um caráter eleitoreiro, politiquês e mesquinho. Foram enviados entre o primeiro e o segundo turno da primeira eleição do governador Luiz Henrique. Será que é relevante aprovarmos coisas com caráter político, eleitoreiro e mesquinho? É clara a perseguição pessoal de três cidadãos contra o governador Luiz Henrique! Há um caráter pessoal.

É só analisar os pedidos que estão aqui, ninguém tem nada a temer. O governador vai sair daqui a alguns dias, o processo vai para o TJSC. Agora, um maluco vem dizer que vai processar o governador, o vice-governador e nós vamos autorizar, reunindo-nos para analisar esse tipo de processo? Pelo amor de Deus! Não é por aí!

Houve um pedido de autorização contra o vice-governador que foi concedido, até porque ele mesmo pediu! Agora, vamos analisar processo por processo. Vamos olhar os processos e os pedidos que estão aqui. Deputado Kennedy Nunes, irei ao seu gabinete e discutiremos os processos, tomaremos um café e v.exa. poderá lê-los. Depois de v.exa. ver os pedidos que estão nesta Casa, com certeza não usará mais esta tribuna para debater o assunto. Desculpe-me, cada caso é um caso e neste houve repercussão.

Eu não culpo v.exa., pois também fui atrás porque não sabia quais os pedidos que estavam aqui. Como v.exa. também não leu os processos que estão aqui, não vou culpá-lo, mas estão nesta Casa oito processos, quatro da época da prefeitura.

Um diz que falou uma coisa, ele não gostou entrou contra outra; outro reclama porque a árvore caiu no alargamento de rua. Pelo amor de Deus! Vamo-nos reunir para esse tipo de processo?

Também não concordo e já falei com o deputado Pedro Uczai, que teve as melhores intenções. Acho que tem que haver autorização, mas é preciso haver critério. Estamos aqui como deputados e daqui a pouco, se não houver um critério, não poderemos usar esta tribuna, porque uma pessoa que assiste em casa poderá não gostar de alguma coisa e acionar o Ministério Público e nós vamos perder. Não! Aqui temos o direito de debater. Acho que não podemos agir na emoção, temos que agir com a razão, pensar com razão dos nossos atos, aquilo que podemos fazer. Ninguém vai fazer coisa errada e ninguém está aqui defendendo o lado errado, mas temos que agir muito com a razão, a nossa razão, a razão de ser parlamentar, de representar o povo, de estar aqui por causa do povo de Santa Catarina e fazer o melhor para o nosso estado.

Eu acho que não é discutindo, ofendendo um ao outro e querendo machucar que se faz política. Não sei, eu não faço assim. Acho que temos que fazer o que Santa Catarina espera de nós, que é começar a pensar, gastar nossas energias para o desenvolvimento do estado, para ajudar nossa gente, para ajudar nosso povo.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Concedo um aparte ao nobre deputado Décio Góes.

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Elizeu Mattos, eu penso que esse artigo da Constituição do Estado está muito ligado à idéia de evitar processos irresponsáveis, perseguição política, processos sem prova. Essa é a razão da imunidade dos parlamentares, dos secretários, dos governadores e dos vice-governadores. Mas o que esta Casa não pode, e aí o deputado Kennedy Nunes passa a ter razão, é fazer de conta que não entraram aqui esses pedidos para processar e não colocá-los em pauta, em debate. Se realmente são processos que não cumprem os objetivos, processos com cunho de perseguição política ou qualquer outro adjetivo que v.exa. tenha usado, eles serão analisados e arquivados.

Agora, se é uma prerrogativa desta Casa, deve ser usada. Se não é usada, então vamos eliminá-la. Esse é o debate que precisamos fazer e por isso assinei e concordo com o deputado Padre Pedro Baldissera de que devemos discutir esse assunto. Ou aprimoramos o instrumento, ou o eliminamos. Mas mantê-lo na Constituição só para proteger e não fazer o debate correto nesta Casa, não acho correto. Se o governador não cometeu os crimes pelos quais é acusado, não há o que temer. Vamos analisar. O governo tem maioria aqui, qual é o problema?

Acho que é essa a questão que está em debate neste momento. Já que v.exa. desarquivou os processos para conhecê-los melhor, agora encaminhe-os à CCJ, cumpra os trâmites legais, ou seja, encaminhe-os ao Plenário com os elementos para fazermos a votação.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu vou tentar responder e ainda quero conceder um aparte ao deputado Kennedy Nunes.

O deputado Décio Góes frisou bem, que se processem os responsáveis. Eu não vim aqui julgar ações de responsabilidade e decisão política de alguém dentro desta Casa. Não sou um deputado que faz esse tipo de coisa.

Há um processo aqui, deputado Kennedy Nunes, com três réus; o governador é um deles. Esse processo chegou à Justiça comum e já foi arquivado. Quer dizer, nós iremos julgar um processo que já foi julgado e arquivado pela Justiça?! Vamos debater um processo cujos réus já foram inocentados?! Mas por que isso? Conotação política? O processo já morreu. Vamos tratar de um processo que já está morto?

Acho que devemos analisar caso a caso e a lei está aí para proteger aqueles que são alvo de processos com motivação política.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Elizeu Mattos, quero agradecer o convite e será uma honra recebê-lo em meu gabinete para que possamos discutir, pois sinceramente, não tenho conhecimento de todos os processos que aqui estão. Quando digo para o governador dar autorização para investigar, não estou fazendo um pré-julgamento, condenando ou não. Acho que temos que ter uma posição muito coerente.

V.Exa. disse que três pessoas entraram com os oito processos. Um procurador federal, um promotor de Justiça e um juiz, e logo depois v.exa. se referiu a qualquer maluco. Acho que nenhum desses três é maluco.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - É eu já poderia ter um processo!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Não há mais oradores inscritos. Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 059, de 5 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com aparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

NOMEAR CLETO ROBERTO CARDIAS, matrícula nº 4015, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Particular da Presidência, código PL/DAS-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 2 de fevereiro de 2010 (MD - Gabinete da Presidência).

Deputado GELSON MERÍSIO
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 060, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR o Ato da Mesa nº 171, de 28/04/2009, que designou servidores para compor o Conselho Administrativo da Assembléia Legislativa.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 061, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR em substituição, o Consultor Legislativo I, **NEROCI DA SILVA RAUPP**, matrícula nº 1756, para compor o quorum do Colegiado da Procuradoria Legislativa e desempenhar as atribuições previstas no Ato da Mesa nº 209, de 24/10/2007, enquanto durar o impedimento da titular, Consultora Especial Legislativa **CECÍLIA BIESDORF THIESEN**, matrícula nº 0717, ambos integrantes do Grupo de Atividades de Assessoria Institucional, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. 2º A designação a que se refere o artigo anterior respeita a especificação de atribuições e habilitações prevista no Anexo IV-D da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, renumerado para Anexo V pela Resolução nº 004, de 31 de janeiro de 2006.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 062, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR em substituição, a Consultora Especial Legislativa **CECÍLIA BIESDORF THIESEN**, matrícula nº 0717, para compor o quorum do Colegiado da Procuradoria Jurídica e desempenhar as atribuições previstas no Ato da Mesa nº 184, de 25/09/2007, enquanto durar o impedimento do titular, Consultor Especial Jurídico **NAZARILDO TANCREDO KNABBEN**, matrícula nº 0176, ambos integrantes do Grupo de Atividades de Assessoria Institucional, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. 2º A designação a que se refere o artigo anterior respeita a especificação de atribuições e habilitações prevista no Anexo IV-D da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, renumerado para Anexo V pela Resolução nº 004, de 31 de janeiro de 2006.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 063, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **MARTA LUCIA MASSOLINI LIPPEL**, matrícula nº 2071, da função de Serviços de Expediente - Assessoria Técnica Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2010 (Diretoria Financeira).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 064, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **MARTA LUCIA MASSOLINI LIPPEL**, matrícula nº 2071, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Chefe da Seção de Controle do Orçamento dos Gabinetes Parlamentares, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2010 (DF - Coordenadoria do Orçamento Parlamentar).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 065, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento na Resolução nº 011 de 22 de dezembro de 2009,*

DESIGNAR o servidor **ADEMIR GASSTMANN**, matrícula nº 1796, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Parlamentar de Membro da Mesa, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2010 (1ª Secretaria).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 066, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **ANA MARIA FADEL NEVES**, matrícula nº 2177, da função de Chefe da Seção de Serviço Social, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2010 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 067, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **ELOISA HELENA MARTINS BARBOSA**, matrícula nº 1561, do Quadro de Pessoal da Assembléia

Legislativa para exercer a função de Chefe da Seção de Serviço Social, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2010 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 068, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **IRACEMA VERGINIA MARTINS**, matrícula nº 1463, da função de Chefe da Seção Pedagógica, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 03/02/2010 (CGP- Escola do Legislativo).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 069, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **CLOVIS NELSON PIRES DA SILVA**, matrícula nº 2003, da função de Chefe da Seção de Projetos Especiais, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 03/02/2010 (CGP- Escola do Legislativo).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 070, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **LUCIANE DUTRA MEURER**, matrícula nº 2201, da função de Chefe da Seção de Secretaria Acadêmica, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 03/02/2010 (CGP - Escola do Legislativo).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 071, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nºs. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

NOMEAR JERUSA CORREA BUZZI FONTES, matrícula nº 6248, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Suporte e Manutenção, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 02 de fevereiro de 2010 (DTI - Coordenadoria de Suporte e Manutenção).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 072, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **FRANCISCO CARLOS FERNANDES PACHECO**, matrícula nº 5864, do cargo de Coordenador de Recursos Materiais, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 02 de fevereiro de 2010 (DA - Coordenadoria de Recursos Materiais).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 073, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nºs. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

NOMEAR FRANCISCO CARLOS FERNANDES PACHECO, matrícula nº 5864, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Redes, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 02 de fevereiro de 2010 (DTI - Coordenadoria de Redes).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 074, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **NELSON HENRIQUE MOREIRA**, matrícula nº 1001, da função de Assessoria Técnica-Orçamento Estadual, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 02 de fevereiro de 2010 (DL - Coordenadoria do Orçamento Estadual).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 075, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nºs. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

NOMEAR NELSON HENRIQUE MOREIRA, matrícula nº 1001, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador do Orçamento Estadual, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 02 de fevereiro de 2010 (Coordenadoria do Orçamento Estadual).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 076, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **SERGIO FRANCISCO AMBROSI**, matrícula nº 1986, do cargo de Coordenador do Orçamento Estadual, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 02 de fevereiro de 2010 (Coordenadoria do Orçamento Estadual).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 077, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **SERGIO FRANCISCO AMBROSI**, matrícula nº 1986, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica Orçamento Estadual, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 02 de fevereiro de 2010 (DL - Coordenadoria do Orçamento Estadual).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 078, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ADO STEINER**, matrícula nº 1278, do cargo de Coordenador de Orçamento Parlamentar, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 04 de fevereiro de 2010 (DF - Coordenadoria do Orçamento Parlamentar).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 079, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nºs. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

NOMEAR IBRANTINA MACHADO, matrícula nº 2892, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Orçamento Parlamentar, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 04 de fevereiro de 2010 (DF - Coordenadoria do Orçamento Parlamentar).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 080, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **ADO STEINER**, matrícula nº 1278, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, código PL/FC-4, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 04 de fevereiro de 2010 (Diretoria Geral).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 081, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **RITA AMALIA MACEDO GIOMBELLI**, matrícula nº 1927, da função de Chefe da Secao de Secretária, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 02 de fevereiro de 2010 (Diretoria Geral).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 082, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **RITA AMALIA MACEDO GIOMBELLI**, matrícula nº 1927, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica de Direção - Planejamento e Desenvolvimento Institucional, código PL/FC-4, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 02 de fevereiro de 2010 (Diretoria Geral).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 083, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **JULIANA TANCREDO GALLOTTI**, matrícula nº 5090, do cargo de Secretário Particular da Presidência, código PL/DAS-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 02 de fevereiro de 2010 (Gabinete da Presidência).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 084, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nºs. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

NOMEAR JULIANA TANCREDO GALLOTTI, matrícula nº 5090, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Recursos Materiais, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 02 de fevereiro de 2010 (DA - Coordenadoria de Recursos Materiais).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 085, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 158, de 07 de janeiro de 2010, suscrito pelo Desembargador Cid Goulart, da Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina,

RESOLVE: *com fundamento em determinação do cumprimento integral do acórdão exarado nos autos de Apelação Cível nº 2008.019731-4/0000-00,*

REENQUADRAR no nível 65, o servidor **LUIZ EDUARDO CAMINHA**, matrícula nº 0668, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo, código PL/ALE-62, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, com efeitos a contar de 10 de setembro de 2009.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 086, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2263/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **IZABEL SONEGO**, matrícula nº 1462, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 087, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público referente ao Edital nº 001/2009, publicado no Diário da Assembléia Legislativa nº 6.101, de 23 de outubro de 2009, pág. 35, para os cargos de provimento efetivo de Analista Legislativo, código PL/ALE, e Técnico Legislativo, código PL/TEL, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, conforme relação anexa, com as respectivas habilitações.

Art. 2º O Concurso Público a que se refere o art. 1º terá validade pelo prazo de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público da administração da Assembléia Legislativa.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2009
RESULTADO FINAL
ANALISTA DE SISTEMAS

Inscrição	Nome	Nascimento	ACG	ACE	NPE	NPT	MF	CLASS
200955926	ELIAS AMARAL DOS SANTOS	16/05/1973	15	21	7.20	0.70	7.90	1
200954027	DHIOGO CARDOSO DA SILVA	13/12/1983	15	21	7.20	0.00	7.20	2
200960976	ALBERTO CECETTO BECK	09/11/1976	10	20	6.00	0.50	6.50	3
200961040	DEYSE APARECIDA FERREIRA	28/09/1973	13	19	6.40	0.00	6.40	4
200956929	HUMBERTO MACHADO FILHO	12/05/1963	12	19	6.20	0.00	6.20	5
200952042	FABIOLA FERREIRA DE MACEDO	07/10/1979	13	18	6.20	0.00	6.20	6
200952566	ALLAN DE SOUZA	16/02/1982	13	18	6.20	0.00	6.20	7
200963014	FRANZ WALTER MAINHARDT CARPES	05/08/1978	11	19	6.00	0.00	6.00	8

ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2009
RESULTADO FINAL
PROGRAMADOR

Inscrição	Nome	Nascimento	ACG	ACE	NPE	MF	CLASS
200956014	BRIAN VENCESLAU MICHALSKI	30/07/1982	12	22	6.80	6.80	1
200950305	AUGUSTO CESAR FERREIRA	07/03/1981	15	18	6.60	6.60	2
200958511	MARCIO WELTER	18/12/1982	13	18	6.20	6.20	3
200954369	ANDERSON AILTON BARBOSA	27/07/1985	15	16	6.20	6.20	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2009
RESULTADO FINAL
JORNALISTA

Inscrição	Nome	Nascimento	ACG	ACE	NPE	NPT	MF	CLASS
200955385	LISANDREA CRISTINA DA COSTA	4/7/1977	17	29	9.20	0.50	9.70	1
200950236	GUTIERES BARON	31/12/1982	18	29	9.40	0.00	9.40	2
200952809	MARIA HELENA SARIS	20/8/1965	15	29	8.80	0.50	9.30	3
200951331	ALEXANDRE JOSE BACK	10/11/1973	16	28	8.80	0.50	9.30	4
200953823	PATRICIA SCHNEIDER DE AMORIM	9/10/1983	17	29	9.20	0.00	9.20	5
200956325	ROSSANA MARIA BORGES ESPEZIN	2/10/1963	15	28	8.60	0.50	9.10	6
200950369	DELUANA BUSS	31/7/1976	16	27	8.60	0.50	9.10	7
200960144	VITOR JOSE FERREIRA DOS SANTOS	10/9/1967	16	29	9.00	0.00	9.00	8
200958792	LUDMILLA GADOTTI BOLDA	4/8/1984	17	28	9.00	0.00	9.00	9
200962963	MARCELO AVIAN ESPINOZA	15/9/1979	18	27	9.00	0.00	9.00	10
200959862	MICHELLE DIAS	25/10/1975	14	27	8.20	0.70	8.90	11
200959526	NARA PATRICIA RAMOS CORDEIRO	14/3/1979	16	26	8.40	0.50	8.90	12
200958588	JOAO NADIR GUEDES GONCALVES	13/7/1981	15	29	8.80	0.00	8.80	13
200955941	RONY ALVES DE RAMOS	4/5/1980	16	28	8.80	0.00	8.80	14
200953940	DANIELA DA CUNHA KIRST	7/5/1986	16	28	8.80	0.00	8.80	15
200954273	LUCIO SANTOS BAGGIO	21/4/1976	17	27	8.80	0.00	8.80	16
200953290	RAFAEL DE FIGUEIREDO COSTA LEIRAS	26/1/1977	17	27	8.80	0.00	8.80	17
200952944	KRISLEI OECHSLER	13/1/1981	17	27	8.80	0.00	8.80	18
200950086	PATRICIA JACOMEL	22/10/1974	19	25	8.80	0.00	8.80	19
200956504	ANDERSON ANTONIO ANDREATA	10/7/1972	14	27	8.20	0.50	8.70	20
200962702	MARIA MATHEUS DE ANDRADE	26/3/1978	14	27	8.20	0.50	8.70	21
200956720	RUBENS FLORES	8/10/1972	15	26	8.20	0.50	8.70	22
200950451	EVORY PEDRO CAMARA SCHMITT	2/4/1955	14	29	8.60	0.00	8.60	23
200951947	REGINALDO CAMPOLINO JAQUES	5/6/1973	15	28	8.60	0.00	8.60	24
200952507	MURILO AUGUSTO DE SOUZA	4/5/1978	15	28	8.60	0.00	8.60	25
200954500	FELIPE FERREIRA BEM SILVA	16/7/1984	15	28	8.60	0.00	8.60	26
200950005	IURI LUCONI GRECHI	21/9/1970	16	27	8.60	0.00	8.60	27
200951388	LUCIANY ALVES SCHLICKMANN	5/2/1982	16	27	8.60	0.00	8.60	28
200955975	FERNANDA PERES	9/11/1986	17	26	8.60	0.00	8.60	29
200957163	NIKOLAS STEFANOVICH	28/8/1981	13	27	8.00	0.50	8.50	30
200956101	FELIPE SIMAO PONTES	27/11/1984	12	27	7.80	0.70	8.50	31
200961762	JANE MARA HONORATO	7/8/1975	14	26	8.00	0.50	8.50	32
200956041	DARIENE PASTERNAK	18/12/1975	16	24	8.00	0.50	8.50	33
200956842	MAYRA RAMOS DE SOUZA CAJUEIRO WARREN	4/11/1981	15	24	7.80	0.70	8.50	34
200956566	MELINA DE LA BARRERA AYRES	26/7/1982	15	24	7.80	0.70	8.50	35
200959733	ALTAMIR RICARDO DE SOUZA	8/1/1969	14	28	8.40	0.00	8.40	36
200953980	DAIANE DE OLIVEIRA	20/12/1978	14	28	8.40	0.00	8.40	37
200951175	DEBORA DA GAMA SILVEIRA	7/11/1985	14	28	8.40	0.00	8.40	38
200960951	VALMOR ROBERTO FRITSCHÉ	1/5/1965	15	27	8.40	0.00	8.40	39
200956801	MURILO JOSE FARIAS DALLA COSTA	25/10/1971	15	27	8.40	0.00	8.40	40
200950450	JUCINEI ADRIANO CARDOSO	18/11/1978	15	27	8.40	0.00	8.40	41
200952359	GIOVANA TEREZINHA DA SILVA RUTKOSKI	19/3/1980	15	27	8.40	0.00	8.40	42
200959095	JOAO ROBERTO GARCEZ BARCONI	7/6/1984	15	27	8.40	0.00	8.40	43
200955205	CAMILA SPOLTI PEREIRA	27/12/1985	15	27	8.40	0.00	8.40	44
200950286	ELISABETH MORCELLES DERETI	2/7/1970	16	26	8.40	0.00	8.40	45
200950057	JULIANA DE BITENCOURT VAILATI	26/6/1984	16	26	8.40	0.00	8.40	46
200960138	FABIO ROBSON MASSALLI	3/9/1974	17	25	8.40	0.00	8.40	47

200950998	LUCIANE COTOMAN LEMOS	11/9/1973	11	28	7.80	0.50	8.30	48
200952886	CARLA CRISTINA PESSOTTO	3/3/1968	13	26	7.80	0.50	8.30	49
200950806	GIOVANA BORINI	29/10/1969	13	26	7.80	0.50	8.30	50
200950744	THIAGO CESAR AUGUSTO	19/7/1980	13	26	7.80	0.50	8.30	51
200951391	ANA CAROLINA BASTO VILELA	8/10/1983	14	25	7.80	0.50	8.30	52
200960340	MARIA IVONETE LESSA	17/4/1947	14	27	8.20	0.00	8.20	53
200961657	VANDERSON ISMAEL CORREA DE ALMEIDA	18/11/1981	14	27	8.20	0.00	8.20	54
200952419	CAMILA PASCHOAL	18/1/1982	14	27	8.20	0.00	8.20	55
200959390	RAFAEL DA SILVA PAULO	13/11/1983	14	27	8.20	0.00	8.20	56
200960680	FILIPE VALVASSORI SPECK	7/4/1985	14	27	8.20	0.00	8.20	57
200954594	RODRIGO BRUNING SCHMITT	26/8/1985	14	27	8.20	0.00	8.20	58
200959452	FABIO BIANCHINI MATTOS	4/11/1974	15	26	8.20	0.00	8.20	59
200955886	ANDREZA MATOS DE SOUZA	6/10/1975	15	26	8.20	0.00	8.20	60
200953988	LAIS LEMOS DUARTE	20/9/1978	15	26	8.20	0.00	8.20	61
200950177	CARLOS EDUARDO DE SOUZA MARTINS	8/8/1981	15	26	8.20	0.00	8.20	62
200961048	LUIZ EDUARDO SCHMITT	26/10/1983	15	26	8.20	0.00	8.20	63
200957437	ANDREZZA FERNANDA MELO IGNATOWICZ	28/5/1985	15	26	8.20	0.00	8.20	64
200959901	EDGAR HAMPF	31/7/1967	16	25	8.20	0.00	8.20	65
200951547	BEATRICE CORREA DE OLIVEIRA GONCALVES	20/10/1984	16	25	8.20	0.00	8.20	66
200950169	ANA GABRIELA CERON	4/8/1986	16	25	8.20	0.00	8.20	67
200957204	ANTONIO ROQUE FELDMANN	17/9/1968	17	24	8.20	0.00	8.20	68
200960555	CRISTINA KAPP	21/3/1982	17	24	8.20	0.00	8.20	69
200952965	MICHELLI CRISTINA GOMES	1/1/1985	18	23	8.20	0.00	8.20	70
200955485	LARA VIVIANE SILVA DE LIMA	5/6/1972	12	25	7.40	0.70	8.10	71
200956717	CARLA ANGELA CAVALHEIRO	9/9/1971	14	24	7.60	0.50	8.10	72
200955362	MICHELLE CRISTINA TODESCATTO	25/2/1980	11	29	8.00	0.00	8.00	73
200955458	SILVIA PRISCILLA ARGENTA	12/11/1977	12	28	8.00	0.00	8.00	74
200959667	ROSALIA LARA DE MOURA DORS PESSATO	22/8/1981	12	28	8.00	0.00	8.00	75
200951224	JANINE KONESKI DE ABREU	17/12/1965	13	27	8.00	0.00	8.00	76
200959552	LYANA VIRGINIA THEDIGA DE MIRANDA	22/1/1980	13	27	8.00	0.00	8.00	77
200956776	RAFAELA SILVA JAPIASSU REIS	4/11/1981	13	27	8.00	0.00	8.00	78
200959621	LUCAS MIGUEL GNIGLER	2/3/1982	13	27	8.00	0.00	8.00	79
200961890	MILENA STECKERT VITTO	18/5/1983	13	27	8.00	0.00	8.00	80
200955949	MAYKON DE OLIVEIRA BENTO	22/7/1983	13	27	8.00	0.00	8.00	81
200955589	RAQUEL SANTI	10/12/1983	13	27	8.00	0.00	8.00	82
200954996	ELOISA BELING LOOSE	9/1/1986	13	27	8.00	0.00	8.00	83
200960182	RONALDO AVILA BITTENCOURT	23/1/1956	14	26	8.00	0.00	8.00	84
200950535	CARLITO ALEXANDRE DA COSTA JUNIOR	26/2/1972	14	26	8.00	0.00	8.00	85
200953683	ALESSANDRA DA MOTA MATHYAS	16/10/1975	14	26	8.00	0.00	8.00	86
200956305	SILVANE DRESCH	25/10/1981	14	26	8.00	0.00	8.00	87
200950341	JANAINA FREIRE MENEGHEL	8/9/1983	14	26	8.00	0.00	8.00	88
200950045	BRUNA BERTOLDI GONCALVES	27/5/1985	14	26	8.00	0.00	8.00	89
200959640	ERIVELTO DIEGO DO AMARANTE	20/5/1986	14	26	8.00	0.00	8.00	90
200954251	SANDRA DENISE ANNUSECK	23/3/1967	15	25	8.00	0.00	8.00	91
200955604	PATRICIA PANCOTTO DE BARCELOS	26/12/1974	15	25	8.00	0.00	8.00	92
200960831	FABIANA DE LIZ	10/1/1975	15	25	8.00	0.00	8.00	93
200955222	PRISCILA MEXIA FREITAS ZAMBOLIM	13/6/1978	15	25	8.00	0.00	8.00	94
200960647	FELIPE FERNANDO FARIA	3/8/1980	15	25	8.00	0.00	8.00	95
200960208	GILSON GARRETT ALGAUER JUNIOR	14/4/1988	15	25	8.00	0.00	8.00	96
200958435	CARITAS ROLIM JOSE	29/3/1978	16	24	8.00	0.00	8.00	97
200957913	HELENA CRISTINA MAXIMO	18/6/1981	16	24	8.00	0.00	8.00	98
200962303	REGINALDO FERNANDES CANGUSSU	4/4/1967	17	23	8.00	0.00	8.00	99
200958604	INGRID CRISTINA DOS SANTOS	9/5/1986	17	23	8.00	0.00	8.00	100
200954580	FABIANA SOARES	19/7/1969	9	28	7.40	0.50	7.90	101
200958654	ANA MARINA GODOY	16/4/1979	10	27	7.40	0.50	7.90	102
200950457	EVANDRO ASSUMPÇÃO BARON	22/7/1963	11	26	7.40	0.50	7.90	103
200958066	ALESSANDRA DOERING MEINICKE	26/6/1970	12	25	7.40	0.50	7.90	104
200953721	JACKELYNE CHRISTYEN COSTA SOUZA	6/3/1976	12	25	7.40	0.50	7.90	105
200957764	ANA PAULA BORNHAUSEN DA SILVA BANDEIRA	21/12/1978	12	25	7.40	0.50	7.90	106
200950628	THAIS PRISCILA MEDEIROS BEAL KOBÁ	4/12/1984	12	25	7.40	0.50	7.90	107
200959357	RODRIGO GONDIM LOSSIO	17/2/1983	13	24	7.40	0.50	7.90	108
200950238	CRISTINA DE MARCO BALTAR	10/9/1977	15	22	7.40	0.50	7.90	109
200956786	VIVIANE CAMPELO BORNHOLDT	16/9/1983	11	28	7.80	0.00	7.80	110
200959371	ANA PAULA FLORES	20/8/1986	11	28	7.80	0.00	7.80	111
200952660	DEBORA GREICE GASCHO	9/1/1970	12	27	7.80	0.00	7.80	112
200951095	SIMONE NUNES VERZOLA	22/11/1972	12	27	7.80	0.00	7.80	113
200953207	PRISCILA RIBEIRO FREYESLEBEN	2/10/1979	12	27	7.80	0.00	7.80	114
200953261	FRANCISCO ASSUL DE SOUZA JUNIOR	20/9/1982	12	27	7.80	0.00	7.80	115
200959702	ADRIANE ALICE PEREIRA	12/5/1983	12	27	7.80	0.00	7.80	116
200950187	ELIDA HACK RUIVO	11/6/1987	12	27	7.80	0.00	7.80	117
200952493	CESAR LAUS SIMAS	10/6/1957	13	26	7.80	0.00	7.80	118
200962239	GERALDO ABUD ROSSI	1/10/1967	13	26	7.80	0.00	7.80	119
200956148	ELIS BRANDINA DE LIMA SOARES	19/8/1968	13	26	7.80	0.00	7.80	120
200955519	DANIELA RISSON	26/12/1976	13	26	7.80	0.00	7.80	121
200954631	ALEXANDRE BONACINA	25/9/1983	13	26	7.80	0.00	7.80	122
200954994	RAFAEL AUGUSTO WIELEWSKI	10/3/1987	13	26	7.80	0.00	7.80	123

200960854	VANIA APARECIDA MATTOZO	20/10/1964	14	25	7.80	0.00	7.80	124
200954595	SARA ISABEL VIEIRA CAPRARIO DE OLIVEIRA	10/5/1973	14	25	7.80	0.00	7.80	125
200961572	VANESSA GONZAGA NUNES	15/9/1980	14	25	7.80	0.00	7.80	126
200955145	DENISE MARIA MOREIRA FERREIRA	7/9/1981	14	25	7.80	0.00	7.80	127
200954668	THIAGO FLORIANO DOS SANTOS	15/6/1985	14	25	7.80	0.00	7.80	128
200950196	RAFAEL VIEIRA DE ARAUJO	18/8/1976	15	24	7.80	0.00	7.80	129
200955574	EVERSON HENNING	3/5/1981	15	24	7.80	0.00	7.80	130
200961390	SANSARA BURITI RUFINO DE SOUZA	4/11/1984	15	24	7.80	0.00	7.80	131
200956731	DAIANA MARTINI	24/10/1985	15	24	7.80	0.00	7.80	132
200958765	MIRIANE RAMOS VIANNA	9/5/1985	16	23	7.80	0.00	7.80	133
200955488	FERNANDA CARDOSO RODRIGUES	28/1/1983	11	25	7.20	0.50	7.70	134
200954009	RENATA EMILIA CARDOSO	22/5/1983	11	25	7.20	0.50	7.70	135
200958519	ALYOHHA DE OLIVEIRA MORONI	11/11/1985	11	25	7.20	0.50	7.70	136
200954848	MARIANA DE SOUZA VIEL	21/1/1986	11	25	7.20	0.50	7.70	137
200952622	ELISA ALBA DA SILVA	21/5/1983	13	23	7.20	0.50	7.70	138
200954812	ADRIANO COMIN	23/7/1975	15	21	7.20	0.50	7.70	139
200950928	SCHEILA DZIEDZIC	14/7/1973	10	28	7.60	0.00	7.60	140
200952298	MARCELO COMINI	28/4/1974	10	28	7.60	0.00	7.60	141
200956909	ANA CRISTINA LAVRATTI	12/12/1969	11	27	7.60	0.00	7.60	142
200952530	ALINE PEREIRA CABRAL VAZ	15/6/1974	11	27	7.60	0.00	7.60	143
200955779	MARIANA CONRADO COSTA LIMA	14/9/1984	11	27	7.60	0.00	7.60	144
200950593	PEDRO AUGUSTO KUHNEN	6/2/1986	11	27	7.60	0.00	7.60	145
200957315	PAULO DE TARSO DE BORBA RICCORDI	1/12/1949	12	26	7.60	0.00	7.60	146
200950437	DEBORA DE MEDEIROS LINHARES	8/8/1969	12	26	7.60	0.00	7.60	147
200953564	CLAUDIA MARCELO	14/10/1972	12	26	7.60	0.00	7.60	148
200961292	VIVIANE VIEIRA DE ARAUJO	3/8/1973	12	26	7.60	0.00	7.60	149
200950625	JANE CLAUDIA SANTIN MARTINS	1/11/1980	12	26	7.60	0.00	7.60	150
200961590	JOSIE MARA DE SOUZA	9/3/1981	12	26	7.60	0.00	7.60	151
200954486	MAGDA AUDREY PAMPLONA	3/9/1981	12	26	7.60	0.00	7.60	152
200956090	THIAGO HENRIQUE MACEDO	12/4/1984	12	26	7.60	0.00	7.60	153
200960877	SIMONE RAGUZO	9/8/1984	12	26	7.60	0.00	7.60	154
200962213	DEBORAH SILVA ALVES	16/9/1986	12	26	7.60	0.00	7.60	155
200958590	SILVANA PISANI	24/1/1965	13	25	7.60	0.00	7.60	156
200961009	RAQUEL PAZZOTTI REZENDE	10/3/1980	13	25	7.60	0.00	7.60	157
200962457	MARTA HERNANDES GOMES	8/4/1983	13	25	7.60	0.00	7.60	158
200959497	FABIANO TREMEA VARGAS	30/9/1983	13	25	7.60	0.00	7.60	159
200962481	JOAO PEDRO MACHADO PEREIRA	18/2/1984	13	25	7.60	0.00	7.60	160
200956643	MARILIA PEREIRA ALVES	7/2/1986	13	25	7.60	0.00	7.60	161
200962059	LAIS CAMPOS MOSER	7/9/1987	13	25	7.60	0.00	7.60	162
200953124	JONATHAN LUIZ DO AMARAL	10/10/1983	14	24	7.60	0.00	7.60	163
200956707	JANAINA OLDANI CASANOVA	28/9/1986	14	24	7.60	0.00	7.60	164
200951886	ADRIANA LANDIM QUINAUD	19/10/1976	15	23	7.60	0.00	7.60	165
200961469	LEANDRO PEREIRA LESSA	29/9/1977	15	23	7.60	0.00	7.60	166
200951661	ISABEL MUNIZ CORRADINI	21/6/1978	15	23	7.60	0.00	7.60	167
200957035	KAREN CHRISTINE DA SILVA INACIO	14/9/1974	8	27	7.00	0.50	7.50	168
200950041	LUCIMAR MONDINI POLLI	8/1/1970	9	26	7.00	0.50	7.50	169
200951481	CLEIDE RAMELLA SIQUEIRA	10/2/1972	11	24	7.00	0.50	7.50	170
200952402	LUIS FERNANDO ASSUNCAO	24/2/1967	10	24	6.80	0.70	7.50	171
200958802	MELISSA MINUZZI BULEGON	11/1/1980	12	23	7.00	0.50	7.50	172
200951695	RAFAELLA MARTINS SOARES DA SILVA	11/10/1983	10	27	7.40	0.00	7.40	173
200961701	GRASIELA COSTA DE LACERDA	30/1/1977	11	26	7.40	0.00	7.40	174
200955192	RAFAEL PEREIRA CARDOSO	25/8/1977	11	26	7.40	0.00	7.40	175
200957409	PAULA GRAZIELA GABIATTI	1/6/1978	11	26	7.40	0.00	7.40	176
200956114	VANESSA AMARANTE	12/4/1985	11	26	7.40	0.00	7.40	177
200955734	ANA CAROLINA BENDLIN GONZALEZ	22/8/1985	11	26	7.40	0.00	7.40	178
200962542	JULIANA GALLIANO VIEIRA	1/9/1987	11	26	7.40	0.00	7.40	179
200950070	VERA CORREA DE SAMPAIO	6/1/1951	12	25	7.40	0.00	7.40	180
200956285	MARIA THERESA SIMOES CORDEIRO KAISER	27/12/1966	12	25	7.40	0.00	7.40	181
200961604	DEISE JOELEN TAROUCA DE FREITAS	3/3/1970	12	25	7.40	0.00	7.40	182
200960815	EDUARDO GOMES CORREIA	17/2/1971	12	25	7.40	0.00	7.40	183
200957267	ANDREA APARECIDA DA LUZ	7/4/1971	12	25	7.40	0.00	7.40	184
200956029	ALEXANDRE BORGES DA SILVA	25/6/1982	12	25	7.40	0.00	7.40	185
200961428	SUELEN CLAUDETE COSTA	10/8/1982	12	25	7.40	0.00	7.40	186
200959978	MICHELLE BINDEMANN CARINI	26/11/1982	12	25	7.40	0.00	7.40	187
200960003	NEDIRLEI DE OLIVEIRA JUNIOR	28/2/1983	12	25	7.40	0.00	7.40	188
200960789	SILMARA PEZZONI ANNUNCIATO	3/10/1967	13	24	7.40	0.00	7.40	189
200961655	ALESSANDRO THEODORO CASSOLI	24/1/1974	13	24	7.40	0.00	7.40	190
200954258	CINTHIA ASSUNCAO DE ALBUQUERQUE	19/2/1979	13	24	7.40	0.00	7.40	191
200958177	ANDREA FERNANDA FISCHER	13/4/1979	13	24	7.40	0.00	7.40	192
200954746	PATRICIA OSEKI	25/9/1979	13	24	7.40	0.00	7.40	193
200952923	ELLEN CAROLINE BRUEHMUELLER RAMOS GONCALVES	27/6/1981	13	24	7.40	0.00	7.40	194
200961680	TIAGO KRUM CARDOSO DA SILVA	15/9/1983	13	24	7.40	0.00	7.40	195
200960259	THIAGO MARINHO FREIRE COSTA	27/9/1983	13	24	7.40	0.00	7.40	196
200961871	NAIARA LONGHI	5/12/1985	13	24	7.40	0.00	7.40	197
200953509	LIA GABRIELA PAGOTO	18/2/1987	13	24	7.40	0.00	7.40	198
200950421	DEBORA WALTRICH DE ASSIS PEREIRA	10/11/1974	14	23	7.40	0.00	7.40	199

200957323	JANAINA ROSSI GULIATO	23/3/1980	14	23	7.40	0.00	7.40	200
200957724	DAYSE BERENICE ESPINOSA GRIEBELER	11/3/1960	15	22	7.40	0.00	7.40	201
200962361	CELSO ANTONIO SOUZA DA ROSA	10/5/1949	13	23	7.20	0.00	7.20	202
200962348	LINETE BRAZ MARTINS	20/1/1965	10	26	7.20	0.00	7.20	203
200959846	MARLON GONSALES ASEFF	20/8/1967	10	26	7.20	0.00	7.20	204
200961054	CARLA COLONIESE	1/11/1978	10	26	7.20	0.00	7.20	205
200960524	MARIANA NEVES ORTIGA	12/2/1981	10	26	7.20	0.00	7.20	206
200959424	GUIDO HERNAN SCHVARTZMAN	7/11/1981	10	26	7.20	0.00	7.20	207
200951094	ANA CLAUDIA CAVALCANTI DORNBUSCH	31/5/1983	10	26	7.20	0.00	7.20	208
200953680	MARCELO SANTOS SILVA	20/8/1987	10	26	7.20	0.00	7.20	209
200951511	TARCISIO POGLIA LOURENCO	23/11/1963	11	25	7.20	0.00	7.20	210
200956236	MARIA CELIA CINTRA DO PRADO DE SALLES PENTEADO	22/10/1966	11	25	7.20	0.00	7.20	211
200960847	LETICIA BORGES DE ASSIS	24/6/1977	11	25	7.20	0.00	7.20	212
200955575	SILVANE APARECIDA MALTACA	4/12/1979	11	25	7.20	0.00	7.20	213
200962581	GUILHERME LONGO TRICHES	14/8/1980	11	25	7.20	0.00	7.20	214
200953143	MAURICIO RASIA COSSIO	24/10/1980	11	25	7.20	0.00	7.20	215
200957546	LILIAN CARLA SIMIONI	20/8/1982	11	25	7.20	0.00	7.20	216
200952845	ELIS FACCHINI	14/4/1983	11	25	7.20	0.00	7.20	217
200956159	DANIEL GUIMARAES DA GAMA DECA TERTSCHITSCH	8/7/1983	11	25	7.20	0.00	7.20	218
200957773	TATIANA MARA DE MIRANDA LIMA	10/9/1984	11	25	7.20	0.00	7.20	219
200956764	SIMARA LEMOS DA CUNHA	26/5/1986	11	25	7.20	0.00	7.20	220
200950137	AMANDA ELISA WEBER	7/10/1986	11	25	7.20	0.00	7.20	221
200952165	MARCIO DISON DA SILVA	25/2/1962	12	24	7.20	0.00	7.20	222
200956853	JULIA BEATRIZ CORREA MACHADO	25/3/1963	12	24	7.20	0.00	7.20	223
200956629	JOSE GUILLERMO CULLETON	31/8/1965	12	24	7.20	0.00	7.20	224
200954565	MONICA CORREA DA SILVA	28/8/1971	12	24	7.20	0.00	7.20	225
200961743	CLAUDIA CRISTINA BATSCHAUER	10/10/1973	12	24	7.20	0.00	7.20	226
200952797	JORGE TAKAO SAITO	2/9/1978	12	24	7.20	0.00	7.20	227
200951092	RODRIGO SPECK DE SOUZA	22/5/1979	12	24	7.20	0.00	7.20	228
200950375	MELISSA DE CASSIA NEBIAS	11/4/1980	12	24	7.20	0.00	7.20	229
200958417	THIAGO DE MIRANDA COUTINHO	9/11/1982	12	24	7.20	0.00	7.20	230
200959171	CLARISSA DO NASCIMENTO PEIXOTO	3/11/1983	12	24	7.20	0.00	7.20	231
200950263	ANA CAROLINA DALL AGNOL	9/10/1984	12	24	7.20	0.00	7.20	232
200957930	MARINA ADRIANO DE ANDRADE	17/5/1986	12	24	7.20	0.00	7.20	233
200956455	ANA CARLA DE ARAUJO FERNANDES PIMENTA	20/9/1974	13	23	7.20	0.00	7.20	234
200957217	FERNANDA MULLER MONCKS	5/2/1986	13	23	7.20	0.00	7.20	235
200962656	JULIE ROSA MEDEIROS MENEGAZ	18/8/1988	13	23	7.20	0.00	7.20	236
200954919	GILBERTO PINTO DA MOTTA	26/9/1956	14	22	7.20	0.00	7.20	237
200960157	GUEDRIA BARON MOTTA	30/10/1982	14	22	7.20	0.00	7.20	238
200962251	JULIANA DAROIT TURATTI	7/7/1975	15	21	7.20	0.00	7.20	239
200951804	JUCIMAR JOSE LAZARE	28/10/1974	10	23	6.60	0.50	7.10	240
200960863	MAUREN DEL CLARO RIGO	27/10/1981	10	23	6.60	0.50	7.10	241
200961052	ALINE CANASSA	4/4/1984	10	23	6.60	0.50	7.10	242
200953883	JOAO PAULO DA SILVA	9/12/1981	12	21	6.60	0.50	7.10	243
200951744	VANESSA DA SILVA LUZ WAGNER	1/12/1975	13	20	6.60	0.50	7.10	244
200952713	PAULO ROBERTO SANTHIAS	23/4/1962	9	26	7.00	0.00	7.00	245
200960469	CARLOS AUGUSTO SOUTO DE MOURA	20/8/1958	10	25	7.00	0.00	7.00	246
200950972	ANTONIO VALDENOR BORGES DA SILVA	19/4/1959	10	25	7.00	0.00	7.00	247
200958614	DORVALINO REZENDE NETO	26/4/1965	10	25	7.00	0.00	7.00	248
200961026	DIANE FRANCIENE ZIEMANN BORGES	22/9/1983	10	25	7.00	0.00	7.00	249
200960584	SARAH ESPINDOLA DE CASTRO	2/9/1984	10	25	7.00	0.00	7.00	250
200960403	ANELIZE SALVAGNI PEREIRA	26/9/1984	10	25	7.00	0.00	7.00	251
200959887	IANARA GARCIA MOURA	28/11/1986	10	25	7.00	0.00	7.00	252
200958904	PRISCILA NOERNBERG	21/11/1987	10	25	7.00	0.00	7.00	253
200954902	JURANDIR ANTUNES SIQUEIRA	15/10/1964	11	24	7.00	0.00	7.00	254
200963134	MARCELO PEIXOTO TREVIZO	27/9/1969	11	24	7.00	0.00	7.00	255
200961336	FELIPE ROSA	15/5/1980	11	24	7.00	0.00	7.00	256
200950092	DENISE ARRUDA BORTOLON	17/3/1982	11	24	7.00	0.00	7.00	257
200953539	CAROLINE RAMOS	17/11/1982	11	24	7.00	0.00	7.00	258
200954856	FLAVIA RUBIANE DURGANTE	10/5/1984	11	24	7.00	0.00	7.00	259
200961552	ANDREA LEONORA LISBOA NEVES	20/12/1963	12	23	7.00	0.00	7.00	260
200956881	GUSTAVO CABRAL VAZ	20/3/1972	12	23	7.00	0.00	7.00	261
200959220	RODRIGO MACIEL JACOBUS	3/11/1972	12	23	7.00	0.00	7.00	262
200953529	MAURICIO MICHELON	1/8/1974	12	23	7.00	0.00	7.00	263
200959249	FLAVIOVIEIRA JUNIOR	4/5/1978	12	23	7.00	0.00	7.00	264
200961146	HELEN MENDES LIMA	29/8/1978	12	23	7.00	0.00	7.00	265
200955015	RENATA LUCENA DALMASO	25/12/1982	12	23	7.00	0.00	7.00	266
200957569	LAILA GOULART	29/7/1984	12	23	7.00	0.00	7.00	267
200960036	CAROLINA FILIPAKI	10/9/1984	12	23	7.00	0.00	7.00	268
200961878	TIAGO DA SILVA BRUNELLI	7/8/1985	12	23	7.00	0.00	7.00	269
200960130	CAROLINA POMPEO GRANDO	14/8/1986	12	23	7.00	0.00	7.00	270
200962684	CELSO DE CASTRO RONDON FILHO	19/1/1987	12	23	7.00	0.00	7.00	271
200954022	MARIA JULIA LIMA MANZI	1/1/1989	12	23	7.00	0.00	7.00	272
200959489	RODRIGO MEES	8/2/1996	12	23	7.00	0.00	7.00	273
200950146	JULIANA GUIMARAES DE OLIVEIRA	4/7/1981	13	22	7.00	0.00	7.00	274
200960333	RODRIGO GUEDES DA SILVA	22/8/1981	13	22	7.00	0.00	7.00	275

200953282	ALEXANDRE VELAME MIRANDA DA SILVA	28/9/1981	13	22	7.00	0.00	7.00	276
200950436	MARIANA MARLENE MACHADO	11/5/1982	13	22	7.00	0.00	7.00	277
200957020	BRUNA BARBARA AMARANTE DUTRA	17/3/1985	13	22	7.00	0.00	7.00	278
200953454	CLAUDIO LUCIO AUGUSTO	27/7/1981	14	21	7.00	0.00	7.00	279
200950454	DAYANA CAROLINA CUNHA	8/8/1985	14	21	7.00	0.00	7.00	280
200956255	ADRIANE BARBOSA BORGES	28/12/1980	10	22	6.40	0.50	6.90	281
200957937	SABRINA DA SILVA RIZZI	8/11/1978	12	20	6.40	0.50	6.90	282
200962821	SIDNEI WESTPHAL TANCREDO	31/8/1981	8	26	6.80	0.00	6.80	283
200952408	VERLAINE MARIA SOARES SILVEIRA	25/10/1952	9	25	6.80	0.00	6.80	284
200962474	FELIPE JULIANO CARDOSO	4/8/1977	9	25	6.80	0.00	6.80	285
200950065	ALEXANDRA ELIZA VIEIRA ALENCAR	20/8/1982	9	25	6.80	0.00	6.80	286
200957713	TAISE DE QUEIROZ BERTOLDI	27/3/1984	9	25	6.80	0.00	6.80	287
200957236	LEONEL DAVID JESUS CAMASAO	2/8/1986	9	25	6.80	0.00	6.80	288
200963006	TAIANA LOISE BUBNIAK	10/10/1986	9	25	6.80	0.00	6.80	289
200954030	ANTONIO CARMELO ZANELLA	13/6/1987	9	25	6.80	0.00	6.80	290
200956727	RAFAELA TAISA MENIN	20/6/1987	9	25	6.80	0.00	6.80	291
200954150	MARIANE PIRES VENTURA	25/5/1991	9	25	6.80	0.00	6.80	292
200955099	MAX ALEXANDRE FORTES JORGE	3/11/1976	10	24	6.80	0.00	6.80	293
200957049	CRISTIAN MADALENA DEROSA	5/7/1979	10	24	6.80	0.00	6.80	294
200952491	LISIANE DA SILVA MORAES	19/8/1981	10	24	6.80	0.00	6.80	295
200955835	LILIA LACERDA DA SILVA	24/8/1981	10	24	6.80	0.00	6.80	296
200953391	FERNANDA SCHRDER DA FONTOURA	10/11/1981	10	24	6.80	0.00	6.80	297
200962832	EVANDRO JOAO DUARTE	11/11/1981	10	24	6.80	0.00	6.80	298
200960500	MANOELA MACHADO PINHEIRO	12/4/1982	10	24	6.80	0.00	6.80	299
200962341	ADRIANO PIEKAS	20/11/1982	10	24	6.80	0.00	6.80	300
200963028	DIEGO DE OLIVEIRA	7/11/1984	10	24	6.80	0.00	6.80	301
200955921	PATRICIA DIGNART DE OLIVEIRA	15/11/1986	10	24	6.80	0.00	6.80	302
200960711	FELIPE DA COSTA	29/12/1987	10	24	6.80	0.00	6.80	303
200960311	LUCIANA VIEIRA	24/8/1974	11	23	6.80	0.00	6.80	304
200959855	RAFAEL GUE MARTINI	10/8/1975	11	23	6.80	0.00	6.80	305
200962818	LUCIANO DELPIZZO BURIN	10/3/1977	11	23	6.80	0.00	6.80	306
200950156	CHRISTIAN VINICIUS ROCHA TEIXEIRA	1/11/1980	11	23	6.80	0.00	6.80	307
200950328	ANA BARBARA SILVEIRA MENDONCA SANTOS	1/9/1983	11	23	6.80	0.00	6.80	308
200960436	MAIKA LUZ	7/10/1983	11	23	6.80	0.00	6.80	309
200961699	DANUBIA VIEIRA DAVILA	10/10/1984	11	23	6.80	0.00	6.80	310
200959738	CAMILLE BROPP CARDOSO	31/5/1982	12	22	6.80	0.00	6.80	311
200961798	GUILHERME GOMES FERREIRA	24/12/1982	12	22	6.80	0.00	6.80	312
200955997	AMANDA REZENDE BUSATO	8/6/1984	12	22	6.80	0.00	6.80	313
200959973	GISELLE PRUDENTE TEIXEIRA	27/8/1966	13	21	6.80	0.00	6.80	314
200950558	CLAUDIA BURIGO DE MENEZES	12/11/1985	13	21	6.80	0.00	6.80	315
200951645	MELISSA CARMINATI	2/10/1979	14	20	6.80	0.00	6.80	316
200955274	NEY BATISTA BUENO	20/6/1966	8	23	6.20	0.50	6.70	317
200958902	ELISABETY BORGHELOTTI	20/2/1980	10	21	6.20	0.50	6.70	318
200958297	NARA REGINA BAPTISTI	28/12/1945	12	21	6.60	0.00	6.60	319
200961021	TULIO BILARDO FURTADO BORGES FILHO	9/11/1982	6	27	6.60	0.00	6.60	320
200952199	LEONARDO MARTINS PEREIRA	26/10/1983	7	26	6.60	0.00	6.60	321
200954205	DANIELA CARVALHAIS VIEIRA DE MELO	18/8/1972	8	25	6.60	0.00	6.60	322
200951334	CELINA LUIZA NASCIMENTO DE SOUZA	10/5/1981	8	25	6.60	0.00	6.60	323
200962558	THAYSE MADELLA	4/5/1986	8	25	6.60	0.00	6.60	324
200953044	MARCIO ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA	22/9/1955	9	24	6.60	0.00	6.60	325
200956850	SERGIO GIRON	2/12/1958	9	24	6.60	0.00	6.60	326
200961132	LUIZ HENRIQUE BERGER	28/10/1965	9	24	6.60	0.00	6.60	327
200960668	LUCIANE ZUE ZACARIOSKI E SOUZA	8/3/1967	9	24	6.60	0.00	6.60	328
200962192	ADRIANA POCI PALUMBO RODRIGUES	16/1/1969	9	24	6.60	0.00	6.60	329
200962482	MIRIANE MOREIRA CAMPOS	26/6/1981	9	24	6.60	0.00	6.60	330
200950198	CAROLINA HOMMERDING	26/6/1982	9	24	6.60	0.00	6.60	331
200960094	PAMYLE KARLIN BRUGNAGO DA LUZ	14/4/1988	9	24	6.60	0.00	6.60	332
200961194	JOSIAS LACOUR	22/5/1958	10	23	6.60	0.00	6.60	333
200958778	RUBENS LUNGE	25/8/1959	10	23	6.60	0.00	6.60	334
200953726	MAIRA TAVARES GONCALVES	14/11/1978	10	23	6.60	0.00	6.60	335
200950013	VANDREI SANCLER BION	10/2/1981	10	23	6.60	0.00	6.60	336
200951955	ALEXSANDRA PIZZETTI BENINCA	14/5/1981	10	23	6.60	0.00	6.60	337
200958230	LAMARTINE CORTES TESTA	26/9/1983	10	23	6.60	0.00	6.60	338
200956123	HEMILIN CANDIDO ALVES	22/9/1986	10	23	6.60	0.00	6.60	339
200953538	ARIELLI GUEDES SECCO	8/4/1987	10	23	6.60	0.00	6.60	340
200959020	MARIA SUELY DOS SANTOS CARVALHO	29/10/1960	11	22	6.60	0.00	6.60	341
200957611	RODRIGO DELA ROCA MASCARENHAS	14/11/1980	11	22	6.60	0.00	6.60	342
200954496	RAFAEL BARBOZA LOPES	10/10/1982	11	22	6.60	0.00	6.60	343
200962356	PAULO ROBERTO ALVES DE ALMEIDA	11/12/1982	11	22	6.60	0.00	6.60	344
200956927	MARISA SEL FRANCO	12/1/1983	11	22	6.60	0.00	6.60	345
200950941	RUBENS CARDIGA ALVES	29/12/1983	11	22	6.60	0.00	6.60	346
200952294	LAISA CAROLINA DA VEIGA	21/5/1986	11	22	6.60	0.00	6.60	347
200957428	EMANUELLE PEREIRA GOMES	8/8/1987	11	22	6.60	0.00	6.60	348
200960637	SILVIA REGINA DE QUEVEDO RIBEIRO	3/6/1961	12	21	6.60	0.00	6.60	349
200950037	MARION SCHAUFFERT BARBOSA	5/8/1978	12	21	6.60	0.00	6.60	350
200950537	GIOVANA MARCA	20/9/1982	12	21	6.60	0.00	6.60	351

200955484	FERNANDA PEDROTTI DA SILVA	11/4/1984	12	21	6.60	0.00	6.60	352
200960207	ALISSA DE AZAMBUJA	26/11/1981	6	26	6.40	0.00	6.40	353
200953256	DIOGO CAVAZOTTI AIRES	4/11/1982	7	25	6.40	0.00	6.40	354
200956074	BRUNA BERTOLI DIEGOLI	14/2/1984	7	25	6.40	0.00	6.40	355
200956661	LUCIELE COPETTI	2/10/1984	7	25	6.40	0.00	6.40	356
200960549	NILTON ANTONIO SCHULER	3/12/1960	8	24	6.40	0.00	6.40	357
200962775	FRANCIELI APARECIDA DALPIAZ	11/9/1981	8	24	6.40	0.00	6.40	358
200957518	KADIDIE DOS SANTOS OLIVEIRA SPESSATTO	12/8/1982	8	24	6.40	0.00	6.40	359
200954200	RAFAELA BUCHNER DORNBUSCH	19/11/1982	8	24	6.40	0.00	6.40	360
200959940	MARCOS DALMORO	2/9/1986	8	24	6.40	0.00	6.40	361
200950506	THIAGO ISHIY FUKAHORI	7/4/1982	9	23	6.40	0.00	6.40	362
200960373	LEOCADIA JULIA DE FARIA	17/2/1983	9	23	6.40	0.00	6.40	363
200960391	NINA ROSA BORBA	26/6/1983	9	23	6.40	0.00	6.40	364
200955371	FERNANDA CARBONERA ROCHA	25/4/1984	9	23	6.40	0.00	6.40	365
200961907	DARIANE CARVALHO CAMPOS	9/2/1985	9	23	6.40	0.00	6.40	366
200959275	ROSANGELA NOGUEIRA	27/2/1952	10	22	6.40	0.00	6.40	367
200954212	IVETE NUNES VIEIRA	12/10/1955	10	22	6.40	0.00	6.40	368
200951826	CARLOS EDUARDO GOMES DE CASTRO	12/8/1961	10	22	6.40	0.00	6.40	369
200950010	CLAUDIA REGINA ALVES	28/11/1967	10	22	6.40	0.00	6.40	370
200955712	JAQUELINE NASCIMENTO ARAUJO	24/11/1968	10	22	6.40	0.00	6.40	371
200963177	SIMONE DUARTE KAFRUNI	7/5/1969	10	22	6.40	0.00	6.40	372
200961370	JONAS FELACIO JUNIOR	22/5/1984	10	22	6.40	0.00	6.40	373
200963094	BERNARDO DE SOUZA DUARTE	6/8/1984	10	22	6.40	0.00	6.40	374
200950184	FERNANDO BELAGUARDA BOPP	20/8/1984	10	22	6.40	0.00	6.40	375
200950396	GABRIELLE VIVIAN BITTELBRUN	1/3/1986	10	22	6.40	0.00	6.40	376
200955470	BRUNA PELISSER NICOLAO	6/6/1986	10	22	6.40	0.00	6.40	377
200963019	SIMONE MARIA BASTOS	14/3/1980	11	21	6.40	0.00	6.40	378
200951288	VANDREZA AMANTE GABRIEL	10/7/1984	11	21	6.40	0.00	6.40	379
200961479	JEAN HERMOGENES SAIBRO	3/8/1974	12	20	6.40	0.00	6.40	380
200960959	KAREN MARTINS DOS SANTOS	19/1/1982	12	20	6.40	0.00	6.40	381
200962759	MARCIO RODRIGO DOS SANTOS	1/10/1984	12	20	6.40	0.00	6.40	382
200954167	MARIA EDUARDA KLANN BAPTISTOTI	28/10/1976	14	18	6.40	0.00	6.40	383
200955825	IVO CAOE BAPTISTON	17/3/1980	7	24	6.20	0.00	6.20	384
200962779	EVITA DE OLIVEIRA	17/5/1984	7	24	6.20	0.00	6.20	385
200962353	ZENAIDE GARCIA AROUCA	17/11/1966	8	23	6.20	0.00	6.20	386
200953343	SCARLET SILVA	7/10/1967	8	23	6.20	0.00	6.20	387
200954606	JESSICA PEREIRA	12/3/1984	8	23	6.20	0.00	6.20	388
200950877	JEFFERSON JOSE SEVERINO	12/5/1960	9	22	6.20	0.00	6.20	389
200961562	MARIA CRISTINA CAIANA VIEGAS ABREU	4/8/1964	9	22	6.20	0.00	6.20	390
200961542	ANELISE XAVIER	24/1/1979	9	22	6.20	0.00	6.20	391
200951367	TAYANA DACORREGIO	22/2/1984	9	22	6.20	0.00	6.20	392
200955626	DEBORA SCHONDERMARK DE OLIVEIRA	14/6/1985	9	22	6.20	0.00	6.20	393
200953249	TAISE FORGIARINI	10/8/1985	9	22	6.20	0.00	6.20	394
200960675	HOMERO JOAO ALBERTO GASTALDI BUZZI	15/11/1955	10	21	6.20	0.00	6.20	395
200957742	MARCIA REGINA BARRETO MORAES	27/2/1970	10	21	6.20	0.00	6.20	396
200951040	MARCELO NUNES BECKER	14/1/1978	10	21	6.20	0.00	6.20	397
200951834	KELEN JOSEANE DE OLIVEIRA	16/11/1980	10	21	6.20	0.00	6.20	398
200955713	JULIANA CARLA BAUERLE MOTTA	22/4/1987	10	21	6.20	0.00	6.20	399
200951366	ANA REGINA LUCIETTO	24/4/1987	10	21	6.20	0.00	6.20	400
200962075	CLAUDETE ARAUJO LIMA	4/9/1964	11	20	6.20	0.00	6.20	401
200957568	KARLA CRISTINA CRUZ DA SILVEIRA	7/7/1973	11	20	6.20	0.00	6.20	402
200955735	ALICE ESTER SANDRINI BOTEGA	19/8/1970	12	19	6.20	0.00	6.20	403
200960178	KENIA JEREMIAS CASAGRANDE	4/8/1975	12	19	6.20	0.00	6.20	404
200961121	ALMERI CEZINO DA SILVA	3/5/1966	6	24	6.00	0.00	6.00	405
200956880	MAITE MENDES BORGES	27/1/1982	6	24	6.00	0.00	6.00	406
200952435	THAIS VIEIRA	31/1/1980	7	23	6.00	0.00	6.00	407
200959874	THIAGO AITA MARQUES	22/3/1985	7	23	6.00	0.00	6.00	408
200958977	LEONARDO POGLIA VIDAL	13/1/1978	8	22	6.00	0.00	6.00	409
200959523	CRISTIANO SCHMIDT ANDUJAR	5/5/1979	8	22	6.00	0.00	6.00	410
200954241	RAQUEL DE SOUZA PEREIRA	10/11/1979	8	22	6.00	0.00	6.00	411
200955544	MARIA LUIZA DA ROLT	26/2/1982	8	22	6.00	0.00	6.00	412
200960447	LUIZ FERMINO HAMES JUNIOR	11/6/1987	8	22	6.00	0.00	6.00	413
200955697	FLAVIO ROGER CAMARGO DE STURDZE	12/1/1950	9	21	6.00	0.00	6.00	414
200950539	CHRISTIANO FOSSARI FERNANDES	25/11/1961	9	21	6.00	0.00	6.00	415
200958659	CLAUDIA CHALITA DE AZEVEDO	9/4/1965	9	21	6.00	0.00	6.00	416
200955652	RODRIGO VIEGAS	18/12/1972	9	21	6.00	0.00	6.00	417
200961898	GIZELE GISBERT DE SOUZA	10/1/1976	9	21	6.00	0.00	6.00	418
200961737	FERNANDO PEREIRA SILVEIRA	19/1/1977	9	21	6.00	0.00	6.00	419
200959515	MICHAELLE BONELI DA SILVA	9/9/1978	9	21	6.00	0.00	6.00	420
200952262	CAROLINA ARANA CASTRO	23/11/1978	9	21	6.00	0.00	6.00	421
200960650	MARCELO VILIAM ZEMKE	17/11/1980	9	21	6.00	0.00	6.00	422
200958403	GIOVANNI RICARDO RAMOS	17/4/1984	9	21	6.00	0.00	6.00	423
200961653	SILVIANE MANNRICH	9/4/1986	9	21	6.00	0.00	6.00	424
200955102	DYORGIA DANIELLY DA ROSA BOGO	14/7/1987	9	21	6.00	0.00	6.00	425
200959797	GERALDO DE CESARO	5/1/1959	10	20	6.00	0.00	6.00	426
200951497	MARCIA TEREZINHA VIEIRA PAZ	9/8/1963	10	20	6.00	0.00	6.00	427

200963156	EMERSON JACKSON MACHADO DOS SANTOS	17/5/1975	10	20	6.00	0.00	6.00	428
200961429	GRAZIELA MAY PEREIRA	1/2/1979	10	20	6.00	0.00	6.00	429
200950114	VANESSA MARTINELLI	20/10/1982	10	20	6.00	0.00	6.00	430
200951073	CARLOS HENRIQUE PANIZ	28/10/1952	11	19	6.00	0.00	6.00	431
200953026	NERIOCESAR GOULART	24/1/1966	11	19	6.00	0.00	6.00	432
200951488	FRANCYELLE SANAY MALTZ DOS SANTOS	7/11/1984	11	19	6.00	0.00	6.00	433
200953995	GRACYELE ZIESEMER	1/1/1981	12	18	6.00	0.00	6.00	434

**ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2009
RESULTADO FINAL
TÉCNICO EM HARDWARE**

Inscrição	Nome	Nascimento	ACG	ACE	NPE	MF	CLASS
200958871	JULIANO DA COSTA AZEVEDO	28/5/1980	13	21	6.80	6.80	1
200952615	TIAGO EMANOEL DE SOUZA	15/7/1986	15	17	6.40	6.40	2
200962490	DANIEL DOMINGOS DE SOUZA	1/9/1978	16	16	6.40	6.40	3
200957502	CLAUDIO HENRIQUE SCHONS	8/11/1975	17	15	6.40	6.40	4
200951829	RICARDO ALMEIDA	28/12/1982	18	14	6.40	6.40	5
200960214	LUIZ EDUARDO DE SOUZA	4/7/1981	10	21	6.20	6.20	6
200956824	AIRTO MOACIR AGOSTINI	24/10/1965	15	16	6.20	6.20	7
200951132	GIANOR CAON	2/2/1982	11	19	6.00	6.00	8
200952848	THIAGO LUIZ TORQUATO	6/12/1983	12	18	6.00	6.00	9
200956968	PEDRO MENEZES WHEELER	2/2/1989	13	17	6.00	6.00	10
200951304	SERGIO LUIZ HEINZEN	15/5/1990	13	17	6.00	6.00	11

**ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2009
RESULTADO FINAL
OPERADOR DE SOM**

Inscrição	Nome	Nascimento	ACG	ACE	NPE	MF	CLASS
200959705	LUIZ FERNANDO NUNES DA SILVA	29/1/1990	15	27	8.40	8.40	1
200954092	THIAGO VERZOLA PAES	18/10/1985	16	26	8.40	8.40	2
200959404	FRANCIS ROBERTO SOARES	4/4/1976	13	28	8.20	8.20	3
200961106	ANDERSON VILMAR MARTINS	10/1/1981	14	26	8.00	8.00	4
200960644	DJAMES WILMAR KLAUBERG	14/2/1972	13	26	7.80	7.80	5
200961395	GIOVANNI FABRIZIO DE ALMEIDA CAPITANI	8/9/1975	13	26	7.80	7.80	6
200961120	LEANDRO CARDOSO	2/10/1987	15	24	7.80	7.80	7
200957978	MICHELLE SILVA DE CARVALHO	11/5/1982	11	27	7.60	7.60	8
200960559	SANDRO MARCELO CAMPOS SCHAEFER	18/6/1969	12	26	7.60	7.60	9
200959548	WILLIAM SCHAUFFERT	31/8/1973	13	25	7.60	7.60	10
200956463	PAULO DA SILVA	16/3/1980	13	25	7.60	7.60	11
200962395	ANDRE NASCIMENTO DO AMARAL	2/10/1987	13	25	7.60	7.60	12
200958636	GUSTAVO SOBIERAJSKI BARRETO	8/12/1972	14	24	7.60	7.60	13
200961401	MARCIO MENEGOTTO HENTSCHE	15/5/1978	14	24	7.60	7.60	14
200953808	ALEXANDRE BASTOS FONTES	17/4/1974	10	27	7.40	7.40	15
200960194	JOAO ALMIR WENDT	17/4/1969	11	26	7.40	7.40	16
200960246	WILLIAN GIL MARTINS	8/10/1973	11	26	7.40	7.40	17
200960463	FERNANDO RICARDO BAHIA SPINOLA BITTENCOURT	29/10/1956	12	25	7.40	7.40	18
200960325	ROGERIO GONCALVES MARONEZ	8/3/1978	12	25	7.40	7.40	19
200962851	CARLOS EDUARDO DE SOUZA	3/2/1979	12	25	7.40	7.40	20
200963171	KATIA CEMIN SATTE	18/7/1979	12	25	7.40	7.40	21
200955708	RAFAEL MACIEL COSTA	13/9/1984	12	25	7.40	7.40	22
200961769	IGOR DO CANTO PERFEITO	12/3/1963	13	24	7.40	7.40	23
200961611	ALESSANDRO NUNES MARTINS	21/4/1973	13	24	7.40	7.40	24
200958413	ELISEU ANTONIO KAHER	25/7/1973	13	24	7.40	7.40	25
200959219	RAFAEL MARTINS GONCALVES	8/12/1979	13	24	7.40	7.40	26
200951728	CHRISTOPHER HENRIQUE GUIMARAES	17/11/1983	14	23	7.40	7.40	27
200955342	VITOR HUGO RODRIGUES	18/7/1986	14	23	7.40	7.40	28
200953653	HERLENE BENILZE PADILHA MATTOS	5/12/1988	15	22	7.40	7.40	29
200951877	RODAIR BOTELHO LIMA	9/3/1977	9	27	7.20	7.20	30
200950686	MARCOS AURELIO SOARES	28/3/1975	10	26	7.20	7.20	31
200962673	LEANDRO SADI DOS SANTOS	4/3/1979	10	26	7.20	7.20	32
200960721	EDUARDO MANOEL DA COSTA	9/8/1977	11	25	7.20	7.20	33
200961544	JOAO ANTONIO DA SILVA JUNIOR	6/10/1980	11	25	7.20	7.20	34
200961361	EDUARDO SILVEIRA DE ALMEIDA	2/8/1981	11	25	7.20	7.20	35
200954778	JORGE AUGUSTO PEROZIN	3/5/1988	12	24	7.20	7.20	36
200950772	JOAO CARLOS DE MATOS	3/3/1965	13	23	7.20	7.20	37
200957216	EDUARDO GONCALVES	4/4/1979	13	23	7.20	7.20	38
200953494	SERGIO LUIZ MENEZES	12/9/1982	13	23	7.20	7.20	39
200953744	DJANDIR TAVARES MEDEIROS	21/9/1974	8	27	7.00	7.00	40
200959708	CARLOS ALBERTO BROERING JUNIOR	29/3/1987	9	26	7.00	7.00	41
200962367	CARLOS ALBERTO DE ANDRADE	9/1/1965	10	25	7.00	7.00	42
200958823	ANDRE CURCIO	23/10/1968	10	25	7.00	7.00	43
200952350	ADEMIR DA SILVA	15/11/1972	10	25	7.00	7.00	44
200958716	RAFAEL GONCALVES	18/11/1985	10	25	7.00	7.00	45
200952407	MICHEL ANTOINE TRIBESS ONESTI	24/1/1983	11	24	7.00	7.00	46
200962274	VINICIUS SOARES	7/9/1988	11	24	7.00	7.00	47

200960496	KAEL RICARDO KILL	8/3/1989	14	21	7.00	7.00	48
200959720	VALTER NUNES VIEIRA	31/3/1978	8	26	6.80	6.80	49
200951086	WILLIAN FRANCKLIN RITTA	8/11/1978	8	26	6.80	6.80	50
200952650	MATHEUS SCHREIBER	11/9/1990	8	26	6.80	6.80	51
200957756	ALESSANDRO DA SILVA MORAES	11/11/1991	8	26	6.80	6.80	52
200951107	MARCELO FIUZA	5/12/1971	9	25	6.80	6.80	53
200950319	EVERTON LUIZ NASCIMENTO	20/6/1981	9	25	6.80	6.80	54
200960147	TIAGO JOSE MEURER	21/5/1985	9	25	6.80	6.80	55
200956371	ABENI HENRIQUE FERREIRA	8/8/1968	10	24	6.80	6.80	56
200960666	SIMAR CANDIDO DA SILVA	9/12/1974	10	24	6.80	6.80	57
200961677	MARCOS ANTONIO DA SILVA	13/9/1978	10	24	6.80	6.80	58
200958596	JONAS SILVEIRA MACIEL DOS SANTOS	15/4/1982	10	24	6.80	6.80	59
200959321	SERGIO RICARDO RACHADEL	1/1/1978	11	23	6.80	6.80	60
200956052	RAPHAEL WASHINGTON BAPTISTA GIASSI	9/6/1982	11	23	6.80	6.80	61
200959315	JEFERSON HEIDRICH SAGAZ	13/3/1973	12	22	6.80	6.80	62
200962810	FERNANDA MARIA DOS SANTOS	15/2/1978	13	21	6.80	6.80	63
200962678	CARLOS HENRIQUE MOREIRA PEIXOTO	13/8/1959	7	26	6.60	6.60	64
200961412	GILSON KIYZANOSKI	12/5/1976	8	25	6.60	6.60	65
200958480	FABRICIO GENTIL DUARTE	4/11/1978	8	25	6.60	6.60	66
200956777	PEDRO JAPIASSU REIS	5/7/1984	8	25	6.60	6.60	67
200950034	EDUARDO JOAO COSTA PORATH	5/10/1990	8	25	6.60	6.60	68
200961487	EDSON ADILSO HECK	1/3/1973	9	24	6.60	6.60	69
200959385	THIAGO GUEDES RODRIGUES	17/7/1983	9	24	6.60	6.60	70
200962139	LUCAS DOS SANTOS	21/10/1990	10	23	6.60	6.60	71
200958582	GIANI ALERSON LUPATINI	24/1/1982	11	22	6.60	6.60	72
200963081	EDGAR VOSS	21/3/1960	7	25	6.40	6.40	73
200955515	EDUARDO POSSEBON SOARES	4/1/1969	7	25	6.40	6.40	74
200954823	WESCLEY DOS SANTOS	15/12/1979	7	25	6.40	6.40	75
200962129	LUIZ FLAVIO GARCIA BARBOSA	13/1/1984	7	25	6.40	6.40	76
200957023	GUSTAVO DUARTE DAMASCO	14/3/1991	7	25	6.40	6.40	77
200959134	RODRIGO JOAO JOSE LAURINDO SILVEIRA	17/8/1976	8	24	6.40	6.40	78
200953141	RAFAEL ARAUJO SILVA	10/11/1989	8	24	6.40	6.40	79
200952393	CHRISTIAN THOMAS GARCIA	12/8/1974	9	23	6.40	6.40	80
200956135	GERALDO KULKAMP HAEMING	24/5/1988	9	23	6.40	6.40	81
200962492	TAMARA HASS RIBEIRO	27/6/1988	9	23	6.40	6.40	82
200958425	LUCIO JOSE BENTO	9/12/1959	11	21	6.40	6.40	83
200962864	JORGE SILVEIRA	31/8/1986	6	25	6.20	6.20	84
200960216	JAIRO BARBOSA DE OLIVEIRA	28/2/1981	7	24	6.20	6.20	85
200952205	JULIANO ANTONIO VIANA	13/2/1986	7	24	6.20	6.20	86
200956815	JORGE AUGUSTO BROGNOLI	28/9/1984	8	23	6.20	6.20	87
200961516	MARCELO SCHLEMPER	8/10/1985	8	23	6.20	6.20	88
200958986	EDSON MURILO COSTA	21/3/1973	9	22	6.20	6.20	89
200960405	MARCELO ANSELMO	24/8/1978	9	22	6.20	6.20	90
200960535	EVANDER FILIPE ROSA	14/7/1983	9	22	6.20	6.20	91
200959362	ARMANDO CARDOSO JUNIOR	25/10/1959	10	21	6.20	6.20	92
200957672	ELIEZIO FERRARI DA SILVA	1/8/1986	10	21	6.20	6.20	93
200962369	FRANCISCO PORTO JUNIOR	10/3/1987	10	21	6.20	6.20	94
200960531	ALMIR OLIVEIRA RODRIGUES	1/3/1991	10	21	6.20	6.20	95
200960158	THIAGO DAMAZIO DA SILVA	27/12/1984	11	20	6.20	6.20	96
200961197	ELISA MALVINA VAZ	26/11/1976	12	19	6.20	6.20	97
200958350	EDSON MACHADO REBELO	3/8/1974	4	26	6.00	6.00	98
200954388	JOHN ERICK KEMPER	3/9/1985	6	24	6.00	6.00	99
200958174	BERNARDO ROGOWSKI DOS SANTOS	20/3/1986	6	24	6.00	6.00	100
200960620	FELIPE MURILO DA COSTA	26/1/1987	6	24	6.00	6.00	101
200958615	GEORGE PRAZERES	27/3/1973	7	23	6.00	6.00	102
200955100	ADELAR ROQUE BIEGER	6/8/1975	7	23	6.00	6.00	103
200960752	GUILHERME JOSE MARTENDAL	14/11/1983	8	22	6.00	6.00	104
200955633	RENE TEDESCO	3/9/1984	8	22	6.00	6.00	105
200960937	LEONARDO GOES	24/6/1987	8	22	6.00	6.00	106
200957007	JULIANO MORAES	8/4/1986	10	20	6.00	6.00	107
200952079	JEAN DA ROCHA	22/3/1979	11	19	6.00	6.00	108

**ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2009
RESULTADO FINAL
OPERADOR DE TV**

Inscrição	Nome	Nascimento	ACG	ACE	NPE	MF	CLASS
200961100	DIEGO VIEIRA DE SOUZA	3/9/1989	16	27	8.60	8.60	1
200953262	LUCIAN FELIPPE GOULART CHAUSSARD	5/1/1985	14	28	8.40	8.40	2
200961239	FABIO SOUSA QUEIROZ	10/9/1985	14	28	8.40	8.40	3
200960462	MAURI SILVEIRA DA SILVA	26/5/1964	15	27	8.40	8.40	4
200954498	LUIS GUILHERME SELLA RIGONI	30/3/1987	16	26	8.40	8.40	5
200962605	GABRIEL SCHRAMM SZENESZI	5/9/1981	15	26	8.20	8.20	6
200961721	PEDRO SQUIZZATTO FERNANDES	25/11/1982	15	26	8.20	8.20	7
200956046	MARIVANIA PISSI	28/11/1976	16	25	8.20	8.20	8
200956374	CLAUDIO JULIO GUIMARAES COHN	12/12/1951	13	27	8.00	8.00	9
200958049	TIAGO DE TARSO SORIA RICCORDI	22/8/1975	13	27	8.00	8.00	10

200950043	ANGELO MARCIO CATANEO	12/10/1978	14	26	8.00	8.00	11
200961885	EMANUELLA SILVEIRA MARTINS	4/2/1980	14	26	8.00	8.00	12
200958999	GUILHERME SOUZA BARNECHE	10/4/1980	14	26	8.00	8.00	13
200950246	FELIPE BRESOLA DE ALENCASTRO	6/11/1983	14	26	8.00	8.00	14
200950700	FERNANDO AUGUSTO LIZ DA SILVA	29/3/1978	15	25	8.00	8.00	15
200950072	JONATAN DOS SANTOS	7/7/1989	15	25	8.00	8.00	16
200960080	ARIEL HOMEM RIBEIRO	20/1/1979	16	24	8.00	8.00	17
200962137	RAFAEL CARMO ISOPPO	21/1/1979	16	24	8.00	8.00	18
200958124	BRUNO CORREA DA SILVA	29/6/1984	16	24	8.00	8.00	19
200950598	ALLAN GONCALVES SILVA	10/2/1969	12	27	7.80	7.80	20
200961480	SILVESTRE MANOEL FERREIRA NETO	28/1/1985	12	27	7.80	7.80	21
200956209	LALO NOPEZ HOMRICH	15/8/1990	13	26	7.80	7.80	22
200956332	PAULO MARINO DAS NEVES	15/6/1964	14	25	7.80	7.80	23
200955614	JOSUE CHARLES KLEIN	10/11/1985	14	25	7.80	7.80	24
200958672	JONATAN JUMES	21/5/1983	10	28	7.60	7.60	25
200950589	CLAUDIA SENNA CAPELA	14/8/1967	11	27	7.60	7.60	26
200962335	FLAVIO ANONIO CHIARINI PEREIRA	13/6/1980	11	27	7.60	7.60	27
200953206	JOAO RAFAEL GOMES VAZ	9/1/1985	11	27	7.60	7.60	28
200950410	DANIEL OLIVEIRA	2/8/1972	12	26	7.60	7.60	29
200962802	HILTON LEE ISFAIR CARDOSO	18/5/1974	12	26	7.60	7.60	30
200951278	TIAGO LOPES RIBEIRO	4/3/1978	12	26	7.60	7.60	31
200962312	EVERTON RAFAEL CORDEIRO	17/2/1985	12	26	7.60	7.60	32
200956061	ADRIAN CIPRIANI CHAVES	10/1/1986	13	25	7.60	7.60	33
200962858	JOSE ELIAS SUMAR NETO	10/6/1986	13	25	7.60	7.60	34
200960586	FERNANDO DE OLIVEIRA LEAO	7/5/1978	14	24	7.60	7.60	35
200954780	WAGNER NASCIMENTO DE SOUSA	15/7/1983	14	24	7.60	7.60	36
200951577	SERGIOKASIER	9/9/1972	10	27	7.40	7.40	37
200961717	LEONARDO JOSE DE SOUSA	13/3/1976	10	27	7.40	7.40	38
200962892	FELIPE MACHADO CORREA	15/4/1983	10	27	7.40	7.40	39
200959592	ANDRESON LOPES DE LACERDA	8/12/1979	11	26	7.40	7.40	40
200958540	FABIANO ROMULO DA SILVA	14/4/1980	11	26	7.40	7.40	41
200953371	JEAN MICHEL KUSS	7/8/1986	11	26	7.40	7.40	42
200958485	LUCAS NIERO DA SILVEIRA	15/12/1986	11	26	7.40	7.40	43
200961912	RICARDO FIALHO SECCO	2/1/1973	12	25	7.40	7.40	44
200950073	JEFERSON RAFAEL CORDEIRO DA SILVA	24/4/1977	12	25	7.40	7.40	45
200958196	JAMES ANDREI GOMES DA SILVA	1/3/1977	13	24	7.40	7.40	46
200958367	RAFAEL LUIZ DA SILVA	19/11/1979	13	24	7.40	7.40	47
200950569	CARLOS ALBERTO DE FREITAS	10/2/1963	14	23	7.40	7.40	48
200960738	CLAUDIO ROBERTO LIMA	23/2/1988	14	23	7.40	7.40	49
200959271	TIAGO DUARTE DO NASCIMENTO	18/1/1990	14	23	7.40	7.40	50
200955370	WALTER OTTO PAGANELLA	9/2/1958	9	27	7.20	7.20	51
200950003	MARCELO BRAGA LOPES	28/11/1961	10	26	7.20	7.20	52
200954524	UBIRATAN BOMBILIO JUNIOR	17/12/1975	10	26	7.20	7.20	53
200957599	CHRISTIAN FABER	12/1/1966	11	25	7.20	7.20	54
200962278	KAMILA BITTENCOURT DE LIZ	14/6/1978	11	25	7.20	7.20	55
200956978	GUILHERME AUGUSTO GAERTNER WEBER	16/2/1983	11	25	7.20	7.20	56
200954702	WILTON FERREIRA GIOZZA	3/4/1956	12	24	7.20	7.20	57
200950642	EVERTON ARGEU BENEDICTO MEDEIROS	18/2/1977	12	24	7.20	7.20	58
200959056	FERNANDO PREVE PEREIRA	22/2/1980	12	24	7.20	7.20	59
200957218	ALEXANDRE GRILO NEVES	12/11/1980	12	24	7.20	7.20	60
200962965	RAPHAEL LIMA DE ABREU	30/8/1975	13	23	7.20	7.20	61
200960811	FABIO DARLEN FERREIRA	16/3/1977	13	23	7.20	7.20	62
200953181	FELIPE MORITZ RODRIGUES	30/6/1986	14	22	7.20	7.20	63
200957852	RAFAEL NETO DA SILVA	18/7/1980	15	21	7.20	7.20	64
200962969	MARCOS ROBERTO SIMON	22/2/1976	16	20	7.20	7.20	65
200963154	FELIPE DUTRA	1/3/1982	16	20	7.20	7.20	66
200950021	RONALDO FRANCOSI JUNIOS	11/11/1975	8	27	7.00	7.00	67
200950470	FELIPE SIMON	27/5/1981	9	26	7.00	7.00	68
200957532	FELIPE RIGHETTO AMORIM	15/4/1982	9	26	7.00	7.00	69
200953493	ANDERSON RIMOLO SALLA	15/9/1982	10	25	7.00	7.00	70
200962245	BRUNA PEREIRA	27/10/1986	10	25	7.00	7.00	71
200958004	GUSTAVO DOS SANTOS CIDRAL	18/2/1987	10	25	7.00	7.00	72
200954490	THIAGO PAIVA RAMOS	6/7/1989	10	25	7.00	7.00	73
200956914	LUIZ CESAR DA SILVA	26/6/1953	11	24	7.00	7.00	74
200954222	JERONIMO AIRTON CARDOSO DO CARMO	30/9/1965	11	24	7.00	7.00	75
200956076	ALMIR CORREIA GONCALVES	3/6/1971	11	24	7.00	7.00	76
200960358	LEOCIR PAULO CARDOSO BORBA	22/10/1953	12	23	7.00	7.00	77
200952105	MARCELO AUGUSTO NICOLETTI PURICELLI	26/5/1983	12	23	7.00	7.00	78
200961536	ATILA ZILLI SEEMANN	2/7/1986	12	23	7.00	7.00	79
200961779	FABRICIO STRUFFALDI MORATO	29/8/1986	12	23	7.00	7.00	80
200962133	IGHOR AUGUSTO DUARTE	21/8/1991	12	23	7.00	7.00	81
200960335	ARMANDO CABRERA BROSE	27/9/1957	8	26	6.80	6.80	82
200960517	THIAGO RONURO KERPEL DOS SANTOS	12/3/1980	8	26	6.80	6.80	83
200959206	VITOR GNECCO	14/7/1952	9	25	6.80	6.80	84
200959936	LUIZ CARLOS ARAUJO	7/3/1961	9	25	6.80	6.80	85
200953283	FELIPE DE MELO GEVAERD	22/1/1980	9	25	6.80	6.80	86

200958923	JOSE VALDIR DE AMORIM JUNIOR	18/1/1989	9	25	6.80	6.80	87
200955251	JEFFERSON JORGE DE SOUZA	11/8/1968	10	24	6.80	6.80	88
200959880	JAYME GONCALVES HECK	30/4/1977	10	24	6.80	6.80	89
200952876	DANILO LOCKS LUCIANO	16/11/1979	10	24	6.80	6.80	90
200953500	DANIEL BARCELOS	2/1/1980	10	24	6.80	6.80	91
200962695	ANDRE EDUARDO DA SILVA VIEIRA	18/7/1985	10	24	6.80	6.80	92
200960570	GUILHERME VALERIO PEREIRA	9/10/1986	10	24	6.80	6.80	93
200962330	ROBERTO BOELL VAZ	20/1/1965	11	23	6.80	6.80	94
200960826	GIUSEPPE DE PAULA CONSENTINI	25/8/1977	11	23	6.80	6.80	95
200961867	AUGUSTO MILTON LOPES DE ALMEIDA	15/9/1972	12	22	6.80	6.80	96
200953937	MAIRA HELENA DE SOUZA VICENZI	16/1/1982	12	22	6.80	6.80	97
200962991	THIAGO NASCIMENTO OLIVEIRA	3/2/1984	13	21	6.80	6.80	98
200961771	JAVAN LEONARDO SPESATTO	2/9/1983	15	19	6.80	6.80	99
200956807	GUILHERME AMARAL FUNK	10/10/1969	6	27	6.60	6.60	100
200960205	RICARDO ZULMAR JACINTO	30/3/1976	6	27	6.60	6.60	101
200954627	THIAGO WALTER VERA	19/5/1984	7	26	6.60	6.60	102
200959319	VALDIR DIAS MAURICIO	21/3/1955	8	25	6.60	6.60	103
200953829	GUSTAVO LIMA SOARES	27/3/1985	9	24	6.60	6.60	104
200958789	TIAGO HARDT DE CARVALHO	5/9/1985	9	24	6.60	6.60	105
200963089	CRISTIANO HERCILIO VIEIRA SOUZA	5/6/1976	10	23	6.60	6.60	106
200962505	ANDRE TAVARES KRUGER	24/4/1978	10	23	6.60	6.60	107
200960516	FABIO NUNES IANZER	19/9/1982	10	23	6.60	6.60	108
200958703	LEANDRO DUARTE MOREIRA	9/10/1985	10	23	6.60	6.60	109
200961891	LUIZ GUSTAVO SILVEIRA MARTINS	16/8/1986	10	23	6.60	6.60	110
200959225	HELICIO FRACASSO CORREA	27/10/1953	11	22	6.60	6.60	111
200950180	WAGNER MARCAL GALLO	26/8/1975	11	22	6.60	6.60	112
200958139	THIAGO NORTE NATARIO	13/12/1984	11	22	6.60	6.60	113
200956506	IZABELA MENDES ZIN	13/10/1988	11	22	6.60	6.60	114
200955770	MIRIAM ZOMER FRANCISCO	23/12/1981	12	21	6.60	6.60	115
200962172	BRUNO SOARES FERREIRA	7/12/1987	12	21	6.60	6.60	116
200950226	PATRICIA CAVALHEIRO	14/3/1979	13	20	6.60	6.60	117
200962940	EMERSON ALBARNAS	10/8/1971	14	19	6.60	6.60	118
200957969	DANIEL LUIZ CASAGRANDE	15/9/1987	6	26	6.40	6.40	119
200962806	OBERDAN CORREA	26/7/1965	7	25	6.40	6.40	120
200952639	JAIR ANTONIO CORREA	22/8/1968	7	25	6.40	6.40	121
200961537	RODRIGO RAMOS DO NASCIMENTO	28/4/1971	7	25	6.40	6.40	122
200961327	ALEXANDRE KIRCHNER DE AZEVEDO	31/1/1972	7	25	6.40	6.40	123
200958933	MARCO AURELIO RAMOS	21/9/1962	8	24	6.40	6.40	124
200952030	JOSE MENDES PAZ	24/8/1970	9	23	6.40	6.40	125
200961533	LETICIA FIGUEIREDO	7/12/1976	9	23	6.40	6.40	126
200954793	SERGIO DE SOUZA	14/12/1967	10	22	6.40	6.40	127
200957202	CLEBER COSTA	23/2/1976	10	22	6.40	6.40	128
200954035	JEAN CARLOS VIEIRA	21/5/1983	10	22	6.40	6.40	129
200961756	EDMILSON GILSON GONCALVES	2/4/1961	11	21	6.40	6.40	130
200962682	JOHNNY PEDRINI MACHADO	14/5/1979	11	21	6.40	6.40	131
200961812	CARLOS ROBERTO VARELA KILIA	18/11/1968	12	20	6.40	6.40	132
200963012	VLADNIR PALMEIRA ROSA	3/11/1975	12	20	6.40	6.40	133
200961970	ALEXANDRE DUARTE MENDES	4/11/1981	14	18	6.40	6.40	134
200955056	ANDERSON PEDRO DA SILVA	10/9/1978	6	25	6.20	6.20	135
200952820	OSMAR MACHADO JUNIOR	14/4/1968	7	24	6.20	6.20	136
200956614	ALEXANDRE FINCO	2/7/1981	7	24	6.20	6.20	137
200960716	CELSO ROGERIO DE OLIVEIRA	2/5/1973	8	23	6.20	6.20	138
200958167	DANIEL ZATTA BLASCZAK	15/4/1988	8	23	6.20	6.20	139
200956637	EVANDRO ANTONIO SAAD	14/3/1971	9	22	6.20	6.20	140
200962644	ALEXSSANDRO IONI PIRES	16/9/1974	9	22	6.20	6.20	141
200950586	LUIS FERNANDO VARELLA	9/9/1979	10	21	6.20	6.20	142
200958682	FILIPE MARCELINO GODINHO	5/6/1989	10	21	6.20	6.20	143
200954710	MAURI MIGUEL DA SILVA	29/9/1982	11	20	6.20	6.20	144
200950030	TIAGO MARCOS GOLFETTO	5/1/1988	11	20	6.20	6.20	145
200958179	DECIO WOLL REGIS	5/9/1964	12	19	6.20	6.20	146
200959861	DARLAN DE ANDRADE GUAREZE	17/7/1987	12	19	6.20	6.20	147
200955861	LUIZ ALBERTO DOS SANTOS	6/2/1955	4	26	6.00	6.00	148
200954378	REGIANE LEANDRO SALLA	18/4/1983	7	23	6.00	6.00	149
200962815	DANIEL SILVEIRA DE SOUZA MARTINS	21/7/1986	7	23	6.00	6.00	150
200956104	FERNANDO DE OLIVEIRA TORRENS	8/12/1987	7	23	6.00	6.00	151
200962675	CLENIO SILVA ARAUJO	22/9/1981	8	22	6.00	6.00	152
200955389	RAFAEL VIRGILIO BERNARDI	13/5/1983	8	22	6.00	6.00	153
200959333	EDUARDO FRANCISCO MOTTER TRINDADE	8/3/1984	8	22	6.00	6.00	154
200962946	JEAN CARLOS DE SOUZA	1/3/1980	9	21	6.00	6.00	155
200961687	GUILHERME ABRAHAM PERES	19/4/1976	10	20	6.00	6.00	156
200952969	EDUARDO CORREA CARMO	6/10/1988	10	20	6.00	6.00	157
200950207	EVANDRO AUGUSTO BOSSLE	13/11/1976	11	19	6.00	6.00	158
200961500	BRUNO GOMES BEZ	17/10/1982	11	19	6.00	6.00	159
200959896	HENRIQUE LEONE FARIAS	17/11/1984	11	19	6.00	6.00	160
200958939	JOAO ANTONIO VIEIRA	21/9/1987	16	14	6.00	6.00	161

ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2009
RESULTADO FINAL
OPERADOR DE ESTÚDIO E RÁDIO

Inscrição	Nome	Nascimento	ACG	ACE	NPE	MF	CLASS
200955256	RODRIGO MACHADO CARDOSO	1/12/1981	17	27	8.80	8.80	1
200962548	JULIANA ELENE BASSETTI	24/2/1981	14	29	8.60	8.60	2
200956998	CARLOS RENATO DOS SANTOS	16/8/1983	15	28	8.60	8.60	3
200953596	MARIO CECHETTO MACHADO PACHECO	27/11/1986	18	25	8.60	8.60	4
200959691	LUCAS GABRIEL DINIZ	31/1/1983	14	28	8.40	8.40	5
200961015	JUSSIE SEDREZ CHAVES	9/5/1985	13	28	8.20	8.20	6
200956863	GUSTAVO DZIS GIACOMINI	31/5/1985	13	28	8.20	8.20	7
200959342	LUIZ FELIPE CANDIDO RIBEIRO	15/5/1985	14	27	8.20	8.20	8
200953285	FELIPE CARELI DE CASTRO	27/11/1985	14	27	8.20	8.20	9
200952710	BRUNO RICARDO MACHADO	19/1/1986	15	26	8.20	8.20	10
200955719	GEORGE MANOEL FARIAS	28/8/1973	16	25	8.20	8.20	11
200954858	HENRIQUE BESEN MULLER	18/4/1987	16	25	8.20	8.20	12
200963098	TIAGO DUARTE WOLNIEWICZ	25/4/1988	16	25	8.20	8.20	13
200952276	AUGUSTO ATHERINO NEVES	19/6/1981	12	28	8.00	8.00	14
200958573	BRUNO MENEZES GALINDRO	3/5/1984	12	28	8.00	8.00	15
200953959	LUIZ ROQUE BEZERRA	24/12/1960	13	27	8.00	8.00	16
200953676	DANIEL COSTA POMPEU	1/10/1981	13	27	8.00	8.00	17
200960457	LEONARDO GOBBO	8/8/1985	14	26	8.00	8.00	18
200955252	LUCAS DAVID MICHELS DOS SANTOS	30/6/1990	14	26	8.00	8.00	19
200957119	ANA PAULA EVARISTO RUSSI	29/5/1981	15	25	8.00	8.00	20
200961363	EGBERTO RESENDE LAGES	2/3/1978	16	24	8.00	8.00	21
200954201	ANDRESSA DREHER	11/3/1986	16	24	8.00	8.00	22
200961091	THOMAS MICHEL ANTUNES	30/4/1988	16	24	8.00	8.00	23
200962735	JAIREZ PACHER JUNIOR	9/11/1963	12	27	7.80	7.80	24
200950997	SMYLLEI MACHADO CURCIO	9/11/1989	12	27	7.80	7.80	25
200957412	RICARDO PEREIRA	27/5/1982	13	26	7.80	7.80	26
200952931	DEBORA MENDES BREGUE DANIEL	2/5/1986	13	26	7.80	7.80	27
200958722	RAFAEL SILVA PFLEGER	5/9/1988	13	26	7.80	7.80	28
200962601	MAURICIO ALVES	6/6/1972	14	25	7.80	7.80	29
200957115	ROSANE MARIA MOTA	22/1/1973	14	25	7.80	7.80	30
200961205	EDSON ROBERTO JUNKES	1/2/1977	15	24	7.80	7.80	31
200962525	RODRIGO ESPINOSA CABRAL	16/4/1974	16	23	7.80	7.80	32
200957748	JOAO MATEUS DA ROSA	27/7/1988	11	27	7.60	7.60	33
200957513	MATEUS MIRA BITTENCOURT	1/4/1989	12	26	7.60	7.60	34
200960764	CARLOS FLAVIO LUCAS BITTENCOURT	5/2/1973	13	25	7.60	7.60	35
200954336	GEORGE HARRISON SANTOS	3/2/1974	13	25	7.60	7.60	36
200961967	BRUNO RAFAEL CARVALHO DUARTE	2/1/1983	13	25	7.60	7.60	37
200954047	LEONARDO PERUCHENE VOTTO	27/10/1983	13	25	7.60	7.60	38
200953583	TARSO WILLIANN LEONARDO CAMPO IRIGARAY	6/3/1985	14	24	7.60	7.60	39
200960063	PAULOVIK PIZZOLATTI DEBIASI	4/7/1978	15	23	7.60	7.60	40
200958102	ANA PAULA DA SILVA SANTOS	13/9/1989	15	23	7.60	7.60	41
200954111	ALESSANDRO SOUTO SILVEIRA	15/11/1979	11	26	7.40	7.40	42
200953242	MARCOS AURELIO ALVES	5/10/1964	13	24	7.40	7.40	43
200961200	CARLA PAIER	19/2/1985	13	24	7.40	7.40	44
200958673	ANDERSON JARDEL VIEIRA	19/7/1977	14	23	7.40	7.40	45
200962043	JOAO CARLOS RIBEIRO DO NASCIMENTO	26/11/1970	9	27	7.20	7.20	46
200952134	EBER LEMOS CAMPOS	11/4/1969	11	25	7.20	7.20	47
200961514	TIAGO FONTAO ALEXANDRE	30/7/1990	11	25	7.20	7.20	48
200962552	RUI SIMOES DE CASTRO	10/12/1959	12	24	7.20	7.20	49
200953794	MARCOS AURELIO DE LARA	2/8/1970	12	24	7.20	7.20	50
200963118	ANTONIO MARCOS MALACHOVSKI	4/6/1975	13	23	7.20	7.20	51
200957378	RAFAEL DIGIACOMO COELHO	7/5/1978	13	23	7.20	7.20	52
200952834	LUCIANA PAULA BONETTI SILVA	3/8/1990	13	23	7.20	7.20	53
200958860	MARCELO SILVA GOMES DE FARIAS	2/4/1988	14	22	7.20	7.20	54
200961794	THALITA DELLUCIA FRANZONI NEVES	11/7/1989	14	22	7.20	7.20	55
200956136	CAIO DELGADO DE TOLEDO PRADO	4/12/1979	10	25	7.00	7.00	56
200957973	RODOLFO EDUARDO SCHNEIDER	27/1/1984	10	25	7.00	7.00	57
200957319	LEONARDO CHAGAS	1/9/1984	10	25	7.00	7.00	58
200950803	DYEGO INACIO MACHADO SOUZA	16/11/1989	10	25	7.00	7.00	59
200959954	NORTON J SOARES BRANDL	9/6/1986	11	24	7.00	7.00	60
200963060	RICARDO HUBERT DOMINGUES	25/6/1982	12	23	7.00	7.00	61
200957786	DANIEL HENRIQUE CAMARGO DE SOUZA	18/7/1984	12	23	7.00	7.00	62
200962641	LINIKER FELIPPE BORTOLINI	21/6/1987	12	23	7.00	7.00	63
200955469	MARISA MEDEIROS	8/9/1962	13	22	7.00	7.00	64
200962716	SUZILARA PEREIRA COLLACO DE OLIVEIRA	9/4/1972	13	22	7.00	7.00	65
200961851	EDUARDO COSTANZO DE CARVALHO	7/4/1980	8	26	6.80	6.80	66
200962649	FABIANA VAZ FRANZOSI	25/5/1980	10	24	6.80	6.80	67
200955836	ANDREI ADEMIR DA SILVA	21/2/1985	10	24	6.80	6.80	68
200961595	MURILO FORMIGONI PEREIRA	21/9/1986	10	24	6.80	6.80	69
200958008	GABRIEL PEIXER	25/5/1984	11	23	6.80	6.80	70
200963169	JANAINA ROBERGE	22/9/1972	12	22	6.80	6.80	71

200951031	JULIANA DE SOUZA FERREIRA	9/2/1988	12	22	6.80	6.80	72
200960634	EDICLEIA RAMOS DE SOUZA	11/3/1983	13	21	6.80	6.80	73
200962719	FLAVIO JOSE DUARTE	3/4/1968	8	25	6.60	6.60	74
200958182	ROGER MAURICIO CAETANO	23/8/1979	8	25	6.60	6.60	75
200961177	PAULO GUSTAVO FERRETI	13/2/1984	8	25	6.60	6.60	76
200950163	MARCOS MEDEIROS SILVERIO	27/11/1981	9	24	6.60	6.60	77
200962594	FABRICIO LIMA GARCIA	2/5/1984	9	24	6.60	6.60	78
200961671	PEDRO PAULO FURTUOSO JUNIOR	25/1/1978	10	23	6.60	6.60	79
200955866	ANDREI JAN HOFFMANN ULLER	10/2/1983	10	23	6.60	6.60	80
200950079	EDUARDA ALFING	10/12/1990	12	21	6.60	6.60	81
200960021	MARCELLO FALEIRO DE OLIVEIRA	25/3/1966	13	20	6.60	6.60	82
200952532	GUILHERME BARCELLOS	3/6/1987	7	25	6.40	6.40	83
200961551	RUI BARBOSA RIBEIRO BERNARDINO	24/3/1958	8	24	6.40	6.40	84
200960265	THIAGO HENRIQUE MARTINS SIQUEIRA	11/3/1984	8	24	6.40	6.40	85
200953416	ROSSANO CANCELIER	5/12/1966	9	23	6.40	6.40	86
200957859	PAULO JOSE GOMES	14/9/1967	9	23	6.40	6.40	87
200955340	EZIO BORGES	20/6/1976	9	23	6.40	6.40	88
200961155	CRISTIANO DA LUZ ALVES	1/7/1977	9	23	6.40	6.40	89
200962746	FABIO FERRI LUZ	23/11/1979	9	23	6.40	6.40	90
200958852	PAULO ROGERIO MAURO PINHEIRO	14/11/1978	10	22	6.40	6.40	91
200961491	EDUARDO RIOS PEREIRA	18/10/1982	10	22	6.40	6.40	92
200956883	JOSE PAULO MONTEIRO	28/7/1963	11	21	6.40	6.40	93
200950242	HUMBERTO MANOEL DE MIRANDA	2/11/1972	11	21	6.40	6.40	94
200962640	FABIO GUZATTI	15/2/1974	11	21	6.40	6.40	95
200962903	DANIEL OJEDA OCAMPO MORE	27/4/1986	11	21	6.40	6.40	96
200953694	KARIN HELENA ANTUNES DE MORAES	13/12/1985	12	20	6.40	6.40	97
200951878	GUILHERME SUMAR FERNANDES	17/5/1980	13	19	6.40	6.40	98
200957534	FABIANO DIAS BOTELHO	7/8/1980	13	19	6.40	6.40	99
200961864	PEDRO FELIX PETRUCCI	26/4/1981	8	23	6.20	6.20	100
200961486	RAFAEL DOS SANTOS	11/1/1982	9	22	6.20	6.20	101
200959654	RENATA SWOBODA DOS SANTOS PEDROSO	25/5/1982	9	22	6.20	6.20	102
200954294	LEONARDO LUIZ DA SILVA	29/8/1983	10	21	6.20	6.20	103
200962310	LETICIA DA SILVA MATHIAS ARAGAO	22/10/1988	11	20	6.20	6.20	104
200961790	TULIO SANTIAGO DA ROCHA	30/11/1982	8	22	6.00	6.00	105
200960865	EMILIO ANTONIO SAIEVICZ	17/1/1988	9	21	6.00	6.00	106
200960625	CARLOS ROBERTO SILVA CORDEIRO	19/4/1966	10	20	6.00	6.00	107
200958872	MATHEUS BONOMINI GANZO PEREIRA	15/2/1991	10	20	6.00	6.00	108
200959274	DANIEL ALF GOMES	30/7/1969	11	19	6.00	6.00	109
200960659	HUMBERTO BRAUN INOCENCIO	13/11/1974	12	18	6.00	6.00	110
200952010	ADOLFO ANTONIO KNOLL	10/3/1966	13	17	6.00	6.00	111

ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2009
RESULTADO FINAL
TÉCNICO LEGISLATIVO

Inscrição	Nome	Nascimento	ACG	ACE	NPE	MF	CLASS
200953218	MAURO SANTOS DE VARGAS	26/3/1985	16	25	8.20	8.20	1
200957746	VIVIANE CAMARGOS DE SOUSA	8/12/1980	16	24	8.00	8.00	2
200960861	RAFAEL GHISI DUTRA	30/6/1978	18	22	8.00	8.00	3
200962143	ENIO RUBEM LUCCA JUNIOR	20/3/1970	17	22	7.80	7.80	4
200958583	DOUGLAS SALEM	25/5/1980	17	22	7.80	7.80	5
200955560	RENATA ROSENIR DA CUNHA	25/5/1985	17	22	7.80	7.80	6
200955985	VICTOR HUGO GARCIA	24/2/1983	19	20	7.80	7.80	7
200951413	LAURA CELESTE JAEGER GUBERT	14/5/1971	17	21	7.60	7.60	8
200960149	JULIANE GONCALVES ROCHA	10/8/1982	17	21	7.60	7.60	9
200959289	EDUARDO LUIZ VENTURIN	1/11/1990	17	21	7.60	7.60	10
200960056	LIANE BOTH DE AZEVEDO	25/9/1973	18	20	7.60	7.60	11
200953806	ANE CAROLINE SCHEFFER	11/8/1989	14	23	7.40	7.40	12
200953486	MARIANA PRAZERES DA LUZ	20/5/1985	16	21	7.40	7.40	13
200953243	LARISSA GARCIA MARTINS	16/4/1986	16	21	7.40	7.40	14
200953657	VALCIR PAVANATE	11/2/1973	14	22	7.20	7.20	15
200951074	ADRIANA BACK KOERICH	28/2/1984	15	21	7.20	7.20	16
200955162	EVERTON LUIZ GALVAN	8/8/1984	15	21	7.20	7.20	17
200951722	JULIANA SCHAPPO FERMINO	25/8/1984	15	21	7.20	7.20	18
200959995	JULIANA CASCAES DE AQUINO SCHNEIDER	29/7/1981	16	20	7.20	7.20	19
200961783	NICOLAS ANDRIO HAUBOLD DE OLIVEIRA	28/11/1984	16	20	7.20	7.20	20
200951127	GRAZIELA MELLER MILANEZE	3/11/1978	17	19	7.20	7.20	21
200950869	MAUREEN PAPALEO KOELZER	15/6/1982	17	19	7.20	7.20	22
200961410	ANDREIA REGINA FILGUEIRAS	31/7/1978	18	18	7.20	7.20	23
200958779	DANIELLE PEDRINI	2/9/1983	18	18	7.20	7.20	24
200951112	LYVIA MENDES CORREA	31/12/1983	19	17	7.20	7.20	25
200961696	JOAO GABRIEL PEREIRA ZIMMERMANN	5/4/1988	14	21	7.00	7.00	26
200957823	PABLO MEHRET PIRES	16/9/1988	14	21	7.00	7.00	27
200960843	MARCIA SELL	18/6/1968	15	20	7.00	7.00	28
200957141	LUCIANA GARCIA WINCK	16/3/1974	15	20	7.00	7.00	29
200961475	TIANE AIMI SEVERO	10/8/1977	15	20	7.00	7.00	30
200960905	RODRIGO CORREA SIMON	23/8/1981	15	20	7.00	7.00	31

200960128	SAULO HENRIQUE ALESSIO CESA	14/4/1988	15	20	7.00	7.00	32
200951099	HILTON MARCELO DE O LAMBERG H DOS SANTOS	10/9/1973	16	19	7.00	7.00	33
200951033	ANA TERRA DEPIZZOLATTI GONCALVES	4/10/1988	16	19	7.00	7.00	34
200960611	ANTONIO VITOR ULRICH	19/7/1969	17	18	7.00	7.00	35
200952472	JULIANA STADNIK DE LIMA	13/9/1989	17	18	7.00	7.00	36
200957802	MARCELA DINIZ DOS SANTOS	14/8/1981	14	20	6.80	6.80	37
200950835	MARIA DINA RODRIGUES DE SOUZA LOPES	12/10/1962	15	19	6.80	6.80	38
200962382	ROBERTA CRISTINA FREITAS	12/5/1965	15	19	6.80	6.80	39
200953567	LISE HELENA VAUCHER PAIM	14/3/1977	15	19	6.80	6.80	40
200950993	JULIANA CRISTINA DA CRUZ	14/9/1983	15	19	6.80	6.80	41
200958414	ANA JULIA BIESDORF THIESEN	13/3/1985	15	19	6.80	6.80	42
200959073	ADRIANA IWERSEN DE SAO THIAGO	8/9/1968	16	18	6.80	6.80	43
200950774	JANAINA MELLA	25/6/1979	16	18	6.80	6.80	44
200957256	SHIRLEI AGUIAR DOS SANTOS	17/6/1980	16	18	6.80	6.80	45
200963026	DANIELE DE MIRANDA SILVA	5/3/1981	16	18	6.80	6.80	46
200952062	CAROLINA SCHROEDER VIEIRA FERNANDES	5/8/1981	16	18	6.80	6.80	47
200952874	FABIOLA PROBST	27/5/1983	16	18	6.80	6.80	48
200960748	MEIBEL PARMEGGIANI	11/12/1957	17	17	6.80	6.80	49
200955776	JOSE MOTTA PIRES FILHO	7/7/1959	17	17	6.80	6.80	50
200960732	CAROLINE CRISTINA CARDOSO RAMOS	7/5/1965	17	17	6.80	6.80	51
200954894	ANNA CHRISTINNA DA SILVA MATE	18/9/1974	17	17	6.80	6.80	52
200961257	ALINE COVOLO RAVARA	22/11/1979	17	17	6.80	6.80	53
200950363	GABRIELA PERES	14/10/1985	17	17	6.80	6.80	54
200958126	NATALIA MILACK COLOMBO	11/7/1988	18	16	6.80	6.80	55
200961724	CLAUDIA FERNANDES DE SOUZA	9/4/1963	13	20	6.60	6.60	56
200951236	FERNANDO PICCOLI TEIXEIRA	18/11/1977	13	20	6.60	6.60	57
200959767	JULIANA TANCREDO GALLOTTI	22/3/1973	14	19	6.60	6.60	58
200953833	RENATA BRESCIANI	11/3/1981	14	19	6.60	6.60	59
200957571	LAURA JOSANI ANDRADE CORREA	24/5/1981	14	19	6.60	6.60	60
200962424	JESSICA CAMARGO GERALDO	22/8/1986	14	19	6.60	6.60	61
200951078	THAMIRIS RAPOSO SILVA LITRAN DOS SANTOS	26/7/1987	14	19	6.60	6.60	62
200961739	NICOLI MADEIRA	3/11/1988	14	19	6.60	6.60	63
200957056	ILDA MARIA GOMES DOS SANTOS	22/8/1965	15	18	6.60	6.60	64
200950185	MARIA NATEL SCHEFFER LORENZ	4/9/1966	15	18	6.60	6.60	65
200956514	JUCELIA CLARA DA SILVA	26/3/1969	15	18	6.60	6.60	66
200951901	DANIEL ADRIANO MAFRA	17/11/1977	15	18	6.60	6.60	67
200958576	INGRID ELISABETH HAMMERSCHMIDT	20/6/1979	15	18	6.60	6.60	68
200960181	MICHELLI BURIGO COAN	14/8/1979	15	18	6.60	6.60	69
200956704	BARBARA BIANCHINI VALI	6/6/1980	15	18	6.60	6.60	70
200958515	MARTA CATARINA ARALDI	16/3/1981	15	18	6.60	6.60	71
200961112	ALINI BUNN	19/9/1988	15	18	6.60	6.60	72
200953566	ELENIR MARLENE VIEIRA	7/10/1964	16	17	6.60	6.60	73
200957525	FLAVIA MARIA CORDOVA CORREIA	30/11/1976	16	17	6.60	6.60	74
200955063	MONIA DOS SANTOS COSTA	22/1/1979	16	17	6.60	6.60	75
200954138	ANA FLAVIA MARTINS DA SILVA	8/1/1980	16	17	6.60	6.60	76
200961159	JULIANA FAGUNDES MONTEIRO	26/10/1980	16	17	6.60	6.60	77
200953703	PATRICIA SOARES DOS SANTOS	16/8/1981	16	17	6.60	6.60	78
200954572	FABIANA PREVEDELLO	18/4/1982	16	17	6.60	6.60	79
200955700	JOAO FELIPE DE NOVAIS	22/5/1990	16	17	6.60	6.60	80
200950420	REMI DE FAVERIS	24/7/1958	17	16	6.60	6.60	81
200960477	ALMIR JOSE PILON	3/7/1970	17	16	6.60	6.60	82
200960323	TISSIANO DA SILVEIRA	6/12/1973	17	16	6.60	6.60	83
200959329	MARCIA TONIAL	7/1/1982	17	16	6.60	6.60	84
200950046	NATASHA GIAROLA FRAGOSO DE OLIVEIRA	8/12/1983	17	16	6.60	6.60	85
200954209	PAULA CARUSO MACDONALD	14/12/1983	17	16	6.60	6.60	86
200960520	LUIZA JACQUES LIPPEL DA SILVA	26/3/1987	17	16	6.60	6.60	87
200952666	FABIOLA DOIN VIEIRA DE VASCONCELLOS	10/9/1968	18	15	6.60	6.60	88
200959392	FABIO EGEWARTH	12/4/1976	18	15	6.60	6.60	89
200953373	FLAVIA SCHMITT	1/8/1982	18	15	6.60	6.60	90
200957265	CAROLINE FRANZ BROERING DE MENEZES	19/1/1980	11	21	6.40	6.40	91
200960452	SIMONE MARIA PERSUHN ZANCHET	10/4/1974	12	20	6.40	6.40	92
200954497	DANIELLA MARIA LAZZARINI	3/2/1978	12	20	6.40	6.40	93
200962097	MARCIO DRI MADRUGA	4/10/1982	12	20	6.40	6.40	94
200961550	DANIELA RODRIGUES FRANCESCHETTE	3/3/1985	12	20	6.40	6.40	95
200957084	DANIELA DE DEA ROGLIO	18/8/1974	13	19	6.40	6.40	96
200953547	ALESSANDRO RICARDO STHELIN	14/4/1977	13	19	6.40	6.40	97
200960250	JOICE CRISTIANE DUTRA ARAIS HADLICH	6/2/1982	13	19	6.40	6.40	98
200954888	CAROLINE JASPER SILVA	25/4/1982	13	19	6.40	6.40	99
200959430	JACQUELINE DO RIO SELARIM	25/4/1983	13	19	6.40	6.40	100
200958662	BENTA DE FATIMA FURTADO	20/11/1953	14	18	6.40	6.40	101
200963037	NEWTON GONCALVES DE SOUZA	1/4/1959	14	18	6.40	6.40	102
200950823	ANY SANTOS	28/3/1968	14	18	6.40	6.40	103
200960114	MARCO FABIANO VASSELAI	18/6/1971	14	18	6.40	6.40	104
200960990	MICHELLE ANDRADE DE OLIVEIRA	14/3/1975	14	18	6.40	6.40	105
200962110	MARIANA LEMOS PELANDRE	15/12/1975	14	18	6.40	6.40	106
200961115	GUILHERME JUBETT QUADROS	29/11/1976	14	18	6.40	6.40	107

200957584	TULIO CESAR DIAS	11/11/1977	14	18	6.40	6.40	108
200955840	MARINA MACHADO RIBEIRO GONZAGA	16/9/1978	14	18	6.40	6.40	109
200957478	FERNANDA MICHELS BIANCHI	17/7/1979	14	18	6.40	6.40	110
200959788	GILBERTO SEBASTIAO ALVES	26/11/1982	14	18	6.40	6.40	111
200956703	DAVI PUERTA PEREIRA OLIVEIRA	4/2/1983	14	18	6.40	6.40	112
200958105	CINTIA SCAPINI	16/3/1983	14	18	6.40	6.40	113
200959076	LETICIA CALADO CARNEIRO	17/9/1983	14	18	6.40	6.40	114
200961809	HENRIQUE FREIRE CORAZZA	10/5/1984	14	18	6.40	6.40	115
200958642	THIAGO AUGUSTO SIMON	21/2/1986	14	18	6.40	6.40	116
200950245	JULIA MATIAS DA SILVA	8/5/1988	14	18	6.40	6.40	117
200961860	GABRIELLE VILVERT DA COSTA	4/9/1989	14	18	6.40	6.40	118
200962757	VITOR SODRE DIAS	8/11/1991	14	18	6.40	6.40	119
200953268	MARGARETH PORTELA	2/3/1965	15	17	6.40	6.40	120
200958370	DIANA MARGARITA SORGATO Y LAMELAS DOS SANTOS	16/6/1974	15	17	6.40	6.40	121
200959112	EMERSON MENEGATTO	29/10/1974	15	17	6.40	6.40	122
200955677	ADRIANO CHAVES	17/6/1977	15	17	6.40	6.40	123
200954237	RAQUEL SANTIN	3/1/1978	15	17	6.40	6.40	124
200961509	PAOLA DE ANDRADE E SANTOS	25/7/1979	15	17	6.40	6.40	125
200960763	PAULA V BORSATTO	12/8/1979	15	17	6.40	6.40	126
200961747	MARINA BASTOS BONATELLI DIVANENKO	19/11/1981	15	17	6.40	6.40	127
200955916	TATIANA OWCZARZAK CORREA	24/8/1982	15	17	6.40	6.40	128
200951538	RODRIGO ELISIO NAZARIO	3/9/1982	15	17	6.40	6.40	129
200962726	MARCELO OLIVEIRA PEREIRA VALOES	9/12/1982	15	17	6.40	6.40	130
200953447	LIVIA MICHELS FABIANO	21/6/1983	15	17	6.40	6.40	131
200958014	JULIANA LICIO DE OLIVEIRA BARETTA	21/5/1986	15	17	6.40	6.40	132
200962943	EDNA MAZON	11/2/1988	15	17	6.40	6.40	133
200960037	ROSANGELA LINHARES WATERKEMPER	17/9/1956	16	16	6.40	6.40	134
200950504	RICARDO BRANDEBURGO CURI	4/4/1974	16	16	6.40	6.40	135
200953419	FABIANA MILLEN CARLIN	20/1/1976	16	16	6.40	6.40	136
200953355	ANDREA VIANA FAUSTINO	30/1/1976	16	16	6.40	6.40	137
200953439	RENATA CRISTINA GARCIA	3/3/1977	16	16	6.40	6.40	138
200952448	CRISTIANO BARCELLOS RIGODANZO	2/10/1977	16	16	6.40	6.40	139
200959283	EDINEIA CRISTIANI PEDROTTI	5/10/1977	16	16	6.40	6.40	140
200962065	ROGER CORREA ESPINDOLA	11/10/1981	16	16	6.40	6.40	141
200956465	TATIANA DE SOUZA KIMURA	31/3/1983	16	16	6.40	6.40	142
200957438	ALINY OLIVEIRA CARDOSO	11/9/1983	16	16	6.40	6.40	143
200959519	CLENIA DE MATTIA	28/3/1984	16	16	6.40	6.40	144
200958580	ANA CLAUDIA BAGATINI	14/11/1986	16	16	6.40	6.40	145
200950983	AUGUSTO VANDERLEI PEREIRA	22/6/1989	16	16	6.40	6.40	146
200960419	MARCELO PIAZZA SASSI	21/1/1990	16	16	6.40	6.40	147
200961988	JUCELIA ROCHA CORREA DO NASCIMENTO	19/5/1970	17	15	6.40	6.40	148
200959469	KARINA CORREA BORGES	4/2/1980	17	15	6.40	6.40	149
200961543	VALERIA ALVES	11/7/1988	17	15	6.40	6.40	150
200960564	INGRID DUTRA MAFRA	25/11/1990	17	15	6.40	6.40	151
200958901	JOE JOSE DIAS	25/12/1979	18	14	6.40	6.40	152
200957226	JULIANA FIGUEIRO OTAVIO	12/3/1986	18	14	6.40	6.40	153
200961578	LUIZ CARLOS DA SILVA	11/11/1978	19	13	6.40	6.40	154
200950694	RAQUEL FLEIG	29/3/1970	12	19	6.20	6.20	155
200955781	LARA RAMPINELLI COUTINHO DE AZEVEDO	6/4/1982	12	19	6.20	6.20	156
200959568	ALESSANDRA DOS SANTOS ROSA	24/9/1982	12	19	6.20	6.20	157
200959982	KARINE LIANDRA BECKER	14/6/1984	12	19	6.20	6.20	158
200955543	MARTA BEATRIZ ETGS	29/1/1964	13	18	6.20	6.20	159
200957854	CRISTIANE GRANDO	23/8/1974	13	18	6.20	6.20	160
200958601	CAROLINA MARIA GOMES CUNHA VASCONCELOS	8/9/1974	13	18	6.20	6.20	161
200954264	BERENICE ALSCHINGER REZENDE	27/10/1974	13	18	6.20	6.20	162
200956950	DEBORA DE SOUZA	2/12/1975	13	18	6.20	6.20	163
200961006	ADRIANA OLIVEIRA DE PAULA	16/10/1981	13	18	6.20	6.20	164
200955180	JULIANA MARTINELLI DE LUCENA	17/2/1983	13	18	6.20	6.20	165
200961324	VIVIANE CRISTINA ULYSSEA	9/9/1983	13	18	6.20	6.20	166
200959370	ANA CAROLINA PEREIRA	12/7/1985	13	18	6.20	6.20	167
200953776	IARA SOUZA DA ROSA	20/3/1987	13	18	6.20	6.20	168
200956306	MANUELA QUADRA DE MEDEIROS	24/4/1987	13	18	6.20	6.20	169
200959685	ANE ELISA PAIM	28/11/1987	13	18	6.20	6.20	170
200958916	LEONARDO FELIPE ARDIGO DA SILVA	10/9/1988	13	18	6.20	6.20	171
200959238	LAISE ANDRIANI	12/3/1989	13	18	6.20	6.20	172
200963148	DAYANA FERNANDES DA SILVA	26/6/1989	13	18	6.20	6.20	173
200958762	MARIA INES BARIANI	8/4/1970	14	17	6.20	6.20	174
200952310	KELLEEN FORMENTIN	14/7/1975	14	17	6.20	6.20	175
200960052	CIBELY JANAINA NEIS	3/12/1975	14	17	6.20	6.20	176
200960692	FLAVIA ALMEIDA DE OLIVEIRA DAS CHAGAS	10/1/1978	14	17	6.20	6.20	177
200959411	ALVARO CORREA SIMON	28/4/1979	14	17	6.20	6.20	178
200956540	CAMILLA RAMOS SECCON	22/11/1979	14	17	6.20	6.20	179
200961942	JULIANA SHIQUEFUZI	25/11/1979	14	17	6.20	6.20	180
200958394	GIUVANA BAGGIO HERMANN FRANCISCHETTI	18/1/1981	14	17	6.20	6.20	181
200956172	RENATA BONOTTO TOLEDO DOS SANTOS	26/5/1981	14	17	6.20	6.20	182
200961943	VINICIUS CABREIRA MIRAPALHETE	23/12/1983	14	17	6.20	6.20	183

200961240	VANUSA VARELA PINTO	27/5/1984	14	17	6.20	6.20	184
200960755	GUSTAVO DE JESUS DA PAIXAO	25/10/1984	14	17	6.20	6.20	185
200954129	RODRIGO DA LUZ DAROS	12/9/1985	14	17	6.20	6.20	186
200956847	JOYCE ELIAS DA SILVA SOUZA SARTE	31/1/1986	14	17	6.20	6.20	187
200959044	JULIANA BACHA BORGES	23/6/1986	14	17	6.20	6.20	188
200952574	ELIANE DITTRICH	18/11/1986	14	17	6.20	6.20	189
200955154	CINTIA SIQUEIRA MULLER	12/6/1987	14	17	6.20	6.20	190
200955232	EDUARDO MENEZES DE OLIVEIRA	19/6/1988	14	17	6.20	6.20	191
200950847	ROBERTA MELO PLATT	28/12/1988	14	17	6.20	6.20	192
200956983	WALMOR GRANDO	4/11/1962	15	16	6.20	6.20	193
200950850	MURILO SILVA	14/11/1965	15	16	6.20	6.20	194
200952233	MARCOS ANTIDIO DE LIMA	11/1/1972	15	16	6.20	6.20	195
200958153	NEWTON DE MENDONCA BARBOSA JUNIOR	12/6/1972	15	16	6.20	6.20	196
200962435	LISANE ROSANE ROSA	18/9/1976	15	16	6.20	6.20	197
200961535	ANDRESSA ROCHA FERREIRA	21/3/1977	15	16	6.20	6.20	198
200951618	GABRIELA BUNN SANTOS	29/8/1978	15	16	6.20	6.20	199
200955524	THAYRONE TEIXEIRA TONELLO	9/6/1980	15	16	6.20	6.20	200
200955878	VANESSA CARDOZO	17/1/1982	15	16	6.20	6.20	201
200958607	LEANDRO HIROSHI IDO	17/2/1982	15	16	6.20	6.20	202
200957116	ALANA PRISCILA RODRIGUES	23/11/1982	15	16	6.20	6.20	203
200957089	TAIANE NARA TIETZ	23/10/1983	15	16	6.20	6.20	204
200960756	BARBARA BOZA GASPERIN	17/4/1984	15	16	6.20	6.20	205
200962591	MORGANA MACHADO JORGE	9/7/1984	15	16	6.20	6.20	206
200962565	TIAGO DE OLIVEIRA CESA	26/10/1984	15	16	6.20	6.20	207
200959707	SUZANA PAGANINI DE SOUZA	28/5/1985	15	16	6.20	6.20	208
200953551	HENRIQUE OLINGER NEVES	1/9/1985	15	16	6.20	6.20	209
200956287	BELISE CRISTINA ELIAS	29/10/1985	15	16	6.20	6.20	210
200953779	LAIS CRISTINA ROANI	27/9/1987	15	16	6.20	6.20	211
200952326	DIEGO PORTO	5/1/1990	15	16	6.20	6.20	212
200960942	TATIANA COBUCCI FARIA	26/8/1961	16	15	6.20	6.20	213
200952483	AFONSO LUIZ GRUBEL	28/7/1962	16	15	6.20	6.20	214
200950167	NARA CRISTIANI PADILHA	5/3/1972	16	15	6.20	6.20	215
200956991	EDUARDO ANTONIO ANGELONI	27/8/1973	16	15	6.20	6.20	216
200960772	RAFAEL ALBERTI MINOR	29/4/1977	16	15	6.20	6.20	217
200955430	THAIS DASSI	1/5/1979	16	15	6.20	6.20	218
200957948	WILLIAM WISBECK	15/4/1981	16	15	6.20	6.20	219
200959567	BRUNO POMPEO COSTA	21/5/1981	16	15	6.20	6.20	220
200953778	ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA	19/6/1983	16	15	6.20	6.20	221
200953896	ERIK PERSSON SOUZA	17/6/1989	16	15	6.20	6.20	222
200959072	JANAINA BERNADETE LAUREANO	22/3/1981	17	14	6.20	6.20	223
200955210	RENATA BARCELOS CHAVES	26/12/1982	17	14	6.20	6.20	224
200954434	GABRIELA MATTEI DE SOUZA	14/9/1989	17	14	6.20	6.20	225
200962034	GABRIELA GONCALVES DE SOUSA	5/3/1976	18	13	6.20	6.20	226
200958137	CHRISTIAN CARLOS NUNES DE SOUZA	24/4/1979	19	12	6.20	6.20	227
200962018	PRISCILA PEREIRA MACHADO	4/4/1986	10	20	6.00	6.00	228
200957891	PAOLA PICCOLI FONTES FERREIRA DA SILVA	26/9/1976	11	19	6.00	6.00	229
200952725	ELKE KARINE LONGO	22/4/1979	11	19	6.00	6.00	230
200958284	ELAINE ZENI VIEIRA	28/1/1983	11	19	6.00	6.00	231
200961800	VANECIA ALDA DOS SANTOS	24/2/1970	12	18	6.00	6.00	232
200951494	FABIANA DE CARVALHO ROCHA CAMARGO	29/5/1972	12	18	6.00	6.00	233
200952637	VOLNEI VANDERLINDE	17/9/1974	12	18	6.00	6.00	234
200953130	CAMILA SANTOS SILVA	16/3/1982	12	18	6.00	6.00	235
200959265	CLEITON RONY UTZIG	7/6/1982	12	18	6.00	6.00	236
200955428	ARIANE SCHEFFER LUMMERTZ	11/11/1982	12	18	6.00	6.00	237
200959804	LUCIANE APARECIDA PASA MARCOLAN	18/7/1983	12	18	6.00	6.00	238
200960583	HELOISA HELENA VERONA	10/2/1984	12	18	6.00	6.00	239
200960632	CAROLINE PIEPER NUNES	11/3/1985	12	18	6.00	6.00	240
200952852	VIVIANE VIEIRA	11/5/1985	12	18	6.00	6.00	241
200960179	SERGIO BRUM FISCHER	15/9/1989	12	18	6.00	6.00	242
200954700	ANA CAROLINI PIRES	19/7/1990	12	18	6.00	6.00	243
200957456	AIRES JOAO BATTISTI	12/5/1964	13	17	6.00	6.00	244
200959740	BERNARDO ELIZANDRO DA SILVA JUNIOR	23/6/1968	13	17	6.00	6.00	245
200957653	CLAUDETE ENDLER	6/12/1968	13	17	6.00	6.00	246
200957792	JANAINA REGINA FREITAS	12/11/1972	13	17	6.00	6.00	247
200959692	MARCIA CRISTINA ULSENHEIMER	13/3/1973	13	17	6.00	6.00	248
200962169	ALDECI DE BORBA VARGAS	3/6/1978	13	17	6.00	6.00	249
200962426	LUIZ AUGUSTO SCHNEIDER FILHO	24/4/1980	13	17	6.00	6.00	250
200955809	PRISCYLLA VIEIRA FREITAS DA CUNHA SICCA	30/8/1980	13	17	6.00	6.00	251
200962929	JOANNA DE OLIVEIRA GIRARDI	27/9/1980	13	17	6.00	6.00	252
200953963	ANGELA RECHE	16/1/1981	13	17	6.00	6.00	253
200958744	LETICIA KOSLOWSKY MEES	25/2/1983	13	17	6.00	6.00	254
200959631	MARIANA CANTO PEREIRA MARINHO	26/6/1983	13	17	6.00	6.00	255
200954557	CAMILA LINHARES PIVATTO	9/12/1983	13	17	6.00	6.00	256
200953321	VAGNER PALMEIRA ROSA	30/12/1983	13	17	6.00	6.00	257
200959645	FRANCIELLE KOERICH SIMAS	7/2/1984	13	17	6.00	6.00	258
200952680	TALITA CRISTINA CORSO	17/4/1986	13	17	6.00	6.00	259

200958671	WILLIAM RAFAEL ECHTERHOFF	26/4/1986	13	17	6.00	6.00	260
200962557	SANDRA DOS SANTOS	27/12/1986	13	17	6.00	6.00	261
200958758	BERNARDO ROZSA SANTOS	6/3/1987	13	17	6.00	6.00	262
200951794	JULIANA GOULART FERREIRA	12/7/1989	13	17	6.00	6.00	263
200952696	ANDERSON COSTA	23/2/1964	14	16	6.00	6.00	264
200953073	EVELI ESTEVES	1/1/1965	14	16	6.00	6.00	265
200958666	IRINEU FREDERICO BORGES	25/3/1969	14	16	6.00	6.00	266
200958508	ROSANGELA BASSI ASTROMECCAS	22/9/1972	14	16	6.00	6.00	267
200957808	FREDERICO BOTELHO NETO	7/4/1973	14	16	6.00	6.00	268
200954357	MARCEL HUBERT	8/11/1975	14	16	6.00	6.00	269
200957399	ROSARY SCHAUFFERT	23/1/1976	14	16	6.00	6.00	270
200962752	ROBERTO TODT	9/10/1976	14	16	6.00	6.00	271
200956035	DANIEL LUIS TENFEN	6/6/1977	14	16	6.00	6.00	272
200960778	ANA IZABELLA STRUVE	27/11/1977	14	16	6.00	6.00	273
200959673	RAFAEL DAGOSTIN VISCARDI	20/4/1978	14	16	6.00	6.00	274
200957356	MICHEL DE CASTRO ANDRADE	8/6/1978	14	16	6.00	6.00	275
200960220	SCHEILA AUGUSTO RODRIGUES	16/9/1978	14	16	6.00	6.00	276
200962701	CAROLINA AURELIA GUILHERME	15/11/1978	14	16	6.00	6.00	277
200958353	ALESSANDRO DENECA SOUZA	14/3/1979	14	16	6.00	6.00	278
200954399	GREYCE BRESSAN ROCHA	24/9/1979	14	16	6.00	6.00	279
200960859	RONALDO MARQUES DE ARAUJO JUNIOR	7/10/1980	14	16	6.00	6.00	280
200954154	INDARA MULLER DOS SANTOS	18/2/1981	14	16	6.00	6.00	281
200957310	LEANDRO CESAR DE SOUZA	10/3/1981	14	16	6.00	6.00	282
200953229	KELLI CRISTINA HONORIO DE BITTENCOURT	11/7/1982	14	16	6.00	6.00	283
200950713	LUIZ CARLOS ALVES JUNIOR	13/3/1983	14	16	6.00	6.00	284
200962889	GABRIEL INACIO ADAM	1/12/1983	14	16	6.00	6.00	285
200955791	JULIANA VIEIRA DA COSTA	16/7/1985	14	16	6.00	6.00	286
200959527	DIOGO JOSE COELHO	28/4/1988	14	16	6.00	6.00	287
200961793	RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO	4/4/1960	15	15	6.00	6.00	288
200960291	LUIZ ROBERTO CIDRAL	12/11/1967	15	15	6.00	6.00	289
200955023	JOAO ALFREDO MOREIRA DOS SANTOS	15/5/1968	15	15	6.00	6.00	290
200951466	PATRICIA AGUIAR DOS SANTOS	22/5/1969	15	15	6.00	6.00	291
200952415	MARA REGINA KOCH MARTINS	28/5/1969	15	15	6.00	6.00	292
200953737	GILBAS PIVA JUNIOR	1/2/1971	15	15	6.00	6.00	293
200951936	RICHARD GONCALVES MARTINS	3/10/1973	15	15	6.00	6.00	294
200955320	MARILIA LOPES FAVARO	28/12/1978	15	15	6.00	6.00	295
200959420	ADRIANO COELHO	12/1/1981	15	15	6.00	6.00	296
200950943	CLAUDIA DE LIMA BOLDRIM SARTE	10/6/1983	15	15	6.00	6.00	297
200956845	DIOGO HENRIQUE DE SOUZA LIMA LIONCO	6/6/1986	15	15	6.00	6.00	298
200961320	JOAO LUIZ E SILVA PACHECO DE SOUZA	13/4/1988	15	15	6.00	6.00	299
200957521	VICTOR LEDUC MACHADO	15/12/1988	15	15	6.00	6.00	300
200951874	ANTONIO MARCOS BANDEIRA	26/9/1989	15	15	6.00	6.00	301
200952667	LUCIA LENHARDT	17/9/1953	16	14	6.00	6.00	302
200952465	MARCELO DE ATAIDE LEONARDO	5/1/1978	16	14	6.00	6.00	303
200959074	CRISTINA DA SILVA CENI	23/11/1980	16	14	6.00	6.00	304
200958082	ALEXANDRA MARIA DE COUTO	1/5/1981	16	14	6.00	6.00	305
200958378	THAISA CUNHA COELHO	15/3/1982	16	14	6.00	6.00	306
200952533	MARCELO MARIA DO VALE	16/8/1983	16	14	6.00	6.00	307
200962233	LEONARDO DUTRA SOARES	19/8/1983	16	14	6.00	6.00	308
200960781	FERNANDA CERQUEIRA	29/9/1985	16	14	6.00	6.00	309
200950610	THIAGO GARCIA PIRES	13/7/1986	16	14	6.00	6.00	310
200951987	EZEQUIEL COELHO KREMER	12/11/1990	16	14	6.00	6.00	311
200954195	JOSE FRANCISCO DUTRA	3/5/1956	17	13	6.00	6.00	312
200958190	ROBERTO STAHELIN	5/9/1960	17	13	6.00	6.00	313
200960841	ANA CRISTINA SAHET	4/5/1963	17	13	6.00	6.00	314
200961337	CELIA SANTIAGO DE SOUSA	28/7/1971	17	13	6.00	6.00	315
200950703	RAFAEL BARBOSA FERNANDES DA SILVA	8/12/1981	17	13	6.00	6.00	316
200962351	SALEZIO SCHMITZ JUNIOR	4/11/1983	17	13	6.00	6.00	317
200950425	ANTONIO AUGUSTO FADEL DA COSTA	7/5/1990	18	12	6.00	6.00	318

ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2009
RESULTADO FINAL - VAGAS RESERVADAS - PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
TÉCNICO LEGISLATIVO

Inscrição	Nome	Nascimento	ACG	ACE	NPE	MF	PNE	CLASS
200950823	ANY SANTOS	28/03/1968	14	18	6.40	6.40	1	103
200960756	BARBARA BOZA GASPERIN	17/04/1984	15	16	6.20	6.20	2	205
200954557	CAMILA LINHARES PIVATTO	09/12/1983	13	17	6.00	6.00	3	256
200950713	LUIZ CARLOS ALVES JUNIOR	13/03/1983	14	16	6.00	6.00	4	284
200961793	RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO	04/04/1960	15	15	6.00	6.00	5	288

ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2009
RESULTADO FINAL
JORNALISTA

Inscrição	Nome	Nascimento	ACG	ACE	NPE	NPT	MF	PNE	CLASS
200955825	IVO CAOE BAPTISTON	13/03/1980	7	24	6.20	0.00	6.20	1	384

ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2009
RESULTADO FINAL
OPERADOR DE SOM

Inscrição	Nome	Nascimento	ACG	ACE	NPE	MF	PNE	CLASS
200960246	WILLIAN GIL MARTINS	08/10/1973	11	26	7.40	7.40	1	17
200958425	LUCIO JOSE BENTO	09/12/1959	11	21	6.40	6.40	2	83

ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2009
RESULTADO FINAL
OPERADOR DE ESTÚDIO E RÁDIO

Inscrição	Nome	Nascimento	ACG	ACE	NPE	MF	PNE	CLASS
200953416	ROSSANO CANCELIER	05/12/1966	9	23	6.40	6.40	1	86

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 088, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **ITAMAR JOSE EFFTING**, matrícula nº 1238, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Gerência de Segurança e Administração de Rede, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 08 de fevereiro de 2010 (DTI - CR - Gerência de Segurança e Administração de Rede).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 089, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **JOAO DE AQUINO CONCEICAO NETO**, matrícula nº 1339, da função de Chefe da Supervisão do Programa INTERLEGIS, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 08 de fevereiro de 2010 (Diretoria de Tecnologia e Informações).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 090, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **JOAO DE AQUINO CONCEICAO NETO**, matrícula nº 1339, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Gerência de Projetos e

Desenvolvimento, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 08 de fevereiro de 2010 (DTI - CPD - Gerência de Projetos e Desenvolvimento).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 091, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **VERA LUCIA FARIAS**, matrícula nº 0299, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica - Administrativa - Pesquisa e Consolidação, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 08 de fevereiro de 2010 (DL - Coordenadora de Documentação).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 092, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **MARCIO FERREIRA**, matrícula nº 1903, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Tesouraria, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MAURICIO NASCIMENTO, que se encontra em licença saúde, a contar de 08 de fevereiro de 2010 (DF - Coordenadoria de Tesouraria).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATOS

EXTRATO Nº 021/2010

REFERENTE: 4º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 035/2008-00 celebrado em 16/06/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Sandra Regina Tavares Meireles ME.- CAFÉ E CIA.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do Contrato 035/2008-00 pelo período compreendido entre 01/01/2010 e 31/12/2010.

FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 57, II da Lei nº 8.666/93; Item 4.2 da Cláusula Quarta do Contrato original; e, Autorização administrativa. Florianópolis, 02 de Fevereiro de 2010
Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC
Sandra Regina de Oliveira Tavares - Proprietária

*** X X X ***

EXTRATO Nº 022/2010

REFERENTE: 5º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 019/2006-00 celebrado em 02/03/2006.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: MMC Consultoria Empresarial Ltda.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do Contrato 019/2006-00 pelo período compreendido entre 01/01/2010 e 31/12/2010.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II da Lei nº 8.666/93; Item 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato original; e, Autorização Administrativa.

Florianópolis, 02 de fevereiro de 2010

Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC

Marcos Manoel Coelho - Sócio Proprietário

*** X X X ***

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1467**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Jurídicos das Autarquias e Fundações e adota outras providências", vetando, contudo, o art. 20, inciso II, alínea "a" e o art. 21, inciso IV, por serem inconstitucionais e contrário ao interesse público em razão do impacto financeiro mensal ao Estado estimado em R\$ 2.967.811,81 (dois milhões, novecentos e sessenta e sete mil reais, oitocentos e onze reais e oitenta e um centavos) e R\$ 39.327.214,33 (trinta e nove milhões, trezentos e vinte e sete mil, duzentos e quatorze reais e trinta e três centavos) em 12 meses, abrangendo o total de 932 servidores. por ser inconstitucional e contrário ao interesse público.

Os pareceres da Procuradoria Geral do Estado, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 11 de janeiro de 2010

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 03/02/10

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 063/09

Dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Jurídicos das Autarquias e Fundações e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os serviços jurídicos das Autarquias e Fundações Públicas do Estado de Santa Catarina, órgãos seccionais do Sistema de Serviços Jurídicos do Estado, serão organizados e estruturados nos termos desta Lei Complementar, observando o quantitativo fixado nos Anexos I e II.

Parágrafo único. As Autarquias e Fundações Públicas manterão serviços jurídicos próprios, nos termos do art. 103, § 4º da Constituição Estadual.

Art. 2º Os ocupantes dos cargos de Advogado, de nível superior em Direito, do Grupo Ocupações de Nível Superior, ONS, objeto do Anexo I, da Lei Complementar nº 94, de 11 de agosto de 1993, revogada pela Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005 e alterada pela Lei Complementar nº 357, de 26 de abril de 2006, dos cargos de Procurador Jurídico integrantes do Grupo Ocupações de Nível Superior da Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, dos cargos de provimento efetivo Técnico em Assuntos Universitários, Advogado, de nível superior em Direito, do Grupo Técnico de Nível Superior, TNS, previstos nos Anexos XII e XX, da Lei nº 8.332, de 9 de setembro de 1991 e de Técnico Universitário de Desenvolvimento - função de Advogado, de nível superior em Direito, previsto na Lei Complementar nº 345, de 07 de abril de 2006, lotados na Procuradoria-Geral do Estado, passam a integrar e ter lotação no Quadro de Pessoal das respectivas entidades onde tenham exercício, exceto os inativos atualmente lotados, que permanecerão na Procuradoria-Geral do Estado.

Parágrafo único. Os cargos referidos no *caput* deste artigo, bem como os de Analista Técnico em Gestão de Registro Mercantil - função de Advogado, previsto na Lei Complementar nº 331, de 02 de março de 2006, de Analista Técnico em Gestão Portuária - função de Advogado, previsto na Lei Complementar nº 332, de 02 de março de 2006 e de Analista Técnico em Gestão de Regulação e Fiscalização, na função de Assistente Jurídico, das Autarquias e Fundações Públicas do Estado de Santa Catarina passam a ser denominados, conforme a natureza jurídica do respectivo órgão lotacional, Advogado Autárquico ou Advogado Fundacional.

Art. 3º A representação judicial e as atividades de consultoria jurídica das entidades autárquicas e fundacionais serão atribuídas exclusivamente aos ocupantes dos cargos de Advogado Autárquico e

Advogado Fundacional, ressalvado o disposto na Lei Complementar nº 226, de 14 de janeiro de 2002, competindo-lhes, em especial, as seguintes atribuições:

I - ajuizar e contestar ações em qualquer juízo ou tribunal na defesa dos interesses da entidade a qual está vinculado;

II - arguir exceções, reconvir, intervir como assistente ou oponente e interpor recursos de qualquer natureza;

III - intervir em processos, desde que evidenciado o interesse da entidade a qual está vinculado, na forma da legislação processual em vigor;

IV - acompanhar todos os feitos de interesse da entidade a qual está vinculado, bem como exercer as atribuições delegadas ou estabelecidas em lei ou em regimento;

V - propor diligências e requisitar documentos, dados e informações de qualquer autoridade ou órgão do ente ao qual está vinculado, para fins de instrução de processo ou defesa da mesma em Juízo;

VI - estudar a matéria jurídica a ele encaminhada pela autoridade competente, emitindo, conforme o caso, informações ou pareceres; e

VII - exercer outras atribuições definidas em lei ou ato normativo, cometidas pelo dirigente do órgão ou pelo Chefe do Setor Jurídico da entidade, ou ainda decorrentes da natureza da função, observada a orientação jurídica da Procuradoria-Geral do Estado.

§ 1º Os Advogados Autárquicos e os Advogados Fundacionais terão subordinação hierárquica ao órgão de lotação e vinculação técnica à Procuradoria-Geral do Estado, sujeitando-se a correição nos termos da Lei Complementar nº 226, de 2002.

§ 2º Em questões complexas e de alta indagação jurídica poderá ser contratado jurista de notória especialização para emitir parecer, desde que haja prévia manifestação da Procuradoria-Geral do Estado, órgão central do sistema jurídico, e autorização expressa do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º O ingresso nos cargos de Advogado Autárquico ou Advogado Fundacional dar-se-á por concurso público de provas e títulos, sendo requisitos:

I - para inscrição no concurso de ingresso:

- ser brasileiro;
- ser bacharel em direito;
- estar no gozo dos direitos políticos;
- estar quite com o serviço militar; e
- pagar a taxa de inscrição.

II - para a posse:

- inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil;
- aprovação em exame de saúde física procedido pelo órgão médico oficial;

c) declaração de bens; e
d) declaração de cargo, função ou emprego que ocupe e de quaisquer rendimentos percebidos dos cofres públicos.

§ 1º O candidato, se aposentado em outro cargo ou emprego público, deverá, antes da posse, renunciar aos respectivos proventos, se for o caso de impossibilidade legal de percepção cumulativa.

§ 2º Exclusivamente para fins de inscrição, o regulamento e o edital poderão permitir que os requisitos exigidos nas alíneas "a" à "d", do inciso I deste artigo, sejam objeto de declaração firmada pelo candidato, sob as penas da lei.

§ 3º O concurso público somente poderá ser autorizado após manifestação do órgão central do Sistema de Serviços Jurídicos e sua comissão será composta por um Procurador de Estado e dois Advogados Autárquicos ou Fundacionais.

§ 4º As normas relativas à realização do concurso público e a avaliação de desempenho em estágio probatório serão únicas para todas as autarquias e fundações, reguladas por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo, competindo a Procuradoria-Geral do Estado elaborar a proposta de regulamentação.

Art. 5º O Procurador-Geral do Estado, após manifestação do Corregedor-Geral da Procuradoria-Geral do Estado, poderá encaminhar ao Chefe do Poder Executivo solicitação para designação de Advogado Autárquico ou de Advogado Fundacional para atuar, na condição de colaborador, nos órgãos seccionais integrantes do Sistema de Serviços Jurídicos.

Parágrafo único. O servidor designado na forma do *caput* deste artigo manterá todas as vantagens do órgão de origem.

Art. 6º Fica garantida aos ocupantes dos cargos de Advogado Autárquico e Advogado Fundacional, durante o período da designação, a percepção de vantagens decorrentes de participação em comissões do órgão onde estejam prestando serviço ou do exercício de funções de chefia.

Parágrafo único. A vantagem paga com fundamento neste artigo não se incorpora a remuneração ou proventos do servidor.

Art. 7º Os serviços jurídicos dos órgãos da Administração Indireta, integrantes do Sistema Administrativo de Serviços Jurídicos, submetem-se a fiscalização, controle e correição pela Corregedoria-Geral da Procuradoria-Geral do Estado, conforme procedimentos, diretrizes e normas expedidos pelo Corregedor-Geral da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 8º Os cargos de Advogado Autárquico e Advogado Fundacional terão vencimento conforme tabela de vencimento estabelecida para os cargos de nível superior de ensino no plano de carreira e vencimentos de

seu respectivo órgão lotacional, a razão de 1 (uma) referência por tempo de efetivo exercício no Poder Executivo Estadual e direito, na forma da legislação vigente, aos seguintes benefícios pecuniários:

I - adicional por tempo de serviço;

II - auxílio alimentação, previsto na Lei nº 11.647, de 28 de dezembro de 2000, vedada a redução do valor percebido atualmente pelos servidores não alcançados pelas disposições do art. 5º, da Lei Complementar nº 357, de 2006, enquanto permanecer na respectiva lotação;

III - adicional de pós-graduação;

IV - Gratificação de Atividade Jurídica e Representação Judicial, resultante da transformação da gratificação de produtividade, conforme estabelece o § 1º, deste artigo;

V - vantagens de caráter pessoal reconhecidas por meio de ato administrativo próprio;

VI - Gratificação por Dedicção Exclusiva por Opção; e

VII - outras vantagens ou gratificações que venham a ser estabelecidas em outras leis.

§ 1º A Gratificação de Produtividade, prevista no art. 7º, da Lei nº 9.751, de 6 de dezembro de 1994, percebida pelos ocupantes dos cargos de Advogado Autárquico e Advogado Fundacional, fica transformada em Gratificação de Atividade Jurídica e Representação Judicial, e manterá o mesmo critério de reajuste da vantagem primitiva.

§ 2º É vedado o pagamento cumulativo da gratificação referida no inciso IV com qualquer gratificação paga a título de produtividade e as referidas no art. 2º da Lei Complementar nº 421, de 05 de agosto de 2008.

§ 3º Aplicam-se aos de Advogados Autárquicos e aos Advogados Fundacionais as disposições do art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 322, de 02 de março de 2006.

§ 4º A vantagem estabelecida no inciso III do *caput* deste artigo será devida a partir de 01 de julho de 2010.

§ 5º Os Advogados Fundacionais pertencentes ao quadro de servidores efetivos da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC perceberão seu vencimento básico de acordo com a Lei Complementar nº 345, de 2006.

§ 6º A gratificação complementar de vencimento será incorporada e absorvida pelo vencimento do respectivo cargo.

Art. 9º A Gratificação de Dedicção Exclusiva por Opção será paga ao Advogado Autárquico e ao Advogado Fundacional que optar pelo respectivo regime, no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor de referência nível 1, referência A, da tabela de vencimento estabelecida para os cargos de nível superior de ensino do respectivo órgão lotacional.

§ 1º O Advogado Autárquico e o Advogado Fundacional poderá realizar a opção pelo regime de dedicação exclusiva no prazo de 90 (noventa) dias da data da posse no cargo, mediante requerimento ao Diretor ou Presidente do órgão em que lotado.

§ 2º Para alterar a opção pelo regime de dedicação exclusiva, o Advogado Autárquico e o Advogado Fundacional não poderão tê-la feito nos últimos três anos.

§ 3º Os Advogados Fundacionais pertencentes ao quadro de servidores efetivos da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC perceberão a gratificação estabelecida no *caput* deste artigo no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor de Referência Nível 1, Referência A, Classe IV, da tabela de vencimento constante no Anexo IV, da Lei Complementar nº 357, de 2006.

Art. 10. O regime de dedicação exclusiva somente permite ao Advogado Autárquico ou ao Advogado Fundacional optante o exercício da advocacia em favor de entidade autárquica ou fundacional, ressalvado o exercício do magistério jurídico.

Parágrafo único. A inobservância das restrições decorrentes do regime de dedicação exclusiva constitui infração disciplinar, sujeitando o Advogado Autárquico e o Advogado Fundacional à pena de suspensão e, em caso de reincidência, de demissão qualificada.

Art. 11. A Gratificação de Dedicção Exclusiva por Opção não compõe a base de cálculo de outras verbas remuneratórias, com exceção das férias e gratificação natalina.

Art. 12. A Gratificação de Dedicção Exclusiva por Opção integrará os proventos do Advogado Autárquico e do Advogado Fundacional que realizar a opção e efetivamente atuar sob o respectivo regime a razão de 1/30 (um trinta avos) ou 1/35 (um trinta e cinco avos) por ano de efetiva contribuição previdenciária.

Art. 13. É assegurado ao Advogado Autárquico e ao Advogado Fundacional o ressarcimento da despesa relativa à contribuição anual ao órgão de fiscalização do exercício profissional, quando optante pelo regime de dedicação exclusiva.

Art. 14. A extinta Gratificação de Atividade no Serviço Público, calculada e paga aos Advogados do Departamento de Transportes e Terminais - DETER com base em decisão judicial, reger-se-á pelo que segue:

a) o valor que vem sendo pago até a edição desta Lei Complementar fica transformado em Vantagem Exclusiva;

b) a Vantagem Exclusiva será reajustada na mesma data e nos mesmos índices sempre que houver revisão geral do vencimento dos servidores públicos estaduais; e

c) o aumento de vencimento resultante desta Lei Complementar, não poderá acarretar a elevação do valor da Vantagem Exclusiva.

Art. 15. Os Advogados Autárquicos e os Advogados Fundacionais poderão abster-se de propor ações, nos termos do art. 1º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.265, de 21 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. Não se aplica a dispensa prevista no *caput* às ações relativas ao patrimônio imobiliário da entidade autárquica ou fundacional.

Art. 16. Os Advogados Autárquicos e os Advogados Fundacionais também poderão abster-se de propor ações relativas à execução de créditos inscritos em dívida ativa até o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica quando, em face do mesmo devedor, sobrevierem outras dívidas cujo somatório ultrapasse o valor referido, sendo então ajuizadas as respectivas Certidões de Dívida Ativa.

§ 2º Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, fica facultado aos Advogados Autárquicos e aos Advogados Fundacionais desistir de processos de execução fiscal em curso, sem a renúncia do crédito, desde que não encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora e a responsabilização dos sucessores ou de terceiros seja juridicamente inviável ou tenha se revelado ineficaz, por não terem sido, igualmente, encontrados bens ou rendas penhoráveis.

Art. 17. Os créditos inscritos em dívida ativa e enquadrados no valor de dispensa a que se refere o *caput* do art. 16 desta Lei Complementar serão reclassificados em categoria própria, para fins de controle, ficando apenas em cobrança administrativa.

Art. 18. Aplica-se aos Advogados Autárquicos e aos Advogados Fundacionais o disposto nos art. 2º, §§ 1º a 5º e art. 3º, §§ 1º a 3º, da Lei nº 14.265, de 2007.

§ 1º Será dada prévia ciência à Corregedoria-Geral da Procuradoria-Geral do Estado das propostas de acordo.

§ 2º Qualquer desembolso decorrente de acordo judicial somente será implementado mediante a apresentação da sentença homologatória, acompanhada de certidão expedida pelo Poder Judiciário, demonstrando o trânsito em julgado.

§ 3º Compete aos Advogados Autárquicos e aos Advogados Fundacionais o encaminhamento dos documentos referidos no parágrafo anterior ao setor competente para liquidação do débito.

Art. 19. Fica criado no Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral do Estado, regido pela Lei Complementar nº 357, de 2006, o cargo de provimento efetivo de Assistente Jurídico, constituído por 04 (quatro) níveis, cada nível com 10 (dez) referências, representadas pelas letras A à J, no quantitativo fixado pelo Anexo III, desta Lei Complementar.

Art. 20. O ingresso no cargo de Assistente Jurídico dar-se-á por concurso público de provas ou de provas e títulos a ser realizado pela Procuradoria-Geral do Estado, sendo requisitos:

I - para inscrição no concurso de ingresso;

- a) ser brasileiro;
- b) ser bacharel em direito;
- c) estar no gozo dos direitos políticos;
- d) estar quite com o serviço militar; e
- e) pagar a taxa de inscrição.

II - para posse:

- a) inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil;
- b) aprovação em exame de saúde física procedido pelo órgão médico oficial;
- c) declaração de bens; e
- d) declaração de cargo, função ou emprego que ocupe e de quaisquer rendimentos percebidos dos cofres públicos.

§ 1º O candidato, se aposentado em outro cargo ou emprego público, deverá, antes da posse, renunciar aos respectivos proventos, se for o caso de impossibilidade legal de percepção cumulativa.

§ 2º Exclusivamente para fins de inscrição, o regulamento e o edital poderão permitir que os requisitos exigidos nas alíneas "a" à "d", do inciso I deste artigo, sejam objeto de declaração firmada pelo candidato, sob as penas da lei.

Art. 21. Serão enquadrados por transformação para o cargo de Assistente Jurídico e passarão a ter lotação e efetivo exercício na Procuradoria-Geral do Estado, sem perdas de direitos e vantagens os ocupantes dos cargos de:

I - Analista Técnico em Gestão Pública, Classe IV, na função de Assistente Jurídico, lotados na Secretaria de Estado da Administração;

II - Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Sustentável, Classe IV, na função de Assistente Jurídico, lotados na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável;

III - Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, na função de Assistente Jurídico, lotados na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação; e

IV - Analista Técnico em Gestão Pública, Classe IV, formados em Direito, lotados na Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 22. O cargo de Advogado da Administração Direta, extinto

quando vagar, passa a integrar a estrutura de cargos da Procuradoria-Geral do Estado, prevista na Lei Complementar nº 357, de 2006, é composto por 4 (quatro) níveis, cada nível com 10 (dez) referências, representadas pelas letras A à J, conforme Anexo IV desta Lei Complementar.

Art. 23. Mediante solicitação do órgão interessado e após manifestação do Corregedor-Geral da Procuradoria-Geral do Estado, o Procurador-Geral do Estado poderá designar Assistente Jurídico ou Advogado para atuar, na condição de colaborador, nos órgãos integrantes do Sistema de Serviços Jurídicos.

§ 1º A designação dar-se-á por meio de portaria conjunta do Procurador-Geral do Estado e do titular do órgão de destino.

§ 2º O servidor designado na forma do *caput* deste artigo manterá todas as vantagens do órgão de origem.

§ 3º O órgão de destino deverá ressarcir a Procuradoria-Geral do Estado das despesas relativas a remuneração do servidor designado na forma do *caput* deste artigo.

Art. 24. Fica vedado aos demais órgãos da Administração Direta a realização de concurso público para cargo que tenha como requisito habilitação exclusivamente em curso superior de Direito, com inscrição ou não na Ordem dos Advogados do Brasil, com exercício ou atribuições típicos da estrutura que compõe o Sistema de Serviços Jurídicos.

Art. 25. O vencimento dos cargos de provimento efetivo de Assistente Jurídico e de Advogado é fixado de acordo com a tabela constante no Anexo IV, da Lei Complementar nº 357, de 2006, correspondente à Classe IV do cargo de Analista Técnico de Gestão Pública.

Art. 26. Os ocupantes do cargo de Advogado, extinto quando vagar, e de Assistente Jurídico, serão enquadrados na tabela de vencimentos constante do Anexo IV, da Lei Complementar nº 357, de 2006, na razão de 1 (uma) referência por tempo de efetivo exercício no Poder Executivo Estadual.

Art. 27. A gratificação complementar de vencimento, paga sob o código 1105, será incorporada e absorvida pelo vencimento fixado pelo Anexo IV, da Lei Complementar nº 357, de 2006.

Art. 28. A partir de 01 de julho de 2010, a Gratificação de Produtividade, prevista no art. 7º da Lei nº 9.751, de 1994, percebida pelos Assistentes Jurídicos e Advogados, terá como base de cálculo o valor do vencimento de Classe IV, Nível 4 e Referência J do Anexo IV, da Lei Complementar nº 357, de 2006.

Parágrafo único. Fica assegurado aos ocupantes do cargo de Assistente Jurídico e Advogado a percepção da Gratificação de Produtividade, prevista no art. 7º da Lei nº 9.751, de 1994, no valor atualmente pago até a data referida no *caput* deste artigo.

Art. 29. Fica garantida aos ocupantes do cargo de Assistente Jurídico e Advogado, durante o período da designação, a percepção de vantagens decorrentes de participação em comissões do órgão onde estejam designados para prestar serviço ou do exercício de funções de chefia.

Parágrafo único. A vantagem paga com fundamento neste artigo não se incorpora a remuneração ou proventos do servidor.

Art. 30. Os serviços jurídicos dos órgãos da Administração Direta, integrantes do Sistema Administrativo de Serviços Jurídicos, submetem-se a fiscalização, controle e correção pela Corregedoria-Geral da Procuradoria-Geral do Estado, conforme procedimentos, diretrizes e normas expedidos pelo Corregedor-Geral da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 31. As disposições desta Lei Complementar se aplicam aos servidores inativos beneficiados pela paridade entre proventos e vencimentos, nos termos do art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e nos arts. 2º e 3º, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, observados os critérios e condições estabelecidos na Lei Complementar nº 83, de 18 de março de 1993, e nas demais normas legais pertinentes.

§ 1º A aplicação da presente Lei Complementar não poderá acarretar decesso remuneratório.

§ 2º A vantagem nominalmente identificável decorrente do art. 1º da Lei nº 6.800, de 23 de junho de 1986, será devida na forma estabelecida pela Lei Complementar nº 43, de 20 de janeiro de 1992, calculada de acordo com o inciso I, do art. 1º da Lei Complementar nº 83, de 1993, alterado pelo art. 8º da Lei Complementar nº 112, de 31 de janeiro de 1994, ao servidor público que tenha solicitado a averbação do exercício do mandato eletivo nos assentos funcionais do órgão de lotação do seu cargo efetivo, no prazo de 5 (cinco) anos após

o término do cumprimento do mandato, cabendo a responsabilidade pelo pagamento da vantagem ao Poder onde se constitui o direito, conforme previsto no art. 2º da Lei Complementar nº 106, de 07 de janeiro de 1994.

§ 3º Os servidores do Poder Executivo, em exercício nos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, terão lotação no respectivo órgão, independentemente da nomenclatura do cargo de provimento efetivo ocupado e do quadro lotacional a que pertençam, podendo optar pela permanência na condição de convocados ou à disposição no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desta Lei Complementar.

§ 4º O ressarcimento das despesas com a disposição ou cessão de servidores, conforme disposto nos § 2º e § 3º do art. 187 da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, inclui a contribuição previdenciária patronal.

§ 5º Excetua-se o disposto nos § 2º e § 3º do art. 187 da Lei Complementar nº 381, de 2007, quando se tratar de convocação ou disposição para atender a convênios e acordos de cooperação técnica firmados entre poderes e entes federados, a partir da data da publicação do respectivo instrumento.

Art. 32. Os Assistentes Jurídicos e Advogados que, na data da publicação desta Lei Complementar, estiverem prestando serviços no órgão central ou nos órgãos setoriais do Sistema Administrativo de Serviços Jurídicos poderão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei Complementar, optar pela permanência onde estejam atuando, na condição de colaborador e não serão atingidos pelo disposto no art. 23, desta Lei Complementar.

Art. 33. Aplica-se subsidiariamente aos cargos de Assistentes Jurídicos e Advogados disciplinados nesta Lei Complementar o disposto na Lei Complementar nº 357, de 2006.

Art. 34. Para os fins do disposto no § 5º do art. 39 da Constituição Federal, fica vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias entre carreiras distintas.

Art. 35. O art. 104 da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 104. Ficam reconhecidas como entidades de representação dos membros da carreira de Procurador do Estado, a nível estadual, a Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina - APROESC e, a nível nacional, a Associação Nacional dos Procuradores de Estado - ANAPE.

Parágrafo único. O Procurador do Estado eleito para exercer a presidência da entidade de representação dos membros da carreira não receberá novas distribuições a partir de sua posse, sem prejuízo da remuneração e de quaisquer vantagens.” (NR)

Art. 36. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37. Fica revogado o art. 5º, da Lei Complementar nº 357, de 26 de abril de 2006, e o § 6º do art. 13, da Lei Complementar nº 465, de 03 de dezembro de 2009.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 21 de dezembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Moacir Sopela - 1º Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário

ANEXO I ADVOGADO AUTÁRQUICO

ÓRGÃO/Entidade	Quantidade
Administração do Porto de São Francisco do Sul	3
Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina	5
Departamento Estadual de Infraestrutura	8
Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	20
Junta Comercial do Estado de Santa Catarina	3
Departamento de Transportes e Terminais	5
Instituto de Metrologia de Santa Catarina	3

ANEXO II ADVOGADO FUNDACIONAL

ÓRGÃO/Entidade	Quantidade
Fundação Catarinense de Educação Especial	3
Fundação do Meio Ambiente	10
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	8
Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina	3
Fundação Catarinense de Cultura	3
Fundação Catarinense de Esporte	3
Fundação Escola Nacional de Administração	3

ANEXO III CARGO DE PROVIMENTO DE ASSISTENTE JURÍDICO

Denominação do Cargo	Níveis	Referências										Escolaridade	Quantidade de Vagas
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J		
ASSISTENTE JURÍDICO	1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Nível Superior - Direito	115
	2	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J		
	3	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J		
	4	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J		

**ANEXO IV
CARGO DE PROVIMENTO DE ADVOGADO**

Denominação do Cargo	Níveis	Referências										Escolaridade
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	
ADVOGADO	1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Nível Superior -
	2	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	
	3	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Direito
	4	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	

**ANEXO V
DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO**

DENOMINAÇÃO DO CARGO: Assistente Jurídico	
NÍVEL: 1 a 4	REFERÊNCIA: A a J
ESPECIFICAÇÕES	
REQUISITOS DE INVESTIDURA: Conclusão de Ensino Superior - Direito	
JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais	
DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:	
1 - Prestar assistência jurídica aos Procuradores do Estado, aos Consultores Jurídicos ou equivalentes, dos órgãos integrantes do Sistema de Serviços Jurídicos;	
2 - Executar tarefas que envolvam apoio no processamento e julgamento de processos administrativos disciplinares;	
3 - Oferecer manifestação a Procurador do Estado, Consultor Jurídico ou equivalente, sobre matéria a ele encaminhada;	
4 - Propor diligências e requisições;	
5 - Participar de comissões e grupos de trabalho, quando designados;	
6 - Coletar e registrar informações no sistema de automação judiciário; e	
7 - Exercer outras atribuições previstas em lei, ato normativo, ou inerentes ao cargo.	

**ANEXO VI
DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO**

DENOMINAÇÃO DO CARGO: Advogado	
NÍVEL: 1 a 4	REFERÊNCIA: A a J
ESPECIFICAÇÕES	
REQUISITOS DE INVESTIDURA: Conclusão de Ensino Superior - Direito	
JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais	
DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:	
1 - Assessorar e orientar as chefias nos assuntos relacionados com os conhecimentos técnico-especializados da categoria;	
2 - Prestar informações de natureza jurídica;	
3 - Executar as atividades relacionadas com o assessoramento jurídico em geral;	
4 - Redigir contratos, convênios, acordos, ajustes e respectivos aditivos;	
5 - Acompanhar as publicações de natureza jurídica, especialmente as ligadas às atividades do órgão;	
6 - Auxiliar na elaboração de anteprojeto de leis, decretos, regulamentos, portarias e normas internas;	
7 - Organizar e manter atualizada coletânea de leis e decretos, bem como o repositório da jurisprudência judiciária e administrativa, especialmente as ligadas ao órgão;	
8 - Elaborar exposição de motivos que exijam atenção especializada do profissional;	
9 - Participar de comissões disciplinares ou de sindicâncias;	
10 - Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades;	
11 - Emitir informações sobre assuntos de sua área de competência; e	
12 - Executar outras atividades compatíveis com o cargo.	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Parecer nº 421/09

Processo nº PGE 11499/09-5

Origem: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação

Ementa: Autógrafo de Projeto de Lei Complementar. Normas relativas aos servidores públicos. Emenda parlamentar. Matéria de competência exclusiva do Governador do Estado. Art. 50, § 20, IV, e art. 52, II, da Constituição Estadual.
Proposição que merece veto parcial.

Senhor Governador,

A vista do que estabelece o Autógrafo do Projeto de Lei Complementar nº 0063.0/2009, que dispõe sobre o funcionamento dos serviços jurídicos no âmbito do Poder Executivo, coube a esta Procuradoria o exame dos aspectos constitucionais que envolvem a matéria, a fim de fornecer uma orientação jurídica segura para a conclusão do processo legislativo, que culminará com a sanção ou veto do projeto aprovado pela Assembleia Legislativa, por força do disposto no art. 54, § 10, da Constituição Estadual. O Projeto de Lei ora aprovado tem por objetivo a organização dos serviços jurídicos dos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações, tendo como órgão gestor desses serviços a Procuradoria Geral do Estado, que é o órgão central do Sistema de Serviços Jurídicos, na forma prevista no art. 30, inciso X, da Lei Complementar nº 381/07.

A medida legislativa em referência sofreu emenda de iniciativa parlamentar, que acrescentou o inciso IV, ao art. 21, contendo a seguinte redação:

“Art. 21 - Serão Enquadrados por transformação para o cargo de Assistente Jurídico e passarão a ter lotação e efetivo exercício na Procuradoria Geral do Estado, sem perdas dos direitos e vantagens os ocupantes dos cargos de:

IV - Analista Técnico em Gestão Pública, classe IV, formados em Direito, lotados na Procuradoria Geral do Estado”.

Prescinde de qualquer esforço para concluir-se emenda aditiva contém vício de inconstitucionalidade sob de vista formal e material,

conforme demonstrarei a seguir.

A inconstitucionalidade formal está em que não foram observadas as formalidades relativas ao processo legislativo estabelecidas no art. 50, § 20, incisos II e IV, combinado com o art. 52, inciso 1, da Constituição Estadual, que assim dispõem:

“Art. 50 -

§ 1º -

§ 2º - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

.....
II - a administração aumento de sua criação de cargos e funções públicas na direta, autárquica e fundacional ou remuneração;

.....
IV- Os servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

.....
Art. 52 - Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvado o disposto no art. 122, §§ 3º e 4º;

.....”.

Como visto, a emenda parlamentar cuidou de questões inerentes aos servidores públicos, além do que, se sancionada, propiciará o aumento da remuneração dos servidores que serão alcançados pela medida, tendo em vista os acréscimos pecuniário previstos no art. 80, inciso VI, e seu § 1º, do Autógrafo do Projeto de Lei Complementar nº 0063.0/2009, o que compromete validade das disposições da emenda sob o ponto de vista da sua constitucionalidade.

De outra parte, nota-se que a emenda parlamentar permite a mudança de cargo público, passando para o cargo de Assistente Jurídico, sem observar o requisito do concurso público, previsto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal (art. 21, inc. I, da CE), pois os beneficiários da medida legislativa ocupam o cargo de Analista Técnico em Gestão Pública e estão investidos no exercício de funções compatíveis com o cargo que estavam provendo antes da implantação do Plano de Carreira e Vencimentos de que trata a Lei Complementar nº 357/06.

A Lei Complementar nº 357/06 não contemplou a possibilidade

de o servidor vir a exercer cargo com base em outra habilitação profissional, que não aquela exigida para o provimento do cargo de que era detentor antes do Plano de Carreira e Vencimentos.

O novo provimento e o exercício de funções inerentes ao cargo de Assistente Jurídico está sendo permitido por meio da emenda parlamentar ora combatida, o que se mostra manifestamente inconstitucional, por ferir as disposições do art. 37, inciso II, da Constituição Federal, reproduzidas pelo art. 21, INC. I, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Essa situação pode ser mais bem demonstrada a partir do exame da situação funcional de cada um dos servidores beneficiados pela medida legislativa, conforme consta do documento anexo. São eles:

- 1) Elias Pryciuk Küster;
- 2) Ederaldo Genézio Rita;
- 3) Nilo Sérgio Silvy;
- 4) Jane Rose Machado Abreu;
- 5) Valéria Ribas;
- 6) Valério de Souza Michels;
- 7) Adilson Oscar de Souza.

Os servidores Elias Pryciuk Küster e Ederaldo Genézio Rita, oriundos do cargo de **Comissário de Polícia**, passaram para o cargo de Analista Técnico em Gestão Pública por intermédio da Lei Complementar nº 357/07, cuja situação funcional está "sub judice", aguardando o julgamento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, conforme se verifica na ADIn 2007.045222-4 e na ADI 3966/SC ora em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

Essa mudança de cargo também ocorreu em relação aos servidores Nilo Sérgio Silvy, Jane Rose Machado Abreu, Valéria Ribas, Valério de Souza Michels e Adilson Oscar de Souza, oriundos dos cargos de **Economista, Orientador Educacional, Assistente Técnico Pedagógico, Professor e de Analista Técnico Administrativo II**, respectivamente, os quais passaram para o cargo de Analista Técnico em Gestão Pública, nível IV, por meio da Lei Complementar nº 357/07, razão pela qual também estão arrolados dentre os servidores que aguardam uma definição do Tribunal de Justiça do Estado (ADIN 2007.045222-4 e do STF (ADI 3966/SC).

As disposições contidas na emenda aditiva têm por objetivo fazer com que os servidores beneficiados passem do cargo de **Analista Técnico em Gestão Pública** para a nova carreira de Assistente Jurídico, cujo cargo só pode ser provido mediante aprovação em concurso público (art. 37, II, da CF), incidindo no mesmo vício de inconstitucionalidade alegado nas citadas ADIN 2007.045222-4 e ADI 3966/SC.

A propósito, vale lembrar que o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina já julgou a ADIn 2006.039973-0, declarando inconstitucional a mudança de cargo prevista no Plano de Carreira e Vencimentos da Secretaria de Estado da Educação, instituído pela Lei Complementar nº 351/07, por ter realizado a mudança substancial de atribuições de cargos sem o devido concurso público.

Colhe-se do trecho da ementa da ADIn 2006.039973-0, o seguinte excerto:

"LEI COMPLEMENTAR N. 351/06. INSTITUIÇÃO DE PLANO DE CARREIRA E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS LOTADOS NA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. ENQUADRAMENTO POR TRANSFORMAÇÃO DE SERVIDORES COM DIFERENTES HABILITAÇÕES - ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR - NO CARGO DE ANALISTA TÉCNICO EM GESTÃO EDUCACIONAL. MANIFESTA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 21, I, DA CARTA CATARINENSE. FORMA DE PROVIMENTO DERIVADO VEDADA PELA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E PELA CARTA FEDERAL".

Além disso, as demais leis estaduais que dispõem sobre os Planos de Carreiras e Vencimentos dos servidores da Administração Direta, Autarquias e Fundações também são objeto da acima referida ADI 3966/SC, que tramita no Supremo Tribunal Federal, onde aguarda julgamento.

Nos termos da correta interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal, a Carta Constitucional de 1988 realizou substancial modificação das normas administrativas, sobretudo, a eliminação de

várias formas clássicas de provimento derivado, tais como o acesso, a readmissão, a transferência, o aproveitamento e a reintegração administrativa (ADI nºs. 231, 245 e 837).

Também é do Supremo Tribunal Federal a decisão no sentido de que "É inconstitucional a lei que autoriza o sistema de opção ou de aproveitamento de servidores federais, estaduais e municipais sem que seja cumprida a exigência de concurso público". (ADI 980, Rel. Min. Menezes Direito, julgamento em 06.03.08).

O que se pode deduzir, sem sombra de dúvida, é que as formas de provimento derivado abolidas da C.F/88 são aquelas em que o servidor passa a ocupar **cargo de natureza diversa ou de maior complexidade** daquele para o qual prestou concurso público e obteve aprovação.

Devo enfatizar que, embora a emenda parlamentar alcance apenas os servidores da Procuradoria Geral do Estado, o aproveitamento em outro cargo público pelo simples fato de possuir habilitação profissional irá gerar inúmeras demandas judiciais por parte de servidores dos outros órgãos públicos que também almejam idêntico tratamento.

Nesse caso, se o Estado for compelido a realizar o aproveitamento de todos os servidores de outros órgãos com formação em Direito no cargo de Assistente Jurídico, tal como estabelecido na emenda parlamentar, essa medida irá acarretar uma grande repercussão financeira, posto que o art. 28, do Autógrafo PLC 0063.0/2009 está fixando o valor da gratificação de produtividade do cargo de Assistente Jurídico em **R\$ 3.207,21**.

Segundo o levantamento da Secretaria de Estado da Administração, nos demais órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações existem 932 servidores com formação em Direito, sendo que o eventual aproveitamento desses Servidores no cargo de Assistente Jurídico representará o aumento de despesa mensal de **R\$ 2.967.811,81**, importando no custo acumulado de 12 meses em **R\$ 39.327.214,33**.

Diante dessas considerações, não há dúvida quanto à inconstitucionalidade da medida legislativa que permite o provimento de cargo de carreira específica de Assistente Jurídico por servidor ocupante de cargo diverso, sem o cumprimento do requisito do concurso público (art. 37, II, da CF).

Por último, devo esclarecer que a leitura do inteiro teor do Autógrafo do Projeto de Lei Complementar nº 0063.0/2009 revelou a existência de dispositivo que deve ser retirado do projeto aprovado, por ofender as disposições do art. 37, inciso I, da Constituição Federal.

Trata-se da exigência de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil para provimento do cargo de Assistente Jurídico, na forma prevista no art. 20, inc. II, alínea "a", do Autógrafo do Projeto de Lei Complementar nº 0063.0/2009.

A prevalecer esse requisito, estaria o Poder Público restringindo o pleno acesso aos cargos públicos, considerando que o servidor ocupante do cargo de Assistente Jurídico, de acordo com as suas atribuições legais, exercerá as funções de assessoramento intermediário, não estando investido das atribuições constitucionais de advogado público, que são privativas dos cargos de Procurador do Estado, nos termos do art. 132, da Constituição Federal.

No caso, a exigência de inscrição no órgão de classe implica em restrição ao princípio da acessibilidade aos cargos públicos, previsto no art. 37, inc. I, da Constituição Federal (art. 21, inc. I, da CE), pois estaria a norma infraconstitucional fazendo exigência indispensável para o exercício do cargo de Assistente Jurídico.

Isto posto, manifesto-me no sentido de aplicação de veto às disposições do art. 20, inc. II, alínea "a", e art. 21, inc. IV, do Autógrafo do Projeto de Lei Complementar nº 0063.0/2009, por ofensa às normas do art. 21, inc. I, art. 50, § 2º, incisos II e IV, e art. 52, inciso I, da Constituição Estadual.

Com o acolhimento da proposta de veto Vossa Excelência estará afastando a mácula de inconstitucionalidade de que padece o projeto em pauta, bem como evitando o efeito multiplicador dessa medida legislativa e o correspondente impacto financeiro nas contas públicas, haja vista a pletera de servidores de outros órgãos da Administração Pública, que são detentores de idêntica situação funcional.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2009.

SADI LIMA

Procurador-Geral do Estado

EVOLUÇÃO DE CARGOS DOS SERVIDORES BENEFICIADOS PELO PLC Nº 0063.0/2009

SERVIDOR BENEFICIADO	CARGO PRIMITIVO	ENQUADRAMENTO LC Nº (ADIN 007.045222-4 E ADI 3966/STF - subjudice)	APROVEITAMENTO AUTÓGRAFO PLC Nº 0063.0/2009
Elias Pryciuk Küster	Comissário de Polícia	Analista Tec. Gestão Publ. IV	Assistente Jurídico
Ederaldo Genézio Rita	Comissário de Polícia	Analista Tec. Gestão PUBL. IV	Assistente Jurídico
Nilo Sérgio Silvy	Economista	Analista Tec. Gestão PUBL. IV	Assistente Jurídico
Jane Rose Machado Abreu	Orientador Educacional	Analista Tec. Gestão Publ. IV	Assistente Jurídico
Valéria Ribas	Assistente Técnico I Pedagógico	Analista Tec. Gestão Publ. IV	Assistente Jurídico
Valério de Souza Michels	Professor	Analista Tec. Gestão Publ. IV	Assistente Jurídico
Adilson Oscar de Souza	Analista Técnico Adm. II	Analista Tec. Gestão Publ. IV	Assistente Jurídico

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
Florianópolis, 12 de janeiro de 2009.

Expediente: Ofício nº 31 77/SCA-DIAL-GEMAT

Assunto: Cópia do autógrafa aprovado pela Assembléia Legislativa, de origem parlamentar que "Dispõe sobre o quadro de Pessoal dos Serviços Jurídicos das Autarquias e Fundações e adota outras providências".

Informações: 167/2010

Senhor Secretário,

Examinando o inserto no autógrafa do Projeto de Lei nº 063/09, de origem parlamentar, aprovado pela Assembléia Legislativa, que "Dispõe sobre o quadro de Pessoal dos Serviços Jurídicos das Autarquias e Fundações e adota outras providências", submetido à sanção do Chefe do Poder Executivo, para análise e parecer técnico desta Pasta, cumprim-se sugerir:

O VETO, por parte do Chefe do Poder Executivo, ao inciso IV do artigo 21 e os §§ 2º e 3º do artigo 31 do referido Projeto de Lei, uma vez que o autógrafa aprovado pela Assembléia Legislativa padece de vício de inconstitucionalidade.

O inciso IV do art. 21, propõe que os Analistas Técnicos em Gestão Pública, Classe IV, formados em Direito, lotados na Procuradoria-Geral do Estado, serão enquadrados por transformação para o cargo de Assistente Jurídico.

Ou seja, o servidor que prestou concurso público para qualquer carreira de nível superior e que, nesse interstício tenha concluído o curso de graduação em Direito, poderá ingressar na carreira de Assistente Jurídico."

O § 3º do art. 31 dispõe que "os servidores do Poder Executivo, em exercício nos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, terão lotação no respectivo órgão, independentemente da nomenclatura do cargo de provimento efetivo ocupado e do quadro lotacional a que pertençam, podendo optar pela permanência na condição de convocados ou à disposição no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desta Lei Complementar.

As propostas destes dispositivos, quando autorizam a transposição a cargo público sem respeitar a identidade do cargo anteriormente ocupado, sua habilitação, escolaridade e atribuições, padecem de vício de inconstitucionalidade.

O princípio constitucional que direciona a Administração Pública, neste caso, especificamente do concurso público, envolve diretrizes específicas para transformação de cargos que não venham ferir seus dispositivos em qualquer situação que trate de enquadramento de cargos ocupados em novas carreiras sem a devida análise da origem dos cargos, suas atribuições, as compatibilidades e a mesma natureza de trabalho entre estes cargos.

A Constituição Federal de 1988 banuiu do nosso ordenamento jurídico qualquer forma de provimento de cargo público, isolado ou de carreira, que não seja através de concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme disposto no art. 37, in verbis:

"Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundamental, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:
- os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração"

A Carta Magna é a lei fundamental, o meio mediante o qual uma sociedade se organiza e restringe atos ou exige prestações estatais, seja prescrevendo direitos, deveres e garantias, seja conferindo o fundamento de validade de todas as leis e atos normativos.

Os preceitos ou normas que integram a Constituição, em razão de suas características e objetivos, acham-se num grau hierárquico supremo, face a todas as demais normas jurídicas que compõem um dado ordenamento jurídico.

A Constituição Federal se encontra no ápice do sistema jurídico, estabelecendo a própria estrutura e as normas fundamentais do Estado. Assim, todas as normas devem se adequar aos parâmetros constitucionais, sob pena de resultarem inconstitucionais e não poderem pertencer ao ordenamento jurídico vigente.

O Supremo Tribunal Federal possui entendimento assentado a respeito da exigência de concurso público para a investidura em cargos ou empregos públicos, ressalvados, os cargos em comissão, conforme enunciado da Súmula nº 685:

"É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido."

Neste sentido, transcrevemos o julgado:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ASCENSÃO OU ACESSO, TRANSFERÊNCIA E APROVEITAMENTO NO TOCANTE A CARGOS OU EMPREGOS PÚBLICOS - O critério do mérito aferível

por concurso público de provas ou de provas e títulos e, no atual sistema constitucional, ressalvados os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, indispensável para cargo ou emprego público isolado ou em carreira, para o isolado, em qualquer hipótese; para o em carreira, para o ingresso nela, que só se fará na classe inicial e pelo concurso público de provas ou de provas títulos, não o sendo, porém, para os cargos subsequentes que nela se escalam até o final dela, pois, para estes, a investidura se fará pela forma de provimento que e a "promoção". Estão, pois, banidas das formas de investidura admitidas pela constituição a ascensão e a transferência, que são formas de ingresso em carreira diversa daquela para a qual o servidor público ingressou por concurso, e que não são, por isso mesmo, insitas ao sistema de provimento em carreira, ao contrário do que sucede com a promoção, sem a qual obviamente não haverá carreira, mas, sim, uma sucessão ascendente de cargos isolados. - o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal também não permite o "aproveitamento", uma vez que, nesse caso, há igualmente o ingresso em outra carreira sem o concurso exigido pelo mencionado dispositivo. Ação Direta de Inconstitucionalidade que se julga procedente para declarar inconstitucionais os artigos 77 e 80 do ato das disposições constitucionais transitórias do Estado do Rio de Janeiro." (STF. Tribunal Pleno. ADI-231/ RJ. Rel. Min. Moreira Alves. DJ. 13.11.92)

Cabe ressaltar ainda, que o Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, proferiu a Decisão nº 2440/2008, considerando irregular os atos administrativos que implicaram no ingresso ou acesso de servidores em novo cargo sem concurso público, bem como o enquadramento em carreiras distintas.

Ademais, a previsão legal do inciso IV do art. 21 estabelece que o servidor formado no curso de Direito seja provido no cargo de Assistente Jurídico, sem a exigência da inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, requisito indispensável para a posse neste cargo. Este dispositivo contraria um dos requisitos de investidura, conforme disposto no art. 20, inciso II, aliena "a", deste Projeto de Lei Complementar, vigorando o vício de ilegalidade.

Por fim, ressaltamos que, se inconstitucional e ilegal o ato Legislativo, não pode o Chefe do Poder Executivo dar-lhe cumprimento, pois atentaria contra a Lei Orgânica Municipal, Constituição Estadual e Constituição Federal.

Conforme entendimentos doutrinário e jurisprudencial, a Administração Pública pode negar validade ou eficácia à Lei que contrariar a Constituição. Se a Lei já nasce contrariando o preceito maior, que é a Constituição Federal, não há como exigir o seu cumprimento, sendo tal posicionamento pacífico no Supremo Tribunal Federal. (STF, in RTJ 2/386, 3/760; RDA 59/339, 76/51, 76/308, 97/116; RF 196/59; RT 354/139, 354/153,358/130, 594/218; BDM 11/600).

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é que o inciso IV do art. 21, estenderá vantagem financeira não só aos servidores ocupantes do cargo de Analista Técnico em Gestão Pública, Classe IV, formados em Direito e lotados na Procuradoria Geral do Estado, mas a todos os servidores de nível superior lotados no Poder Executivo o que representa um impacto mensal de R\$ 1.548.456,64, com valor projetado para 12 meses no valor de R\$ 20.482.716,31, beneficiando 541 servidores do Quadro Único de Pessoal da Administração Direta, Autarquias e Fundações que atualmente ocupam cargo de nível superior. Diante do exposto, sugerimos o veto do inciso IV do art. 21 e do §3º do art. 21, uma vez que eivados de evidente inconstitucionalidade.

No que tange ao disposto no art. 31, §20, estende vantagem financeira que resulta aumento de despesa aos cofres públicos.

O artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), inserido no capítulo IV sob o título "Da Despesa Pública", dispõe, in verbis:

"Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias."

A não observância desse dispositivo acarretará em despesas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, conforme prevê o art. 15:

"Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atenda o disposto nos arts. 16 e 17."

A Lei de Responsabilidade Fiscal reforça os mecanismos de controle do dinheiro público, estabelecendo que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe em suma a ação planejada e transparente do administrador público.

Assim, toda concessão que repercute acréscimo pecuniário deve preceder de repercussão financeira a ser elaborada pela Gerência de Remuneração Funcional desta Pasta, o que, *in casu*, não ocorreu.

Desta forma, em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, entendemos que o mencionado dispositivo padece de vício de ilegalidade, motivo pelo qual opinamos pelo seu veto.

Quanto aos demais dispositivos do Projeto de Lei ora analisado, entendemos que estão em conformidade com os princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública.

Desta forma, o inciso IV do artigo 21 e os §§20 e 30 do artigo 31 do autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, padecem de vício insanável de inconstitucionalidade e ilegalidade, motivo pelo qual opinamos, salvo melhor juízo, pelo **veto parcial** do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, na forma do §1º do art. 54 da Constituição Estadual."

(Fl. 06 da Informação nº 167/10, de 12/01/2010)

A sua elevada consideração.

Luiz Antonio Dacol
Gestão de Recursos Humanos

DESPACHO

1. De acordo.
2. Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Coordenação e Articulação.
Florianópolis, 12 de janeiro de 2010.

PAULI ELI

Secretário de Estado da Administração e.e.

Parecer COJUR/SEF nº 07/10 Florianópolis, 11 de janeiro de 2010.
Origem: SCA

Referência: Autógrafo do Projeto de Lei Complementar nº 063/09. Dispõe sobre o quadro de pessoal dos serviços jurídicos das autarquias e fundações e adota outras providências.

Senhor Secretário:

Trata-se de solicitação encaminhada pela Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, mediante Ofício nº 3176/SCA-DIAL-GEMAT, requerendo a manifestação dessa Secretaria acerca da matéria constante do Autógrafo do Projeto de Lei Complementar nº 063/09, aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A proposta legislativa, de origem governamental, dispõe sobre o quadro de pessoal dos serviços jurídicos das autarquias e fundações e adota outras providências.

Analisando a tramitação da proposta, verifica-se que a augusta Assembléia Legislativa aprovou o projeto de acordo com emenda substitutiva global, de iniciativa parlamentar, a qual aglutinou à proposição originária o texto do Projeto de Lei Complementar nº 064/2009, que dispunha sobre a criação do cargo de Assistente Jurídico no Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Estado.

Em relação ao texto consolidado, estabelecido no autógrafo, evidencia-se contrariedade ao interesse público no tocante à redação do art. 21, inciso IV, do projeto, assim redigido:

"Art. 21. Serão enquadrados por transformação para o cargo de Assistente Jurídico e passarão a ter lotação e efetivo exercício na Procuradoria-Geral do Estado, sem perdas de direitos e vantagens os ocupantes dos cargos de:
[...]

IV - Analista Técnico em Gestão Pública, Classe IV, formados em Direito, lotados na Procuradoria-Geral do Estado."

A par da possibilidade de ser compreendida como forma de acesso a cargo público mediante provimento derivado, eivando o dispositivo de inconstitucionalidade por afronta ao art. 37, II, da Constituição Federal, a redação proposta ao inciso IV do art. 21 contraria o interesse público, ao possibilitar tratamento diferenciado entre servidores que ocupam o mesmo cargo e desempenham as mesmas atribuições.

Isso porque, a disposição normativa inserida por emenda parlamentar possibilita que outros servidores, não lotados na Procuradoria-Geral do Estado, mas também ocupantes do cargo de Analista Técnico em Gestão Pública, Classe IV, com formação superior em Direito, venham a demandar em face do Estado de Santa Catarina, requerendo o enquadramento por transformação para o cargo de Assistente Jurídico, por questão de isonomia.

Nessas circunstâncias, o impacto orçamentário e financeiro para a implantação do projeto pode ser significativamente superior ao montante estimado, de forma que, para a preservação do interesse público, a extensão do enquadramento por transformação ao servidores atingidos pelo referido dispositivo deve ser objeto de análise em proposição elaborada pelo Poder Executivo, observada a iniciativa privativa do Sr. Governador do Estado, mensurando-se exatamente as despesas decorrentes de proposta dessa natureza.

Sendo assim, em exceção ao dispositivo sob comento, não vislumbramos óbice à sanção do autógrafo, recomendando o encaminhamento da proposta legislativa à consideração do Sr. Governador do

Estado, na forma do art. 54, caput, da Constituição do Estado de Santa Catarina, com sugestão de veto ao inciso IV do art. 21 do projeto.

A consideração superior.

Florianópolis, 11 de janeiro de 2010.

Alex Heleno Santore
Consultor Jurídico

Acolho a manifestação de Consultoria Jurídica.

À Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, para conhecimento providências.

Florianópolis, 11 de janeiro de 2010

Antonio Marcos Gavazzoni
Secretário de Estado da fazenda
*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1500

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Institui Grupo de Trabalho - GT, destinado a executar as tarefas inerentes à fixação dos Índices de Participação dos Municípios - IPM, de conformidade com a Lei Complementar federal nº 63, de 1990, e do § 4º do art. 133 da Constituição Estadual", por ser inconstitucional e contrário ao interesse público.

Os pareceres da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria de Estado da Fazenda, os quais acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 19 de janeiro de 2010

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 03/02/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Parecer nº 041/10

Processo nº. PPGE 132/101

Origem: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação

EMENTA: Autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa. Projeto de iniciativa parlamentar. Institui grupo de trabalho. Projeto cuja iniciativa compete do Governador do Estado. Vício de inconstitucionalidade. Recomendação de veto.

Senhor Procurador-Geral,

Por meio do Ofício nº 3.249/SCA-DIAL-GEMAT, de 22 de dezembro de 2009, a Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação solicita a manifestação desta Procuradoria sobre o Autógrafo do Projeto de Lei nº 484/09, que "**Institui Grupo de Trabalho - GT, destinado a executar as tarefas inerentes à fixação dos Índices de Participação dos Municípios - IPM, de conformidade com a Lei Complementar Federal nº 63, de 1990, e do § 4º do art. 133 da Constituição Estadual**".

O projeto de iniciativa parlamentar aprovado pela Assembléia Legislativa foi remetido para exame e parecer da Procuradoria Geral do Estado, a fim de orientar a decisão do Senhor Governador do Estado, tendo em vista o que estabelece o art. 54, § 1º, da Constituição do Estado, "verbis":

"Art. 54 - Concluída a votação e aprovado o projeto de lei, a Assembléia Legislativa o encaminhará ao Governador do Estado para sanção.

§ 1º - Se o Governador do Estado considerar o projeto, no todo ou em parte, **inconstitucional ou contrário ao interesse público**, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Assembléia os motivos do veto".

Preliminarmente, constata-se que o Autógrafo do Projeto de Lei nº 484/09, de iniciativa parlamentar, cria um Grupo de Trabalho, o qual se reveste das mesmas características de um órgão público, pois se trata de uma unidade de serviço com atividades estatais, desempenhadas por agentes públicos, que terão funções próprias dessa nova estrutura administrativa.

A propósito do conceito de órgão público, ensina Hely Lopes Meirelles que:

"Órgãos públicos - São centros de competências instituídos para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada a pessoa jurídica a que pertencem. São unidades de ação com atribuições específicas na organização estatal." (Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros Editores, 25ª edição, ano 2000, São Paulo, pág. 62).

Portanto, essa nova unidade de ação criada para integrar a estrutura administrativa do Poder Executivo fere as disposições do art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição Estadual,

que atribui privativamente ao Governador do Estado a competência para iniciar o processo legislativo em matéria relacionada com a instituição, estruturação ou alteração de órgãos e serviços pertencentes a sua área de atuação.

Aliás, esse tema já foi objeto de deliberação pelo Supremo Tribunal Federal, que reafirma a inconstitucionalidade de projetos de lei de origem parlamentar que, de alguma maneira, ampliam ou modificam as atribuições de órgãos públicos, conforme se verifica dos seguintes excertos:

"Segundo a Carta da República, incumbe ao chefe do Poder Executivo deflagrar o processo legislativo que envolva órgão da Administração Pública, alínea e do § 1º do artigo 61 da Constituição Federal" (ADI 2.799-MC, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 1º-4-04, DJ de 21-5-04).

"Compete privativamente ao Poder Executivo (CF, alínea e do inciso II do § 1º do artigo 61) a iniciativa de projeto de lei que confere atribuição a órgãos subordinados ao Governador do Estado" (ADI 2.443-MC, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgamento em 7-6-01, DJ de 29-8-03).

"É indispensável a iniciativa do Chefe do Poder Executivo (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC 32/01, por meio de decreto) na elaboração de normas que de alguma forma remodelam as atribuições de órgão pertencente à estrutura administrativa de determinada unidade da Federação" (ADI 3.254, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 16-11-05, DJ de 2-12-05).

Ademais essa norma originária do Poder Legislativo, que estabelece a criação de unidade administrativa com a denominação de "Grupo de Trabalho", representa uma invasão da competência privativa do Poder Executivo para dispor sobre a "organização e o funcionamento da administração estadual", nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição do Estado.

Nesse caso, a interferência nas atividades próprias do Poder Executivo afronta ao princípio da "Separação dos Poderes", insculpido no art. 2º, da Constituição Federal, reproduzido por simetria pelo art. 32, da Constituição Estadual:

"Art. 32 - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

Por mais importante e essencial que seja a criação de uma nova unidade administrativa pelo autógrafo do projeto de lei em referência, não há se negar a ocorrência de ofensa ao princípio da separação dos Poderes do Estado, inscrito no art. 32, da constituição Estadual (art. 2º, da C.F.), porquanto houve a criação de uma unidade de serviço por meio de lei de iniciativa parlamentar, que não observou a formalidade essencial da iniciativa de lei pelo Governador do Estado.

Assim, o projeto aprovado contém vício de inconstitucionalidade de ordem formal pelo simples fato de ter criado uma unidade administrativa de serviço no âmbito do Poder Executivo, sem a participação da autoridade competente para iniciar o processo legislativo, o que constitui fundamento suficiente para impor o veto governamental.

A verificação da inconstitucionalidade ou da contrariedade ao interesse público é função que não está sujeita ao exclusivo critério discricionário ou ao juízo político do Governador do Estado, cabendo a este apenas a constatação fática de que alguma disposição legal não está em conformidade com os preceitos constitucionais ou são considerados contrários ao interesse público.

Isto porque, ainda que se justifique a necessidade de edição de lei, não cabe à autoridade que possui poder de veto a formulação de um juízo eminentemente discricionário quanto a sua conveniência, eis que deve prevalecer o princípio da supremacia das normas constitucionais sobre as demais.

O poder de veto que a Carta Constitucional confere ao Governador do Estado faz com que seja especialmente necessário o seu regular exercício de pleno controle da constitucionalidade das leis, a fim de, como lembra Kelsen, evitar "atentado à fronteira politicamente tão importante entre a esfera do governo e a esfera do parlamento".

Com efeito, a verificação da constitucionalidade das leis é procedimento de observância obrigatória, que não se submete à discricionariedade ou ao juízo político do Governador do Estado, cabendo a este um juízo de ponderação de valores apenas na verificação do interesse público.

À vista da incompatibilidade das normas da proposição parlamentar frente ao texto constitucional, em especial o art. 32, da CE - art. 2º, da CF, e o art. 50, § 2º, inciso VI, da CE - art. 61, § 1º, inc. II, alínea "e", da CF, recomendamos a aposição de veto total ao Autógrafo do Projeto de Lei nº 484/09, nos termos do art. 54, § 1º, da Constituição Estadual.

Estas são as considerações de ordem jurídica que submetemos à deliberação de Vossa Excelência.

Florianópolis, 08 de dezembro de 2010.

Silvio varela Junior

Procurador Administrativo

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**

PPGE nº 132/101

Assunto: Autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa. Projeto de iniciativa parlamentar. Institui grupo de trabalho. Projeto cuja iniciativa compete do Governador do Estado. Recomendação de veto.

Origem: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação
DESPACHO

Acolho o **Parecer nº 041/10** de fis. 17/20, da lavra do Procurador Administrativo Silvio Varela Junior.

Encaminhem-se à Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

Após, arquive-se.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2010.

SADI LIMA

Procurador-Geral do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CONSULTORIA JURÍDICA

Parecer COJUR/SEF nº 015/010

Florianópolis, 18 de janeiro de 2010.

Origem: SCA

Referência: Autógrafo do Projeto de Lei nº 484/09. Institui Grupo de Trabalho - GT, destinado a executar as tarefas inerentes à fixação dos Índices de Participação dos Municípios - 1PM, de conformidade com a Lei Complementar federal nº 63, de 1990, e do §4º do art. 133 da Constituição Estadual.

Senhor Secretário:

Trata-se de solicitação encaminhada pela Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, mediante Ofício nº 3212/SCA-DIAL-GEMAT, requerendo a manifestação dessa Secretaria acerca da matéria constante do Autógrafo do Projeto de Lei nº 484/09, aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A proposta legislativa, de origem parlamentar, institui Grupo de Trabalho - GT, destinado a executar as tarefas inerentes à fixação dos Índices de Participação dos Municípios - 1PM, de conformidade com a Lei Complementar federal nº 63, de 1990, e do §4º do art. 133 da Constituição Estadual.

Além da aparente inconstitucionalidade da proposição, tendo em vista ferir a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo para dispor sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública (art. 50, §2º, inciso IV, da Constituição do Estado), a matéria, em princípio, não dependeria de edição de lei específica para ser implementada, posto que cabe ao Governador do Estado dispor, mediante decreto, sobre a "organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos" (art. 71, inciso IV, alínea "a", da Constituição do Estado, com a redação da EC/38).

Demais disso, a proposta vai de encontro ao interesse público, conforme Ofício nº 274/SF, encaminhado pela Secretaria da Fazenda do Município de Joinville, manifestando contrariedade à sanção do projeto (cópia anexa).

Diante disso, a proposição deve ser vetada integralmente, sem prejuízo da deliberação do assunto no âmbito desta Secretaria de Estado da Fazenda, para posterior envio de minuta de decreto à consideração do Sr. Governador do Estado, sugerindo-se o encaminhamento da matéria à Diretoria de Administração Tributária, para coordenar e apresentar proposta de regulamentação do tema.

Sendo assim, por ora, recomenda-se o veto integral ao autógrafo do projeto de lei, na forma do art. 54, §1º, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

À consideração superior.

Alex Heleno Santore

Consultor Jurídico

Acolho a manifestação da Consultoria Jurídica. A Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, para conhecimento e providências. Encaminha-se cópia à DIAT, para apresentar proposta de regulamentação da matéria, na forma sugerida pela COJUR.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2010.

Antônio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Fazenda

Secretaria da Fazenda

Ofício nº 274/SF

Joinville, 18 de dezembro de 2009.

Senhor Secretário,

Veio ao nosso conhecimento a notícia de que a Assembléia Legislativa deste Estado aprovou o Projeto de Lei nº 484/2009, que institui Grupo de Trabalho - GT destinado a executar as tarefas inerentes à fixação dos Índices de Participação dos Municípios - 1PM, de conformidade com a Lei Complementar Federal de nº 63, de 11 de janeiro de 1990, e do § 4º do art. 133 da Constituição Estadual.

Ocorre que o referido Projeto de Lei afasta por todo a possibilidade de participação direta dos municípios no acompanhamento da realização dos respectivos trabalhos de apuração, consagrando o modelo de representação via associações, o que entendemos estar dissonante do

estabelecido em cláusulas pétreas da Constituição da República que cujo art. 5º, XX e XXI, assim estabelece:

Diz o art. 5º da Constituição da República que:

(...)

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

Senhor Antonio Marcos Gavazzoni

Secretário da Fazenda Estadual

Centro Administrativo do Governo - Rodovia SC 401 Km 5, nº 4600

CEP: 88032-005

Florianópolis SC

Fax: (48) 3215-1510

No modelo do referido Projeto de Lei, os municípios são obrigados a estarem associados (contrariedade ao art. 5º, XX) para terem representação no referido grupo de trabalho.

É verdade que a Constituição deste Estado afirma que "os índices de rateio das parcelas do ICMS serão calculados com a participação dos Municípios através de suas associações representativas, mas em observância ao art. 5º, XXI (1 da Constituição da República, isto deve ser interpretado como uma faculdade e não como uma obrigatoriedade.

Ademais, ao que nos parece, o referido Projeto de Lei estaria descompassado até mesmo do planejamento de normatização que vinha sendo realizado pela DIAT dessa Secretaria da Fazenda.

Em assim sendo, solicitamos a Vossa Senhoria seja recomendado ao Excelentíssimo Governador que aponha o seu veto ao Projeto de Lei 484/2009.

Atenciosamente,
Márcio da Silva Florêncio

Secretário

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 484/09

Institui Grupo de Trabalho - GT, destinado a executar as tarefas inerentes à fixação dos Índices de Participação dos Municípios - IPM, de conformidade com a Lei Complementar federal nº 63, de 1990, e do § 4º do art. 133 da Constituição Estadual.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído Grupo de Trabalho - GT destinado a executar tarefas inerentes à fixação dos Índices de Participação dos Municípios - IPM, relativos à arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, com as seguintes atribuições:

I - conferir, auditar e promover ajustes no banco de dados da Secretaria de Estado da Fazenda, relativas às informações prestadas sobre as operações fiscais e contábeis dos contribuintes, diretas ou indiretas, com o objetivo de apurar o Índice de Participação dos Municípios - IPM, na Cota Parte do ICMS; e

II - promover a articulação entre o Governo do Estado e as Associações de Municípios/Municípios para o aprimoramento dos trabalhos inerentes ao Movimento Econômico, visando estabelecer normas e procedimentos a serem adotados para o cálculo e apuração do Valor Adicionado de cada município.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será constituído pelo Diretor de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda e pelos Secretários Executivos de cada uma das Associações de Municípios, ou representante credenciado com vínculo empregatício com a Associação ou Município participante.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será presidido pelo Diretor de Administração Tributária, a quem compete coordenar os trabalhos e prover os meios necessários à execução das tarefas inerentes ao Movimento Econômico.

Parágrafo único. O Presidente do Grupo de Trabalho deverá indicar um representante do Quadro de Servidores da Secretaria de Estado da Fazenda para dirigir a execução dos trabalhos previstos no art. 1º, incisos I e II, da presente Lei.

Art. 4º O Grupo de Trabalho terá caráter permanente e se reunirá por convocação de seu Presidente ou por autoconvocação.

Art. 5º O Grupo de Trabalho tem competência para instaurar sindicâncias, internas e externas, nos casos em que existam indícios de interferência no resultado do Movimento Econômico.

Art. 6º A nomeação dos membros, efetivos e suplentes, do Grupo de Trabalho será publicada anualmente pelo Presidente do Grupo, no Diário Oficial do Estado, de conformidade com indicação formal das Associações de Municípios/Municípios.

Parágrafo único. As Associações de Municípios indicarão um representante titular e um suplente.

Art. 7º O membro do Grupo de Trabalho deverá possuir competência, conhecimento técnico específico e probidade, além de comprometimento com o sigilo fiscal, devidamente formalizado e arquivado na Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 8º O Grupo de Trabalho será convocado para efetuar a conferência e auditoria, definindo parâmetros, de que trata o inciso I do art. 1º, que deverá ocorrer em período anterior à publicação dos Índices de que trata o § 6º do art. 3º da Lei Complementar federal nº 63, de 11 de janeiro de 1990.

§ 1º Os ajustes e resultados da auditoria deverão integrar os cálculos dos respectivos Índices de Participação dos Municípios - IPM.

§ 2º A Secretaria de Estado da Fazenda disponibilizará todos os dados e informações necessárias, em meio magnético, à execução dos trabalhos de Auditoria do Movimento Econômico.

Art. 9º O Estado manterá um sistema de informações baseado em documentos fiscais obrigatórios, capaz de apurar, com precisão, o Valor Adicionado de cada município.

Art. 10. As impugnações de que trata o § 7º do art. 3º da Lei Complementar federal nº 63, de 1990, serão protocolizadas na Secretaria de Estado da Fazenda e julgadas:

I - em Primeira Instância Administrativa, pelo Grupo de Trabalho; e
II - em Segunda Instância Administrativa, pelo Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 11. O julgamento dos Recursos Administrativos impetrados em Primeira Instância é de competência dos membros do Grupo de Trabalho, a quem cabe a análise, a emissão de parecer e o despacho final.

Art. 12. As normas e procedimentos de que trata o inciso II do art. 1º, desta Lei serão organizados em Súmulas, após aprovação pelo Grupo de Trabalho, e publicados no Diário Oficial do Estado por ato do Secretário do Estado da Fazenda.

Art. 13. O Grupo de Trabalho deliberará por maioria simples de votos, detendo o Presidente o voto de qualidade.

Art. 14. As questões não resolvidas pelo Grupo de Trabalho serão submetidas, conforme o caso à Procuradoria Fiscal do Estado, vinculada à Procuradoria Geral do Estado ou à Diretoria de Administração Tributária.

Art. 15. O Grupo de Trabalho elaborará e aprovará, num período de 90 (noventa) dias, o seu Regimento Interno, a ser publicado por ato do Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 22 de dezembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Valmir Comin - 3º Secretário

Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 043, de 5 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor CLETO ROBERTO CARDIAS, matrícula nº 4015, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de fevereiro de 2010 (Gab Dep Gelson Merísio).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 044, de 5 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora MARIA DENISE LO BOSCO GIACOMAZZI, matrícula nº 5569, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 5 de fevereiro de 2010 (Gab Dep Gelson Merísio).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 045, de 5 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora ALAOCAGE ELI SAMBORSKI, matrícula nº 5411, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-51, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 5 de fevereiro de 2010 (Liderança do DEM).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 046, de 5 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ALAOCAGE ELI SAMBORSKI, matrícula nº 5411, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-51, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 5 de fevereiro de 2010 (Gab Dep Gelson Merisio).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 047, de 5 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR NERI ANTONIO DEMETRIO, matrícula nº 3126, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gelson Merisio).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 048, de 5 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ADA MARIA STEINER, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gelson Merisio).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 049, de 05 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete da Presidência **EDELSON ELIAS DA SILVA**, servidor do Poder Executivo - PGE, colocado à disposição na Assembléia Legislativa pelo Ato nº 216, de 03 de fevereiro de 2010, sob a égide do Termo de Convênio nº 08088/2003-8.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 050, de 05 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **THESSÁLIA MAY RODRIGUES**, matrícula nº 1426, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-63, na Gerência do Centro de Memória.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 051, de 05 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **ADO STEINER**, matrícula nº 1278, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-62, na Diretoria Geral.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 052, de 05 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **MARTA LUCIA MASSOLINI LIPPEL**, matrícula nº 2071, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-52, na Coordenadoria do Orçamento Parlamentar.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 053, de 05 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **JERUSA CORREA BUZZI FONTES**, matrícula nº 6248, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 02 de fevereiro de 2010 (Deputado Gelson Merisio).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 054, de 05 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **IBRANTINA MACHADO**, matrícula nº 2892, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 04 de fevereiro de 2010 (Deputado Gelson Merisio).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 055, de 05 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1134	Maria Luiza Brasil	18	14/12/09	2307/09
1561	Eloisa Helena Martins Barbosa	15	14/12/09	2308/09

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 056, de 8 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR EUCLIDES SANTO DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirceu Dresch).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 057, de 8 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR AIRTON JOSÉ TEDESCO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-51, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Moacir Sopelsa).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***